

VANESSA MARTINS DO MONTE

Documentos setecentistas:

edição semidiplomática e tratamento das sibilantes

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa
Orientador: Prof. Dr. Heitor Megale

São Paulo
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Esta dissertação foi elaborada segundo as normas das *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP* disponível no endereço www.teses.usp.br/info/diretrizesfinal.pdf

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M772 Monte, Vanessa Martins do
Documentos setecentistas: edição semidiplomática e tratamento das sibilantes /
Vanessa Martins do Monte ; orientador Heitor Megale. – São Paulo, 2007. 395 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Filologia – Brasil (Século 18). 2. Manuscritos (Edição semidiplomática) – Rio de Janeiro ; Brasil (Século 18). 3. Lingüística histórica - Brasil. 4. Português do Brasil – Século 18. 5. História social – Brasil – Século 18. I. Título.

21ª CDD 469.79853

FOLHA DE APROVAÇÃO

Vanessa Martins do Monte

Documentos setecentistas: edição semidiplomática e tratamento das sibilantes

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

A meu avô Bento (*in memoriam*),
português convicto, que me ensinou
a amar a Língua Portuguesa.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Heitor Megale, pela atenção e apoio durante o processo de orientação.

Ao Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto, pelas imensas e primordiais contribuições dadas a meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Osvaldo Ceschin, pelo constante apoio e incentivo à continuação da pesquisa.

À Prof^a. Teca, grande responsável pela escolha da minha carreira e pelo meu ingresso no curso de Letras.

Aos funcionários do Arquivo Nacional, Sátiro Nunes, Rosane Coutinho e Joyce Roehrs, pela receptividade e pelo auxílio durante a consulta aos manuscritos.

Às minhas amigas, Liana e Andréa, que me hospedaram no Rio de Janeiro durante as pesquisas realizadas no Arquivo Nacional.

À minha madrinha, Tânia Registro, que me ajudou a enxergar o que significa uma dissertação de mestrado, deixando-me mais leve para continuar a pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado, Phablo, Érica e Elizângela, pelas trocas e aprendizados conjuntos.

À minha amiga Andrea Oliveira, pela disponibilidade e suporte em um momento imprescindível da conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos queridos, que souberam compreender a minha ausência e meus esquecimentos durante o período final de elaboração do trabalho.

Ao meu pai, Luiz Sergio, e à minha mãe, Lígia Maria, por acreditarem em mim incondicionalmente e me apoiarem nos momentos mais difíceis da realização deste trabalho.

À minha irmã, Ana Paula, simplesmente por existir.

Ao Marco, meu companheiro de todas as vidas, pelo constante estímulo e incentivo ao meu trabalho, pela elaboração do arquivo final e pela revisão atenta e precisa desta dissertação.

“A ortografia portuguesa sempre foi um tema discutido e tratado ora com a displicência devida aos assuntos fúteis ou menores, ora com a paixão suscitada pelas matérias sensíveis e de lesa-majestade.”

Maria Filomena Gonçalves

As ideias ortográficas em Portugal (2003, p. 17)

RESUMO

MONTE, V. M. M. **Documentos setecentistas - edição semidiplomática e tratamento das sibilantes**. 2007. 395 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

A presente dissertação trata da edição semidiplomática de documentos da segunda metade do século XVIII, conservados no Arquivo Histórico Nacional – Rio de Janeiro, à qual se segue um estudo lingüístico sobre o tratamento das sibilantes nesse *corpus*. O trabalho apresenta dois objetivos gerais: o primeiro, ligado ao objetivo da disciplina Filologia, é a publicação de uma edição fidedigna e confiável de nove documentos que podem constituir fontes tanto para o estudo da história do Brasil quanto para estudos de história da língua, já que a edição realizada preserva os traços lingüísticos dos documentos; o segundo objetivo é verificar o tratamento dado às sibilantes em documentos setecentistas. Na primeira parte do trabalho, apresenta-se o estudo filológico, que contempla a análise codicológica e a análise paleográfica dos manuscritos. A análise codicológica descreve para cada documento: o suporte material utilizado, com a informação da marca, linhas d'água e filigranas; sua composição, com a quantidade e dimensões dos fólhos, bem como a forma de estruturação dos cadernos; a organização da página, com as dimensões das manchas, número de linhas, forma de numeração e localização de reclames; a informação de data, lugar de origem, particularidades e conteúdo. A análise paleográfica estuda a variação grafemática encontrada nos documentos e define os critérios para o estabelecimento dos grafemas utilizados para representar as sibilantes. Ao final da primeira parte, apresenta-se a edição semidiplomática dos manuscritos, acompanhada do fac-símile. A segunda parte do trabalho apresenta a metodologia de levantamento das sibilantes no *corpus*; um estudo sobre a história dos fonemas sibilantes desde o início da língua portuguesa até o surgimento da primeira norma oficial, em 1911; a norma preconizada pelos ortógrafos de Setecentos; a discussão sobre a existência ou não de uma norma gráfica em Portugal no século XVIII e a análise dos dados encontrados no *corpus*. Verifica-se que os grafemas *ç* e *z* são preferidos pelos autores dos documentos para representar, respectivamente, a sibilante surda e a sibilante sonora. Tal dado parece se relacionar à redução do quadro de quatro sibilantes a apenas duas no português padrão, já que tais grafemas eram utilizados justamente para representar as consoantes sibilantes pré-dorsais, que permaneceram na língua padrão. Comprova-se que a dificuldade dos ortógrafos em elaborar norma para o uso de *s* e *z* está de acordo com a confusão entre esses grafemas observada nos manuscritos. Duas importantes conclusões referem-se à primeira parte do trabalho. A primeira é que não se pode elaborar uma edição fidedigna e confiável prescindindo de um estudo filológico, que contemple as análises codicológica e paleográfica. A segunda, ligada à paleografia, demonstra que a determinação de um grafema não depende somente da morfologia da letra, que, comparada a outras ocorrências dentro do mesmo punho, revelará a melhor leitura, mas depende também do estudo das ocorrências em contextos específicos de posicionamento silábico.

Palavras-chave: Filologia; Manuscritos Século XVIII; Lingüística histórica; Português do Brasil; História social Brasil.

ABSTRACT

MONTE, V. M. M. **Seventeenth century documents: Semidiplomatic edition and sibilant treatment.** 2007. 395p. Dissertation (Master degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

The present dissertation treats of the semidiplomatic edition of documents dated from the second half of the 18th century and conserved at the Arquivo Histórico Nacional – Rio de Janeiro and it proposes a study of the sibilant treatment in this corpus. The paper has two general objectives: the first, related to the purpose of Philology as a discipline, which is the publishing of a faithful and reliable edition of the set of nine documents that constitute a source for the study of Brazilian history as well as for the study of the history of the language, once the presented edition preserves the linguistic traces of the documents. The second objective is to study the treatment given to the sibilant in 18th century documents. In the first part, it is presented a philological study which comprehends a codicological and a paleographical analysis of the manuscripts. The codicological analysis describes for each set of documents: the employed support, with information about the brand, waterlines and filigrees; its composition with the quantity and dimensions of the folio, as well as its structure; the page organization, with the number of lines, ways of numbering and localization of the catchwords; date, place of origin, particularities and contents. The paleographical analysis refers to the study of the graphematic variation found in the documents and the criteria for the establishment of the grapheme used to represent the sibilants. At the end of the first part, it is presented the semidiplomatic edition of the manuscripts, followed by the fac-simile. In the second part of this work it is presented the methodology for the sibilant surveying in the *corpus*, a study of the sibilant phonemes since the origin of the Portuguese Language until the first official norm which came out in 1911; the norm proclaimed by the orthographers of that century; the discussion about the existence of an official orthographical rule in Portugal in the 18th century and the *corpus* data analysis. It is noticed that the graphemes *ç* e *z* are preferred by the authors to represent, respectively the voiceless sibilant and the voiced sibilant. Such fact seems to be related to the reduction of the four sibilants into only two in the standard Portuguese, since such graphemes were used to represent the predorsals sibilant consonants, which remained in the standard language. It is proved that the difficulty of the orthographers elaborating a rule for the use of *s* and *z* is in accordance to the confusion between these graphemes observed in the manuscripts. Two important conclusions can be related to the first part of this dissertation. The first one is that it's not possible to elaborate a faithful and reliable edition leaving aside a philological study which fullfill both codicological and paleographical analyses. The second, related to the paleography, demonstrates that the determination of a grapheme doesn't depend only on the morphology of the letter, which compared to other occurrences inside the same handwriting, will reveal the best reading, but it also depends on the study of the occurrences in specific contexts of silabic position.

Key words: Philology; Manuscripts 18th century; Historical linguistic; Brazilian portuguese; Brazil social history.

LISTAS DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Lista de tabelas

Tabela 1 – Relação dos documentos.....	33
Tabela 2 – Distribuição dos carimbos nos documentos.....	36
Tabela 3 – Grafemas e alógrafos.....	69
Tabela 4 – Critérios de filtragem.....	347
Tabela 5 – Relação de grafemas para representar as sibilantes.....	349
Tabela 6 – Sistema consonântico latino.....	350
Tabela 7 – Sibilantes no português arcaico.....	352
Tabela 8 – Resumo de regras para o uso de sibilantes.....	366

Lista de ilustrações

Figura 1 – Reprodução do primeiro fólio do volume 4 da Coleção de Memórias.....	25
Figura 2 – Cosedura presente no volume 19 da Coleção de Memórias.....	26
Figura 3 – Imagem da pasta branca onde se encontra acondicionado o volume 19.....	26
Figura 4 – Imagem do papel e cadarço que envolvem o volume 19.....	26
Figura 5 – Cadarço que envolve o volume 11.....	27
Figura 6 – Papel pardo e cadarço que envolvem o volume 4.....	28
Figura 7 – Pastas que compõem o volume 1.....	28
Figura 8 – Tranchefilas e cosedura do volume 12.....	29
Figura 9 – Capa do volume 4, com desgaste na parte inferior.....	29
Figura 10 – Marcas de papirófagos no meio lombo do volume 4.....	30
Figura 11 – Ausência de lombo no volume 19.....	30
Figura 12 – Lombo do volume 3.....	30
Figura 13 – Detalhe da parte superior do lombo do volume 3, em que aparecem os adornos em dourado, a etiqueta “Interditado” e nome da coleção, “Memórias”.....	31
Figura 14 – Detalhe da parte inferior do lombo do volume 3, em que aparecem a indicação do volume, a etiqueta de identificação, o nome da instituição, “Arquivo Nacional”, e os adornos em dourado.....	31
Figura 15 – Detalhe do lombo do volume 11.....	31
Figura 16 – Selo da Oficina de Encadernação do Arquivo Nacional (Volume 4).....	32
Figura 17 – Carimbo Arquivo Nacional (simples).....	34
Figura 18 – Carimbo Arquivo Nacional – Seção Historica.....	34
Figura 19 – Carimbo Archivo Publico Nacional.....	34
Figura 20 – Reprodução da numeração realizada com carimbo no fólio 2 do volume 19.....	38
Figura 21 – Reprodução da filigrana com o letreiro D & C Blauw.....	48
Figura 22 – Reprodução da filigrana com o brasão D & C Blauw.....	49
Figura 23 – Reprodução da filigrana com o letreiro Seville Van Ketel & Wassenbergh.....	50
Figura 24 – Reprodução da filigrana com o letreiro HC Wend & Zoonen.....	50
Figura 25 – Reprodução da filigrana com o brasão HC Wend & Zoonen.....	51
Figura 26 - Imagem seguida pela transcrição de trecho do quarto documento.....	73
Gráfico 1 – Sibilante surda em posição inicial: distribuição de ocorrências por grafema.....	374
Gráfico 2 – Sibilante surda em posição inicial: índice de desvio.....	375
Gráfico 3 – Sibilante surda em posição medial: distribuição de ocorrências por grafema.....	376
Gráfico 4 – Sibilante surda em posição medial: distribuição de grafemas por ocorrências de desvios.....	378
Gráfico 5 – Sibilante sonora em posição medial: distribuição de ocorrências por grafema.....	379
Gráfico 6 – Sibilante sonora em posição medial: distribuição de grafemas por ocorrências de desvios.....	381
Mapa 1 – Portugal: fronteiras dialetológicas.....	357
Organograma 1 – Conselho Municipal do Rio de Janeiro (1776).....	75

SUMÁRIO

Introdução	17
Primeira Parte – Dos documentos à edição	21
1.1. Da seleção dos documentos	23
1.2. Descrição codicológica	25
1.2.1. Os carimbos	34
1.2.2. A numeração	37
1.2.3. As fichas codicológicas	39
1.3. Análise paleográfica	52
1.4. Apontamentos históricos	70
1.4.1. O Processo das Quitandeiras	71
1.5. Edição	76
1.5.1. Uma questão de terminologia	79
1.5.2. As normas de edição	84
1.5.3. Edição semidiplomática justalinear	93
1.5.3.1. Hospedagem do Conde de Banchi	94
1.5.3.2. Estabelecimento de uma Tesouraria Geral	112
1.5.3.3. Índios Guaranis no Rio Grande do Sul	122
1.5.3.4. Processo das Quitandeiras	136
1.5.3.5. Processo dos Religiosos	152
1.5.3.6. Relação de Frades e Fazendas	194
1.5.3.7. Melhoramento do Quinto	204
1.5.3.8. Armada Inimiga	302
1.5.3.9. Narrativa Parto Anormal – Xifopagia	318
Segunda Parte – Tratamento das sibilantes	341
2.1. Sobre a metodologia	343
2.2. As consoantes sibilantes	349
2.3. A norma gráfica	358
2.4. Análise dos dados	372
Conclusões	385
Referências	391

Introdução

A leitura, a transcrição e a edição de manuscritos enriquecem o pesquisador da área de filologia sob muitos aspectos. Os conhecimentos necessários para ler e transcrever manuscritos do Brasil antes da Independência permitem o acesso à parte subjacente ao texto registrado no suporte material, aproximando o estudioso das condições em que o texto preservado foi escrito. O conhecimento extratextual, ligado às funções adjetiva e transcendente da filologia, avança proporcionalmente ao afinho dedicado à leitura de documentos. Dessa forma, quanto maior for a dedicação às transcrições e a perseverança nas tentativas de solucionar dúvidas e lições difíceis, maior será a experiência e o nível de conhecimento do pesquisador.

É nessa medida que se realiza o trabalho ora apresentado nesta dissertação. Pretende-se realizar a edição de manuscritos em língua portuguesa da segunda metade do século XVIII e efetuar um estudo sobre o tratamento dado às sibilantes no *corpus* selecionado. A heterogeneidade do *corpus*, composto por nove documentos de tipologias variadas e provenientes de locais diversos, justifica tal estudo de natureza lingüística, já que esse *corpus* permite constatar que a variação grafemática na representação das sibilantes era um fenômeno recorrente na época.

Dessa forma, a presente dissertação apresenta dois objetivos gerais, que se ligam a objetivos específicos. O primeiro deles relaciona-se ao próprio objetivo da disciplina em que se insere a dissertação, a Filologia, cujo labor pretende a explicação do texto, a restituição à sua forma original e sua preparação para a publicação (SPINA, p. 82). Para o cumprimento desse objetivo, uma incursão nas disciplinas auxiliares da Filologia, como a codicologia e a paleografia, é fundamental. A descrição codicológica pormenorizada e a análise de aspectos

paleográficos dos manuscritos auxiliam na tarefa de explicar e restituir o texto, constituindo objetivos específicos ligados ao primeiro objetivo geral. A análise paleográfica, ainda, permite o estabelecimento dos grafemas que representam as sibilantes, que serão estudadas na segunda parte do trabalho. Além desses, a divulgação dos manuscritos em uma edição com caracteres tipográficos, o que permite seu acesso a um número consideravelmente maior de leitores e estudiosos, é um outro objetivo específico do trabalho, que também se relaciona ao primeiro objetivo geral. O último objetivo atingido por meio da edição dos textos e sua conseqüente divulgação em suporte digital e físico é a preservação do conteúdo de documentos importantes para a história do Brasil, por muito mais tempo do que se fossem conservados apenas em forma de manuscritos, que podem ser consultados somente dentro do arquivo e por estudiosos de paleografia ou filologia.

O segundo objetivo geral depende do sucesso do primeiro, já que se refere à análise do tratamento das sibilantes nos documentos setecentistas do *corpus* editado. Para a realização de tal estudo, é fundamental a análise paleográfica dos manuscritos, principalmente dos grafemas utilizados para representar as sibilantes, bem como a escolha acertada de um tipo de edição que não neutralize a ocorrência de tais caracteres. A consulta aos ortógrafos da época enriquece e auxilia a análise lingüística, constituindo, ao lado da análise paleográfica, objetivos específicos que advêm do segundo objetivo geral da dissertação. Além disso, a edição de manuscritos setecentistas, acompanhada de uma análise lingüística, contribui para a identificação e a descrição do estado da língua portuguesa no século XVIII no Brasil.

A existência de dois objetivos gerais e dos conseqüentes objetivos específicos pressupõe a utilização de diversas metodologias, que satisfazem diferentes funções. Portanto, cada objetivo é acompanhado pela descrição do método utilizado, que pode ser tomado, universalmente, como método crítico, conforme exige a Filologia¹.

¹ Segundo Spina (1994, p. 81), “a História é, sem dúvida, a disciplina que maiores pontos de contato apresenta com a Filologia, pois o objeto e o método de ambas são o mesmo: o texto e o método crítico”.

Na primeira parte da dissertação, “Dos manuscritos à edição”, são apresentadas as descrições codicológicas e paleográficas, essenciais para o trabalho de transcrição e edição dos documentos e os critérios utilizados na elaboração da edição. Ao final da primeira parte, apresenta-se a edição dos documentos, cumprindo-se assim o primeiro objetivo geral da dissertação. Opta-se pela apresentação da lição justalinear, acompanhada do fac-símile, por se considerar o manuscrito parte integrante e fundamental da dissertação.

A segunda parte do trabalho é reservada ao estudo das sibilantes no *corpus* em questão. Tal estudo, por adotar uma perspectiva diacrônica, dialoga tanto com as ortografias setecentistas quanto com as teorias de história da língua de estudiosos do século XX. Cumpre-se, nessa segunda parte, o segundo objetivo geral da dissertação.

No último capítulo da dissertação, são apresentadas conclusões relacionadas tanto ao estudo filológico dos documentos quanto ao estudo lingüístico das sibilantes.

Primeira Parte - Dos documentos à edição

A recolha dos manuscritos estudados e analisados no presente trabalho foi realizada em julho de 2004, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que era localizado à Rua Azeredo Coutinho, 77, no centro do Rio de Janeiro. Em setembro de 2004, o Arquivo iria instalar-se onde se encontra atualmente, na Praça da República, 173, no antigo edifício da Casa da Moeda. O interesse pelos documentos constantes do acervo do Arquivo Nacional (ANRJ) surgiu por meio da pesquisa realizada no sítio do referido arquivo (<http://www.arquivonacional.gov.br>). O banco de dados do arquivo é disponibilizado na internet, podendo ser facilmente consultado.

À época da pesquisa, o sítio permitia a busca por fundos e coleções, que eram apresentados com uma descrição sucinta de seu conteúdo, a que se seguiam as datas-limite. Atualmente, há um sistema chamado SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional, que fornece extensa descrição sobre cada fundo, como dimensões, datas, produtor, histórico, procedência, conteúdo geral e condições de acesso.

Como um dos objetivos do trabalho com os documentos seria o estudo de algum aspecto lingüístico do português setecentista, dois importantes recortes já haviam sido feitos antes da pesquisa no acervo: o *corpus* deveria ser constituído de documentos escritos em língua portuguesa e os manuscritos deveriam ter sido elaborados no decurso do século XVIII.

Para o estudo do estado de língua do português de Setecentos, os documentos não-literários são os mais indicados. Dessa forma, o alvo da pesquisa não poderia ser textos em que o autor ou copista tivesse preocupações de ordem estética. O ideal seriam aqueles textos

escritos quase como se falava, com presença de aspectos da oralidade inclusive, pois esses teriam mais condições de representar o estado de língua da época².

A primeira categoria de documentos eleita foi inventários e testamentos, já que sua tipologia obedece aos critérios comentados acima³. Extensa pesquisa teve lugar em arquivos de cidades do interior de São Paulo, como Santos, São Vicente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Piracicaba e Limeira, porém em grande parte dos arquivos a data inicial dos documentos do acervo não atendia o período desejado (século XVIII)⁴. Decidiu-se consultar, então, o Arquivo do Estado de São Paulo, que possui um acervo de grandes proporções, reunindo documentos provenientes de muitas partes do Brasil, cuja data inicial é o século XVI. Foram selecionados, por meio de pesquisa ao acervo disponibilizado na internet, alguns fundos que poderiam interessar à pesquisa.

Restaram, portanto, dessa busca inicial, dois arquivos com materiais adequados à pesquisa: o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo do Estado de São Paulo. O primeiro a ser visitado foi o Arquivo Nacional, em julho de 2004, conforme já referido.

A visita ao arquivo talvez seja um dos momentos mais importantes no trabalho de seleção de documentos para pesquisa, pois o pesquisador tem diante de si os originais para definir sua seleção. Para tal objetivo, conta com a receptividade dos funcionários da

² Convém lembrar que a opção por documentos em prosa não-literários relaciona-se à pesquisa de fenômenos lingüísticos no português moderno, dado que, no português arcaico, como comenta Mattos e Silva (1989, p. 46), “a exploração exclusiva da documentação em prosa é insuficiente para que se chegue a uma proposta segura do sistema fonológico ou dos sistemas fonológicos que operaram na fase arcaica do português. Desde que não se conta com a interpretação contemporânea de gramáticos, como passa a ocorrer a partir do século XVI, são os documentos em verso que estão em melhores condições para fornecer elementos (...)”.

³ O uso dos termos “tipologia” e “tipo” ao referir-se, em verdade, ao gênero dos documentos (ex.: inventários e testamentos) deve-se ao fato de serem esses os termos tradicionalmente empregados na literatura que trata da classificação de documentos em gêneros textuais. Exemplos de tal uso podem ser verificados em Mattos e Silva (1989, p. 19 e p. 36, grifo nosso), ao tratar da seleção de *corpus* de documentos literários: “outro problema de destaque que envolve os documentos literários diz respeito a uma tipologia que permita, na seleção de um *corpus* representativo desse tipo de documento (...)” e “nessa seleção seriam levados em consideração prioritariamente os tipos de textos existentes, quer literários quer não-literários e a partir daí estabelecer-se-iam critérios para a seleção de representantes de cada tipo de texto”. Para mais informações sobre a terminologia, ver BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 19-20.

⁴ As pesquisas nos arquivos do interior de São Paulo foram realizadas sobretudo por telefone, à exceção do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, que foi visitado. A historiadora responsável pelo arquivo, Tânia Registro, mostrou a relação dos principais fundos e coleções, porém os documentos mais antigos do acervo datam da década de 70 do século XIX.

instituição para o acesso aos fundos e coleções. Grande parte dos arquivos brasileiros são órgãos públicos, ligados ao município, ao estado ou ao governo federal, como é o caso do Arquivo Nacional. Ao contrário da imagem que se tem da maioria dos órgãos públicos, no entanto, a impressão que se tem dos arquivos já visitados (Arquivo Nacional, Arquivo Histórico de Ribeirão Preto e Arquivo Histórico do Estado de Goiás) é bastante positiva. Apesar de se notar, em muitos casos, a falta de investimentos em infra-estrutura (equipamentos, iluminação, condições de armazenamento, entre outros), os funcionários atendem bem, são competentes e realizam uma boa organização do acervo.

Chegando ao Arquivo Nacional, após preencher um cadastro que permite o acesso aos documentos, o visitante é dirigido à Sala de Consultas, onde ficam os instrumentos de pesquisa, chamados Guias de Fundos. O funcionário Sátiro Nunes, muito receptivo, conversou sobre os motivos e interesses da consulta. Após o relato dos objetivos e de verificar a lista já elaborada quando do acesso ao acervo pela internet, o funcionário indicou o chamado *Códice 807*. Além da possibilidade do manuseio dos documentos originais, o código era extenso, com 8,39 metros lineares, o que facilitava a busca por manuscritos que atendessem aos critérios previamente selecionados. O principal motivo para a sugestão de tal código foi o fato de muitos manuscritos dos fundos que constavam da lista inicial só poderem ser consultados através de microfilme.

1.1 Da seleção dos documentos

Analisou-se, assim, a relação de todos os documentos que faziam parte do *Códice 807* e fez-se um levantamento dos mais adequados à pesquisa. Da primeira seleção, constavam

vinte e um documentos, que obedeciam aos critérios desejados: datavam do século XVIII, eram escritos em língua portuguesa e não se tratava de textos literários.

Ao longo da pesquisa pelo guia de fundos, ainda na Sala de Consultas, mais informações foram colhidas a respeito do *Códice 807*. Trata-se de uma coleção de vinte e seis volumes intitulada *Coleção de Memórias e outros documentos*. Os documentos previamente selecionados perfaziam 13 dos 26 volumes da coleção. Após a seleção, foram, então, solicitados os volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 17 e 19, para consulta.

Após o trabalho de leitura e análise prévia de cada um dos volumes, selecionaram-se nove documentos dos vinte e um previamente escolhidos, que estão nos volumes 1, 3, 4, 11, 12 e 19. A redução se deu pelo fato de alguns documentos estarem escritos em francês (mesmo constando do guia de fundos o título em português), pelo custo de digitalização das imagens, pela data não corresponder ao período desejado⁵ e pela fragilidade dos manuscritos. Após a observação e exame dos manuscritos, utilizou-se o serviço de atendimento a distância do Arquivo Nacional. Tal serviço consiste na escanerização dos documentos, no armazenamento das imagens, em formato .pdf (*portable document format*), em um CD-ROM, e no envio da mídia à residência do pesquisador.

Dessa forma, o trabalho de leitura, transcrição e edição dos documentos foi realizado por meio das imagens digitalizadas. Em uma nova visita ao arquivo, realizada em setembro de 2007, foram esclarecidas dúvidas de leitura e recolheram-se dados para complementar a descrição codicológica.

⁵ Como o interesse inicial pela coleção era grande, foram solicitados documentos que haviam sido escritos no século XVII, apenas para comparação e observação das diferenças em relação aos do século XVIII. Na seleção para os documentos que fariam parte da pesquisa, tais manuscritos mais antigos foram, naturalmente, excluídos.

1.2 Descrição Codicológica

A referência completa da coleção de onde foram extraídos os documentos editados é Códice 807 – NP – SDE – *Coleção de Memórias e outros documentos*. Conservados na Seção Histórica. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1928.

O códice, composto por vinte e seis volumes, foi provavelmente organizado pelo arquivista Antonio Carlos Chichorro da Gama, no início do século passado. O nome do arquivista consta do volume 26 do códice, onde se acham listados os manuscritos que compõem cada um dos primeiros dezenove volumes da coleção. Não há uma linha temática, nem cronológica, que guie a reunião dos manuscritos que compõe cada um dos volumes. Porém, pode-se afirmar que, em sua maioria, são documentos da esfera pública e em língua portuguesa. A leitura do fôlio inicial que aparece em alguns volumes permite inferir que os documentos armazenados anteriormente em caixas foram reunidos em cada um dos volumes. Assim, o volume 4, por exemplo, é composto pelos documentos constantes da Caixa 22, Classe 7, Série A da Seção Histórica, como pode ser observado na figura 1.

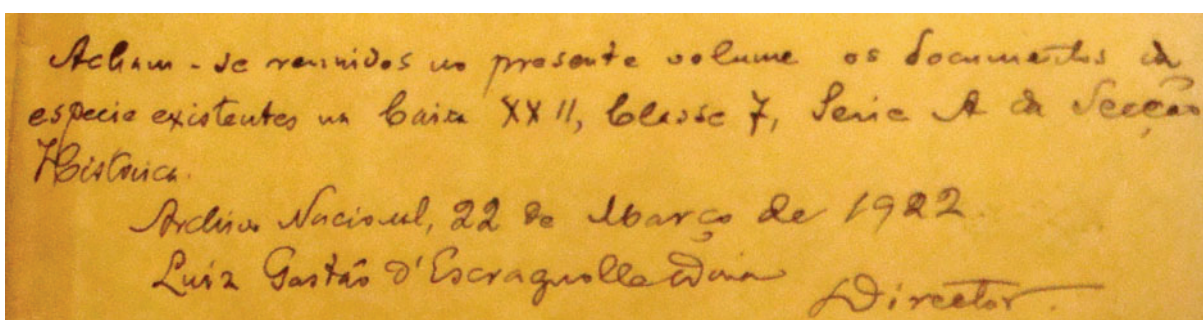


Fig. 1 – Reprodução do primeiro fôlio do volume 4 da Coleção de Memórias.

Os volumes da coleção podem ser chamados de códices, já que são formados por manuscritos unidos por cosedura, conforme se observa na figura 2.

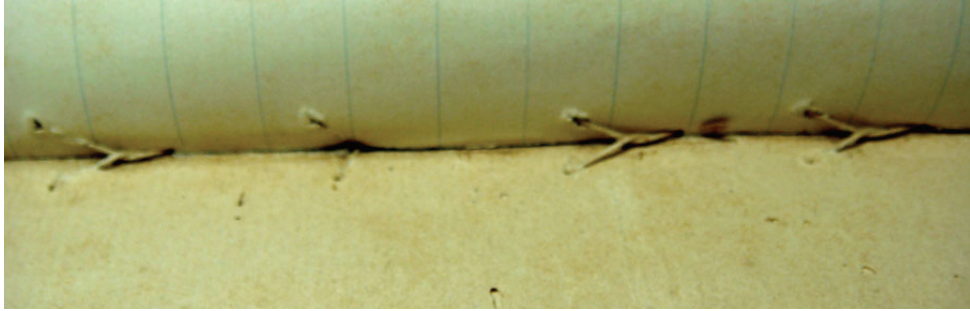


Fig. 2 – Coseadura presente no volume 19 da Coleção de Memórias.

Os códices consultados, à exceção do primeiro e do quarto volumes, são acondicionados em uma pasta ondulada branca de plástico, conforme se verifica na figura 3.



Fig. 3 – Imagem da pasta branca onde se encontra acondicionado o volume 19.

Os volumes 3, 12 e 19 são envoltos por um papel branco, sendo que o papel que envolve o volume 19 é amarrado com cadarços beges, como se verifica na figura 4.



Fig. 4 – Imagem do papel e cadarço que envolvem o volume 19.

A folha que se encontra sob o cadarço é um parecer técnico do Arquivo Nacional sobre o volume 19, informando que há problemas de conservação e que o códice é extremamente frágil e quebradiço, havendo páginas em fragmentos.

O volume 11 não apresenta papel branco para envolvê-lo, sendo apenas amarrado com um cadarço, antes de ser acondicionado na pasta branca (fig. 5).



Fig. 5 – Cadarço que envolve o volume 11.

O volume 4 não está acondicionado em pasta branca, como os demais volumes consultados, sendo apenas envolto por um papel pardo e amarrado com cadarço, como mostra a figura 6.



Fig. 6 – Papel pardo e cadarço que envolvem o volume 4.

O volume 1 difere dos demais por não mais possuir a encadernação original, sendo os manuscritos acondicionados em pastas de cartolina no interior da pasta branca de plástico (fig. 7).



Fig. 7 – Pastas que compõem o volume 1.

O volume 12 também não possui mais os planos anterior e posterior, apresentando somente a cosedura e as tranchefilas (fig. 8).



Fig. 8 – Tranchefilas e cosedura do volume 12.

Os volumes consultados são compostos por uma capa dura em tons de vermelho e preto. O lombo e o meio lombo são confeccionados em um tecido verde. A maioria dos volumes apresenta marcas de papirófagos no meio lombo e marcas de desgaste na capa. O volume 19 não possui mais o lombo e meio lombo.



Fig. 9 – Capa do volume 4, com desgaste na parte inferior.



Fig. 10 – Marcas de papirófagos no meio lombo do volume 4.



Fig. 11 – Ausência de lombo no volume 19.

O lombo dos volumes apresenta um florão, o título “Memorias”, o número do volume e o nome da instituição, “Archivo Nacional”, gravados em dourado. Há também duas etiquetas do Arquivo Nacional: a superior informa que o volume está interditado, apesar de disponível para consultas atualmente, e a inferior registra o código a que pertence, o volume em questão e a numeração. Apenas o volume 11 não apresenta as referidas etiquetas.

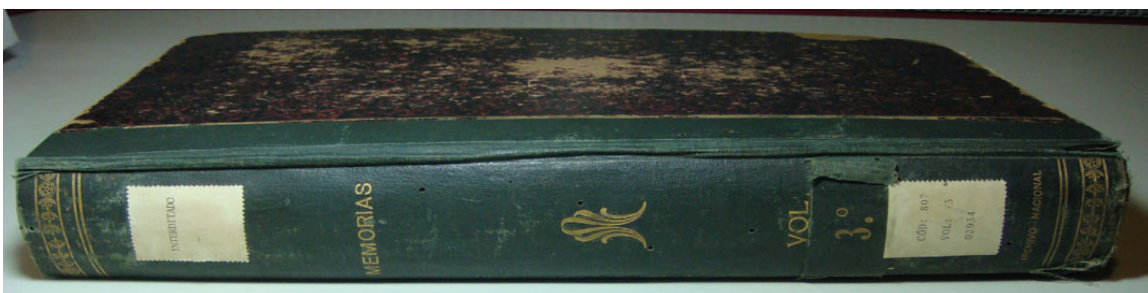


Fig. 12 – Lombo do volume 3.

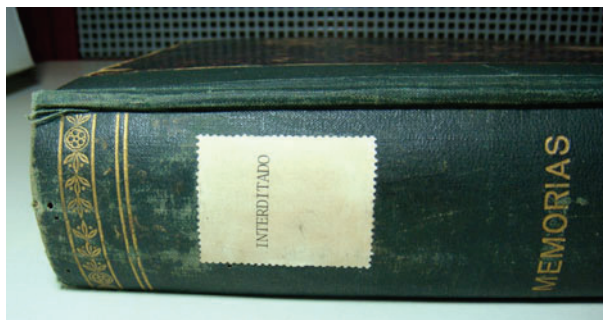


Fig. 13 – Detalhe da parte superior do lombo do volume 3, em que aparecem os adornos em dourado, a etiqueta “Interditado” e nome da coleção, “Memorias”.

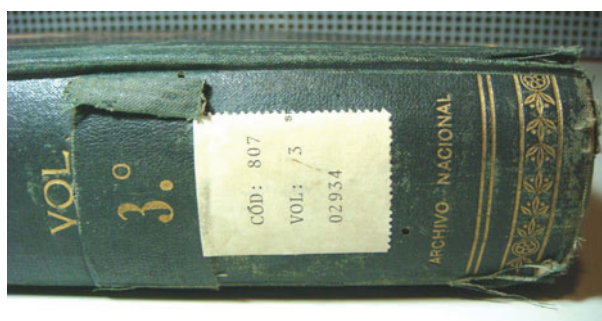


Fig. 14 – Detalhe da parte inferior do lombo do volume 3, em que aparecem a indicação do volume, a etiqueta de identificação, o nome da instituição, “Archivo Nacional”, e os adornos em dourado.

Uma curiosidade pode ser observada no lombo do volume 11. Em vez do algarismo 11º, há apenas o algarismo 1º gravado em dourado. Em giz vermelho, porém, é acrescentado outro algarismo 1, como pode ser observado na figura 15.



Fig. 15 – Detalhe do lombo do volume 11.

Os volumes que conservaram a encadernação original (3, 4, 11 e 19) apresentam as mesmas dimensões de altura e largura: 396mm x 244mm. Há algumas variações, da ordem de

milímetros, provavelmente devidas ao desgaste da capa. Os volumes 3 e 19, por exemplo, que apresentam maior desgaste, têm uma largura menor, de 232mm, em relação aos volumes 4 e 11, mais bem conservados.

Na contracapa anterior dos volumes, encontra-se um selo da Oficina de Encadernação do Arquivo Nacional, como pode ser observado na figura 16.



Fig. 16 – Selo da Oficina de Encadernação do Arquivo Nacional (Volume 4).

Em virtude de cada volume do *Códice 807* ser composto por documentos de natureza distinta, não é possível realizar uma descrição codicológica única de todos os documentos editados. Assim, após o levantamento de características gerais comuns a todos os documentos, realiza-se a descrição individual de cada um deles, por meio das fichas codicológicas.

Segue-se abaixo a relação dos documentos selecionados para estudo, organizados por ordem crescente de data. Para identificar cada documento, vale-se aqui das palavras principais do *incipit* do manuscrito ou de expressões relacionadas a ele, como é o caso do documento Narrativa Parto Anormal – Xifopagia. O *incipit* não foi utilizado na íntegra por ser muito longo na maior parte dos documentos, o que dificultaria as inúmeras referências a cada manuscrito ao longo do trabalho.

Tabela 1 – Relação dos documentos.

Datação	Título	Procedência	Nº Fólios
11-jun-1755	Hospedagem do Conde de Banchi <i>Incipit:</i> Relaçã da Hospedagem que se fez, e Audiencia publica que o Senhor Rei Dom José, deo ao Conde de Banchi	Portugal	5
26-dez-1767	Estabelecimento de uma Tesouraria Geral <i>Incipit:</i> Ofereço (...) huma Memoria de algumas providencias precisas para entrar a formalizar o estabelecimento da nova Thesouraria Geral	Rio de Janeiro	5
21-fev-1768	Índios Guaranis no Rio Grande do Sul <i>Incipit:</i> Havendo dado a Vossa Excelencia conta em 11 de Janeiro, da comiçãõ, de que me acho emcarregado (...) Enquanto Senhor; ao que intende sobre a utelidade, em que os Indios Guaranis podem servir a esta Capitania	N. S. dos Anjos	6
1º-jun-1776	Processo das Quitadeiras <i>Incipit:</i> Dizem as Quitadeiras	Rio de Janeiro	9
31-jul-1783	Processo dos Religiosos <i>Incipit:</i> Pedro Henrique da Cunha Escrivaõ da Ouvidoria geral do Crime da Relaçãõ desta Cidade do Rio de Ianeiro	Rio de Janeiro	13
1783	Relaçãõ de Frades e Fazendas <i>Incipit:</i> Relaçãõ de todos os Frades	Rio de Janeiro	4
14-out-1790	Melhoramento do Quinto <i>Incipit:</i> Melhoramento da Arrecadação do Direito do Quinto	não identificada	29
25-fev-1793	Armada Inimiga <i>Incipit:</i> O Segredo, ou para melhor dizer, o projecto (...) de arruinar a Armada inimiga	Caetanos	5
3-jun-1793	Narrativa Parto Anormal – Xifopagia <i>Incipit:</i> No dia segunda-feira 3 do mes de Junho de 1793 (...) deu a luz (...) duas crianças unidas	Quartel do Rio Pardo	7
Totais:		9 documentos	83 fólios

O Processo das Quitadeiras, na verdade, constitui um conjunto de quatro documentos: um requerimento, duas informações e um parecer, conforme será verificado no item **1.4 Apontamentos históricos**.

1.2.1 Os carimbos

Em todos os documentos da coleção há algum carimbo do Arquivo Nacional. Nos manuscritos estudados, verifica-se a presença de três tipos de carimbo. O primeiro carimbo, mais simples, apresenta apenas as palavras “Arquivo Nacional” (fig. 17). O segundo carimbo, redondo, tem os dizeres: “Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Seção Historica” (fig. 18). O terceiro, e provavelmente o mais antigo, é um carimbo em forma de elipse, com as palavras “Archivo Publico Nacional”⁶ (fig. 19).

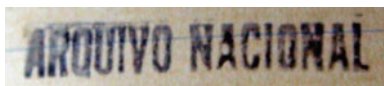


Fig. 17 – Carimbo Arquivo Nacional (simples)



Fig. 18 – Carimbo Arquivo Nacional – Seção Historica



Fig. 19 – Carimbo Archivo Publico Nacional

⁶ O Arquivo Nacional foi fundado em 1838, conforme previsto na Constituição de 1824, e chamava-se Arquivo Público do Império. O acervo estava organizado em três seções: Administrativa, Legislativa e Histórica. Em 1877, após passar por dois incêndios que não afetaram seu acervo (1852 e 1856), declara-se que o Arquivo Público do Império tem um total de 420 caixas de documentos. Em 1893, o arquivo passa a se chamar Arquivo Público Nacional, ou Archivo Publico Nacional, como se observa no carimbo da figura 19. Nesse mesmo ano, a divisão em três seções reduz-se a duas: Legislativa & Administrativa e Judiciária & Histórica. Em 1911, há uma nova alteração em sua denominação, que permanece até hoje: o arquivo passa a se chamar somente Arquivo Nacional. Além da alteração do nome, as duas seções são reorganizadas em três novamente: Administrativa, Histórica e Legislativa & Judiciária. O carimbo da figura 19, portanto, tem uma datação estimada entre 1893 e 1911. Já os carimbos das figuras 1 e 2 foram confeccionados após 1911.




O que se verifica nos documentos é a utilização sistemática do carimbo mais simples (fig. 17) nos retos dos fólhos, apesar de o carimbo redondo (fig. 18) e o carimbo elíptico (fig. 19) terem sido utilizados nos retos de alguns deles, como o Processo dos Religiosos (1783), que contém apenas o carimbo elíptico em toda sua extensão; a Hospedagem do Conde Banchi (1755), que, além do carimbo simples, apresenta o elíptico nos retos dos fólhos; o Estabelecimento da Tesouraria Geral (1767), que mescla os três carimbos, apresentando os carimbos redondos e elípticos na abertura e no primeiro fólho, somente o carimbo redondo no segundo fólho e o carimbo mais simples no último; e a Armada Inimiga (1793), que possui somente os carimbos redondo e elíptico nos retos de seus fólhos.

Cada conjunto de manuscritos que compõe os volumes da coleção é acompanhado por um fólho de abertura, elaborado provavelmente quando da organização do acervo do Arquivo Nacional, em meados do século XIX, início do século XX. O suporte material dos fólhos de abertura é geralmente cartáceo e pautado, sendo que alguns apresentam filigranas indicando o fabricante do papel⁷. Nesse fólho há geralmente uma linha com o título do documento ou uma linha-resumo do conteúdo dos documentos, possivelmente escritas pelo funcionário do Arquivo Nacional responsável pela compilação. Os carimbos presentes nesse fólho de abertura variam de acordo com os documentos: ora aparecem dois carimbos, o elíptico e o redondo, ou o redondo e o mais simples (fig. 17), ora apenas um, normalmente o mais simples.

A distribuição dos carimbos em cada documento pode ser observada na tabela 2.

⁷ Verificam-se os seguintes fabricantes nos fólhos de abertura: Almasso, Enrico Magnani e Fiume.

Tabela 2 – Distribuição dos carimbos nos documentos.

Documento			
Hospedagem Conde Banchi			
Estabelecimento Tesouraria Geral			
Índios Guaranis Rio Grande do Sul			
Processo Quitandeiras			
Processo Religiosos			
Relação de Frades e Fazendas			
Melhoramento Quinto			
Armada Inimiga			
Narrativa Parto Anormal – Xifopagia			

Observa-se que o carimbo mais simples (Arquivo Nacional) aparece com maior frequência. Tal carimbo provavelmente foi confeccionado depois de 1911 (cf. nota de rodapé 6), o que indica que após essa data o acervo deve ter sido reorganizado. O carimbo redondo, também com a datação estimada após 1911, é o que menos aparece, perfazendo um total de quatro documentos. O carimbo mais antigo, em forma de elipse, utilizado provavelmente de 1893 a 1911, apresenta média frequência, aparecendo em cinco documentos. Talvez ele aparecesse também no documento Narrativa Parto Anormal – Xifopagia, porém se trata apenas de uma conjectura, já que o fôlio de abertura desse manuscrito encontra-se rasgado, perdendo-se grande área da parte inferior esquerda.

Tal distribuição poderia indicar que os documentos que não possuísem o carimbo elíptico teriam chegado ao arquivo após 1911, porém tal hipótese não se comprova. O fôlio inicial dos volumes comprova que os documentos que compõem cada volume estavam acondicionados em caixas. Como se sabe que em 1877 anunciou-se que havia 420 caixas de documentos no Arquivo Público do Império, pressupõe-se que esses manuscritos já faziam parte dessas caixas nesse ano, por isso a indicação do número da caixa no fôlio de abertura. A hipótese mais provável é a de que talvez apenas alguns documentos recebessem carimbo

naquela época. Receberiam carimbo, por exemplo, apenas aqueles lidos ou verificados por determinado funcionário; por isso, talvez, o documento Índios Guaranis não tenha sido carimbado.

A observação dos carimbos revela um uso arbitrário dos mesmos, que parece variar de acordo com alguns critérios: a forma pela qual se administrou o Arquivo Nacional em cada época, a época em que o documento chegou à instituição, o modo de trabalho do funcionário responsável pelos documentos e o local de acondicionamento dos manuscritos.

1.2.2 A numeração

Os documentos, independente do volume onde se encontram, apresentam o mesmo sistema de numeração: foliação. Todos os retos dos fólhos dos manuscritos que formam o volume são numerados. O reto do primeiro fólho do documento que abre o volume recebe a numeração 1 e ela segue crescendo até o reto do último fólho do documento que encerra o volume. Essa numeração encontra-se no canto superior direito dos fólhos e é realizada por meio de algarismos ordinais sublinhados escritos em tinta vermelha. O punho que efetuou a numeração é, obviamente, diferente daquele que escreveu o documento, sendo provavelmente de um funcionário responsável pela organização dos volumes da coleção, no início do século XX. Apenas o volume 19 (entre os volumes consultados) apresenta numeração realizada por meio de carimbo, como pode ser observado na figura 20.

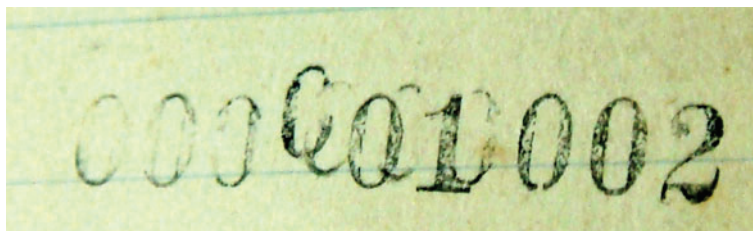


Fig. 20 – Reprodução da numeração realizada com carimbo no fólio 2 do volume 19.

Uma particularidade em relação ao sistema de numeração é encontrada no documento *Narrativa Parto Anormal – Xifopagia* (1793), já que, nesse manuscrito, além da numeração nos retos dos fólhos, há também números no verso, indicando 41v, 42v, e assim por diante. Esse sistema de numeração também pode ser classificado como foliação, pois, apesar de se anotar no reto e no verso, ainda se considera o fólio — 41, 41v, 42, 42v — e não a página, que teria numeração seqüencial — 41, 42, 43, 44.

Outra particularidade pode ser observada no *Processo das Quitadeiras* (1776), que não apresenta numeração manuscrita nos retos dos fólhos, mas sim um carimbo com os respectivos números, no formato 000062, seguindo até 000069, como todos os outros documentos do volume 19.

No fólio de abertura de cada documento, além da numeração seqüencial, iniciada no primeiro fólio do volume, e colocada no canto superior direito, há uma outra numeração, sempre iniciada por “N^o”. Essa numeração está geralmente centralizada na primeira linha do fólio. Como se sabe que os documentos que compõem cada volume estavam acondicionados em caixas antes de serem reunidos, provavelmente essa numeração indicava a posição que cada documento ocupava nas caixas onde estavam acondicionados.

1.2.3 As fichas codicológicas

Aspectos gerais relativos à descrição codicológica foram discutidos acima, porém é importante que se descreva cada documento em separado. Para isso, utiliza-se uma ficha codicológica, adaptada do “Guia Básico de Descrição Codicológica”, elaborado por Cambraia (2005, p. 28). Os documentos serão apresentados por ordem crescente de data⁸.

As informações sobre suporte material, composição, organização da página e particularidades relacionam-se aos fôlios que compõem o documento propriamente dito, excluindo-se os fôlios de abertura, que foram elaborados posteriormente e não pertencem ao documento original.

Ficha Codicológica – Hospedagem do Conde de Banchi

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; Códice 807 – NP – SDE – vol. 1.

2. Datação: após o dia 11 de junho de 1755, que é a data informada (f. 2r, l. 8⁹) da hospedagem que é narrada no documento.

3. Lugar de origem: provavelmente alguma cidade de Portugal, por se tratar de uma hospedagem realizada em uma casa real naquele país.

4. Fôlio de abertura: “Relaçãõ da Hospedagem que se fez,| e Audiencia publica que o Senhor Rei| Dom José, deo aoConde de Banchi| Embaixador de França no dia 11 de| Junho de1755”.

5. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.

⁸ Apesar de normalmente a descrição codicológica, como a própria nomenclatura indica, ser realizada sobre o códice, neste caso, opta-se pela descrição individual de cada documento, pelo fato de cada um apresentar características distintas e ter sido produzido em data e local diferente.

⁹ Indicação de fôlio e linha onde consta a data informada: fôlio 2 reto, linha 3.

6. Composição: 4 fólios; 2 cadernos bínios; formato in-fólio; dimensão dos fólios: 346 mm x 222 mm¹⁰.

7. Organização da página: dimensão da mancha: 332 mm x 147 mm (delimitada a lápis); 1 coluna; número de linhas variável: f. 2r – 30 linhas, f. 2v – 31 linhas, f. 3r – 32 linhas, f. 3v – 31 linhas, f. 4r – 24 linhas, f. 4v – 30 linhas, f. 5r – 28 linhas, f. 5v – 15 linhas; sem pauta; numeração por foliação; reclame (1 ocorrência, f. 2v/3r¹¹).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional.

9. Conteúdo: Informa-se, em minuciosos detalhes, como se organizou uma das casas reais para receber o Embaixador da França e sua família.

Ficha Codicológica – Estabelecimento de uma Tesouraria Geral

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; Códice 807 – NP – SDE – vol. 4.

2. Datação: 26-dez-1767 - “26 de Dezembro de 1767” (f. 2r, l. 17/18 e f. 4r, l. 95).

3. Lugar de origem: Rio de Janeiro - “Rio de Janeiro” (f. 2r, l. 17 e f. 4r, l. 95).

4. Fólio de abertura: “4ª Secção| 7ª Classe| Serie A| 3ª Collecção| Sobre estabelecimento de uma Thesouraria Geral”.

5. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.

6. Composição: 4 fólios; 2 cadernos bínios; formato in-fólio; dimensão dos fólios: 342 mm x 220 mm.

7. Organização da página: dimensão da mancha: f. 2r – 245 mm x 11 mm, demais fólios – 325 mm x 145 mm; 1 coluna; número de linhas variável: f. 2r – 14 linhas, f. 3r – 33 linhas, f. 3v – 37 linhas, f. 4r – 7 linhas; sem pauta; numeração por foliação; reclames (2 ocorrências, f. 3r/3v; 3v/4r).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional e assinatura pessoal do escrivão:

¹⁰ As dimensões são sempre colocadas na ordem altura x largura. Apesar de muitos documentos terem sido escritos em papel da marca D & C Blauw, sua dimensão é variável dentro de cada documento, provavelmente em função da deterioração das margens.

¹¹ f. 2v/3r: indica que há reclame no início do reto do fólio 3, retomando a última palavra (ou parte da última palavra) do verso do fólio 2.

“Escrivam da Junta da Fazenda Real Joam Carlos Correa Lemos” (f. 2r, l. 19 e f. 4r, l. 96).

9. Conteúdo: O escrivão oferece uma memória de algumas providências necessárias para a formalização do estabelecimento da nova Tesouraria Geral e arrecadação da Real Fazenda, que Sua Majestade havia mandado estabelecer naquela capitania.

Ficha Codicológica – Índios Guaranis no Rio Grande do Sul

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; Códice 807 – NP – SDE – vol. 11.

2. Datação: 21-fev-1768 - “21 de Fevreiro de1768” (f. 5r, l. 135).

3. Lugar de origem: Nossa Senhora dos Anjos – “*Nossa senhora doz Anjoz*” (f. 5r, l. 134).

4. Fólio de abertura: 2 fólios de abertura: “nº 1| Indios Guaranys no Rio Grande do Sul| 1768| Serie C” e “4ª Secção | 7ª Classe | Serie E | 1ª Collecção | Indios Guaranys na ProvinciadoRioGrande doSul. | ‘officio de Antonio Pinto C....., de 21 de Fevreiro | de 1768, ao Vice Rei Conde de Azambuja.’”.

5. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.

6. Composição: 4 fólios; 2 cadernos bínios; formato in-fólio; dimensão dos fólios: 346 mm x 220 mm.

7. Organização da página: dimensão da mancha: f. 3r – 250mm x 140 mm, demais fólios – 240 mm x 142 mm; 1 coluna; 25 linhas por fólio; sem pauta; numeração por foliação; reclames (3 ocorrências, f. 3r/3v; 3v/4r; 4r/4v; 4v/5r).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional e assinatura pessoal do autor do documento: “Antonio PintoCarneir[o]” (f. 5r, l. 138).

9. Conteúdo: Carta informando a situação dos índios que viviam em Nossa Senhora dos Anjos e justificando as contas enviadas em documento anterior.

Ficha Codicológica – Processo das Quitadeiras

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; Códice 807 – NP – SDE – vol. 19.

2. Datação: de 29-mai-1776 a 11-jun-1776 – “29 de Mayo de 1776” (f. 3r, l. 19); “primeiro de Junho de 1776” (f. 3r, l. 39/40); “3 de Junho de 1776” (f. 4v, l. 75); “8 de Junho de 1776” (f. 5r, l. 85); “11 de Junho de 1776” (f. 6r, l. 106).

3. Lugar de origem: Rio de Janeiro – “Rio” (f. 3r, l. 19); “Rio” (f. 3r, l. 39); “Rio de Janeiro” (f. 4v, l. 74/75); “Rio de Janeiro” (f. 5r, l. 84/85); “Rio de Janeiro” (f. 6r, l. 105/106).

4. Fólio de abertura: 2 fólios de abertura: “Requerimento das quitadeiras, no qual pedem se lhes não proiba vender suas quitandas defronte da casa da Câmara na frente do Mar. 29/5/1776 cod 807. v. 19.” e “Rio de Janeiro Requerimento das quitadeiras em que pedem se lhes não prohiba vender suas quitandas, defronte da casa da Camara, em frente ao Mar Em 29 de Maio de 1776”.

5. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo. O fólio 6, ou 65 na numeração interna do volume, não possuía marca d’água nem filigrana.

6. Composição: 7 fólios; fólios avulsos, sem formar caderno, sendo 3 bifólios e 1 fólio avulso; formato in-fólio; dimensão dos fólios: fs. 3 e 4 – 345 mm x 224 mm, f. 5 – 341 mm x 220 mm, f. 6 – 312 mm x 213 mm.

7. Organização da página: dimensão da mancha: f. 3 – 335 mm x 186 mm, f. 4r – 334 mm x 169 mm, f. 4v – 272 mm x 180 mm, f. 5 – 181 mm x 157 mm, f. 6 – 291 mm x 211 mm; 1 coluna; número de linhas variável: f. 3r – 18 linhas, f. 3v – 2 linhas, f. 4r – 24 linhas, f. 4v – 12 linhas, f. 5r – 12 linhas, f. 6r – 21 linhas; sem pauta; numeração por foliação; reclames (1 ocorrência, f. 4r/4v).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional e assinaturas: “Coelho”, “Nascentes”, “Lima” e “A[ndrade]Lima” (f. 3r, l. 41/42); “João Antunes de A[ndrade] Lima” (f. 4v, l. 77); “Joze Coelho, Antonio Nascentes Pinto, Ignasio da Fonseca Lima e João Antunes de A[ndrade] Lima” (f. 5r, l. 86-89).

9. Conteúdo: Processo composto por três tipos distintos de documentos: requerimento

(f. 3r/3v), informação (f. 4r/4v e f. 5r) e parecer (f. 6r). Trata-se de um pedido das quitadeiras para retornarem ao lugar habitual de venda de seus gêneros, que se localizava em frente à casa da Câmara, de onde foram retiradas por motivo discutível. O pedido é atendido pelo presidente da Câmara.

Ficha Codicológica – Processo dos Religiosos

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; códice 807 – NP – SDE – vol. 3.

2. Datação: 31-jul-1783 - “trin | ta ehum deIulho de mil eSetteCentos || [[ESetteCentoz]] eOitenta e três annos” (f. 2v, l. 99/100 e f. 3r, l. 101); “31 de Iulho | de 1783” (f. 9r, l. 357/358); 24-jul-1783 - “aosvinte eCoatro dias domes de Iulho | demil eSetteCentoz eOitenta etrés annos” (f. 10v, l. 405/406); “Aos vinte eCoatro dias domesde | Iulho de1783 (f. 12r, l. 473/474).

3. Lugar de origem: Rio de Janeiro – “Rio deJaneiro” (f. 2v, l. 99); “Rio deJaneiro” (f. 9r, l. 357); “Rio deIa | neiro” (f. 10v, l. 404/405); “doRio de | Janeiro” (f. 12r, l. 472/473).

4. Fólio de abertura: “Vide catalogo da Exposição da Historia do Brasil | nº 9,383 – Falta o officio do *Vice Rei* Lucio de Vasconcello[s] | e Sousa, de 15 de novembro de 1783. | serie A | col. 1ª nº 51 | Capitulo do Carmo da Provincia | do Rio de Janeiro | Relação dos vogaes do Capitulo do Carmo da Provincia do | Rio de Janeiro, que se havia de celebrar em 10 de | Maio de 1783, com distincção das parcialidades | á que pertencem. | Mostra-se como erão ellegitimos alguns vo- | gaes do Capitulo do Carmo da Provincia do | Rio de Janeiro, que se pertendia celebrar e[m] | 10 de maio de 1783 | Relação dos Frades destinados para os Lugares da | Provincia do Carmo do Rio de Janeiro no Capi[-] | tulo, que se pertendia celebrar em 10 de Mai[o] | de 1783, conforme a parcialidade, que houvesse[e] | de prevalecer, cujas qualidades vão declarada[s] | no seo proprio Lugar. | P[r]ovisão (do Conselho Ultramarino) 15 de Maio de | 1744 ao governador e Capitão General da | Capitania do Rio de Janeiro sobre os religiosos[os] | da provinica (copia) | Rellação de todos os Individuos, de que se || compoem a Provincia do Carmo do Rio de Janei[ro] | (com 6 annexos A, B, B, B., B, C) | Documento 6º Certidão e 5 annexos | 7 | 8 | 9 Relação de todos os Frades

conventuaes | Convento do Carmo do Rio de Janeiro, | com distinção dos aprovados para confessar | e dos que o não são, por se não quere[rem] | examinar | 10 1 certidão | 11 | 12 Relação das Fazendas e casas, que se | sabem pertencer aos diversos Conventos | do Carmo, comprehendidas na Provincia | do Rio de Janeiro | 13 Certidão | 14 Relação das elleições a que se costu[ma] | proceder no dia do Capitulo da P[ro] | vincia de Nossa Senhora do Monte [do] | Carmo do Rio de Janeiro.”.

5. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.

6. Composição: 12 fólios; 6 cadernos bínios; formato in-fólio; dimensão dos fólios: 342 mm x 220 mm.

7. Organização da página: dimensão da mancha: f. 2r – 245 mm x 110 mm, demais fólios – 325 mm x 145 mm; 1 coluna; os fólios inteiramente escritos possuem entre 21 e 29 linhas; sem pauta; numeração por foliação; reclames (14 ocorrências, em todos os fólios contínuos, à exceção da passagem do fólio 6v para o 7r).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional, assinaturas pessoais e rubricas do escrivão Pedro Henrique da Cunha: “Pedro Henrique daCunha” (f. 3r, l. 102; f. 9r, l. 360; f. 10v, l. 407; f. 12r, l. 475).

9. Conteúdo: Relação, elaborada pelo escrivão por ordem do desembargador, sobre alguns fatos relacionados aos religiosos de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro. Os assuntos, em sua maioria, são ligados ao envolvimento de religiosos com negras e mulatas, cujo relacionamento muitas vezes gerou descendentes dos clérigos. O escrivão alerta que não se formou processo a respeito, para não prejudicar a religião em comum, tendo sido tomadas apenas providências particulares para evitar mais desordens.

Ficha Codicológica – Relação de Frades e Fazendas

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; códice 807 – NP – SDE – vol. 3.

2. Datação: por volta de 1780, já que se trata dos religiosos mencionados no documento anterior, datado de 1783.

- 3. Lugar de origem:** provavelmente Rio de Janeiro, pelo mesmo motivo apresentado acima.
- 4. Fólio de abertura:** faz parte do mesmo processo do documento anterior, por isso trata-se do mesmo fólio de abertura transcrito na ficha anterior.
- 5. Suporte material:** fólios 1 e 2 – cartáceo, sem pauta, marca Sebille Van Ketel & Wassenbergh, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro Sebille Van Ketel & Wassenbergh; fólio 3 - cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.
- 6. Composição:** 4 fólios; fólios avulsos, sem formar caderno, sendo 2 bifólios; formato in-fólio; dimensão dos fólios: fs. 1 e 2 – 345 mm x 220mm e f. 3 – 345 mm x 215 mm.
- 7. Organização da página:** dimensão da mancha: 335 mm x 200 mm; 2 colunas (nome do frade seguido pelo número de ordem e localização da casa seguido pela quantidade de casas); a primeira relação (frades) possui 39 linhas (f. 1r), 40 linhas (f. 1v) e 14 linhas (f. 2r) e a segunda relação (casas) apresenta 31 linhas (f. 3r) e 15 linhas (f. 3v); não há reclames.
- 8. Particularidades:** carimbos do Arquivo Nacional e desenhos de tabelas.
- 9. Conteúdo:** Relação dos frades do Convento do Carmo do Rio de Janeiro, com distinção dos aprovados para confessar e pregar, e dos não aprovados, e Relação das fazendas e casas que pertenciam aos diversos Conventos do Carmo compreendidos na província do Rio de Janeiro.

Ficha Codicológica – Melhoramento do Quinto

- 1. Cota:** Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; códice 807 – NP – SDE – vol. 4.
- 2. Datação:** 14-out-1790 – “14 de | Ouctubro de1790” (f. 26v, l. 1357/1358).
- 3. Lugar de origem:** possivelmente Rio de Janeiro, já que há somente a informação Contadoria Geral (f. 26v, l. 1357), que se localizava nessa cidade.
- 4. Fólio de abertura:** “4ª Secção | 7ª Classe | Serie A | 3ª Collecção. | Melhoramento da Arrecadação do Direito do Quinto. Luiz Beltraõ | Gouvea de Almeida.”

- 5. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.
- 6. Composição:** 28 fólios; fólios avulsos, sem formar caderno, sendo 14 bifólios; formato in-fólio; dimensão dos fólios: 343 mm x 220 mm.
- 7. Organização da página:** dimensão da mancha: 325 mm x 160 mm, à exceção do fólio 2r, com 150mm x 140mm; 1 coluna, à exceção das tabelas ao final, que possuem de 2 a 4 colunas; os fólios que formam o corpo do documento têm entre 27 e 33 linhas, os mapas de rendimento e despesa e de tamanho dos diamantes chegam a apresentar 48 linhas; sem pauta; numeração por foliação; reclames (aparecem em todos os fólios contínuos do documento, à exceção dos mapas).
- 8. Particularidades:** carimbos do Arquivo Nacional e assinatura: “Luiz Beltrão de| Gouvea de Almeida” (f. 22r, l. 1121/1122).
- 9. Conteúdo:** Carta informando a situação precária de arrecadação de impostos sobre o ouro e os diamantes, oferecendo sugestões para melhorar tal arrecadação do direito do quinto. Apresenta mapas dos rendimentos e despesas das lavras e da quantidade de ouro extraída de 1772 a 1790, com a previsão de extração até 1794.

Ficha Codicológica – Armada Inimiga

- 1. Cota:** Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; códice 807 – NP – SDE – vol. 12.
- 2. Datação:** 25-fev-1793 - “25 de Fevereiro| de – 1793 –” (f. 4v, l. 189/190).
- 3. Lugar de origem:** Caetanos – “Caetanos” (f. 4v, l. 189).
- 4. Fólio de abertura:** “nº 6| Memoria.| Sobre um projeto para arruinar a esquadra| inimiga, por Jozé Leandro Melliani da| Cruz| 1793”.
- 5. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca HC Wend & Zoonen, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro HC Wend & Zoonen e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.
- 6. Composição:** 4 fólios; 2 cadernos bínios; formato in-fólio; dimensão dos fólios: 355 mm x 220 mm.
- 7. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 2r – 340 mm x 145 mm, demais

fólios – 275 mm x 145 mm; 1 coluna; os fólios que formam o corpo do documento têm entre 31 e 38 linhas, apenas o verso do último fólio apresenta 14 linhas; sem pauta; numeração por foliação; reclames (1 ocorrência, f. 3v/4r).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional, desenhos de lanças e seu modo de funcionamento e assinatura: “Ioze Leandro Melliani daCrus” (f. 4v, l. 191).

9. Conteúdo: Projeto elaborado para derrotar a esquadra inimiga no caso de uma invasão pelo Rio Tejo.

Ficha Codicológica – Narrativa Parto Anormal - Xifopagia

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; códice 807 – NP – SDE – vol. 4.

2. Datação: em meados de 1793, uma vez que os fatos narrados no documento aconteceram no dia 3 de junho de 1793 e seguintes: “3-do| mes de Junho de 1793” (f. 3r, l. 16/17).

3. Lugar de origem: Quartel do Rio Pardo (RS) – “deste Quartel do Rio| Pa[rdo]” (f. 2r, l. 7/8).

4. Fólio de abertura: “Narrativa de um parto anormal – 1793| Um caso de xiphopagia”.

5. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.

6. Composição: 6 fólios; 3 cadernos bínios; formato in-fólio; dimensão dos fólios: 340 mm x 215 mm.

7. Organização da página: dimensão da mancha: f. 2r – 275 mm x 115 mm, demais fólios – 200 mm x 160 mm; 1 coluna; os fólios têm, em média, entre 20 e 27 linhas, o fólio 2r apresenta 11 linhas, o fólio 3r possui 15 linhas, pois na parte superior dele há um desenho das crianças xifópagas e seus órgãos, e o último fólio, 7r, apresenta 18 linhas; sem pauta; numeração por foliação (sistema 41, 41v, 42, 42v); reclames (1 ocorrência, f. 5v/6r).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional, desenhos de xifópagos e órgãos do corpo humano e assinatura: “Antonio de Freitas Santos” (f. 2r, l. 14).

9. Conteúdo: Carta dirigida ao vigário narrando o parto de dois bebês que nasceram

unidos e morreram logo após o nascimento. Inclui minuciosa descrição sobre os órgãos do corpo humano.

A maioria dos documentos foi escrita em papel da marca D & C Blauw. Os únicos manuscritos redigidos em papéis de outras marcas foram a Relação de Frades, escrita em papel da marca Seville Van Ketel & Wassenbergh, e o documento Armada Inimiga, escrito em papel da marca HC Wend & Zoonen. As figuras 21, 22, 23, 24 e 25 ilustram a descrição realizada acima sobre o suporte material, mostrando as imagens das filigranas com os letreiros e os brasões.

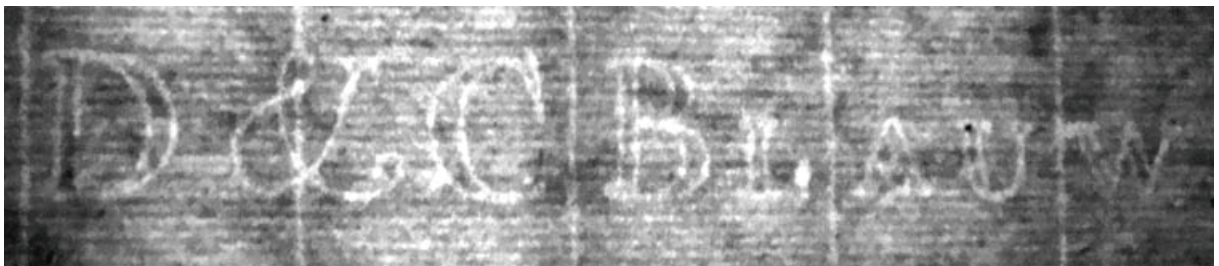


Fig. 21 – Reprodução da filigrana com o letreiro D & C Blauw.

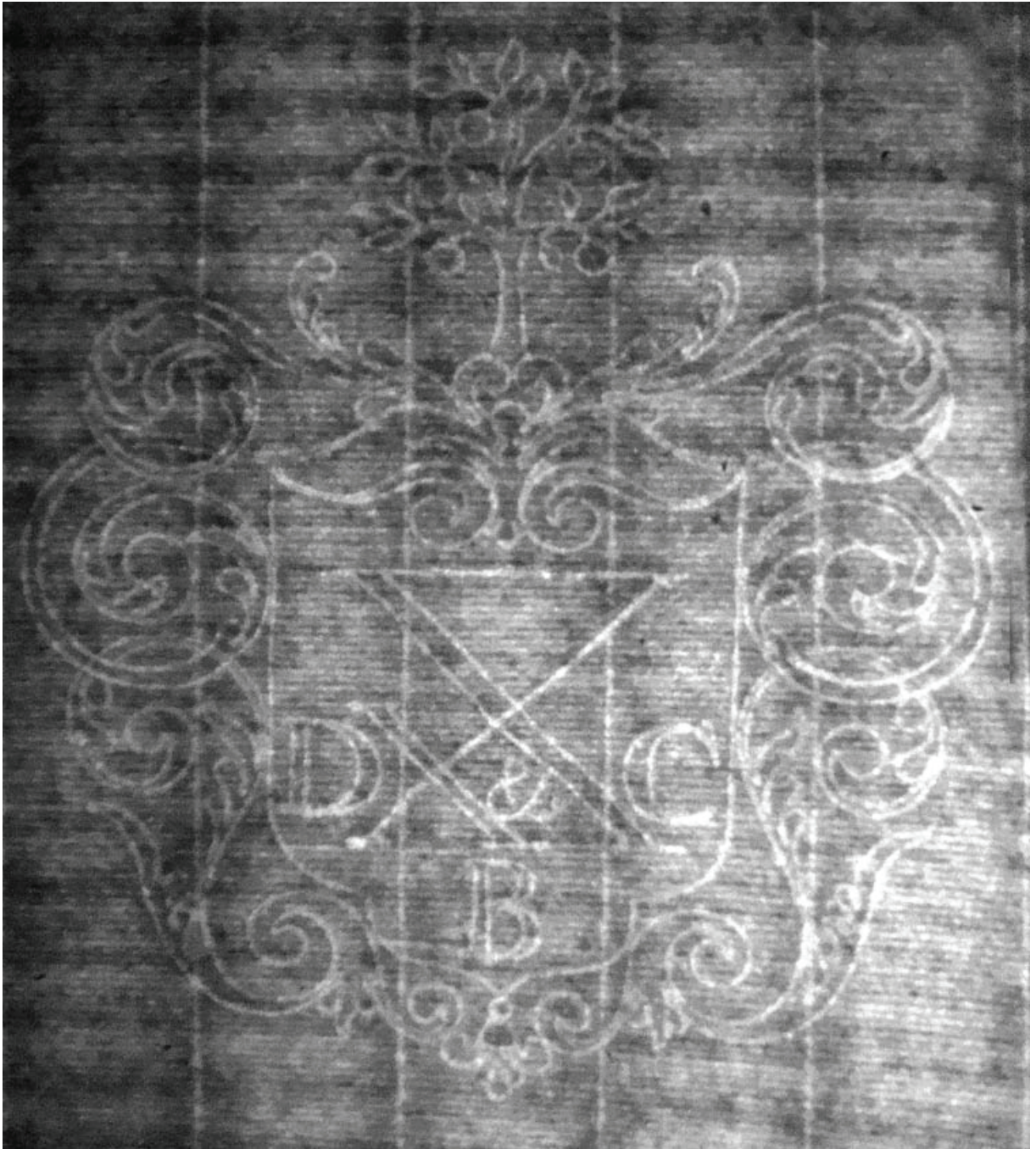


Fig. 22 – Reprodução da filigrana com o brasão D & C Blauw.



Fig. 23 – Reprodução da filigrana com o letreiro Seville Van Ketel & Wassenbergh.

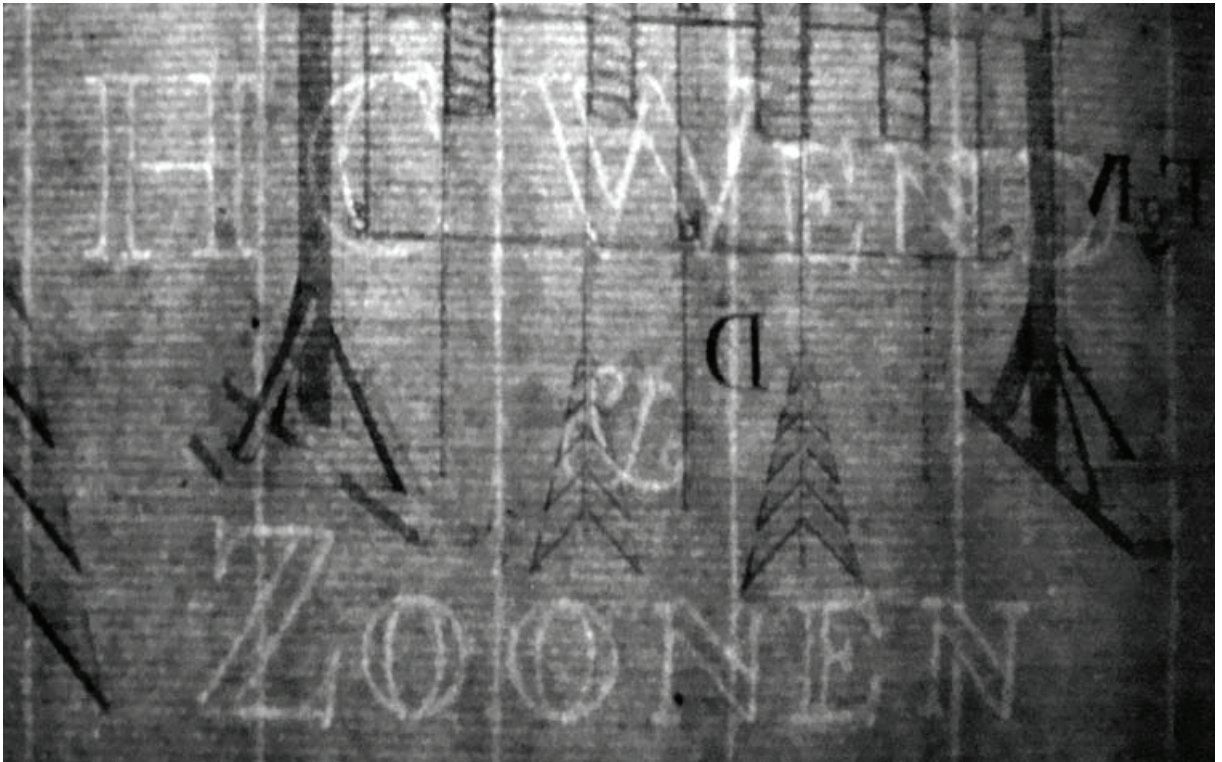


Fig. 24 – Reprodução da filigrana com o letreiro HC Wend & Zoonen.

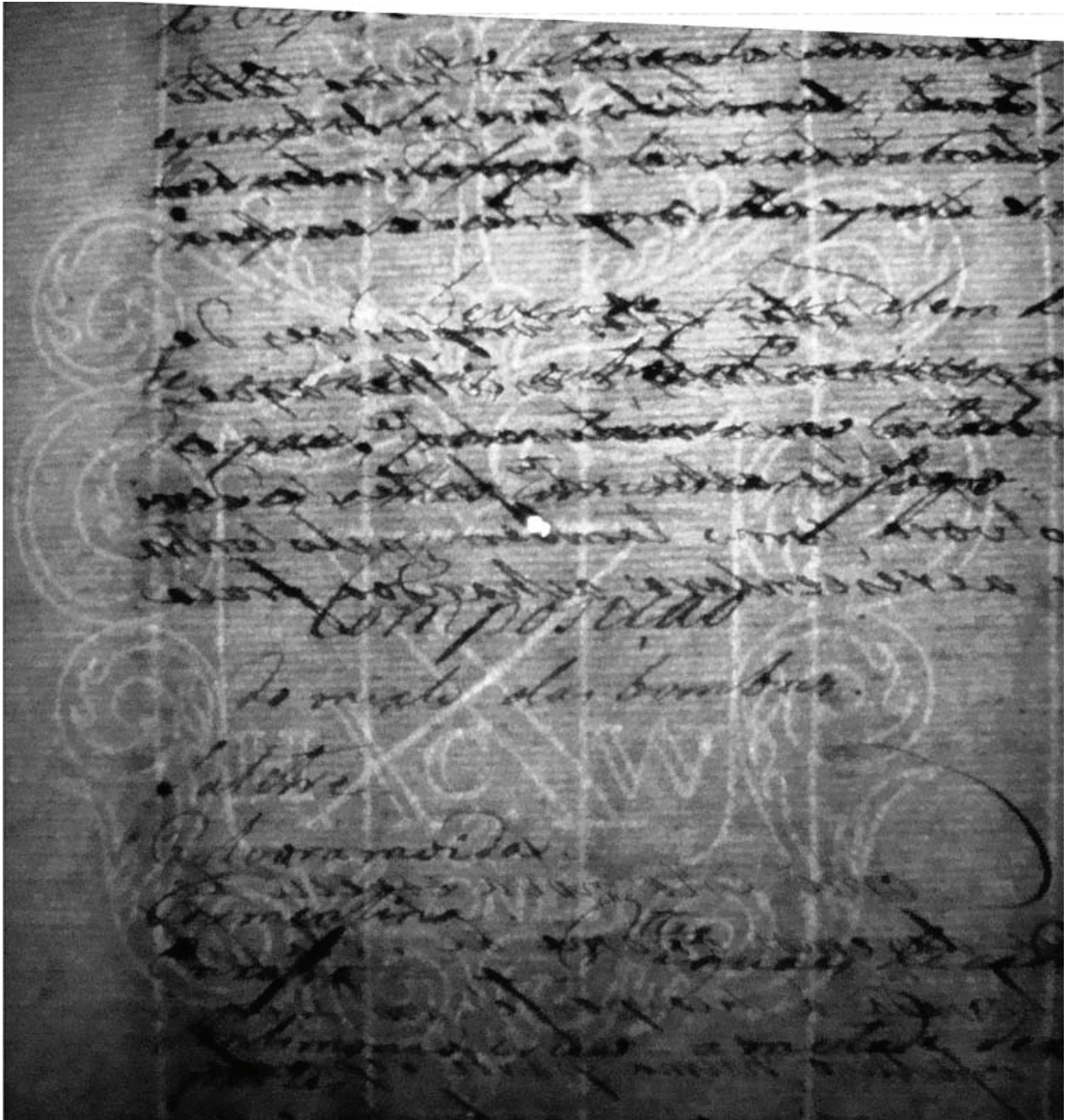


Fig. 25 – Reprodução da filigrana com o brasão HC Wend & Zoonen.

1.3 Análise paleográfica¹²

O *corpus* do presente trabalho é formado por nove documentos, que, apesar de pertencerem a uma mesma coleção no arquivo onde se encontram e de terem sido todos lavrados no mesmo período, tratam de assuntos distintos, foram escritos por diferentes punhos e representam tipos documentais diversos¹³. Tal heterogeneidade reflete-se, naturalmente, na escrita dos manuscritos. Ainda que os traçados observados nos manuscritos possam encaixar-se todos na mesma classificação de tipo de letra — cursiva humanística ou cursiva italiana — os hábitos de escrita diferem bastante entre os punhos.

Não se verifica no século XVIII, portanto, o que acontecia no período medieval, quando os copistas estudavam caligrafia, aperfeiçoando sua escrita, segundo modelos estabelecidos, resultando em uma letra padrão, caligráfica, chamada ‘formada’ ou ‘regularizada’ (LIMA, 1998, p. 13-14). Os manuscritos analisados atestam a grande

¹² Apesar de a etimologia indicar a acepção de paleografia como “estudo da escrita antiga”, tomou-se aqui o uso moderno do vocábulo. Tal assunto é comentado por Yêdda Dias Lima (1998, p. 7): “Por outro lado, elas [definições de paleografia apresentadas] parecem conter uma limitação, conseqüente do significado etimológico da palavra, que traz no seu bojo a noção de antigüidade. É questão hoje em dia superada, pois são objeto de estudo paleográfico os manuscritos, literários ou documentais, que possam trazer dificuldade de leitura, passíveis de uma interpretação ou lição”. Fundamenta seu comentário a passagem de Alphonse Dain, citada pela própria pesquisadora (*apud* DAIN, Alphonse. “Introduction à la paleographie”. In: *L’Histoire et ses méthodes*. Bruges: Gallimard, 1973. p. 529): “pois as escrituras — ao menos as escrituras manuais — mudam muito rapidamente, e por isso se tornam objeto de história”. Vera L. C. Acioli (1994, p. 5) compartilha a ampliação do significado de ‘paleografia’, comentando que o termo antigüidade “deve ser compreendido como dificuldade de leitura, pelo fato de a escrita antiga apresentar caracteres diferentes dos da escrita atual. (...) uma escrita do século XVI é considerada antiga, como uma de antes de Cristo, desde que apresente caracteres gráficos diferentes dos usados na escrita moderna”. Ivo Castro (1991, p. 176) comenta que a paleografia “não é apenas, como geralmente se entende, a arte de decifrar escritas antigas; é sobretudo a história dos sistemas de escrita e da formação e evolução dos símbolos gráficos postos ao serviço de cada civilização; é ainda o estudo das técnicas de escrita que permite, por exemplo, decidir se dois textos foram ou não escritos pela mesma mão, ou se a letra de um texto é autêntica ou se é imitação de outra letra mais antiga, ou calcular quando terá sido escrito um documento não datado”. Dessa forma, pretendeu-se esclarecer e justificar a opção de utilizar o termo paleografia e seus derivados ao tratar de *corpus* do século XVIII.

¹³ Cf. nota de rodapé 3, acerca da terminologia “tipos documentais”.

diversidade de traçados, que têm em comum apenas o caráter cursivo e a utilização de determinados grafemastípicos do período, como o *s* longo e o *r* dois de conta¹⁴.

A descrição paleográfica aqui realizada não se assenta no modelo *stricto sensu*, que prevê a caracterização de cinco elementos da escrita: a morfologia das letras, seu traçado ou *ductus*, o ângulo, o módulo e o peso. Pretende-se, principalmente, descrever o traçado dos grafemas que servirão de base para a análise realizada na segunda parte deste trabalho, a saber: *c*, *ç*, *cç*, *s*, *sc*, *ss*, *z*, *x*¹⁵. A investigação do traçado dado a cada um desses grafemas, sobretudo na distinção *s/z* torna-se o principal objetivo da análise paleográfica aqui realizada. A decisão por transcrever tal grafema como *s* ou *z* é primordial em um trabalho que discutirá, em sua segunda parte, as preferências ortográficas dos autores dos documentos editados¹⁶.

Por se considerar importante a observação de cada grafema no contexto em que ocorria, preferiu-se a reprodução da imagem do vocábulo inteiro, não somente do grafema isolado, que poderia não refletir com clareza o traçado do mesmo.

O primeiro documento, Hospedagem do Conde de Banchi (1755), apresenta uma grafia regular e observa-se a presença de apenas um punho. O traçado cursivo pende levemente para a direita e a morfologia da escrita é bastante semelhante quando as letras se encontram em um mesmo contexto. Dessa forma, o *a* em posição final geralmente possui o mesmo traçado, como pode ser verificado nas palavras *asima* e *Tapessaria* a seguir:

¹⁴ Devido à complexidade verificada na definição do conceito de grafema, esclarece-se que o conceito adotado nesta pesquisa é aquele formulado por Nina Catach (*L'ortographe française*, 1980. p. 16 – apud CATACH, Nina. *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática, 1996. p. 144): “A menor unidade distintiva e/ou significativa da cadeia escrita, composta de uma letra, de um grupo de letras (digrama, trigrama), de uma letra acentuada ou provida de um sinal auxiliar, tendo uma referência fônica e/ou sêmica na cadeia falada”. Considera-se, portanto, o uso do termo grafema quando se refere à representação na língua escrita de um segmento fônico, que é exatamente o conceito usado neste trabalho, uma vez que os grafemas são descritos como representantes escritos das sibilantes, surdas e sonoras. Uso semelhante do termo pode ser verificado nas obras *Ideias Ortográficas em Portugal – de Madureira Feijó a Gonçalves Viana* (GONÇALVES, 2003) e *História do Galego-Português* (MAIA, 1986).

¹⁵ As obras *História do Galego-Português* (MAIA, 1986) e *Curso de História da Língua Portuguesa* (CASTRO, 1991) não fazem referência aos grafemas utilizando parênteses oblíquos, como tradicionalmente são representados na literatura. Em consonância com essas obras, e por achar a leitura mais limpa sem os mesmos, opta-se neste trabalho por representar os grafemas somente com a formatação itálica.

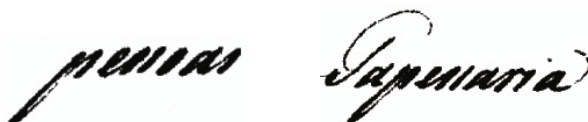
¹⁶ Utiliza-se a nomenclatura *autor* para indicar a pessoa que escreveu o documento, podendo não ser necessariamente o autor intelectual do documento.



Os grafemas encontrados para representar as sibilantes nesse documento são *c*, *ç*, *cç*, *s*, *-ss-* e *z*. O autor do manuscrito utiliza o chamado *s* longo, tanto seguido por *s* pequeno quanto em início de vocábulo, como pode ser observado nos vocábulos *necessario* e *sao*:



O grafema *-ss-* também é empregado sem uso do *s* longo, como pode ser verificado nas palavras *pessoas* e *Tapessaria*:



O traçado do grafema *z* (*lazer* e *paz*) não se confunde com o traçado de *s*, que é encontrado no vocábulo *asima*, representando a sibilante surda:



Observa-se também o uso de *c*, *ç* e *cç*, representando a sibilante surda (*concertarão*, *Serviço* e *acção*):



O documento Estabelecimento de uma Tesouraria (1767) apresenta uma grafia regular, porém menos cursiva do que a escrita observada na Hospedagem do Conde de Banchi. As letras são traçadas uma a uma, havendo poucas ligaduras. Tanto o grafema *s* longo quanto o *-ss-* aparecem nesse documento, sendo que ao *s* longo segue um *s* pequeno, como ocorria no documento Hospedagem do Conde de Banchi. O mesmo vocábulo que aparecia grafado com apenas um *s* pequeno no documento anterior, aparece com *s* longo seguido de *s* pequeno,

como pode ser observado abaixo, na palavra *assima*. Coloca-se também uma ocorrência do vocábulo *necessarias*, com *s* longo seguido de *s* pequeno:

assima necessarias

O uso sistemático do *s* longo seguido de *s* pequeno pode ser verificado no vocábulo *Assentamento*, que foi separado em *As-*, com *s* longo e *sentamento*, com *s* pequeno:

As- sentamento

O mesmo vocábulo aparece, em outra ocorrência, com o grafema *-ss-*, comprovando a arbitrariedade no uso dos grafemas:

Assenta

O traçado do grafema *z* (*Iuiz* e *precizas*), assim como ocorria no documento anterior, não se confunde com o traçado de *s*:

Iuiz precizas

Verifica-se também o uso de *s* intervocálico, neste caso, representando a sibilante sonora (*presença*), e o uso de *ç* e *x*, ambos representando a sibilante surda (*presença*, *experimentassem* e *expedir*):

presença expedir experimentassem

O terceiro documento, Índios Guaranis no Rio Grande do Sul (1768), apresenta algumas particularidades: o uso do grafema *ç* duplicado, como pode ser observado nas palavras *eaççóes* e *Miçções* e o uso de *z* seguido de *ç*, representando a sibilante surda, como pode ser verificado em *nazçaõ*:

O grafema *s* em posição inicial não possui cauda, ocupando o centro do tetragrama, e geralmente apresenta o mesmo módulo, tanto para minúscula quanto para maiúscula, por isso decidiu-se transcrever *s* inicial sempre como minúscula neste documento. Reproduzem-se abaixo uma abreviatura, *snr* (*senhor*), e duas palavras, *seu* e *sobre*:

Já o grafema *s* em posição medial e final apresenta cauda, como se verifica em *eações*, *Miçções* e *existir*, abaixo:

O autor usa preferencialmente o *s* longo seguido de *s* pequeno para representar o grafema *-ss-*, como se verifica abaixo em *nessecidades* (o grafema *-ss-* com duplo *s* pequeno aparece em apenas três vocábulos):

A grafia cursiva e regular do autor do documento pende levemente para a direita e o traçado dos grafemas *s* e *z* é bem distinto, desde que observado o sistemático desenho de *s* medial e final com cauda. Nas palavras abaixo, ilustra-se o traçado de *z* medial e final, em *precizaõ*, *uzo* e *Deoz*:

A justificativa da decisão de interpretar o grafema sem cauda, ilustrado acima, como *z* deve-se tanto ao traçado do mesmo quanto ao fato de não ter sido encontrada no documento nenhuma ocorrência do grafema *s* com cauda em posição intervocálica, representando, portanto, a sibilante sonora. E, seguindo-se o caminho inverso, não se encontra também nenhuma ocorrência do grafema sem cauda (*z*) representando a sibilante surda em posição inicial ou medial.

O autor de Índios Guaranis no Rio Grande do Sul também faz uso grafema *c* para representar a sibilante surda, como pode observado na palavra *nessecidades*, e utiliza o grafema *x* para representar a sibilante sonora, em *existir*:



The image shows two words written in a cursive hand. The first word is 'nessecidades' and the second is 'existir'. The 's' in 'nessecidades' is written with a long tail, while the 's' in 'existir' is written without a tail.

Um exemplo curioso deste documento é o vocábulo *disssolução* (separado em *dissolu-* e *ção*), que apresenta três grafemas *s*, o primeiro com cauda e outros dois, sem cauda, em um raro exemplo de uso de *-ss-* sem *s* longo:



The image shows the word 'disssolu-ção' written in cursive. The first 's' has a long tail, while the second and third 's' do not.

O documento Processo das Quitadeiras (1776) é escrito por quatro punhos distintos, excetuando-se os fôlios de abertura. Realiza-se aqui a descrição paleográfica de cada um dos punhos. O primeiro deles, do escrivão que elaborou a requerimento, apresenta uma grafia regular e cuidada, que pende levemente para a direita. Como acontecia no documento Hospedagem do Conde de Banchi, não se observa o uso de *s* longo no requerimento, havendo inclusive a palavra *asima* escrita com *s* pequeno:



The image shows the word 'asima' written in a cursive hand. The 's' is written as a small, simple loop.

Os grafemas *-ss-*, *c* e *ç*, representando a sibilante surda, também são utilizados, conforme pode se observar em *fossem*, *Licença* e *expulção*:

The image shows three words written in a cursive script: 'fossem', 'Licença', and 'expulsão'. The 's' in 'fossem' and 'expulsão' is a long 's', while 'Licença' uses 'c' and 'ç'.

Para representar a sibilante sonora, há o uso do grafema *z*, cujo traçado se diferencia bastante de *s*, como se verifica em *prejuízo* e *gozaráo*:

The image shows two words written in a cursive script: 'prejuízo' and 'gozaráo'. Both words use a 'z' for the sibilant sound.

No documento escrito em resposta à requerimento, há uso sistemático de *s* longo em palavras escritas sem fronteira, como *havia sido*; apenas em uma ocorrência verifica-se o uso de tal grafema em interior de vocábulo: *observado*. Note-se que em *observado*, não há *s* pequeno seguindo ou antecedendo o *s* longo, o que indica que, sozinho, em meio de palavra, já seria suficiente para representar a sibilante surda:

The image shows two words written in a cursive script: 'havia sido' and 'observado'. The 's' in 'observado' is a long 's'.

Há também, ao lado do *s* longo, o uso do grafema *-ss-*, como se observa em *cessada*:

The image shows the word 'Cessada' written in a cursive script, using the '-ss-' digraph.

A grafia do documento seguinte, assinado pelo procurador do Senado, é regular e cursiva, pendendo para a direita. Para representar a sibilante surda, além de *-ss-* e *s* longo, há uso de *c*, *ç* e *s*, como pode ser observado, respectivamente, em *licença*, *alicença* e *segundo*. É curioso notar que, em *alicença*, o autor não utiliza o grafema *ç* na última sílaba, mas *c*, indicando a sibilante surda que na ocorrência anterior do mesmo vocábulo havia indicado com *ç*:

The image shows three words written in a cursive script: 'licença', 'alicença', and 'segundo'. 'licença' and 'segundo' use 'ç', while 'alicença' uses 'c'.

Para representar a sibilante surda, usa-se tanto o grafema *s* (*desassossego*) quanto *z* (*quazi*), além de *x* (*existir*). É interessante perceber que em *desassossego* há o grafema *s* intervocálico tanto representando a sibilante sonora, em *-sa-*, quanto a surda, em *-so-*:

The image shows three words written in a cursive hand: 'desassossego', 'quazi', and 'existir'. The 's' in 'desassossego' is notably long and loops, representing the voiceless sibilant.

No breve documento redigido pelos senadores, encaminhando o documento do procurador ao juiz presidente, não se utiliza o *s* longo, apenas *-s-* simples, *ç* e *x* para representar a sibilante surda, como pode ser observado em *seos*, *naprezença* e *expulsas*:

The image shows three words written in a cursive hand: 'seos', 'naprezença', and 'expulsas'. The 's' in 'seos' is a simple, short stroke, representing the voiceless sibilant.

Para representar a sibilante sonora, usa-se apenas o grafema *z*, como se verifica no vocábulo *prezença* acima.

No último documento que compõe o Processo das Quitandeiras, redigido provavelmente pelo escrivão do juiz presidente, a grafia não é tão cuidada, apesar de relativamente regular. Também não se observa o uso de *s* longo para representar a sibilante surda, apenas de *c*, *ç*, *s*, *-ss-* e *sc*, como se verifica, respectivamente em *aprovidencia*, *resoluçãõ*, *sinto*, *nessa* e *prevalescer*:

The image shows five words written in a cursive hand: 'aprovidencia', 'resoluçãõ', 'sinto', 'nessa', and 'prevalescer'. The 's' in 'sinto' is a simple, short stroke, representing the voiceless sibilant.

Verifica-se o uso do grafema *-s-* para representar a sibilante sonora em apenas um caso, a palavra *resoluçãõ*, reproduzida acima. Nos demais casos, o autor usa o grafema *z*, como pode ser observado em *indecoroço*, abaixo:

indecorosa

O documento Processo dos Religiosos (1783), elaborado pelo escrivão Pedro Henrique da Cunha, apresenta uma grafia cursiva e regular, com muitas palavras escritas sem fronteira. Verifica-se o uso do grafema *s* medial e final com cauda, como no documento Índios Guaranis no Rio Grande do Sul. Tal qual aquele, o *s* inicial não apresenta cauda, ocupando o centro do tetragrama. Exemplos podem ser observados em *dis omesmo*, *escravos* e *senad*:

dis omesmo *escravos* *senad*

Observe-se que, em *escravos*, o *s* medial apresenta um traçado levemente diferente do *s* final do mesmo vocábulo, e do *s* de *dis* e *omesmo*. Este traçado é comum ao longo do documento e apresenta uma variação, ilustrada pela palavra *Testemunha* abaixo, em que o traçado não faz a volta na cauda, sendo mais fino do que o *s* medial de *escravos*:

Testemunha

Há o uso de *s* longo e do grafema *x* para representar a sibilante surda, como se verifica em *expressifica*. Neste caso, o *s* longo aparece sozinho, em meio de palavra, não sendo antecedido nem seguido de *s* pequeno, como verificado no documento elaborado pelo procurador do senado no Processo das Quitadeiras. Por apresentar valor de sibilante surda, optou-se na edição por transcrevê-lo com *ss*:

expressifica

O autor do documento utiliza também os grafemas *c* e *ç* para representar a sibilante surda (*Francisco* e *Relaçãõ*). É interessante observar também o uso de *c* com valor de sibilante surda na palavra *Iustica*:

Francisco Relaçãõ Iustica

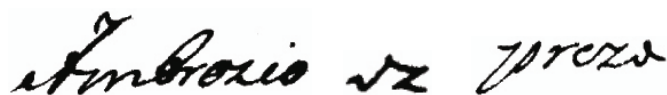
Para representar a sibilante sonora, o escriba utiliza *s*, *z* e *x*, como se observa em *desordens*, *Religiozo* e *exami | nar*:



Talvez o documento em que a dificuldade para estabelecer os grafemas *s* e *z* tenha sido maior seja justamente o Processo dos Religiosos. Ao lado do *s* com cauda, por exemplo, usado em meio e fim de vocábulo, havia também um alógrafo, sem cauda, usado em meio e fim de vocábulo, como pode ser observado em *consta*, *auttos* e *Iustica* (acima). A preposição *dos* foi reproduzida antecedendo o substantivo *auttos* para ilustrar a variação no uso do grafema *s*:



O traçado desse alógrafo, no entanto, não deve ser confundido com o traçado de *z* medial seguido pela vogal *o*. Tal possível confusão deve-se ao fato de seu traçado, quando segue a vogal *o*, iniciar-se em um ponto superior do tetragrama em relação ao seu traçado quando segue as vogais *a*, *e*, *i* e *u*. Um exemplo pode ser observado em *Ambrozio* e *oz*. Observa-se em *prezo*, a diferença no traçado de *z*, quando, por ser antecedido pela vogal *e*, apresenta um traçado mais fácil de se distinguir do alógrafo de *s*:

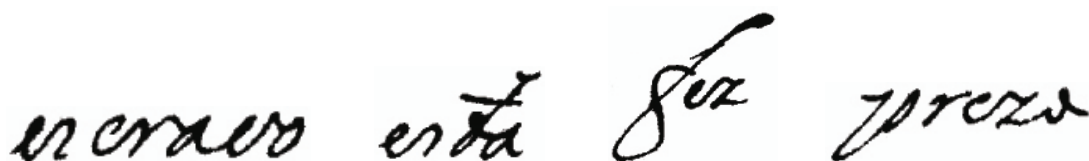


Além disso, o traçado do *s* com cauda variava. Na maioria das ocorrências, o corpo do grafema era fino, mas em alguns casos o grafema apresentava-se com um corpo mais largo, lembrando o desenho atual da letra *z*. Três exemplos podem ser observados em *escravo* e *Distrito* e *omesmo*:



Tais grafemas foram transcritos como *s*, levando-se em conta a constância do escrivão que elaborou o documento. Há poucos casos de polimorfia ao longo do manuscrito, o que reforça a hipótese de tal traçado representar um *s*, pois os mesmo vocábulos apresentam outras ocorrências com o grafema *s* com cauda de corpo fino e também com *s* medial sem cauda.

Outro fato que parece comprovar tal opção é o traçado do grafema *z* e do *s* sem cauda quando seguidos da vogal *e*. Abaixo, os vocábulos *escravo* e *esta* ilustram o traçado de *s* medial seguido de *e*, e as palavras *fez* e *prezo* ilustram o traçado de *z* medial e final seguidos pela vogal *e*:



Assim, neste documento, a observação minuciosa de cada grafema e a conseqüente análise paleográfica levaram à melhor solução para a transcrição dos grafemas *s* e *z*. Abaixo encontram-se exemplos de vocábulos e a transcrição que lhes foi dada na edição:


 - escravos

 - escravo

 - escravo

 - Testemunha

 - dos auttos

 - oz

Ambrozio - Ambrozio

fez - fez

prezo - prezo

O documento Relação de Frades e Fazendas, com a relação de frades aprovados e não-aprovados para confessar, cuja data não é informada, provavelmente foi elaborado no mesmo decênio do documento Processo dos Religiosos, uma vez que os frades citados em um e outro coincidem. O documento apresenta uma grafia regular, cuidada, pendendo para a direita. O autor do manuscrito não faz uso do grafema *s* longo, utilizando apenas os grafemas *s*, *-ss-*, *sc* e *c* e *ç* para representar a sibilante surda em meio de palavra. Observe-se abaixo exemplos em *se*, *Pessanha*, *Nascimento*, *pertencer* e *distinção*:

se Pessanha Nascimento pertencer distinção

Para representar a sibilante sonora, em todas as ocorrências, exceto em uma, usa-se o grafema *z*, como pode ser observado em *Prezentado*. O topônimo *Quisamã* é o único caso de palavra onde se usou o grafema *s* para representar, possivelmente, uma sibilante sonora:

Prezentado Quisamã

O documento Melhoramento do Quinto (1790) apresenta grafia regular, cursiva, com módulo pequeno, que pende levemente para a direita. O autor do manuscrito, Luiz Beltrão de Gouvea de Almeida, utiliza-se do *s* longo seguido de *s* pequeno (*necessita* e *Passo*), em concordância com a maioria dos escribas dos documentos pesquisados. É curioso observar que o escriba não usa o grafema *-ss-*, apenas *s* longo seguido de *s* pequeno. Inclusive no caso de sibilante precedida por nasal, como ocorre no vocábulo *immensos*, o autor grafia *s* longo

seguido de *s* pequeno. Quando a sibilante surda está em travamento silábico, por vezes também é utilizado o *s* longo, como em *fausto*:

necessita *Tapo* *immediatos* *fausto*

Em travamento silábico, também se verifica o uso do grafema *x*, como se observa em *extravio*:

extravio

A partícula “se” antecedida de verbo, em alguns casos, não é separada por hífen, sendo escrita colada ao verbo com *s* longo seguido de *s* pequeno, como pode ser observado em *limitasse a sêr*. Em outros casos, observa-se o uso de hífen, como se ilustra abaixo, em *evitar-se*:

limitasse a sêr *evitar-se*

Além de *s* longo *s* pequeno, o autor do documento usa os grafemas *c*, *ç* e *cç* para representar a sibilante surda: *necessita*, *forças* e *acção*.

necessita *forças* *acção*

O grafema *z* apresenta alta frequência, sendo utilizado para representar a sibilante sonora na maioria das ocorrências. O traçado mais comum desse grafema difere dos demais documentos, uma vez que apresenta cauda, assemelhando-se ao traçado atual. Nas palavras *talvez quizerão*, reproduzidas abaixo, pode-se observar tal traçado. Há um alógrafo do grafema *z*, pouco utilizado, sem cauda, como se verifica em *utiliza*:

talvez quizerão *utiliza*

Raros são os casos de uso do grafema *s* para representar a sibilante sonora. São apenas oito ocorrências em um documento que perfaz 29 fólhos. Um exemplo pode ser verificado na

palavra *crusados*. Em alguns vocábulos, o autor usa o grafema *x* representando a sonora, como em *exigissem*:

Crusados exigissem

O documento Melhoramento do Quinto (1790) é o único que apresenta um vocábulo iniciado por *z*. Trata-se da palavra *zello*, reproduzida abaixo:

zello

No documento Armada Inimiga (1793), observa-se uma grafia cursiva, não tão cuidada, já que as letras variam bastante de módulo ao longo do manuscrito. O autor, Jozé Leandro Melliani da Cruz, não utiliza o *s* longo, apenas o grafema *-ss-*, como se observa em *passo*. Há um alógrafo de *s*, que não pode ser considerado *s* longo, mas que, sozinho, representa a sibilante surda, como se verifica na palavra *assim*:

passo assim

Para representar a sibilante surda, além do grafema *s* dobrado, existem os grafemas *c*, *ç*, *çç*, *sc*, *s* e *z*. O uso de *c*, *ç*, *çç* e *sc* pode ser observado, respectivamente, em *facil*, *Serviço*, *acção* e *acrescentará*:

facil Serviço acção acrescentará


Neste documento, fez-se necessária uma rigorosa análise paleográfica para estabelecer os grafemas *s* e *z*, que possuem um traçado bastante semelhante. O traçado de *z* intervocálico não apresenta tanta dificuldade, como se verifica em *opezo* e *fazer*:

opezo fazer

Já o grafema *s*, sobretudo em posição final, pode ser confundido com o grafema *z*. Ilustram-se abaixo três exemplos: *dos navios*, com o grafema *s* na posição final, *vellas*, com o alógrafo de *s* em final de vocábulo, e *Pêz*, com o grafema *z* em posição final. Observa-se que

o alógrafo de *s* possui uma volta seguida por uma linha horizontal antes de descer, diferente do grafema *s*, em *dos navios*, que não possui volta. Já o grafema *z* apresenta um traço final quase paralelo à linha imaginária do tetragrama, que os outros dois grafemas não possuem, terminando quase perpendiculares à linha:

dos navios vellar Bz

A observação de alguns vocábulos em que o grafema  representa uma sibilante surda confirma a opção por tratá-lo como alógrafo de *s*, e não como o grafema *z*. Nos verbos seguidos pela partícula *se*, *Derretase* e *tirese*, verifica-se tal alógrafo de *s*:

Derretase tirese

Outro vocábulo que comprova a decisão de tal grafema representar um alógrafo de *s* é a palavra *massa*. Também com valor de sibilante surda, o *-ss-* é grafado com o alógrafo seguido pelo grafema *s* mais comum:

massa

O grafema *s*, com valor de surda, antecedido de *n*, é verificado em *consiste*, vocábulo que apresenta também o alógrafo de *s*, em travamento silábico:

consiste

Para representar a sibilante sonora, além do grafema *z*, o autor usa também os grafemas *s* e *x*, como se verifica em *perigosa* e *examinados*:

perigosa examinados

O grafema *x* também é utilizado, em travamento silábico, para representar a sibilante surda, como se observa na palavra *mixto*:

mixto

O último documento, Narrativa Parto Anormal – Xifopagia (1793), apresenta uma escrita regular e cuidada, com um traçado uniforme que pende levemente para direita. Observa-se o uso sistemático de *s* longo seguido de *s* pequeno para representar a sibilante surda em posição intervocálica, como se verifica em *osso*. Há apenas duas ocorrências de *-ss-*, com duplo *s* pequeno, em *colosso* e *ossefica*:

osso colosso ossefica

O autor do documento, Antonio de Freitas Santos, utiliza também os grafemas *c*, *ç*, *s*, *sc* e *x* para representar a sibilante surda, como se verifica em *naterceira*, *orofícios*, *observei*, *ascendentes* e *externo*:

externo naterceira observei orofícios ascendentes

Para representar a sibilante sonora, assim como ocorria no documento Melhoramento do Quinto (1790), o autor utiliza sistematicamente o grafema *z*, tendo sido encontradas apenas duas ocorrências de uso de *s* intervocálico com valor de sonora, como se observa em *Analyse* e *divisoens*:

Analyse divisoens

O traçado de *z* não se confunde com o de *s*, como se observa na palavra *residência* abaixo. No mesmo vocábulo, pode-se verificar também o uso do grafema *ç*, reforçando a sibilante surda antecedida da vogal *i*:

residência

Encerrada a análise paleográfica do último documento, convém ressaltar alguns hábitos de escrita observados nos manuscritos: o uso de *s* longo, observado em oito dos nove documentos, sendo que na maior parte dos manuscritos tal grafema aparece seguido por *s* pequeno; o uso do grafema *cç*, observado em três dos nove documentos estudados; o uso do

grafema *s* intervocálico, representando a sibilante surda, como na palavra *asima*, encontrada em dois documentos; e o uso dos grafemas *çç* e *zç*, como em *aççóes* e *nazção*, no documento Índios Guaranis no Rio Grande do Sul. Outro aspecto a ser ressaltado é a alta frequência do grafema *z* para representar a sibilante sonora.

Conforme observado durante a análise paleográfica, os grafemas que apresentam maior dificuldade para serem estabelecidos na edição são *s* e *z*. Para ilustrar e tornar clara a variação grafemática observada nos documentos, reproduzem-se na tabela 3 tais grafemas, de forma isolada, não mais no contexto em que ocorriam. Os grafemas são dispostos segundo sua posição: inicial, medial e final. Não há coluna com o grafema *z* em posição inicial, por só haver uma ocorrência nessa posição, no documento Melhoramento do Quinto, quando o grafema apresenta o mesmo traçado de *z* medial e final. São reproduzidos na tabela somente os grafemas minúsculos, por serem os que ocorrem em maior quantidade e também por serem os que apresentam mais casos de alografia.

É importante ressaltar que o documento do Processo das Quitandeiras apresenta quatro punhos distintos, por isso são fornecidos quatro exemplos para cada grafema listado.

Tabela 3 – Grafemas e alógrafos

	s inicial	s medial	s final	-ss-	s longo isolado	z medial	z final
Hospedagem do Conde de Banchi							
Estabelecimento de uma Tesouraria Geral							
Índios Guaranis no Rio Grande do Sul							
Processo das Quitandeiras					não há		não há
				não há	não há		não há
					não há		não há
Processo dos Religiosos				não há			
Relação de Frades e Fazendas					não há		
Melhoramento do Quinto							
Armada Inimiga					não há		
Narrativa Parto Anormal – Xifopagia							

Durante a análise paleográfica, verificou-se que 58% dos documentos editados contêm o grafema *s* longo contra 42% que não o contêm.

Dos documentos que utilizam *s* longo, apenas 1, ou 14%, não usa o *s* longo isolado, que aparece sempre seguido de *s* pequeno. Já 6 manuscritos, ou 86%, utilizam *s* longo isolado, seja em início, seja em meio de vocábulo. Desses 6 manuscritos, há um em que só ocorre *s* longo isolado, não havendo nenhuma ocorrência do grafema *-ss-*, seja com *s* longo seguido de *s* pequeno, seja com *s* pequeno dobrado.

Sobre o uso do grafema *-ss-*, observa-se que 66% dos autores que usavam *s* longo seguido de *s* pequeno também utilizavam apenas *s* pequeno dobrado para representar o grafema *-ss-*. Apenas um autor (17%) usou somente o grafema *-ss-* com *s* longo seguido de *s* pequeno; no caso desse manuscrito, portanto, não há ocorrência do grafema *-ss-* com *s* pequeno dobrado.

1.4 Apontamentos históricos

Ao longo do processo de leitura, transcrição e edição dos manuscritos, é tarefa praticamente impossível para o filólogo não ser absorvido pelo conteúdo e pela história que cada texto carrega. A pesquisa sobre os autores e os destinatários dos manuscritos, sobre o processo de escrita e as razões que motivaram a elaboração dos textos, bem como sobre o contexto histórico em que os documentos se inserem, constituem parte inextricável do trabalho filológico, justificada pela acepção de ‘filologia’ como a ciência que estuda as sociedades pela leitura de suas fontes documentais escritas.

Embora não constitua tema principal da presente dissertação, faz-se necessária a apresentação de aspectos da tradição histórica de um documento editado, a saber: Processo das Quitandeiras.

A discussão das informações históricas deste documento justifica-se pelo fato de serem fundamentais para a correta ordenação dos manuscritos, já que se trata de um processo composto por documentos de tipologia variada, que obedecem à hierarquia do então Senado da Câmara, no Rio de Janeiro.

1.4.1 O Processo das Quitandeiras

O Processo das Quitandeiras, datado de 1776 e elaborado no Rio de Janeiro, é composto por um requerimento, redigido pelo escrivão do Senado da Câmara, chamada hoje em dia de Câmara Municipal; um ofício, escrito pelo procurador; um bilhete, elaborado pelos senhores do Senado, que seriam os cargos correspondentes aos vereadores atualmente; e um parecer, com a decisão do juiz presidente sobre a questão exposta no requerimento.

O primeiro documento do processo, o requerimento das quitandeiras, datado de 29 de maio de 1776, começa por expor a situação das trabalhadoras, que sempre venderam suas quitandas defronte da casa da Câmara, em frente ao mar, ao lado das bancas que vendiam pescados. As requerentes informam que a venda não *embaraçava a serventia da rua*¹⁷ e que para tal atividade tiravam licença anual do Senado, pagando o foro pelo uso do chão. Relatam o problema enfrentado por elas: o dr. juiz de fora, então presidente da Câmara Municipal,

¹⁷ Os trechos em itálico são reproduções diretas do texto editado dos manuscritos.

ordenou que fossem despejadas *absolutamente*, ordem que foi confirmada pelo Senado da Câmara, que mandou agir contra as que fossem *renitentes*.

As quitandeiras afirmavam pagar aforamento do chão para venderem na paragem e diziam que a expulsão havia resultado em prejuízo grave, não só para elas, mas também aos moradores da cidade, que eram seus clientes. Alertavam que o prejuízo só aumentaria com o tempo por não terem outro lugar para vender seus gêneros. Pediram, então, que o procurador do Senado mandasse que elas não fossem impedidas de vender no local.

Datado de 3 de junho de 1776, o ofício do procurador, João Antunes de Azevedo Lima, segundo documento do processo, confirma que as quitandeiras tinham posse do lugar e que o dr. juiz de fora as mandou despejar. A informação mais importante do documento parece estar nesse ofício: o motivo do despejo. Trata-se de uma questão ligada a interesses particulares: o *grande alarido* provocado pelas quitandeiras causava *moléstia e desassossego* ao juiz de fora, que estava doente e não podia ficar exposto à bulha das vendedoras.

O procurador informa, então, que o alarido não vinha das quitandeiras que pagavam o foro anual, mas de outras, *adventícias*, sem licença. Ele relata que o Senado atendeu à queixa do dr. juiz presidente, que era o juiz de fora, tendo em vista que seria por tempo limitado a retirada das quitandeiras, até que se cessasse a enfermidade. Porém, as vendedoras que pagavam o foro anual foram despejadas, mas as outras, sem licença, continuaram a vender. O ofício termina com o pedido de que se restituam as demais quitandeiras expulsas já que a queixa do juiz presidente é quase extinta, e não há outro lugar para venderem, além da falta delas na paragem incomodar o povo.

O terceiro documento do processo, datado de 8 de junho de 1776, é o encaminhamento do ofício do procurador ao juiz presidente pelos senhores do Senado. O destinatário, porém, não é o juiz de fora, então presidente da Câmara Municipal, mas uma espécie de Ministro da Justiça, uma das maiores autoridades do Rio de Janeiro setecentista. Assinam o documento os

vereadores — Joze Coelho, Antonio Nascentes Pinto e Ignasio da Fonseca Lima — e o procurador, informando que procederão conforme a ordem do juiz presidente.

A decisão do ministro da justiça, último documento do processo, não tarda. Em 11 de junho de 1776, o magistrado emite seu parecer, informando que sente pelo Senado ter mandado despejar as quitadeiras sem antes ter dado parte a ele, por não se dever alterar *cousa algũa do que setiver assentado nessa Camara sem Ordem superior*. Afirma ainda que tudo é determinado pelo bem comum, devendo prevalecer a qualquer utilidade particular. Pede, então, que os senhores do Senado dêem providência para as quitadeiras tornarem logo para o lugar de onde se lhes mandou despejar.

Uma particularidade de natureza codicológico-paleográfica pode ser observada nesse último documento. Justamente ao tratar da importância da utilidade pública sobre a particular, o copista comete um deslize, grafando o termo “pública” em vez de “particular”, o que pode ser percebido pela observação atenta do trecho no manuscrito.

A handwritten manuscript snippet in cursive script. The text reads: "alterar oq nella se tem disposto; por ser tudo em beneficio do bem comum, q deve prevalecer a qual q? utilidade ~~publica~~ particular; enajusta conformidade daraõ Vm. a providencia p. as". The word "publica" is crossed out with a horizontal line, and "particular" is written above it. There are some faint markings above the word "publica" that appear to be "publica" written in a different style or as a correction.

alterar *que* nella se tem disposto; por ser tudo <determinado> em benefício do bem comum, *que* deve prevalecer a qual *quer* utilidade ~~publica~~ particular; enajusta conformidade daraõ Vossasmerces a providencia *para* as

Fig. 26 - Imagem seguida pela transcrição de trecho do quarto documento

O trecho acima reproduzido apresenta uma emenda, na qual o copista risca a palavra “pública”, substituindo-a por “particular”. Se não houvesse a correção, o teor do documento

ficaria comprometido, visto que o texto teria seu sentido alterado: a utilidade particular prevaleceria sobre a pública.

Conforme Gomes & Soares (2002, p. 3-4), o processo das quitadeiras revela-se peculiar em virtude de seu assunto. O Senado da Câmara do Rio de Janeiro costumava receber muitas queixas de ordem urbana, como iluminação deficiente, existência de pântanos, ruas sem calçamento etc; porém, uma missiva proveniente de uma ordem de trabalhadoras informais composta por mulheres negras, escravas ou libertas, era incomum.

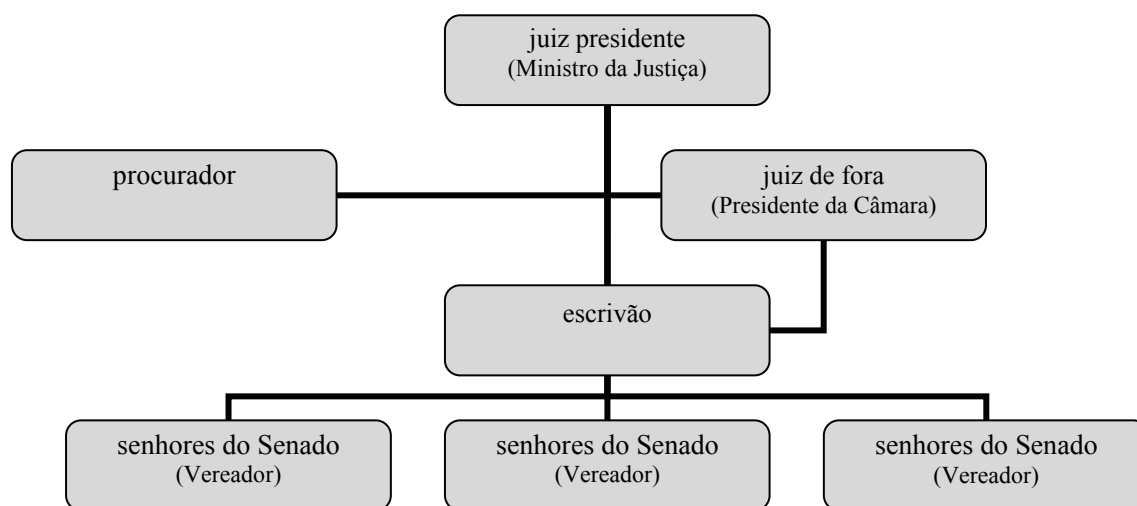
O conteúdo e o desenrolar do processo descortinam alguns aspectos da administração colonial. A enfermidade do juiz de fora gera seu pedido de retirada das quitadeiras, que é aceito, imediatamente, pelos senhores do Senado¹⁸. Talvez os vereadores não contassem com a capacidade de organização do grupo de trabalhadoras, que rapidamente se reúne e faz chegar ao mesmo Senado um requerimento no qual esclarecem o pagamento do foro pelo uso do chão e reclamam a reapropriação do espaço. O procurador João Antunes de Azevedo Lima apóia as requerentes e submete seu ofício aos vereadores, que procedem à única alternativa possível: encaminhar o processo ao juiz presidente.

No império marítimo português, a administração municipal organizava-se em torno do Senado da Câmara, instituição que, ao lado da Santa Casa de Misericórdia, era responsável por manter unidas as diferentes colônias portuguesas, tendo importância fundamental na manutenção de uma continuidade que governadores e magistrados não podiam assegurar (BOXER, 1977, p. 305). A organização dos Conselhos Municipais coloniais estava bem próxima do modelo da metrópole e compunha-se, geralmente, por dois a seis vereadores, dois juízes ordinários, um procurador, um escrivão e um tesoureiro, chamados oficiais da Câmara. Segundo Bicalho (1998, p. 6), a partir de finais do século XVII e início do XVIII, o poder

¹⁸ É provável que o pedido do juiz de fora tenha sido documentado, porém até o momento não foram encontrados os manuscritos que tratariam do assunto.

político e econômico das Câmaras Municipais Ultramarinas começou a ser cerceado pela metrópole, e a primeira medida efetiva foi a criação do cargo de juiz de fora. Além de aumentar o poder da Coroa, o juiz de fora seria mais isento do que os juizes ordinários, por não ter vínculos de amizade ou parentesco e estar afastado dos interesses de grupos privilegiados. O Rio de Janeiro, por ser capital da colônia, contava ainda com um magistrado de grande importância, o juiz presidente, que corresponderia hoje ao cargo de Ministro da Justiça.

Por meio da análise dos documentos que compõem o processo, pode-se estabelecer no Conselho Municipal do Rio de Janeiro a existência de três vereadores, um escrivão, que acumulava a função de tesoureiro, um procurador, um juiz presidente da Câmara, cargo ocupado pelo juiz de fora, e um juiz presidente, de maior poder, que deu o parecer final ao caso.



Organograma 1 – Conselho Municipal do Rio de Janeiro (1776)

Pelo conteúdo dos documentos, o juiz de fora, então juiz presidente, parece não ser tão isento como deveria, colocando seus motivos pessoais na frente do bem comum, ao que deve

servir o Conselho Municipal. Como afirmam Gomes & Soares (2002, p. 5), “uma clara decisão pessoal, algo não tão raro no Estado até os nossos dias”. O poder do juiz presidente prevalece sobre a decisão dos vereadores e do próprio juiz de fora, e as quitandeiras atingem seu objetivo legítimo: o de retornar ao local sobre o qual tinham a posse.

1.5 Edição

O presente capítulo trata do tipo de edição escolhido para a apresentação dos manuscritos que compõem o *corpus* deste trabalho. Ao iniciar a leitura dos manuscritos selecionados para a composição do *corpus*, é possível detectar seu tema e compor uma breve observação sobre os hábitos de escrita do autor do documento. Levantam-se, por exemplo, apontamentos de natureza paleográfica e codicológica, que serão aprofundados durante a transcrição dos documentos.

Ao longo da leitura e da elaboração da primeira lição dos manuscritos, reflete-se continuamente sobre a função da transcrição. Tal função pode se esgotar internamente no trabalho, ou seja, ser útil para a presente dissertação, servindo como um documento que registra fragmentos escritos da língua portuguesa da segunda metade do século XVIII e que serve de base para análises filológicas; ou o uso da transcrição desses documentos pode ir além, constituindo um importante *corpus* para pesquisas de áreas afins, como a história e a sociologia, além dos próprios estudos de história da língua, que poderão ser aprofundados posteriormente.

A função da transcrição, determinada de forma clara e objetiva, permite definir o tipo de edição a ser escolhido. Os diferentes tipos de edição variam de acordo com dois critérios

fundamentais: o do grau de intervenção do editor e o do público-alvo almejado. Os dois critérios são indissociáveis, visto que o tipo de leitor irá determinar o grau de intervenção do editor. Se o objetivo é colocar à disposição do grande público um romance escrito em português do século XIX, é necessária uma edição apropriada, com os problemas filológicos resolvidos, a modernização da grafia e, às vezes, da pontuação, e, se pertinente, a apresentação de um glossário com termos que caíram em desuso. A edição, neste caso, é interpretativa e modernizada. O esclarecimento, informando ao leitor o tipo de edição utilizado, no entanto, é imprescindível, já que garante a qualidade e demonstra a preocupação do editor em deixar claro que interveio no texto que traz a público.

No caso do *corpus* da presente dissertação, o objetivo da edição é tornar o conteúdo dos manuscritos acessível a um maior número de estudiosos, visto que uma edição fac-similar restringiria o público leitor àqueles que possuem conhecimentos de leitura de manuscritos. O objetivo da presente edição também se relaciona à ampliação do *corpus* de documentos brasileiros escritos em língua portuguesa, que possam auxiliar nos estudos de história da língua. As análises relativas à evolução da língua portuguesa falada e escrita no Brasil dependem das fontes escritas, que são os manuscritos da esfera pública e privada preservados até hoje. Considerando que o filólogo seja o estudioso mais indicado para realizar as tarefas de leitura e edição dessas fontes, seria lógico afirmar que o *corpus* editado por pesquisadores do campo da Filologia estaria nas condições ideais para pesquisas sobre as transformações da língua, que podem ser realizadas tanto por lingüistas quanto pelos próprios filólogos.

Para o estudo da história da língua, no entanto, o grau de intervenção do editor não pode ser alto, uma vez que é preciso conservar a escrita original do documento. As intervenções do editor precisam ser esclarecidas quando da apresentação do texto e eventualmente reforçadas em notas de rodapé ao longo da edição. O grau de mediação a que o texto será sujeito em uma edição destinada principalmente a estudos de língua dependerá do

editor e do público que ele pretende atingir. Uma edição que opte, por exemplo, pelo não-desenvolvimento de abreviaturas constantes do documento original restringirá o número de leitores; assim como a não-transformação de caracteres próprios de uma época, como o *s* longo, em caracteres do alfabeto latino e em sinais gráficos geralmente utilizados, dificultará a leitura dos documentos, que ficará restrito a um público ainda mais especializado.

A análise dessas variáveis — público-alvo almejado, grau de intervenção do editor, função da edição — resultará na escolha do tipo de edição mais adequado. Para a presente dissertação, a escolha recai sobre uma edição com grau de intervenção médio, já que foram desenvolvidas todas as abreviaturas e houve conjecturas, devidamente marcadas, a respeito de trechos de difícil leitura. Tal edição costuma ser chamada de *semidiplomática* ou *diplomático-interpretativa*.

O uso desse tipo de edição para o estudo histórico da língua portuguesa pode ser verificado em muitas obras, conforme cita Cambraia (2005, p. 96):

[...] como exemplo em Portugal, podem-se citar a edição de documentos notariais medievais da região do noroeste da Península Ibérica por Maia (1986) e da região centro-sul do território português por Martins (1994); já no Brasil podem-se mencionar a edição de cartas baianas do séc. XVIII em Lobo (2001) e a edição de anúncios de jornais do séc. XIX em Guedes & Berlinck (2000).

Além das obras citadas por Cambraia, pode-se indicar também seu próprio trabalho, em conjunto com Megale e Cunha, *A Carta de Pero Vaz de Caminha* (CAMINHA, 2001), que apresenta a edição fac-similar acompanhada da lição semidiplomática da carta. Tal livro constituiu o primeiro volume da Série Diachronica, a que se seguiram outros três, todos utilizando a edição semidiplomática: o volume 2, *E os Preços Eram Commodos* (BERLINCK & GUEDES, 2000); o volume 3, *Cartas Baianas Setecentistas* (organizado por LOBO, 2001); e o volume 4, lançado em 2006, *Por Minha Letra e Sinal — Documentos do Ouro do Século XVII* (organizado por MEGALE & TOLEDO NETO). Esse último título constitui o primeiro

volume de documentos do Projeto Filologia Bandeirante, que busca traços de arcaísmos na língua falada atualmente na trilha das bandeiras.

1.5.1 Uma questão de terminologia

A terminologia *edição semidiplomática*, utilizada no título desta dissertação, não é unânime na literatura, dado que são encontradas informações divergentes sobre os critérios utilizados nesse tipo de edição. Justifica-se, portanto, uma breve discussão acerca da terminologia empregada para definir cada tipo de edição em alguns manuais de Crítica Textual.

O manual de Cambraia (2005, p. 95), *Introdução à Crítica Textual*, nomeia a edição *semidiplomática* de *paleográfica*, oferecendo como sinônimos *semidiplomática*, *paradiplomática* ou *diplomático-interpretativa*. O manual de Spina (1994, p. 84-86), *Introdução à Edótica*, apresenta quatro formas de reprodução de um texto: *reprodução mecânica*, na qual estaria a chamada *edição fac-similar*, nomenclatura também utilizada pelo autor e por Cambraia (2005, p. 91); *reprodução diplomática*, chamada de *edição diplomática* por Cambraia (2005, p. 93); *transcrição diplomático-interpretativa* ou *semidiplomática*, chamada preferencialmente de *edição paleográfica* por Cambraia (2005, p. 95); e, por fim, *texto crítico*, que resulta na *edição crítica*, termo também utilizado por Cambraia (2005, p. 104), ao tratar das edições politestemunhais; muito embora o critério de mais de um testemunho não seja unanimidade entre os teóricos, haja vista o número de edições críticas de testemunho único. Megale (2005, p. 272) define edição crítica como

(...) aquela em que o editor intervém no estabelecimento do texto. De acordo com Spina (1977, p. 87)¹⁹, os procedimentos de apuração para *codex unicus* não são os mesmos para *codices plurimi*. Entre inúmeras edições críticas de testemunho único são muito conhecidas, por exemplo, *A carta de Pero Vaz de Caminha*, edição fac-similada e crítica, por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943; a *Edição crítica e glossário de solilóquios*, do Pseudo-Agostinho, por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1957; e *Arte de trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional: introdução, edição crítica e fac-símile*, por Giuseppe Tavani. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

Enquanto Cambraia utiliza os termos *edição paleográfica* e *edição semidiplomática* como sinônimos, Spina (1994, p. 85) define *transcrição paleográfica* como “mais perfeita que a própria reprodução fac-similar do manuscrito, porque esta não nos dá conta de certas particularidades do texto e do material, que só os procedimentos de um hábil paleógrafo podem denunciar”. Como exemplo de *edição paleográfica*, Spina cita a edição crítica do *Cantar do Cid* elaborada por Menéndez Pidal²⁰, que realizou uma exegese sobre os aspectos paleográficos do manuscrito.

O significado de *edição paleográfica* para Spina, portanto, surge muito menos ligado à *edição semidiplomática* do que à própria *edição diplomática* ou *fac-similar*. A definição de *edição paleográfica* dada por Houaiss (2001) a aproxima também da *edição diplomática*: “aquela que reproduz fielmente o texto, obedecendo a ortografia e pontuação, e em que as alterações necessárias são representadas entre colchetes”. Para Cambraia, a mesma nomenclatura, *paleográfica*, é utilizada como sinônimo de *edição semidiplomática*, com grau médio de intervenção do editor.

O vocábulo *paleografia* é formado pelo antepositivo grego *palaiós, á, ón*, que significa antigo, e pelo pospositivo grego *graphê, ês*, que se significa escrita, escrito, convenção, documento, descrição. Considerando-se sua etimologia, portanto, pode-se conjecturar que a categoria *edição paleográfica* proposta por Spina e Houaiss seria mais adequada, uma vez que tal tipo de edição procura marcar as particularidades de um manuscrito que apenas um hábil paleógrafo seria capaz de identificar.

¹⁹ SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977.

²⁰ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Cantar de Mio Cid*. Madrid: Espasa-Calpe, 1964.

A explicação para utilização de tal termo por Cambraia (2005, p. 97), no entanto, parece residir na última categoria de edição monotestemunhal proposta pelo autor: a *edição interpretativa*.

Assim como na paleográfica, fazem-se operações como desenvolvimento de abreviaturas e conjecturas, mas, além disso, o texto passa por um forte processo de uniformização gráfica e as conjecturas vão além de falhas óbvias, compreendendo intervenções que aproximem o texto do que teria sido sua forma genuína [objetivo principal da edição crítica]. (...) Não se pode deixar de esclarecer que, neste tipo de edição, a uniformização é essencialmente gráfica: não se uniformizam variantes fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais. (...) É evidente, porém, que certas uniformizações (de pontuação, paragrafação, etc.) acabam por fixar apenas uma das leituras possíveis do testemunho, razão pela qual esse tipo recebe justamente o nome de *interpretativa*. (...) Embora não raramente se utilize o termo *crítica* para nomear este tipo de edição (i. é, baseada em apenas um testemunho), tal prática merece ser revista, pois o método aplicado e os resultados obtidos neste caso são radicalmente distintos dos relativos a uma edição baseada no confronto de testemunhos...

Pelos argumentos de Cambraia, portanto, a principal diferença entre a *edição paleográfica* e a *edição interpretativa* seria que a primeira preservaria a variação gráfica ao passo que a segunda não. Partindo dessa caracterização, pode-se dizer que o termo utilizado pelo autor relaciona-se à etimologia do vocábulo, escrita antiga, não sendo de todo inapropriado, apenas divergente.

No *Manual de Crítica Textual*, de Alberto Blecua (1987), não há a categorização dos tipos de edição, já que o autor se fixa no processo clássico de crítica textual proposto por Karl Lachmann, porém Blecua (1987, p. 137) cita os termos *edición paleográfica* e *semipaleográfica*, comentando que se uma edição desses tipos “pretende reproduzir a materialidade do texto como documento, a edição crítica se preocupa com os aspectos substanciais e elimina todos aqueles que considera irrelevantes” (tradução nossa). Nos exemplos oferecidos pelo autor nos anexos do livro (BLECUA, 1987, p. 336), encontra-se a edição paleográfica de *El Libro de Alexandre*, de 1932, feita por Raymond S. Willis²¹. Nota-se pelos fragmentos reproduzidos por Blecua que a edição não desenvolve os sinais gráficos habituais do período medieval, como os símbolos f, usado para representar o grafema -s-, e o símbolo tao, chamado *e tironiano*, representando o valor de *et*.

²¹ WILLIS, Raymond S. *El libro de Alexandre*. Princeton University Press, 1932.

Verifica-se, portanto, que a classificação de Blecua parece identificar-se com a de Spina, que aproxima os conceitos de *edição diplomática* e *paleográfica*. A abordagem do autor espanhol, no entanto, é distinta dos autores brasileiros, uma vez que aquele comenta que o editor deve apresentar o texto evitando as ambigüidades e os problemas ortográficos e prosódicos, de forma a tornar a edição mais eficaz (BLECUA, 1987, p. 137). Tal comentário recomenda um grau de intervenção alto por parte do editor, que realizaria, então, uma *edição interpretativa* ou *crítica*.

Spaggiari e Perugi, no manual *Fundamentos da Crítica Textual*, lançado em 2004, não utilizam o adjetivo *paleográfica* para designar os tipos de edição. São mencionadas as seguintes categorias: *edição fac-similar*, também chamada de *edição anastática*; *edição diplomática* e *edição diplomático-interpretativa*, além da *edição crítica*. Enquanto, para os autores, a *edição diplomática* é realizada sem qualquer intervenção do editor, a *edição diplomático-interpretativa* apresenta um grau mínimo de intervenções, “como o desdobramento das abreviaturas, a separação das palavras, a distinção entre *v* e *u*, *i* e *j*, a pontuação, a alternância de maiúsculas e minúsculas, conforme o uso moderno etc.” (SPAGGIARI & PERUGI, 2004, p. 25).

Segundo os autores italianos, portanto, o grau de intervenção mínimo ocorre na *edição diplomático-interpretativa*, a qual teria, para Cambraia e Spina, um grau de intervenção considerado médio. Para os autores brasileiros, o grau mínimo (ou baixo) estaria restrito à *edição diplomática*, que, mesmo conservando rigorosamente todas as abreviaturas, sinais de pontuação e não estabelecendo fronteiras de palavras, apresenta mediação do editor, na medida em que este interfere no original ao transcrevê-lo utilizando os meios modernos, como o teclado e os editores de texto do computador. Não se pode, assim, considerar que não há intervenção do editor na *edição diplomática*, principalmente se for considerado o período em que tal tipo de edição foi amplamente utilizado, o século XIX. Sabe-se que, naquela

época, os critérios de edição e as técnicas utilizadas não eram esclarecidos como atualmente o são nos trabalhos de crítica textual, por isso o editor interferia no original, sem a preocupação de explicitar suas intervenções.

A função atual da *edição diplomática* parece se resumir a acompanhar a *edição fac-similar*, conforme citado no *Manual de Filologia Portuguesa*, de Silva Neto (1957, p. 335), já em meados do século XX:

A transcrição puramente diplomática é hoje um atraso. Ficamos sempre na estrita dependência do critério e da perícia do editor, que, no entanto, pode ler mal ou não compreender algumas palavras.

Por outro lado, em muitos passos, as edições meramente diplomáticas são deficientes e imperfeitas, pois as tipografias modernas são incapazes de reproduzir certos sinais medievais.

Com o actual progresso da técnica só se justifica a edição diplomática quando ela vem ao lado do fac-símile. Dessa maneira o leitor pode acompanhar e policiar a leitura.

No manual de Silva Neto, a referência à terminologia *edição paleográfica* aparece apenas em uma citação das *Normas de transcripcion y edicion de textos y documentos* (Madrid, 1944, p. 16): “carece de utilidad la edición paleográfica total, pesada para la composición en la imprenta y suplida ventajosamente con la reproducción fotomecánica del manuscrito o de la parte pertinente de él” (*apud* SILVA NETO, 1957, p. 335). Esse significado tomado pelas normas espanholas aproxima-se da definição de Spina e afasta-se, por consequência, da acepção conferida por Cambraia.

Apesar de não fazer referência aos adjetivos *semidiplomática* e *diplomático-interpretativa*, Silva Neto (1957, p. 335-336) dispõe normas de edição que pertencem a essa categoria de edição, como o desdobramento de abreviaturas e o respeito à grafia medieval.

Em virtude da problemática de natureza terminológica, opta-se na presente dissertação pelo termo *edição semidiplomática*, já que parece ser o que melhor reflete a edição realizada no *corpus*: grau médio de intervenção do editor, com o desdobramento de abreviaturas, a manutenção dos sinais de pontuação, o não-estabelecimento das fronteiras de palavras e as conjecturas do editor devidamente explicitadas na lição.

Quanto às fronteiras de palavras, os manuais de Silva Neto e Spaggiari & Peruggi (2004) colocam o estabelecimento das fronteiras, ou seja, a separação vocabular (*distinctio*), como norma geral das edições semidiplomáticas. Cabe ressaltar, porém, que a edição semidiplomática realizada no presente trabalho não estabelece as fronteiras, por considerar importante material de estudo tal hábito paleográfico comum até meados do século XIX, e sobretudo para o estudo do vocábulo fonológico.

Talvez o melhor termo a ser utilizado para designar o tipo de edição seja justamente aquele escolhido pelo próprio autor da edição, já que foi ele o responsável pela definição dos critérios que a orientam. Para ilustrar a questão da terminologia, comenta-se uma crônica de Ivan Angelo (2007), na qual o autor tenta definir o termo crônica. Na tentativa de definição, é citada uma frase de Fernando Sabino: “crônica é tudo que o autor chama de crônica”. Ao término de seu texto, Ivan Angelo faz referência a outro conhecido escritor, Rubem Braga, que, questionado por um jornalista sobre o que seria crônica, respondeu: “Se não é aguda, é crônica”.

1.5.2 As normas de edição

As normas gerais utilizadas na presente edição seguem as *Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil*, estabelecida em 1998 por uma comissão de pesquisadores durante o II Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado em Campos do Jordão-SP (CAMINHA, 2001, p. 23-26). Reproduzem-se abaixo tais normas. Os exemplos citados após algumas normas (3, 4, 5, 8, 9, 11 e 15) foram selecionados do *corpus* editado neste trabalho. As dezesseis normas propostas no referido

seminário reduziram-se a quinze, por não haver no *corpus* do presente trabalho trecho de maior extensão não legível que necessite da indicação [corroídas ± 5 linhas], como recomendava a norma 13 do seminário.

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:
 - a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura “m.^{to}” a ser transcrita “munto”;
 - b) no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura “D.^o” a ser transcrita “Deus”.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “alicensaconviniente” (Processo das Quitadeiras – 1.56); “seSeguem” (Processo dos Religiosos – 1.99); “porisso” (Melhoramento do Quinto – 1.156).
4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço]. Exemplo: “Deoz em Santa gloria haja. [espaço] Pello que” (Índios Guaranis no Rio Grande do Sul – 1.28).
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: “huma Memoria de al-|gumas Providencias” (Estabelecimento de uma Tesouraria Geral – 1.8/9); “gravissimo|prejuizo” (Processo das Quitadeiras – 1.31/32); “tres ultimas” (Narrativa Parto Anormal - Xifopagia – 1.53).
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção.
8. Inserções do escriba ou do copistas na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <Informe o Senado da Camara,|ouvindo oProcurador da mesma Ca-|mara. Rio 29 de Mayo de1776> (Processo das Quitadeiras – 1.17/18/19).
9. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: “domesmo tamanho da-~~grossura~~ docanudo” (Armada Inimiga – 1.26). No caso de

repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: “deve sêr hum [[hum]] Axióma” (Melhoramento do Quinto – 1.256).

10. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento informando-se a localização.²²
11. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “por seutelizarem doztr[aba-] | llos” (Índios Guaranis do Rio Grande do Sul – 1.83/84). Nos casos em que o copista claramente deixou de grafar parte de palavra, foi inserida, entre colchetes, a parte inferida dessa palavra, além de uma nota de rodapé explicando tal ocorrência.
12. Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].
13. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fôlio receberá a marcação com o respectivo número na seqüência de duas barras verticais: ||1v||, ||2r||, ||2v||, ||3r||.
14. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
15. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Exemplo: Coelho Nascentes (Processo das Quitandeiras – 1.41).²³

Em virtude de cada manuscrito conter suas especificidades, convém comentar alguns procedimentos específicos adotados na edição dos documentos no presente trabalho.

Sobre a norma relativa às abreviaturas, o comentário citado em 2.a) “respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba” justifica a opção pelo *l* dobrado (*ll*) no desdobramento das formas de tratamento “Exmo” (*Excellentissimo*) e “V. Exca” (*Vossa Excellencia*). Como nos manuscritos havia a forma abreviada “Illmo” (*Illustrissimo*) grafada com *l* dobrado, optou-se pelo desenvolvimento

²² As intervenções de terceiros realizadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, como numeração nos fôlios e carimbos, por já terem sido descritas no Capítulo 2 – Dos Documentos e por serem relativamente padronizadas nos documentos, não serão remetidas para o final do documento.

²³ O texto original desta norma recomendava o uso de colchetes para indicar sinais públicos. Porém, como não foi registrado em nenhum manuscrito do presente *corpus* assinatura seguida de sinal público, alterou-se o texto original da norma, retirando-se essa recomendação e mantendo apenas a indicação de sublinhar as transcrições das assinaturas simples.

da abreviatura de “Exmo” e “Exca”, também com *l* dobrado, por uma questão de analogia. Houve um caso, porém, no documento Estabelecimento Tesouraria Geral (1767), em que havia a palavra “Excelencia”, desenvolvida e grafada com um *l* apenas. Por isso, conservou-se esta grafia ao desenvolver as abreviaturas de “Exmo” nesse documento. As abreviaturas de “etc” foram transcritas da seguinte forma: *etcaetera*.

Em relação à norma 3, sobre as fronteiras de palavras, julgou-se que não havia fronteira quando se observou no manuscrito que não ocorreu o levantar do instrumento de escrita, ou seja, o escriba ou copista emendou o traçado da última letra de uma palavra ao início do traçado da primeira letra da palavra seguinte. Abaixo, são reproduzidos alguns exemplos:

A handwritten cursive example showing the word "a formalizar" written in a fluid, connected script.

Hospedagem do Conde de Banchi (1767)

A handwritten cursive example showing the phrase "D. Tommaso, Deque meselo" written in a fluid, connected script.

Estabelecimento de uma Tesouraria Geral (1768)

A handwritten cursive example showing the word "alicanca comissante" written in a fluid, connected script.

Processo das Quitandeiras (1776)

A handwritten cursive example showing the phrase "Su Carta de Seguro" written in a fluid, connected script.

Processo dos Religiosos (1783)

A handwritten cursive example showing the word "poriffo" written in a fluid, connected script.

Melhoramento do Quinto (1790)


Como se pode observar, o traçado final da última letra estica-se para formar o traçado inicial da primeira letra da palavra seguinte: *aformalizar* (1767), *dacomiaçã* e *meacho* (1768), *alicencaconviniente* (1776), *SuaCarta deSeguro* (1783) e *porisso* (1790). A imagem do manuscrito de 1768 traz dois exemplos de palavras ligadas, sem fronteira (*dacomiaçã* e *meacho*), e um exemplo de duas palavras com fronteira sutil: *de que*. Nota-se neste exemplo que o traçado final da letra *e*, na preposição *de*, não é esticado para iniciar o traçado da letra *q*. Tem-se, assim, um exemplo do levantar da pena em contraste com os demais exemplos, nos quais o escriba não a levanta, deixando de marcar a fronteira de palavra.

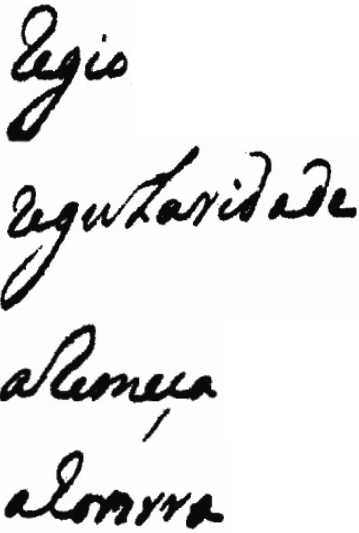
Sobre a acentuação (norma 5), que foi rigorosamente transcrita, cabe assinalar que entre os quatro sinais diacríticos mais utilizados atualmente na língua portuguesa — acento agudo (á), acento grave (à), acento circunflexo (â) e til (ã) — optou-se na edição dos documentos por aquele que mais se assemelhasse à forma grafada pelo escriba ou copista. Após a análise paleográfica do manuscrito e a verificação dos manuscritos *in loco*, tornou-se mais clara a opção por um outro sinal na transcrição do documento.

É importante notar que, muitas vezes, o escriba utiliza um único tipo de sinal tanto para marcar a nasalação quanto a tonicidade de um vocábulo. No caso específico dos diacríticos utilizados para marcar os ditongos nasais, em alguns documentos o sinal parecia estar sobre duas vogais simultaneamente, com um traçado estendido. Nesses casos, a solução foi verificar em qual letra iniciou-se o traçado do sinal, para, então, decidir sobre que letra transcrevê-lo. Na maioria dos documentos, no entanto, o diacrítico encontrava-se sobre a letra *o* nos ditongos finais nasalizados: *naõ*, *comiaçã*, *haõ*; porém, em alguns manuscritos, como o de 1790 (Melhoramento do Quinto), o sinal foi colocado sistematicamente sobre a letra *a*, como se usa atualmente.

Talvez o aspecto mais complexo da edição tenha sido a questão das maiúsculas e minúsculas. A opção por capital ou minúscula fundamentou-se, como recomenda a norma 6,

na comparação do traçado da mesma letra pelo mesmo amanuense. Dessa forma, em muitos documentos, apenas uma pequena variação marcava a letra maiúscula e houve casos em que dois ou mais traçados existiam para uma mesma capital.


O chamado *r* dois de conta () , por exemplo, foi transcrito como *r* minúsculo, uma vez que, em todos os documentos onde ocorreu, havia outro traçado para representar o *R* (*r* maiúsculo) e o *r* dois de conta era utilizado sistematicamente em início de palavra, provavelmente para marcar a pronúncia da vibrante múltipla, em oposição à vibrante simples (tepe). Seguem alguns exemplos, todos extraídos do manuscrito de 1768:



Além de ilustrar o traçado de tal grafema, o terceiro exemplo mostra duas palavras unidas: *aremeça*, em que o substantivo *remeça* é iniciado com o *r* dois de conta, provando que o escriba considerava o artigo “a” distinto do substantivo, tanto que utilizou o desenho de uma letra que somente usava em início de palavra, corroborando a hipótese de que seria apenas um hábito de escrita grafá-los unidos. O quarto exemplo funciona como prova da ausência de *r* dois de conta em interior de vocábulo. Para reforçar a pronúncia da vibrante múltipla seguida do som nasal, em *ahonrra*, o escriba utiliza o dígrafo *-rr-*.

É interessante notar que os ortógrafos da época desaprovavam tanto o uso do ‘r dois de conta’ quanto o uso de *r* dobrado depois de *n* ou *s* para marcar a vibrante múltipla. Madureira Feijó (1734, p. 93) alerta:

So advirto, que erraõ os que entre duas vogaes escrevem hum R, como hum 2 de conta; e outros hum R grande para ferirem a vogal seguinte com tom forte; porque o R, ou seja pequeno, ou grande, desta, ou daquela figura, sempre vale por hum so; e não pode ferir a vogal seguinte com força, senão dobrado (...) O R, depois de N, ou depois de S, sempre fere a vogal seguinte com toda a sua força, e som aspero; e nunca dobra, ou seja no Latim, ou no Portuguez v.g. Henricus, Israel, Henriquers, Honra, Honrado, Israel, Israelita etc.

Duarte Nunes de Leão (1576, p. 18 - verso), dois séculos antes, já fazia o mesmo alerta que Madureira Feijó, não nomeando, no entanto, o traçado  como *r* dois de conta. Sobre o *r*, o ortógrafo diz:

He letra semivogal, simplez, e não de duas maneiras, como os vulgares cuidão, *que* põem no seu alphabeto duas figuras: hũa, que dizem ser de .r. singello, e outra de dobrado, *que* se põe no principio das dições, ou quãdo soa como dobrado. O que he grande erro. Porque dessa maneira, a todas letras podião dar duas figuras, hũa para quando são singellas, e outra quando são dobradas. Polo *que* hemos de dizer, que não ha mais, que hum .r. em potestade. (...) A segunda se antes do .r. vai .n. como: honra, tenro, genro.

Observe-se na citação que o exemplo utilizado para ilustrar o uso de *r* seguido de *n* é justamente a palavra “honra”, grafada com *r* dobrado pelo autor do manuscrito de 1768. Verifica-se, portanto, nesse caso, o desacordo entre a norma preconizada pelas gramáticas e o uso real que se fazia da língua nos documentos escritos.

Sobre a forma de transcrição de grafemas específicos, cabe ressaltar a norma adotada em relação ao *s* longo. Na maioria dos documentos o *s* longo ocorria antecedido de *s* pequeno ou isolado em início e meio de vocábulo. Nesses casos, o grafema foi transcrito como *s* simples. No caso do documento Processo dos Religiosos, em que não se observou uso de duplo *s* pequeno em posição medial, apenas de *s* longo isolado, tal grafema foi transcrito como -*ss*-.

Sobre a norma 9, que recomenda que a repetição de palavra ou parte de palavra no manuscrito seja marcada pelo colchete duplo (ex.: “deve sêr hum [[hum]] Axióma” –

Melhoramento do Quinto – l. 256), é conveniente lembrar que todos os reclames existentes nos manuscritos foram marcados pelos colchetes duplos, já que, prescindindo de suas demais funções, os reclames constituem repetições.

Em relação à norma 10, sobre a intervenção de terceiros no documento, convém ressaltar o fato de oito dos nove documentos que compõem o *corpus* deste trabalho possuírem um fólio de abertura, ou até mais de um, como é o caso dos documentos Índios Guaranis no Rio Grande do Sul e Processo das Quitadeiras. Esses fólios contêm geralmente o título do documento e uma numeração, que, como já informado, provavelmente indicava a ordem do manuscrito na caixa onde estava acondicionado anteriormente. Assim, os fólios de abertura foram transcritos ao longo da edição, por se considerar que fazem parte dos documentos em sua forma de organização atual. As intervenções de terceiros são comuns nesses fólios e indicam geralmente dados sobre o local anterior onde estavam os documentos e informações sobre a coleção a que pertencem atualmente. Tais anotações de terceiros foram inseridas como notas de rodapé ao longo da edição.

Como se opta no presente trabalho pela lição justalinear, isto é, o manuscrito à esquerda da edição semidiplomática, o fac-símile supre a necessidade de marcação de mudança de linha, com a barra vertical |, como recomenda a norma 13. Porém, ao longo da dissertação, quando são reproduzidos trechos da edição, lança-se mão desse recurso para indicar a mudança de linha.

Os fólios são marcados sem espaço entre as barras duplas e o número e sem o ponto após *r* ou *v*: ||1r||, ||1v||, ||2r||, e assim por diante. A opção pela retirada do ponto que marca a abreviatura de reto e verso deve-se a uma questão essencialmente gráfica, por se considerar o texto editado mais claro sem o ponto. Em algumas edições de textos modernos consultadas, publicadas da década de 80 em diante, pode-se notar uma variação tanto no uso do ponto quanto na numeração das linhas, de cinco em cinco.

Na edição crítica da *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*, realizada por Aires A. Nascimento (1998), por exemplo, não se utiliza ponto nem se numeram as linhas de cinco em cinco. A marcação de fôlio é feita com colchetes, da seguinte forma: [fl. 116v].

No tomo da edição de *Afonso X Foro Real*, realizada por José de Azevedo Ferreira (1987), também não há ponto, mas há numeração de linhas, de cinco em cinco. A abreviatura de fôlio, no entanto, difere da comumente observada: ‘fol. 70v’ (o comum é abreviar utilizando fl.).

Já a edição do *Livro da Ensinança de bem cavalgar*, realizada por Joseph Piel (1986), faz uso tanto do ponto quanto da numeração de linhas, de cinco em cinco. Como na edição de *Afonso X*, a marcação de fôlio é feita sem barras duplas verticais e sem colchetes: ‘fl. 99r.’.

A edição das *Atas da Câmara de Salvador* (1984) apresenta flutuação de critérios. Ora usa-se o ponto para abreviar Fls (fólios), ora não se usa. A abreviatura “Fls” aparece às vezes com *F* maiúsculo, às vezes com *f* minúsculo. Não se utiliza ponto após a abreviatura de verso, e o *v* também aparece ora maiúsculo, ora minúsculo. Não há marcação do reto, como tradicionalmente se observa, somente indica-se o verso do fôlio. Assim, marca-se “Fls. 111” (referindo-se ao reto) e “Fls 111V”. Na edição, são utilizadas barras oblíquas em vez de verticais para indicar a mudança de linha.

É curioso notar ainda que, nessa edição, publicada com o apoio da Prefeitura Municipal de Salvador, em 1984, não há citação dos pesquisadores que realizaram o extenso trabalho de leitura, transcrição e edição das atas. Apenas há, na última página do livro, um agradecimento “aos Pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisas da História, os quais colaboraram na revisão deste livro”.

A seguir, apresenta-se a edição dos documentos. À direita encontra-se a reprodução fac-similar e à esquerda a edição semidiplomática.

Edição semidiplomática justalinear

nº 32

464



Relação da Hospedagem e feitura
e Audiência pública que o Sr. Rei
D. João, deo no Conde de Parahy
Com. Superior da Franca no dia 11 de
Junho de 1755.

~~4.º Secção
7.º Classe
Linha A
1.º Coluna~~

||1r|| Relaçã da Hospedagem que se fez,²⁴
e Audiencia publica que o *Senhor* Rei
Dom José, deo ao Conde de Banchi
Embaixador de França no dia 11 de
5 Junho de 1755.²⁵

²⁴ Nesta linha há o carimbo elíptico, aplicado no final da palavra “Hospedagem” e na palavra “que”. Tal carimbo aparece nos retos de todos os fólhos deste documento, à exceção do fólho 5r. Na parte superior central do fólho há a numeração “nº 32”, que provavelmente indica que este seria o trigésimo-segundo documento da Caixa 21, 4ª Seção, 7ª Classe, Série A. No canto superior direito, há o número 464, sublinhado, em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração de todos os manuscritos do volume 1. A numeração deste documento inicia-se no número 464 e termina no 468.

²⁵ Abaixo desta linha, ocupando a parte central do fólho, há as seguintes informações: “4ª Secç[a]o | 7ª Classe | Serie A | 1ª Collecao”, escritas em letra de corpo grande, com giz de cera azul. Sobre essas informações, há o número 21, escrito também com giz de cera azul, em letra de corpo ainda maior, na diagonal. No canto inferior esquerdo, há o número 36, em letra de corpo pequeno, a lápis.

Relação da Hospedagem que se fez, e Audiencia publica que o *Senhor Rey Dom Iosé* deu ao Conde de Banchi Embaixador de França no dia 11 de Junho de 1755,,

Para esta hospedagem se elegeo a quinta da Mitra em Marvilla, cuja Caza estava ornada com moveis proprio que se lhe conservou, e vinha a ser todas as Cazes tanto do quarto de cima como do debaixo ornadas as paredes com paineis de boas pinturas exceto a segunda sala ou primeira depois da Vaga de que logo se dirá, e em todas exceto navaga cortinas, esteiras, e Cadeiras de damasco, sa-
 nefas de Veludo; que, como tambem as cortinas erao agalodas de ouro; no quarto baixo naó havia cortinas, nem esteiras, nem Cadeiras de damasco, mas outras, ou tamboretas decentes. Quazi este todo o ornato se conservou; somente se lhe pos de mais o que era necessario para adita função que foi na forma seguinte.

Na Sala Vaga em que se entra logo subindo a escada se puzerao dois grandes aparadores fronteiros hum do outro, e encostados as duas paredes que fazem o comprimento da Caza, e as tomavao quaze todas para nelles se porem as iguarias, e na janella que fica no canto da Caza junto avaranda; os Timbales, e trombetas. Na primeira sala logo seguinte que em lugar de paineis tinha as paredes cobertas de huma armação de panos de [[de]] pintura que sobre hum fundo que fingia damasco verde representava varios quadros como paineis miudos conservado tudo se lhe pos na parede da Cabeceira da Caza hum Docel de Veludo carmezim agaloadado, e franjado de Ouro; de baixo de huma alcatifa piquena, e em cima hum bufete coberto com pano e Cadeira tudo ir-

irmão de Beal, e as ilhas que delle são piqueros. Dofete
 em que se por a pua da deira da mecenaria para o bivio
 da. Mora de Dizer que se por nella cara, e era de forma
 vaza, e láo comprida que sendo para 25 pellas nella
 Cara não sei mais longa alternava quazi toda dos xam
 de um lado bastante lugar para accevitada. A. Mora
 tinha varias casbahas de pua da baixa, m^{te} piqueros
 de Saxonia e mais conforma a arte dos Ciprian que
 aumentaria, sendo director dellas João Bapt. Tera bu
 ro.

Na terceira sala se lhe por na cabeceira cubio Be-
 al, Dofete, e caseiras como acima d^o. As ilhas que
 deste Beal havia duas pua da que sahiao para hum
 piquero Saxoni, as quaes ficavao servindo de estrada
 para humra Barraca grande ferrada de damasco car-
 mozini, que nella se servia para servir de Cypri em q^o
 estava todas as bebidas frias, e pellas de pastas se davao
 e bebiao sem sair da cara, nem o que se davao, e tinha
 nella por altura apertas abrenhas com humra pua da
 ser de largura de tres pulmos, e quazi serviao em toda
 toda a d^a Barraca. A quinta Cara se servia a Mora
 que era de tamarhu comprida que se dava, e não servia
 da carne acuita, mas comprida, e um n^o contra a tuda.
 A parede do por da sala que corre da porta d^ote secundo
 se servia humra aparada com tres de grasi em cima q^o
 aprata de Estado que era pouco mais ou menos a mes-
 ma que na occasião de Sanguier se punha na Sala da
 Gale na aparada da parede da porta que já para o qu-
 anto do Alvaria, e era toda branca, e nos vãos de algu-
 mas das Janelas da cara que estava fechadas se servia
 cubio a pua da deira piqueros, em que se por aprata de ser

||2v|| [[ir]]maó do Docel, e as ilhargas delle dois piquenos Bofetes em que se pos a prata doirada necessaria para o Serviço da Meza do Dezer que se pos nesta caza, e era deforma ovada, etaó comprida que sendo para 25 pessoas pella
 40 Caza naó ser mui larga atomava quazi toda deixando com tudo bastante lugar para acerventia. A Meza tinha varias corbelhas de prata baixas, *muítas* figuras deSaxonia eo mais conforme aarte dos Copeiros que a concertaráo, sendo director delles Ioáo *Baptista* Terrabu
 45 zi.

Na terceira Sala se lhe pos na cabeceira outro Do= cel, Bofete, e cadeiras como asima *dito*. As ilhargas deste Docel havia duas portas que sahiaó para hum piqueno Iardim, as quais ficaráo servindo de entrada
 50 para humaBarraca grande forrada de damasco car= mezim, que nelle se armou para servir deCopa em *que* estavaó todas as bebidas frias, e pellas *ditas* portas sedavaó e recebiaó sem sair daCaza, nem os que as davaó, entrar nella por estarem as portas atreessadas comhuns parado=
 55 res de largura de tres palmos, os quais cercaváo em roda toda a *dita* Barraca. Nesta Caza se armou a Meza que era do tamanho competente que se disse, e naóouva=
 da como aoutra, mas comprida, ecom os cantos cortados. Na parede dos pez da caza que corre da porta athe o canto
 60 se armou hum aparador com tres degraos emsima *para* a prata de Estado que era pouco mais ou menos a mes=
 ma que na ocaziaó do Lavapés se punha naSala da Gale no aparador da parede da porta que já para o qu=
 arto da Rainha, e era toda branca, e nos vaos de algu=
 65 mas das Ianellas daCaza que estavaó fichada sepozeraó outros aparadores piquenos, em que se pos aprata do ser=

serviço da Moza que tanto esta como acubra estavão cobertas de damasco em toda por baixo das toalhas, e nesta que era a das duas cobertas da cozinha se lhe por no mais humo Sotom de prata que era do Parque de Indico, de quem erão tambem quatro lousas que servião. O mais serviço da Moza para as iguarias se fez com humma Barchela de prata de peso que seguia a forma estavada com seu ornato a borda coberta por modo de cordão. Os assentos de ambas as Mozas erão hummas cadeirinhas ou tamboretos ordinarios com assentos de palha de tabua, e todos equivaes si necessario havia differença para dois lugares que usão o do Embaixador na Cabecinha, entre os dois assentos do canto, e o Praso no canto do canto a mais direita do Embaixador, e nos mais lugares serão distancias e convenientes que o forão pello Praso.

Esta Barchela estava no herido do Sotomasso da Cama, e foi visto nos Almoço.

A casa que se segue, e tão bora ha quando se unevam com a estada, e nella acubra o Embaixador com quando não chegava aora do jantar, e com elle, o Praso, e mais convidados.

Na casa seguinte que era acubra, se entendem sobre outra humma almofada de Indico, e sobre ella se acubra acubra chamada de Inglaterra, que hua hum lante de quatro balaustris com alto, com mangas, e humma magnifica armada, de hum. Seus braços quadrados de sobre armada, tudo com o bordado de seus empunhas, e com capuz, e a janchado, quas peças de Franja, brochos, e requizos de ouro especialmte arabiceira em que avia o lante de bordado e requizos de ouro de mais de humna pulgada de alto, e nesta Casa se puzerão mais pratos e Jarretes ordinarios, e sumos, Cadeiras, ou tamboretos, e cadeira Jurrada, e mais dal acubra.

A almofada desta casa ha sutra encubra em que se acubra humma cama das que abaixo se descreve si algum

||3r|| [[ser]]viço da Meza que tanto esta como aoutra estavaócober=
 tas de damasco em roda por baixo das toalhas, e nesta que
 era a das tres cobertas dacozinha se lhe pos no meio hum
 70 Iortum de prata que era do Duque de Aveiro, de quem eraó
 tambem quatro terrinas que serviraó. O mais serviço da
 Meza para as iguarias se fez com huma Baichela de <Esta Baichela | estava no
 Thezouro | do Thezoureiro da Caza, Iosé Victo= | rino Holbeche.>
 pratos de pés que seguiaó forma outavada com seu ornato a
 75 borda estreito por modo de cordaó. Os assentos de ambas as=
 Mezas eraó humas cadeirinhas ou tamboretas ordinarios
 com asentos de palha de tabua, e todos eguais só nacinuação
 havia diferenca para dois lugares queeraó o do Embaixa=
 dor na Cabeceira, entre os dois cortes dos cantos, e o Viador no cor=
 80 te do Canto a maó direita do Embaixador, e nos maislugares
 semdistingaó os convidados que o foraó pello Viador.

A caza que se segue, e taó bem he grande
 se concervou como estava, e nella adestia o Embaixador em
 quanto naó chegava aora do jantar, e com elle, o Viador, e
 85 mais convidados.

Na caza seguinte que era acamera, se esten=
 deo sobre aesteirahuma alcatifa da India, e sobre ella se=
 armou acama chamada de Inglaterra, queherahum lei=
 to de quatrobalaustes *muitos* altos, com mangas, e huma mag=
 90 nifa armação, de hum Tiço branco guarnecido de outro encar=
 nado, tudo *muito* ricobordado de ouro em partes, e com crespos, e
 apanhados, guarnecido de franjas, bordas, e requifes de ouro
 especialmente acabeceira em que avia relevos debordados e re=
 quife de ouro de mais de huma pulgada de alto, e nesta Ca=
 95 za se pozeraó nas portas e Ianellas cortinas, esanefas, Cadei=
 ras ou tamboretas, e cadeira furrada, irmaós daCama.

A ilharga desta caza ha outra escura em
 que se armou huma cama das que abaixo sedirá *para* algum

Criado do Embaixador.

Mais adiante desta casa havia outra que foi a camera de Viado para quem se arroum humma camera de dammas cammoxon, guancoida, e um quarto bridade de galao de ouro. Esta casa tem piateculas suuenteia p.^a e quanto debaixo por onde o d.^o Viado se suua.

No quarto baixo em tres cammoxon seguidas tres mozas, a primeira adu Criado de Sibri, na segunda a do Criado da camera, a que chamamos Guarda roupas; na terceira adu Pegum, e quilibromos, todas estas mozas e rias criadas e servias em intencio untra, mas com adu untra competente a mozas Rian que foi; e em suas a paradas competentes segundo um regulamto.

Nas cammoxon interiores que ficam ao lado destas se arroum sete Sibri com suas arroum de dammas e cammoxon, guancoida de ouro para o d.^o Criado, ex- ceto o de Sibri a quem se arroum um outra casa, buxas com rebolares de panno encarnado.

A primeira que ficou a esta Hospedagem foi o d.^o Viado P. Francisco Xavier Pedro de Souza, que governava toda a casa. Havia mais da camera, para distribuir os ordens que elle dava, e foi Pedro Hieronymo Barrozo. O Escrivão da Cozinha foi Joao Lucas de Barros Albuquerque. Para o governo da Cozinha, e tambem foi o Comprador della Domingos Ant.^o O Mantencio Caet.^o de Andrade Couto, para o governo dos moços da Mantencia, e mata, e guarda da pimenta Francisco Eustachio de Saes, para mandar fazer o ornato das cammoxon e servias da Mesa por 26 Reporteiros que ficou a lora dos Reporteiros Jacques Wilhelm designa a ordem de servir da Mesa das iguarias da Cozinha e do ditto

||3v|| Criado do Embaixador.

100 Mais adiante desta cazahavia outra que foi
a camera do Viador para quem se armou huma cama
de damasco carmezim, guarnecida, e em partes bordada
de galaó de ouro. Esta caza tem particular serventia *para*
o quarto debaixo por onde o *dito* Viador se servia.

105 No quarto baixo em tres cazas seguidas tres
mezas; a primeira ados Criados deLibré, na segunda a
dos Criados da camera, a que chamamos Guarda roupas;
na terceira ados Pagens, e gentilomens, todas estas mezas e
vaó ornadas e servidas com destinação entre si, mas com ade=
110 cencia competente a mezas Reais que saó; ecom seus a
paradores competentes segundo era necessario.

Nas cazas interiores que ficaó aolado destas
se armaraó sete Leitos com suas armaçoens de damas=
co carmezim, guarnecidas deouro paraos *ditos* Criados, ex=
115 ceto os de Libré a quem se pozeraó em outra caza, barras
com cobertores de pano encarnado.

As pessoas que foraó a esta Hospedagem fo=
raó, o Viador *Dom* Francisco Xavier Pedro de Souza, que
governava toda a acção. Hum Mosso daCamera, pa=
120 ra distribuir as ordens queelle desse, e foi Pedro Florencio
Barrozo. O Escrivaó daCozinha Joaó Lucas de Bar=
ros Mesquita. Para o governo daCozinha, e tambem foi
o Comprador della Domingos Antonio O Mantuiro
Caetano de Andrade Pinto; parao governo dos mossos da
125 Mantearia, e prata, e o guarda Tapessaria Francisco
Eustachio deLeiro; para mandar fazer o ornato das
Cazas e serviço daMeza por 24 Reposteiros que foraõ a
lem dos Reposteiros Iagues Vilhome derigia aordem
do Serviço da Meza das iguarias daCozinha eo ditto

Torabui que preparava a do Póss, e em mais outros encas
regados dal'aria da S'ua, e outros da Copa d'Agua. Alguns
P'assos, e hums Capelas, e mona da Capela.

No Domingo 8 de Junho pello 11 das ma-
nhã chegou acitta Quenta o Embaixador conduzido pello
ditto P'asso em hum Carro da p'ovia, de veludo Carme-
zini, bordado de Ouro, e a Familia do Embaixador em ma-
n quãto Carros.

O Servio das Almas se fez pello Repente-
m que todo n'ella trazia as iguarias da primeira Cozinha:
para os outros duas f'eições reservadas e em 16 cocoadas a
manha e aservias em quanto durava, sem delle se aparta-
rem; cada tres quãto por humo quanto que era mais prã-
to na materia.

Os mesmos Repenteiros trazias de novo o cafe
que se tomava sem formalidade, nem afento, e chã a
seu tempo servias: tambem as moças da Familia do
Embaixador sem se culiam adn de S'ibie umas se senta-
me, n'outas casam ellas metias l'uzas, elevadas na mais he-
refreus de duas esbaidas a Embaixador que veio na-
tarde de alguns dias, e quãto a acompanhadas com
texas até o Ocho quando n'oua noite se foi, os mesmos
f'eições na ultima noite quando acabada a ceia. O
Embaixador sentorou que foi, e apua a Familia condu-
zido a sua Casa na mesma forma que viera.

130 ||4r|| Terrabuci que preparava a do Dezer, foi mais outro encar-
regado daCaza daSera, e outro daCopa d'Agoa. Alguns
Varredores, e hum Capelaó, e mossa daCapela.

No Domingo 8 de Junho pellas 11 da ma=
nha chegou aditta quinta o Embaixador conduzido pello
135 ditto Viador em hum Coxe da pessoa, de veludo Carme=
zim, bordado deOuro, e aFamilia do Embaixador em ma-
is quatro Coches.

O Serviço das Mezas se fes pellos Repostei=
ros que todos os 24 traziaó as iguarias da primeira Coberta:
140 para as outras duas ficavaó rezervados 8 eos 16 cercavaó a
meza e aserviaó em quanto durava, sem dellaseaparta=
rem; cada tres guiados por hum quarto queera mais prati=
co na materia.

Os mesmos Reposteiros traziaó depois o café
145 que se tomava sem formalidade, nem asento, eo chá a
seu tempo serviaó: tambem as mezas daFamilia do
Embaixador sem excetuar ados de Libré comohe o costu=
me, nestes cazos elles metiaó luzes, elevaraó na maó hú
refresco de doces ebebidas aEmbaixatris que veyo na=
150 tarde do Segundo dia, e quatro a acompanharaó com
toxas até o Coche quando nessa noite se foi, eo mesmo
fizeraó na ultima noite quando acabada aceia. O
Embaixador seretirou que foi, easuaFamilia condu=
zidos a suaCaza na mesma forma que viera.

scilicet S. Mag. para em o dia. Assim era a casa
 que na sua origem se chamava a sala Oval e era a
 em que D. Pederucha Faria servia, esta se tornou em
 humma armazém de lã nova da Sítia de Constantino q.
 se comprava para Mofta, nos Anos e p.ões della
 se fizeram cithras de damasco novas quasrecias de galas
 de ouro com sarrifes de damasco sulustica de ouro: e
 pavemento todo alcatifado com alcatifas da India, no
 meio da cabecera da Casa selvanteira humma larrima
 de tres de gran e sobre ella humo Poel, Cadira, e lo-
 chom para S. Mag. esta Cadira era de madeira en-
 tabhada, e dobrada, e o assento, Cochoim, muito para q.
 cobria a Sittia e Poel era de lã de ouro teido em
 que servia na Armazém do Sr. Rey D. Joze em
 cujo acito se pode ver com muiçura como era: perto do
 por da Casa havia humma tribuna alta e elevada fora
 que estava com armazém chamada do Borsu que
 era ovalado com muiçura bordada de ouro, e muito rica
 e novamente da casa na terca parte do comprimento
 della entrando selvanteira duas teias cada humma de
 lhas de sua parte de tal comprimento que deixava
 entre si humma bem larga passagem que sua altura
 da largura da casa que era muita, e da altura de
 tres palmos coberto de damasco e quasrecias de ouro.

A sala antecedente a esta que era chamada regia
 de Sibiacita por esse avia de ser entrada para
 a armazém. Se lhe concedeu a armazém que tinha
 que em humm panco de lã excellentes da Hebréia
 e Chizantica, e outros que com elles se ajuntava e
 alcatifava lã.

155 ||4v|| Escolheo *Sua Magestade* para dar o dia Audiencia acaza
que nasua origem se chamava aSala oual e era a
em que o Patrearcha fazia olavapes, esta se armou com
huma armação de ras nova da Istoria deConstantino *que*
se comprara para Mafra, nas lanelas e portas della

160 se pozeroaó cortinas de damasco novas guarnecidas de galaó
de ouro com sanefas de damasco oulustrina deouro: o
pavimento todo alcatifado com alcatifas da India, no
meio dacabeceira daCaza selevantou huma tarima
de tres degraos e sobre ellahum Docel, Cadeira, eCo=
165 chim para *Sua Magestade* esta Cadeira era de madeira en=
talhada, e dourada, eo asento, Cochim, encosto pano *que*
cobria aTarima e Docel era de ráz de ouro tudo o mesmo
que servira naAclamação do *Senhor Rey Dom Iozé* em
cujo accto sepode ver com miudeza como era: perto dos

170 pes daCaza haviahuma tribuna alta esacada fora
que se ornou com armação chamada do Berço que
era develudo carmezim bordada deOuro, e muito rica
e no pavimento da caza na terça parte do comprimento
della entrando selevantaraó duas teias cadahuma de=
175 llas desua parte de tal comprimento que deixavaó
entre si huma bem larga passagem que seria o terço
dalargura da caza queera muita, e da altura de
tres palmos cobertos de damasco e guarnecidas de ouro.
A Sala antecedente a esta que era a chamada regia

180 do Patriarcha por onde avia de ser a entrada para
a asima dita se lhe concervou a armação que tinha
que eraó huns panos de rás excelentes da Historia
ecleziastica, e outros que com elles se ajuntaraó e=
alcatifouse toda.

Para esta Sala se ordenava pela que se avia ja na Galaxia da Companhia que se armar com a armada de Subias chamada grande, e assitida q' ja para o quartel da Moura e a que se avia armada a da Gale.

ARQUIVO NACIONAL

Para El Rey N. Sr. entao o Sr. Infante D. Pedro se armara as duas caracas chamadas das Batalhas e o Conselho de Estado, e para o Sr. Infante D. Antonio as duas galaxias da Indiana humas e outras com panos de Cas Branco, Bisfeta, e outras debradas d'elles, tudo develico com o que armar de Corso, e se mais Bisfeta necessaria a mais.

A cara da Esposa do Embaixador se armar com panos de Cas, almalhada com hum Bisfeta coberto com panos de veludo, e quatro tamboretes raras de Corso.

Do acompanhamento de Carruagens e de cem d'elles milheos constara de Suro dos avizos que com isto vai e que nao tem duvida he que o Carrisal Pedro de Almeida mandou com o Sr. D. Joao, o Sr. D. Antonio e os seus irmãos para com que nao entenda q' ja certas questoes.

Quando o Embaixador ao Papa vier que hum dos Officiaes da cara que o representa se o Sr. de Salas julge que tambem o Capitao da Guarda que esta de Suro se bem que nao se se acompanhara, e julge q' nao se sae dos se Officiaes da cara para elle por que se sum e da a entender haer na cara da espora se quatro assentos.

185 ||5r|| Para esta Sala se entrava pela que ficava já
na Galeria da Campainha que se armou com a
armação de Tubias chamada grande, e a outra *que*
já para o quarto da Rainha e a que ficava imidia=
ta a da Gale.

190 Para El Rey Nosso Senhor então o Senhor Infante²⁶
Dom Pedro se armaraó as duas cazas chamadas das
Batalhas e Conselho de Estado; e para o *Senhor In*=
fante Dom Antonio as duas galarias da Tribuna
humas e outras com panos de ras Doceis, Bofetes,
195 e cadeiras debaixo delles, tudo de veludo carmezim gu=
arnecido de Ouro, e os mais Bofetes necessarios irmaos.

A caza da Espera do Embaixador se armou com pa=
nos de ras, alcatifada com hum Bofete coberto com
pano de veludo, e quatro tamboretos razos de Couro.

200 Do acompanhamento de Carruagens e ordem dele
milhor constará do Livro dos avizos que comeste vai
o que não tem duvida he que O Cardial Patriarcha
mandou coche eo *Senhor Dom Ioaó*, O *Senhor Dom Antonio* e
seus Irmaos paresem que não entendeo *que* por evitar
205 questoens.

Chegado o Embaixador ao Paço creio que hum dos
Officiais da Caza que o esperavaó foi o Mestre Sala
julgo que tambem o Capitaó da Guarda que está de
serviço se bem que não sei se acompanha, e julgo *que*
210 não se saó dois os Officiais da Caza fora elle pois que a
sim o dá a entender haver na Caza da espera só qua=
tro assentos.

²⁶ No início desta linha há um carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”. Não há, neste fólio, o carimbo elíptico do Arquivo Nacional, verificado nos retos dos demais fólios .

A Magestade vossa para a Sala da Supplicação
 nella corteza interior a Sr. D. Antonio, e seus
 Irmãos, mestres e grandes e officiais da Casa, le-
 mande os seus lugares costumados das teias para dentro
 e encobri-las as teias cobertas e de Conselho para Jua-
 cas teias as mais pensas que podem entrar principal-
 mente a Cruzada da Casa que costumado ou não costumado
 acompanhadas a S. Mag. que crão teias de todo o Reino
 para a teia.

As mais teias de s. leonardal, nem eu
 as saberei dizer, e crão que em arcos do livro se acham
 bastante mente.

Tambem não faço menção de duas que se
 acham que crão na Magestade, por me parecer de neces-
 sario, mas quando se quiser saber as dizer.

||5v|| *Sua Magestade* veio para a Sala da Audiencia
 pella cerventia interior o *Senhor Dom Antonio*, e Seus
 215 Irmaos, a se tirao os Grandes e officiais da Caza, to=
 marao os seus lugares costumados das teias para dentro
 e encostados as teias estiverao os do Conselho para fora
 das teias as mais pessoas que podem entrar principal=
 mente os Criados da Caza que costumaó ou naó costumaó
 220 acompanhar a *Sua Magestade* que creio tiverao todos ordem
 para a se tirar.

As mais miudezas do Seremonial nem eu
 as saberei dizer, e creio que dos avizos do livro se colhem
 bastante-mente.

225 Tambem naó faço mençao de duas questo=
 ins que ouve na Hospedagem, por me parecer de nesse=
 sario, mas quando se queiraó saber as direi.

1767

4^o Seção
7^o Classe
Série A
3^o Coluna



Colhe estabelecimento de uma Tesouraria Geral.

[Large handwritten scribble]

Caixa 22 - I -

||1r||

4ª Secção²⁷

7ª Classe

Serie A

3ª Collecção²⁸5 Sobre estabelecimento de uma Thesouraria Geral.²⁹

²⁷ Na parte superior deste fôlio, há registrada a numeração, “nº 4”, no centro, e, mais à direita, o ano do documento: 1767. As anotações foram realizadas em tinta preta, que provocava traçado mais grosso do que o instrumento utilizado no restante do fôlio. O “nº 4” indica provavelmente que este manuscrito era o quarto da Caixa 22, Classe 7, série A da Seção Histórica. Há também, no canto superior direito do fôlio, o número 2, sublinhado, escrito em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração dos demais manuscritos que compõem o volume 4. A numeração deste documento inicia-se no número 2 e termina no 6, que é um fôlio em branco.

²⁸ Logo após esta linha, há dois carimbos do Arquivo Nacional: o redondo à esquerda e o elíptico à direita. Tais carimbos são encontrados nos retos de todos os fôlios deste documento, à exceção do fôlio 4r.

²⁹ Entre esta linha e a inferior há um espaço grande, de mais de meio fôlio, onde há a anotação “C. 22” (Caixa 22), em letras de corpo grande, escritas na diagonal, com giz de cera azul. No final do fôlio, no canto inferior direito, há a informação “Caixa 22 – I –”, escrita por punho diferente do que escreveu o título do documento, a lápis. Tal informação é escrita, sempre a lápis, pelo mesmo punho que colocou as informações sobre as caixas ao longo do terceiro e do quarto volumes da Coleção.

P. J.

Mo^{to} Ex^{ma} Senhor



1767 Dez. 26

ct^o 1

Ofereço na presença de Vossa
 Excelência huma Memoria de al-
 gumas Providencias precisas para
 entrar a formalizar o estabeleci-
 to da nova Thesouraria Geral, e
 arrecadação da Real Fazenda, que
 Magestade manda estabelecer na
 Capitania: para que mereca
 a approvaçao de Vossa Excelencia.
 Se digné de fazer expedir as Ordes
 necessarias. Rio de Janeiro 26.
 Dezembro de 1767.

O Esc^{to} da Junta da Real Cam^{ra} de S^o Carlos Correa Lez

||2r|| *Illustrissimo eExcelentissimo* Senhor³⁰

Ofereço na presença de Vossa³¹
 Excelencia huma Memoria de al-
 gumas Providencias precisas para
 10 entrar a formalizar o estabelecim[en-]
 to da nova Thesouraria Geral, e ar-
 recadação da Real Fazenda, que *Sua*
 Magestade manda estabelecer ne[s]
 ta Capitanía: para que merecen[do]
 15 a aprovação de Vossa Excelenci[a]
 se digne de fazer expedir as Orde[ns]
 necessarias. Rio de Janeiro 26 [de]
 Dezembro de 1767.

O Escrivam da Junta da Fazenda Real Joam Carlos Correa Le[mos]

³⁰ Acima desta linha, no canto superior esquerdo do fólio há as letras R.J. (*Rio de Janeiro*), escritas a lápis. Um pouco abaixo, há o número 25, em giz de cera azul.

³¹ Entre esta linha e a de cima há dois carimbos do Arquivo Nacional: o redondo à esquerda e o elíptico à direita, mais abaixo. Acima do carimbo elíptico, há a informação “1767 Dez. 26”, feita a lápis, e a numeração “Nº 1”, sublinhada, escrita com giz de cera azul. Tal numeração indica provavelmente que este é o primeiro documento do volume 4.



Memoria de algumas Providencias, que
 he preciso dardar-se a fim de se estabelecer
 a nova Thesouraria Geral, e arrecadação dos
 rendimentos da Real Capitania na boa forma,
 que Sua Magestade determina.

N.º 1

Devem-se formar novos Livros de Arrentamento de todos os Ordenados dos Ministros, e Officinas da Real Fazenda, e Justica, para se poder saber a importancia que se hade pagar annualmente, e a esse fim o Provedor da Moeda, o Juiz, e o Administrador da Alfandega devem mandar entregar ao Provedor da Real Fazenda hum Livro com a lista dos nomes das pessoas occupadas nas seus respectivos Estações com declaração dos seus empregos, e dos Ordenados que recebem, acompanhados das suas Cartas de propriedade, Privilegios, ou Nominações originaes para se lhe pôem Verdades de como ficaram notados nos novos Livros de Arrentamento: e depois se restituirem aos seus Proprietarios. Do Tribunal da Relação he preciso o mesmo.

semelhantemente se devem formar Livros de Arrentamento dos Congruas dos Ecclesiasticos pagas pela Real Fazenda: para o que ha de se fazer no Provedoria ao elareo necessario, e no Cartaxi que os Ecclesiasticos apresentem os seus Alvaras, Privilegios, ou outro qualquerTitulo para se lhe pôem as Verdades como acima.

O Thesoureiro da Casa da Moeda, e o da Alfandega devem entregar nos mezes de nova Thesouraria Geral os seus respectivos Rendimentos acompanhados de Certidões authenticas, atestadas ao do primeiro pelo Provedor, e ao do segundo pelo Juiz.

At

- 20 ||3r|| Memoria de algumas Providencias, que
 he precizo darem-se a fim de se estabelecer
 a nova Thesouraria Geral, e arrecadação daFa-
 zenda Real desta Capitania naboia forma,
 que Sua Magestade determina.³²
- 25 Devem-se formar novos Livros de Assenta-
 mento de todos os Ordenados dos Ministros, e Ofi-
 ciales daReal Fazenda, e Iustica, para se poder
 saber a importancia que se hade pagar annualmen-
 te; e a esse fim o Provedor da Moeda, o Iuiz, e o
- 30 Administrador da Alfandega devem mandar en-
 tregar na Provedoria daReal Fazenda huma Lista
 exacta dos nomes das pessoas ocupadas nas suas res-
 pectivas Estações com declaração dos seus empregos,
 e dos Ordenados que vencem, acompanhadas das suas
- 35 Cartas de propriedade, Provimentos, ou Nomeaçõ-
 ens originaes para se lhe pôrem Verbas de como fi-
 cam notadas nos novos Livros deAssentamento: e
 depois se restituirem aos seus Proprietarios. Do
 Tribunal da Relação he precizo o mesmo.
- 40 Igualmente se devem formar Livros de As-
 sentamento das Congruas dos Ecclesiasticos pagas
 pelaFazendaReal para o queha na Provedoria
 as clarezas necessarias, e só bastará que os Ecclesi-
 asticos apresentem os seus Alvaras, Provizoens, ou
- 45 outro qualquer Titulo para se lhe pôrem as Verbas
 como assima.
- O Thesoureiro da Caza da Moeda, e o da
 Alfandega devem entregar aos mezes na nova The-
 souraria Geral os seus respectivos Rendimentos a-
 companhados de Certidoens authenticas, atestadas
- 50 as do primeiro pelo Provedor, e as do segundo pelo
 Iuiz.

A

³² Abaixo desta linha, do lado direito, há a numeração “Nº 1”, sublinhada, em giz de cera azul, feita pelo mesmo punho do fôlio anterior.

A respeito da Casa da Moeda, visto a presente dicção: e Na mão do Tesoureiro, costumava pagar duzentos, ou trezentos mil cruzados, e mais, para que quando as partes entregavam barras de Ouro para se reduzirem a dinheiro não experimentassem demora, pagando-se-lhes logo a importância da avaliação das mesmas barras. Agora na forma das Ordenanças de Sua Magestade não deve pagar dinheiro em poder dos Tesoureiros particulares, mas sim ser todo entregue na Tesouraria Geral; de que se segue inconveniente ás partes, não havendo dinheiro pronto na Moeda; porém isto parece que pode remediar-se, ou ordenando-se que imediatamente entregarem as barras, e se fizer a avaliação se lhe pagem Comhecimentos para ir em logo a Tesouraria Geral receber o seu valor, onde se fará Carga do Tesour. da Moeda das mesmas barras para dar Conta das suas importancias: ou havendo grande cunctio de partes podem se emprestar da Tesouraria Geral a Casa da Moeda aquellas porções que fôrta precisão para que não pare o expediente da mesma Casa.

Como nas ditas Estações há despeço necessário dos seus expedientes, os Chefes das mesmas se participarem devem fazer verificar os seus Documentos e no fim de cada uma, ou quartel mandar formar sua Relação da sua importância, para que na Tesouraria Geral se entregue, por Despesa do Tesour. e Casa da Moeda Vice-Rey, os Tesoureiros das mesmas Casas para satisfazerem os d. Despesas, e depois depois na Tesouraria Geral Conta com os Documentos, e Comhecimentos de Recebidos das partes, a quem fizerem o pagamento.

De todo o d. d. e mais d. d. das Contas antigas, que se acham em poder do Contador Pedro Magalhães, ou de Escrivão que fôr do Conto. D. João Francisco Xavier devem ser entregues na Contador

||3v|| [[A]] respeito da Caza da Moeda ocorre a pre-
 55 sente dívida: Na mão do Thesoureiro costumavaõ
 ficar duzentos, ou trezentos mil cruzados, e mais, pa-
 ra que quando as partes entregavaõ barras de Ouro
 para se reduzirem a dinheiro não experimentassem
 demora, pagando-se-lhes logo a importancia da avali-
 60 ação das mesmas barras. Agora na forma das Or-
 dens de Sua Magestade não deve parar dinheiro em po-
 der dos Thesoueiros particulares, mas sim ser todo
 entregue na Thesouraria Geral; de que se segue
 inconveniente ás partes, não havendo dinheiro pronto
 65 na Moeda; porêm isto parece que pode remediar-se,
 ou ordenando-se que imediatamente entregarem as
 barras, e se fizer a avaliação selhe passem Conhe-
 cimentos para irem logo á Thesouraria Geral rece-
 ber o seu valor, aonde se fara Carga ao Thesoureiro da
 70 Moeda das mesmas barras para dar Conta das suas
 importancias: ou havendo grande concurso de partes
 podem-se emprestar da Thesouraria Geral a Caza
 da Moeda aquellas porçoens que forem precisas pa-
 ra que não pare o expediente da mesma Caza.
 75 Como nas ditas Estaçoens ha despezas miu-
 das dos seus expedientes, os Chefes das mesmas Re-
 partiçoens devem fazer verificar os seus Documentos
 e no fim de cada mez, ou quartel mandar formar
 huã Relação da sua importancia para que na The-
 80 souraria Geral se entregue, por Despacho do *Illustrissimo*
 e *Excelentissimo Senhor* Conde Vice-Rey aos Thesoueiros das
 mesmas Cazaz para satisfazerem as *ditas* Despezas,
 e darem depois na Thesouraria Geral conta com
 os Documentos, e Conhecimentos de Recibos das
 85 pessoas, a quem fizeram os pagamentos.

Todos os Livros, e mais Papeis das Contas an-
 tigas, que se acham em poder do Contador Pedro
 Fagundes, ou do Escrivaõ que foi dos Contos Juliaõ
 Francisco Xavier devem ser entregues na Contado-
 90 ria

5
 Na Junta não só para se ajustarem as que es-
 tiverem ainda por liquidar, mas para se exembi-
 rem diversas clarezas, de que há carencia no Re-
 al Erario.

Pio de Janeiro 26. de Dez. de 1767.

ARQUIVO NACIONAL

El Escrivão da Junta da Real Casa da Moeda
 João Carlos Correa Lima

||4r|| [[ria]] da Junta não só para se ajustarem as que es-
tiverem ainda por liquidar, mas para se extrahi-
rem diversas clarezas, de que ha carencia noRe-
al Erario

95 Rio de Janeiro 26 de Dezembro de 1767.³³

O Escrivam da Junta daFazenda Real Joam Carlos CorreaLemos

³³ Logo abaixo desta linha, na margem esquerda, há um carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”. Não há, neste fôlio, os carimbos e redondo verificados nos retos dos demais fôlios.

n^o 1

2

Índios Guarany's no Rio G. do Sul

1468

ARQUIVO NACIONAL

Serie C

[Faint handwritten text]

24920
VOL. 11
COD. 807

Caixa 26-I

||1r||

n° 1³⁴

Índios Guaranys no Rio Grande do Sul

1768³⁵Serie C³⁶

³⁴ No canto superior direito do fôlio, há o número 2, sublinhado, escrito em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração dos demais manuscritos que compõem o volume 11. A numeração deste documento, feita em algarismo arábico sublinhado, inicia-se no número 2 e termina no 7, que é um fôlio em branco. O “n° 1”, da primeira linha do fôlio de abertura, indica provavelmente que este manuscrito era o primeiro da Caixa 26, Classe 7, série E da Seção Histórica.

³⁵ Entre esta linha e a inferior há um carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”. Este carimbo é encontrado nos retos de todos os fôlios que constituem o documento, na margem esquerda, à exceção do fôlio 7, que está em branco.

³⁶ Abaixo desta linha, na parte central do fôlio, há a informação “1ª Col”, escrita em giz de cera vermelho em letra de corpo grande. No canto inferior direito encontram-se as seguintes informações, escritas a lápis e na diagonal, em letra de copo pequeno: “COD. 807 | VOL. 11 | 02942”. Abaixo, há a informação “Caixa 26 – I”, também escrita a lápis. Após esta última linha escrita, observa-se um traço em giz de cera azul, que toma a penúltima e última linhas da pauta.

V. Sereni
 F. Clame
 Serie B
 1^a Collezione

ARCHIVO NAZIONALE

Studio per un progetto di riforma del Tribunale di
 "offa di Antonio Lombardi" ... da 21 a Firenze
 In 1868 con l'approvazione del Parlamento

5 ||2r||

4ª Secção

7ª Classe

Serie E

1ª Collecção

Indios Guaranys na ProvinciadoRioGrande doSul.

10 “officio de Antonio Pinto C....., de 21 de Fevereiro
de 1768, ao Vice Rei Conde de Azambuja.”

Ilmo. Sr. Dn. D. João de Sá

Havendo sido al' Ep'º Costa em 11 de
 Janeiro, de 1682, daque mesmo emarregado, e
 Cabo alouva, que V' Ep'º me faz, em Carta de 9
 Corrente; nella me ordena V' Ep'º alouva Parmez
 Costa, q' ja despachado, e foy das Comprimen'to
 Ordem del' Ep'º. Enquanto Sr. Dn. D. João de Sá
 sobre auctidade, em que se foy susario poder
 servir a esta Capitania; Ca' om' deo de' curso tas
 to, que comela nada p'ho adiantar, que al' Ep'º
 va; e sobre a sustentancia e p'puz na conta, a
 cizay rep'nday, que neste Estabelecimento de
 primen'to, e m'uito que se de' d'entaria, de m'uito
 alouva del' Ep'º p'puzay: bem que tal
 tudo, com amorte do Sr. Conde de B'itudo, q'
 deo em 17 de Maio de 1682. P'lo que se p'puz
 ar com ulnencia, que a p'ctura p'rometom, to
 rendem da d'entaria, que p'ceberem na bra de
 trona, que p'ceberem p' Regimen; p'ndo se esta
 regularidade, de'ntamente p'ceberem adiantar o
 Sr. Regio, na d'entaria de' p'ctoy que beneficiar
 entoy, que em seu uso deo com d'umo.
 de 17 de Maio de 1682, na p' p'ceberem na sustentancia
 sustentancia, e sustentancia, em que de m'uito p'ctoy

||3r|| *Illustrissimo eExcellentissimo Senhor*³⁷

Havendo dado a *Vossa Excellencia* conta em 11 de
 Janeiro, da comiçaõ, de que me acho emcarregado, r[e]
 15 cebo a honrra, que *Vossa Excellencia* me faz, em carta de 4 [do]
 corrente; nella me hordena *Vossa Excellencia*, aremeça da zmes[mas]
 contas, *que* já de zpachei, e passo adar comprimento [a]
 Ordem de *Vossa Excellencia*
 Enquanto *senhor*; ao *que* inten[de]
 20 sobre autelidade, em que os Jndioz Guaranis³⁸ podem
 servir a ezta Capitania; hê o’ meu dizcurso taõ [cer]
 to, que com elle nada posso adiantar, que a *Vossa Excellencia* [de]
 va; esobre a subsistencia expus na conta, a [s prin]
 cipaes nessecidades, que neste Eztabehecimento [ex]
 25 primentaõ, e muito que se [a] dientaraõ, so meresse [m]
 a honrra de *Vossa Excellencia* os proctejer: bem que lhe há [es]
 tado; com amorte do *senhor* conde de Bobadella, qu[e]
 Deoz em *santa gloria* haja. [espaço] Pello que rezpei [ta]
 áz com veniencias, que a focturo premetem, to [das]
 30 pendem da atençaõ, que preceberem na boa do [u]
 trina, que precisaõ, *para* o regimen; pondosse este [na]
 regularidade, sertamente poderãõ adiantar o [era]
 rio regio, na zahidas doz efeitos que beneficiare [m]
 e outros, que em seu uzo de aõ consumo.
 35 serto *sua Magestade*; naõ pode existir na continuaç [aõ]
 sustento, e vistuario (inda que de minuto) ataõ [cresci-]

³⁷ Na parte superior esquerda do fólio há algumas anotações feitas a lápis: “1768 21 Fevereiro | Civilizaçaõ dos Indios Guaranyz”. Um pouco mais abaixo há a abreviatura “Rio Grande do Sul”.

³⁸ Além do pingo na letra *i*, ainda há o acento circunflexo sobre ele. Abaixo da expressão “Indios Guaranis” há um traço feito em giz de cera vermelho.

Cresce numero de familia, poram se fheumando ao
 bem, que d'elles e deuy parente, e p'p'riamente o mesmo Oper-
 cato em d'elles, de justica, e deue o mesmo ser, porha
 Real grandesa, e os estabelecimentos, Com que lura
 h'ist'as, cada quando, p'romerem a deora de lura
 h'ist'as, tanto trabalho e o pasado, neha lura cam-
 panha, como lura p'p'riamente inferno. Mas e tan-

ta amada de d'elles, Como publica av'ra popular, e
 neha p'p'ria suma, esta acompanhada de d'elles
 cimento, e com lura amada de d'elles, e de d'elles
 spirito, na p'p'ria de d'elles. Mas e tan-
 to se experimenta com d'elles, p'romerem
 neha na e tanta a lura, e com d'elles de
 ver de enganar, Com que geralmente todo, ou a maior
 parte de d'elles, se querem utelizar de lura traba-
 llo, e Com d'elles mais de d'elles, Como se experimenta
 de d'elles, e de d'elles, que mona e de d'elles
 de d'elles, p'romerem lura, que tenha de d'elles
 de d'elles, p'romerem lura, tenha lura de d'elles
 que contra d'elles p'romerem, sendo a lura origem, a lura
 de d'elles, que com d'elles se experimenta de d'elles
 Com que de d'elles de d'elles, Como sabem de d'elles
 om d'elles de d'elles, p'romerem de d'elles a lura, p'romerem
 lura de d'elles: na e se fheumando, que se experimenta

||3v|| [[cresci]]do numero de Familias, porem reflecionando ao bem, que destes eseus parentes, exprimentou onosso, Exercito em Miçções, de juztiça, oz deue o mesmo *senhor*, por sua
 40 Real grandeza, dar-lhe eztabelecimento, comque suzbsistaõ, inda quando, por meresserem ahonrra deseus vassalos, tantos trabalhos haõ paçado, nessaz vaztas campanhas, donde tem perecido infinito.

Naõ hê tan-

45 ta amaldade doIndio, como publica avôz popular, ha nelles pobreza suma, ezta acompanhada dopouco conhecimento, oz emcaminha amaldades, eaçções depouco espirito, naõ porque lhe falte onatural dealties, como oexprimento emozannos pingues de mantimentos;
 50 nestes naõ hê tanta auolubelidade, nem se deichaõ levar doz enganõs, comque geralmente todos, ou a maior parte docontinente, sequerem utelizar deseus trabalhos, e comtaõ mãs satisfações, como aexprimentaõ oz miseraveis, abuzos que menaõ haõ sido pociueiz
 55 desterrados, por mais cautelas, que tenha buscado só regulando-sse ezta nazçaõ, teraõ lemite az paixõez, que contra ella prezistem, sendo asua origem, a falta depagamentos, que ozmoradores exprimentaõ doz gadoz, comque *sua Magestade* ozsustenta; como sabem ser ezte
 60 omotivo doatraço, procuraõ destruhir acauza, paraque lemite oefeito: naõ reflecionando, que na existe[n-]

constancia de sua Comens, pende de seu maior socor
 in factando alij, oreydo traballo, que se lá calq
 tado aso pndio, no dreydo dec. Mag, indubitavel
 osmorador, pero, Comque nlyto seunias mo
 fiado, e sem poderem tratar da vida: juço, que
 lenda oreydo, com constancia forte, e sempre e
 acuteza, de que esteja prompto, tanto para l
 der, ou que deudas emdestacamento, como par
 Codorem aqreiros: Certe naturalmente das ou
 dehyto, ehyto, no traballo, sendo amaios lenda, a
 ardorem asdu, deitando muitas lury depla
 Coura aliqua, para a limento, das lury famelias, e
 porem opade, por se immemey, nlycidado, ehy
 Moy alomb, que nas farom em otho, nom lery
 Cay, de forma, ordy pery, que se munto, de
 nome aso exlytente, mostafador no contem
 enque vivem. Os mntoy Judios, que andas
 fora, são oclados, que se feito lery lery por be
 porem como veyrado coptume de andarem
 farendoy, logo salutaras asly, donde taluy lery
 centas, ou que nas drem, por ventelizarom do
 Moy: de sta forma causa a pretencia as lery
 comque aquelly andas, paraque, ou que vivem n
 ceto de lery Casique, e Corregidoy, huyquem am

||4r|| [[exhiste]]ncia destez homens, pende oseu maior socego, [po-]
 iz faltando elles, ocrescido trabalho, que sehá aug[men-]
 tado aoz Indios noservisso desua *Magestade*; indubitavel se[naõ]
 65 aoz moradores pezo, comque muito seueriaõ mor[te-]
 ficados, esem poderem tratar da vida: jugo, que
 leraõ oz Indios, com constancia forte, esempre [com]
 acautela, deque eztejaõ promptos, tanto para r[en]
 der, ozque seachaõ em Deztacamentos, como par[a a-]
 70 codirem aoprecizo: eztes natural-mente saõ oz [mais]
 robustos, edestros no trabalho, sendo amaior rezaõ, [de]
 acodirem aoseu, deichando muitas vezes depla[ntar]
 couza alguã, para alimentos daz suas Familias, [ilegível]
 prevem apadesser-sse immenças nesceidades, elas obr[igaõ-]
 75 llos arobos, que naõ fazem em oPouo, nem vezin[han]
 ças; de for-ma, oz disperços, que saõ muitos, daó [este]
 nome aoz existentes, morteficados nocontinuo g[eito]
 enque vivem.

Oz muitos Indioz, que anda[õ]

80 fora, saõ oz indioz, que hei feito recolher por [briga]
 porem com oinveterado costume de andarem [pelas]
 fazendas, logo seretiraõ aelles, donde talues lhe [ilegível]
 cintaõ, oque naõ deuem, por seutelizarem doztr[aba-]
 llos: desta forma cauza apetencia acioza [vida]
 85 emque aquelles andaõ, paraque, ozque vivem no [pre-]
 ceito deseus caciques, e corregedores, busquem a m[es-]

a mesma Duina, que alienas evita, Crycora, maior mente
 Conseruando-se ordo de Pado, que cada menas poudera
 cao, que dai sempre / sempre procura a questa d'yntra
 cao, para esta basta a falta de casto, proprio, spiritual.
 Sempre clamei a ler peito da questa gente, me punda
 esta embestabilidade, dorem-me Vós ali pouco ao
 sercipo, a tempo, que a maior distancia em do bro a do
 Como se a do a d'arranca, para donde tem sido a foga e
 bey em grande numero, capis

Ultima mente, esta familia
 Caresem de virtudes, e como colheito a incertidao na
 innaute piedade de l'Ex^a proximo tempo comite toda
 a sua infelicidade.

Estas mui ruy, de forma, que ja
 nas aadem muito a miza, por falta de detem. Comque
 Cubrao ar l'arrey. He agora do p'ria. He a d'onda de l'aria
 que a generosa grandeza de l'Ex^a de l'armandora, de bem
 que dela de l'arrey m. Troca, de l'infanteria, e d'arroy,
 porque ja irta nas l'ia may, que adertubis, nas me feli-
 tando Crily, pelo que a l'eu de l'arrey l'ei p'prio, em
 l'ertude de l'arrey Comque me l'aua, de l'Ex^a com-
 te, nas de l'arrey de melauer de l'arrey, em m. par-
 te, pela pouca a l'arrey, que l'ei me l'aua de melauer
 de l'arrey.

Tambem exprimer

||4v|| [[ames]]ma ruina, que ásenáo evitar, crescerá, maior-mente,
 concervando-sse óz doRio Pardo; que oz demenos pondera-
 çãõ (que saõ oz mais) sempre procuraõ aquella disssolu-
 90 çãõ; para esta basta afalta depazto, proprio, spiritual.
 sempre clamei, arezpeito daquela gente, mepunhaõ
 esta emvolubelidade, dizem-me saõ ali precizos ao
 servisso; atempo, que amaior distancia emdobro acodem
 como hé á daBarranca, pára donde tem hido alguãz
 95 vezes emgrande numero, aapêe.

Ultima-mente, eztas Familias
 caressem deprocteçaõ, e como co[n]hesso a incontraõ na
 innacta piedade deVossaExcellencia; prezumo teraõ lemite todas
 as suas infelecidades.

100 Estaõ mui nús, de forma, que já
 naõ acodem muitos a miçça, por falta deterem comque
 cubraõ az carnes; the agora sopriu-lhe a ezmola deroupa
 que ageneroza grandeza de sua Magestade; lhez mandou, seabem
 que dela se vestiraõ muitaz Tropaz, deInfantaria, eDragoens,
 105 porque já izto naõ hia mais, que adestruhio, naõ me fal-
 tando cri[s]es, pello que aseu respeito hei pugnido, em
 virtude daz Ordens comque meachaua, eaVossaExcellencia reme
 te; naõ deichando demehaver restringido, em muita par-
 te, nella pouca atençaõ, que haõ merecido az minhaz
 110 representações.

Tambem exprimen=

monte
2

Experimentos muitas faltas de ferramentas de toda a lei-
ta; e mais que tudo de muitos outros officios. In-
ctura de templo, que compoem a dependencia de religio, e
crimentos, p.^o de celebração dos officios divinos. Mais
com tempo se ira remedando, em outra parte se
em regularidade, a diferença de pessoas, as futuras.

Tem sido tao pouco o meu merecimento, nesta parte
quanto conde, nas leis dadas satisfazer a arminha de Briga-
doz, por em a firma do Sr. nascom a ordem de don Juan
emprego, em o qual se de elle se tem feito a respeito
devidando de ser misterio, inda a mercancia de ter
Poros, e tantas necessidades, e penalidades, sempre por
cebas e a pensão alguma porvey trabalho continua-
doz.

Pensando-me atorgado mais, do que de
daque Comendamento pelo Sr. de Portugal, e de
procurar sempre merecer a parte do Sr. mais
a respeito, e a algum tempo de mais q' me compoem
verifico del Sr. de credito de harcas. Deoz con-

carue a vida del Sr. Comproza a vida, por annos
meu deitador, p.^o amparo de a fides, e a retica o
de que temo, a lora de servir o habido a respeito
del Sr. Estabelecimento de N. Sr. de Briga-
doz de Portugal de 1768.

Off. mo Exp. mo Int. Conde
de Zambraga

Antonio de Briga-

||5r|| [[exprimen]]taõ muitas faltaz de ferramentas de toda acas-
 ta; emais que tudo; de mestres detodos ozOfficios e Fa-
 ctura de Templo, que com pouco dispendio seerige, e
 115 vistimentas, *para* selebração doz officios Devinos: omaiz
 com otempo sehirá remediando, emoztrará, pondosse
 em regularidade, adiferença dopaçado, ao focturo.
 Tem sido taõ pouco omeu merecimento, nesta parte,
 quanto conhesso, naõ hei dado satisfaçaõ áz minhas obriga[-]
 120 ções; porem afirmo a*VossaExcellencia*; nazcem apromições domeu
 emprego, em opouco que delle setem feito apreço, não
 deichando deser misterio, inda aconceruação destez
 Pouos, entantas nescedidades, epenalizadoz, semque pre-
 cebaõ estipendio algum por seus trabalhos continua
 125 doz. [espaço] Tenho-me alargado mais, doque deu[zo]
 de que homildemente pesso a*VossaExcellencia* perdaõ, sebem que [esse]
 preceito emque me poem acarta de*VossaExcellencia*; me dá lu[gar]
 a[o]referido, eá algum excesso, ezello *que* meacompanha [no]
 servisso desua *Magestade*; a credito da nazçaõ.
 130 Deoz con-
 cerue avida de*VossaExcellencia*; com prozpera saude, por annoz
 mui delatados, *para* amparo doz aflitoz, eproctençaõ
 doz que temos ahonrra de servir debaicho oz preceitoz
 de*VossaExcellencia* Estabelecimento de *Nossa senhora* doz Anjoz
 135 a21 de Feuereiro de1768
 <Illustrissimo eExcellentissimo senhor Conde
 deAzambuja>

Antonio PintoCarneir[o]³⁹

³⁹ No índice da Coleção, realizado pelo arquivista Dr. Antonio Carlos Chichorro da Gama, o nome do autor do documento é transcrito como Antonio Pinto C... Há uma emenda, no entanto, escrevendo-se sobre o "C..." a palavra "Carneiro", que se considera aqui uma possível leitura.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Requerimento das qui-
tandinhas, no qual se
dem se lhes não proiba
vender suas quitandas
de frente da casa da
Camara na frente do
Mar.

29/5/1776.

cod 807.

v. 19.

||1r|| Requerimento das quitandeiras, no qual pedem se lhes não proíba vender suas quitandas

5 defronte da casa da
Câmara na frente do
Mar.

29/5/1776.

cod 807.

10 v. 19.⁴⁰

⁴⁰ Este fólio trata-se, na verdade, de uma folha solta timbrada do Serviço Público Federal, escrita a caneta azul. No alto do fólio, centralizado, há o ano do documento: 1776, escrito a lápis.

Rio de Janeiro

3162

LENNIVS HASLHAR

Requerimento dos quitandeiros em que pedem
se lhes não prohiba vender suas quitandas,
defronte da casa da Câmara, em frente
ao Mar.

Em 29 de Maio de 1776

||2r|| Rio de Janeiro⁴¹

Requerimento das quitandeiras em que pedem⁴²

se lhes não prohiba vender suas quitandas,

defronte da casa da Camara, em frente

15 ao Mar

Em 29 de Maio de 1776

⁴¹ No canto superior direito do fôlio, há o número 00062, feito com carimbo. A numeração deste documento, realizada com carimbo, inicia-se no número 00062 e termina no número 000069, sendo que os fôlios 64, 67 e 69 estão em branco. Em todos os documentos do volume 19 da Coleção, a numeração é feita com carimbo.

⁴² Há entre esta linha e anterior, ao lado esquerdo do fôlio, um carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”, que aparece também nos fôlios 5r e 6r. O grifo sob as palavras “quitandeiras” e “em” foi realizado com giz de cera azul.

Supremo e Senado da Camera,
 e Procurador da mesma Camera
 data Pl. 23 de Mayo de 1776. (1776) me. (1776) me. hr

Comunidade Municipal

Dizem as Quintandeiras

q' sempre exercerão a venda de vinhos, uvas, quelundras de fronte da casa da
 Camera no fronte de Mar: quintaem na vizinhança das bancas em q' se ven
 de opusca de sem q' por isso se embarace a serventia da tua, para o q' costumam
 anuualmte tirar licença do. onade, e pagar o devido fero, como omemo. E ser
 e Euzel do. inado podem informar: porom o. Mercurio de S. J. de
 Lora e de l'atim the urandea q' de p'p'os mds suas ligares, cuja ordm em con
 templacão do. ai Presidente, confirmou e. inado da Camera, mandando q' se
 preceder contra as q' serem r'olentes em inac e obedecer: como as. up. conf
 me asima sua dita: ja tom prazo e custumade afferam. de chao para nu dita
 paragem poderem vender, edesta expulção the ha redundade gravosime
 prejuizo, q' sera unda maior pelo tempo a diante por nao terem outro lu
 gar mais sufficiente, segundo omemo Senado da Camera tambem e. in
 affirmado. Tod tanto

Hoje vigia e de Voz de Senado
 e de conformaõ aq' de de 1776

Sur: Ex quinta ser serende manda

q' não selhos impetu e venderem nas paragens do: de as
 expulção a vendendo ao grande incomodo e os compra

||3r|| <Informe o Senado da Camara,
ouvindo o Procurador da mesma Ca=
mara. Rio a 29 de Mayo de 1776>

20 *Illustrissimo Excellentissimo Senhor*⁴³

Dizem as Quitadeiras⁴⁴

que sempre gozaraõ a posse de vender suas quitandas defronte da caza da
Camera na frente do Mar, e *juntamente* na vezinhança das bancas em *que* se ven-
de o pescado, sem *que* por isso se embarace a serventia da rua; para o *que* costumaõ
25 *annualmente* tirar Licença do Senado, e pagar o devido foro, como o mesmo Escrivam,
e Tezoureiro do Senado podem informar: porem o Meretissimo Doutor Juis de
Fora absolutamente lhes mandou *que* despejácem dos seus lugares, cuja ordem em con-
templação do seu Prezidente, confirmou o Senado da Camera, mandando, *que* se
procedece contra as *que* fossem renitentes em não obbedecer: e como as Suplicantes, confor-
30 me asima fica dito, já tem pago o costumado *afforamento* do chaõ para na dita
paragem poderem vender, e desta expulção lhe ha redundado gravissimo
prejuizo, *que* sera inda maior pelo tempo adiante por não terem outro lu-
gar mais sufficiente, segundo o mesmo Senado da Camera tambem [o te]m
affirmado. Portanto

35 *Pede avossa Excellencia* queira ser servido mandar
que não se lhes inpeça o venderem nas parágens donde as
expeliraõ atendendo ao grande incomodo aos compra

<Haja vista ao Procurador do Senado
Rio em Camera ao *primeiro* de Junho de
40 1776

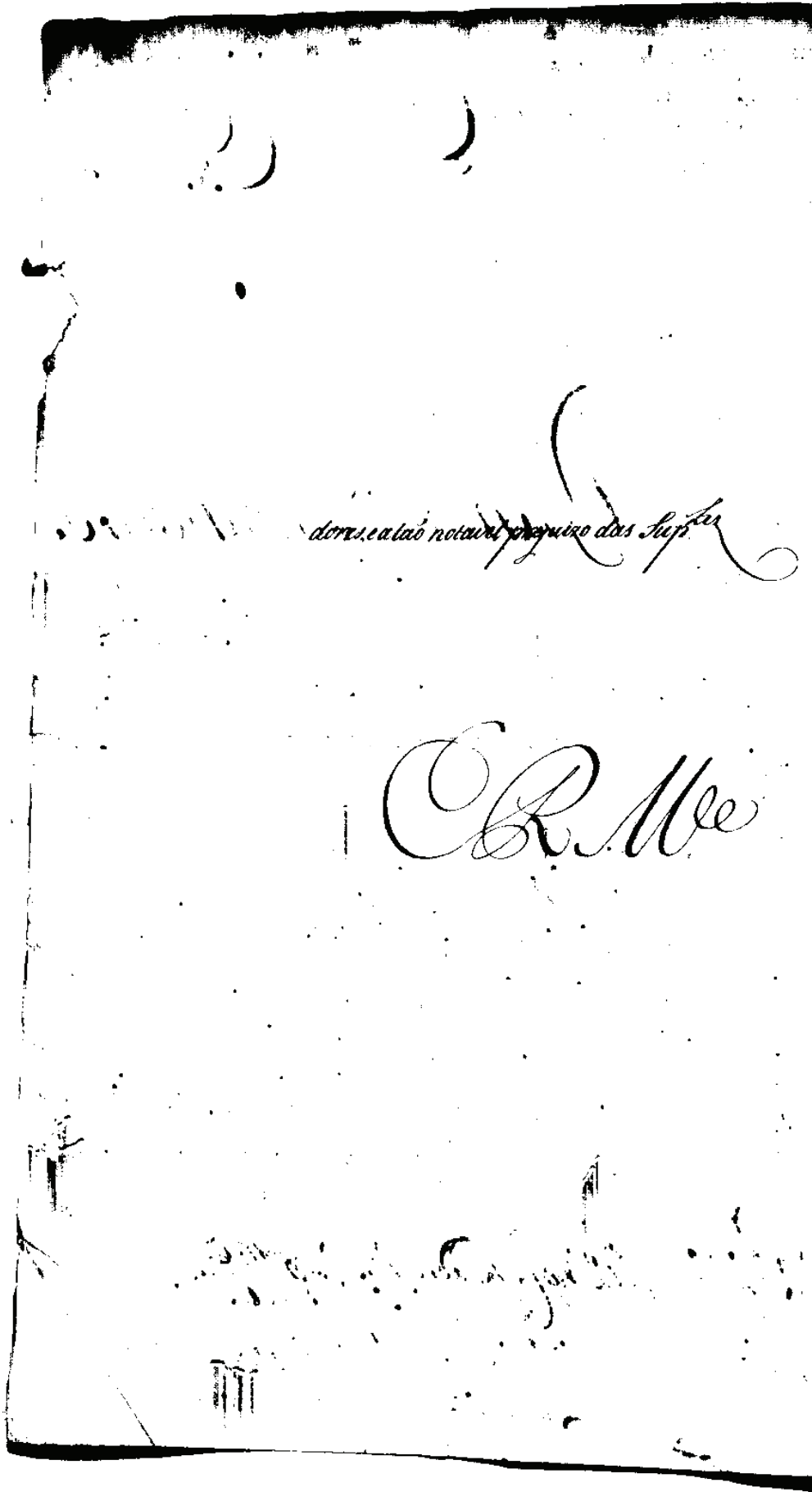
Coelho Nascentes

Lima A[ndrade]Lima⁴⁵

⁴³ Entre esta linha e a seguinte há um espaço em branco, onde há, no canto superior esquerdo, logo abaixo do despacho, uma rubrica e, no centro, a informação “Camara Municipal”, em punho diferente do que escreveu o documento, porém com tinta da mesma coloração. A lápis, ao lado e abaixo da anotação “Camara Municipal” aparecem as seguintes informações: “1776 | Rio de Janeiro”. Ao lado esquerdo de “Rio de Janeiro”, também a lápis, parece haver uma assinatura, que não foi possível ler.

⁴⁴ Há sobre o final desta palavra o carimbo elíptico do Arquivo Nacional.

⁴⁵ Este despacho foi escrito pelo mesmo punho que redigiu o documento transcrito no fôlio 5r.



decretao notavel proposito das Sup

R. Me

||3v|| dores, e a taõ notavel prejuizo das *Suplicantes*

EsperaReceber Merce

177
 S. do Senado

Não há dúvida, que as Custas de Caxias,
 de que trata o requerimento, tem sido a título de
 deponer a diligência, que ali se fez, para venderem os prazos de
 gêneros, que os selhos o fôrão, e para prazeres no mandado
 de pagar o D.º Juiz de Caxias, na ocasião da sua maior in-
 fermita, e pela molestia de se assome, e se caducava o grande
 alvará, que naquella situação se estava, posto que se quando se
 há observado, não procedia das q' de continuo existia, e em
 licença do Senado de fazerem, a quem pagas 300 annos de,
 mas sem de outras multas a virtudes, e por isso, que selhos
 de pagarão ainda sem terem a licença concessão, e q' ainda se
 extremam a vender, e existir no mesmo selho. Atendendo
 pois a este Senado a queira de D.º Juiz de Caxias, e na consideração
 bem, de que fora por limitação de tempo o fôrão de 300 annos de
 deitar, e qual podia cessar, e a cada que fora de 300 annos de,
 havia sido o selho primario q' a qual procedimento, e a de
 deo com a me.º de D.º Juiz de Caxias, e a cada q' de pagarão,
 a q' ainda se fôrão, e como se em embargo de q' existia a
 e fôrão mandados de pagar continuas sempre a q' vendem sem
 licença, e rigorosa q' diaramente chegou das Orlas e Caxias, e
 q' a cada q' estas fôrão no fôrão de 300 annos de, e a cada q' de
 de q' a cada q' de q' a queira de D.º Juiz de Caxias, e a cada q' de fôrão

45 ||4r|| Senhores do Senado

Naõ há duvida, que as Quitandeiras,⁴⁶
 de que trata orequerimento; tem estado athe agora como
 de posse do lugar, que alegaõ, para venderem aopovo os
 generos, queselhes offerece; e destaparagem as mandou
 50 despejar o *Doutor* Juis deFora, na ocaziaõ dasua mayor in
 fermidade, pela molestia edesasossego, *que* lhe cauzava o grande
 alarido, que naquelleCircuito se ouvia, posto que (segundo se
 há observado) naõ procedia das *que* de continuo existiaõ com
 licença doSenado daCamara, a quem pagaõ Foro annoal,
 55 mas sim de outras muitas adventicias, e incert[a]s⁴⁷, *queselhes*
 agregavaõ aindasem terem alicencaconveniente, e *que* aindase
 entremetem a vender, e existir nomesmoSitio. Attendendo
 pois esteSenado a queixa do *Doutor* Iuiz *Prezidente* ena consideração taõ
 bem, de queseria porlimitado tempo oretiro das sobreditas Quitan
 60 deiras, oqualpodia Cessar, cessadaquefosse aenfermidade, que
 haviasido motivo primario *para* aqueleprocedimento; condecen-
 deo com avontade do dito *Doutor* Juis deFora, mandando *que* despejassem
 as *que* aindaficavaõ; e comosem embargo das *que* existiaõ comlicença
 eforaõ mandadas despejar continuaõ sempre as *que* vendem sem
 65 licença os generos *que* diariamente chegaõ das Ortas e Rossas, sem
que abulha, *que* estas fa[z]em mo[t]ive incomodos (talves por ser maior
 ou quazi extinta a queixa do *Doutor* Juis *Prezidente*) parecejusto final
 mente

⁴⁶ Há sobre esta palavra o carimbo elíptico do Arquivo Nacional.

⁴⁷ Intervenção do editor: no manuscrito, o autor do documento usa a letra ‘q’ no lugar do que provavelmente seria a letra ‘a’.

||4v||[[finalmente]] que ser restituão as demais Quitandeiras
70 expulsadas ao Seu antigo pouzo, por não haver outro que Selhe
possa determinar, e por na realidade seter dado assás aconhe=
cer o quanto he sensível a faltadellas na citada paragem pelo
não pouco incómodo que disso tem experimentado o povo.

75 *Vossas Mercês* com tudo mandaraõ o que forem servidos. Rio
de Janeiro 3 de Junho de 1776

O Procurador

João Antunes de A[ndrade] Lima

Antonio e E. me Sui

Owinda gte Senado ao Proc. do Ilho de São
 Inquirição que a V. Ex.^a firmou a 24 de Junho de 1776
 quanto a respeito de expulção de alguns em que vendem
 de C. Ambrósio; por que no processo de V. Ex.^a não
 foram incluídos que deo o mesmo Proc.^o e carta
 de V. Ex.^a mandava V. Ex.^a que for devido. P.
 de Janeiro conferido a 8 de Junho de 1776

Ant. José Cocho.
 Antonio Norcenty Pinta
 Ignacio da Silva Lima
 João Antonio de Almeida

||5r||

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Ouvindo este Senado ao Procurador delle Sobre o=

80 requerimento, que a *Vossa Excellencia* fizeraõ as Quitandeiras a res=

peito deSerem expulsas doLugar em que vendem os=

Seos comestiveis; pomos naprezença de*VossaExcellencia* a in=

formação incluza, que deo o mesmo Procurador, e avista

della nos mandará *VossaExcellencia* o que for Servido. Rio

85 de Janeiro emCamera aos 8 de Junho de1776

[ilegível]n[te] Joze Coelho.

Antonio Nascentes Pinto.

Ignasio daFonsecaLima

IoãoAntunes deA[ndrade]Lima

Vista a Informações do Sr. deo Senado
 a q' Vm.^{ces} se referem, devo dizer q' se trata
 q' Vm.^{ces} houverem de tomar a resolução de man-
 darem despejar as Quintandarias do lugar q' nomei-
 mo Senado. Nos ditos q' venderem as suas qui-
 tandarias, e de q' ellas pagarem o foro annual, pelo
 motivo, q' Vm.^{ces} se referem, sem primeiro não
 houverem dado p' p' se não deve mover como
 alguma de q' se tiverem auctidade nova Camara sem
 Ordem Superior, e se indifferente a mesma Camara
 guberna q' se não se tem direito, por ser tudo em
 beneficio do bem comum, q' deve prevalecer a
 qual q' utilidade ^{particular} publica particular; e q' se
 conformidade das Vm.^{ces} a providencia q' as
 Quintandarias tomarem logo q' o lugar, de don-
 de se lhes mandou despejar. D. G. al. Vm.^{ces} de
 de Jan. a 11 de Junho de 1756.

Sr. Jui. Presidente, em an. Off.
 da Casa desta Cid.

Reg. real. 12 de Junho de 1756.

90 ||6r|| Vista a Informaçã do Procurador desse Senado
a *que Vossasmerces* se referem, devo diser lhes *que* eu sinto
que Vossasmerces houvessem detomar a resoluçã de mam-
darem despejar as Quitandeiras dolugar *que* omes-
mo Senado lhes destinou *para* venderem as suas qui-
95 tandas, ede *que* ellas pagaõ o foro *ãualmente*, pelo
motivo, *que Vossasmerces* me referem, sem primeiro me
haverem dadoparte; por se naõ dever mover cousa
algũa do *que* setiver assentado nessaCamara sem
Ordem superior, [e] ser indecorozo a mesmaCamara
100 alterar o*que* nella se tem disposto; por sertudo <determinado> em
beneficio dobem comum, *que* deve prevalescer a
qual *quer* utilidade ~~publica~~ particular; enesta
conformidade daraõ *Vossasmerces* a providencia *para* as
Quitandeiras tornaremlogo *para* olugar, de don-
105 de selhes mandou despejar. *Deos* guarde a*Vossasmerces* Rio
de Ianeiro a 11 de Junho de 1776
Senhor Iuis Presidente, emais *Officiaes*
daCamara destaCidade

Registrada no*Livro* 12 das*Cartas* aos *Ministros* a*folhas* 156.

Vista Catalogo da Exposição da História de Portugal
 N.º 7,383 - Data e off. de L. R. Lúis a Commenda
 e Lúis, de 15 de Novembro de 1783.

Serie A
 vol. 1.º

N.º 51

ARQUIVO NACIONAL

Capitula do Barro da Provincia
 do Rio de Janeiro

Regras dos orgaos da Capitula de Comercio da Provincia do
 Rio de Janeiro, que se havia de estabelecer em 10 de
 Maio de 1783, com distincção das parochias de
 a 7 pertenciam.

Mostram-se como mais illegitimos alguns or-
 gãos da Capitula do Barro da Provincia do
 Rio de Janeiro, que se pertenciam a celebrar
 em 10 de Maio de 1783

Relação dos Fundos destinados para os Lugares da
 Provincia do Barro do Rio de Janeiro na Capitu-
 la, que se pertenciam a celebrar em 10 de Maio
 de 1783, conforme a parochialidade, que havia
 de ser observada, cujas qualidades vão declaradas
 em sua propria Littera

Comissão (da Comella Ultramarina) 15 de Maio de
 1784 ao governador e Capitão General do
 Capitulo do Rio de Janeiro sobre os allegados
 de parochias (copias)

Relação da Littera e do despacho do qual

||1r|| Vide catalogo da Exposição da Historia do Brasil
nº 9,383 – Falta o officio do *Vice Rei* Lucio de Vasconcello[s]
e Sousa, de 15 de novembro de 1783.

serie A

5 col. 1^{a48}

nº 51

Capitulo do Carmo da Provincia
do Rio de Janeiro

10 Relação dos vogaes do Capitulo do Carmo da Provincia do
Rio de Janeiro, que se havia de celebrar em 10 de
Maio de 1783, com distincção das parcialidades
á *que* pertencem.

15 Mostra-se como erão ellegitimos alguns vo-
gaes do Capitulo do Carmo da Provincia do
Rio de Janeiro, que se pertendia celebrar e[m]
10 de maio de 1783

20 Relação dos Frades destinados para os Lugares da
Provincia do Carmo do Rio de Janeiro no Capi[-]
tulo, que se pertendia celebrar em 10 de Mai[o]
de 1783, conforme a parcialidade, que houves[s]e
de prevalecer, cujas qualidades vão declarada[s]
no seo proprio Lugar.

25 P[r]ovisão (do Conselho Ultramarino) 15 de Maio de
1744 ao governador e Capitão General da
Capitania do Rio de Janeiro sobre os religiosos[os]
da provinica (copia)

Rellação de todos os Individuos, de que se

⁴⁸ Abaixo desta linha, há um carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”.

||1v|| compoem a Provincia do Carmo do Rio de Janei[ro]

(com 6 annexos A, B, B, B., B, C)

Documento 6º Certidão e 5 annexos

- 30 “ 7 “ “ “ “ “
- “ 8 “
- “ 9 Relação de todos os Frades conventuaes
Convento do Carmo do Rio de Janeiro,
com distinção dos aprovados para confessar
35 e dos que o não são, por se não quere[rem]
examinar
- “ 10 1 certidão
- “ 11 “
- “ 12 Relação das Fazendas e casas, que se
40 sabem pertencer aos diversos Conventos
do Carmo, comprehendidas na Provincia
do Rio de Janeiro
- “ 13 Certidão
- “ 14 Relação das elleições a que se costu[ma]
45 proceder no dia do Capitulo da P[ro]
vincia de Nossa Senhora do Monte [do]
Carmo do Rio de Janeiro.

178

Pedro Henrique da Cunha Escrivão
 da Ouvidoria geral do Crime da Relação de
 ta Cidade de Rio de Janeiro & Fortifica.
 que por Ordem do Sr. Deo. Com. Barão de Ouvidor
 Geral do Crime Antonio José Cabral de
 Almeida, Com. e Intendente geral da Pa-
 lica me Informei de alguns factos dos
 Religiosos de d. l. s. de d. h. de Carmo de
 ta Cidade que se legaram a presença del. e
 M. e. h. para Redar a Providencia que de
 se p. d. f. m. e. l. e. m. d. p. p. r. i. a. g. d. o. d. e. l. u. g. a. r. e
 e. m. e. f. i. c. t. o. a. l. e. i. j. d. e. r. e. m. d. e. t. o. r. j. u. g. u. e. l.
 u. a. o. d. i. g. n. i. f. i. c. a. d. o. j. n. a. e. l. e. l. a. c. i. o. n. e. d. e. l. u. z. a.
 p. o. r. m. i. o. n. e. d. e. l. u. z. a. d. o. s. e. u. c. a. r. g. o. a. s. i. g. n. a. d. a.
 n. e. g. u. a. l. u. a. o. i. n. d. i. v. i. d. u. a. d. o. j. u. g. u. e. d. i. c. i. o. n. e. l. y.
 p. e. i. t. o. a. c. a. d. a. l. u. z. a. d. e. d. i. t. o. s. R. e. l. i. g. i. o. s. o. s. n. a. d.
 e. f. a. z. e. n. d. o. p. u. b. l. i. c. o. n. e. m. d. e. f. o. r. m. a. n. d. o. p. r. o.
 p. e. c. o. a. l. e. p. e. i. t. o. d. e. l. e. j. p. e. l. o. p. e. r. i. g. o. q. u. e. p. o. d. i. a.
 e. r. u. l. t. a. r. a. e. R. e. l. i. g. i. o. s. o. s. e. m. l. u. z. a. e. l. o.
 m. e. n. t. e. e. l. e. d. e. r. a. n. d. o. a. l. g. u. i. o. n. e. j. p. r. o. v. i. d. e. n. c. i. a.
 p. a. r. t. i. c. u. l. a. r. e. j. q. u. e. p. o. d. i. a. n. a. d. e. l. i. t. a. r. m. a.
 y. o. r. j. d. e. o. r. d. e. n. e. j. e. i. n. d. o. a. l. g. u. i. o. n. e. j. d. e. m. e. j. o. r. e. j.
 f. a. c. t. o. s. p. o. r. e. n. t. r. i. d. o. e. n. e. m. e. l. i. g. n. a. d. o. q. u. e. e. l.
 g. a. r. a. n. d. a. r. e. m. p. r. o. f. e. c. o. s. p. u. b. l. i. c. o. s. t. r. a. t. a. d. o. s.
 e. n. t. r. e. d. i. v. e. r. s. a. s. p. a. r. t. i. e. s. e. m. o. d. o. s. a. d. a. m. i. t. e.
 f. e. i. t. a. a. m. u. l. t. o. e. l. a. i. m. u. n. d. o. y. e. r. a. u. d. e.
 D. m. a. r. i. a. M. a. r. i. a. P. e. r. i. e. r. e. m. q. u. e. d. a.

||2r|| Pedro Henrique da Cunha Escrivão⁴⁹
da Ouvidoria geral do Crime da Relação des⁵⁰
50 ta Cidade do Rio de Janeiro *et caetera* Certifico
que por Ordem do Dezbargador ouvidor
Geral do Crime Antonio Jozé Cabral de
Almeida, Como Intendente Geral da Po
licia me Informe y de alguns factos doz
55 Rilegiosos de Nossa Senhora do Carmo des
ta Cidade que chegaraõ aprezenssa dele
Ministro para lhe dar as Providencias que e
les pedissem e Eraõ proprias do Seu Lugar, e
comeffeito a Chey Serem Sertos osque
60 vaõ Sustanssiados na Relação in Cluza
por mim Escrivão do Seu Cargo a Signada
na qual vaõ individuados osque dezem Res-
peito a Cada hum dos ditos Relegiosos, naõ
Sefazendo publico, nem Seformando pro
65 sseço a Respeito deles pelo perigo que podia
rezultar a Relegiaõ em Cumum, e Só-
mente Selhe deraõ algumas providenssias
particulares que podiaõ fazer evitar ma
yóres desordens, hindo alguns dos mesmos
70 factos por Certidoens em Separado que che
garaõ a andar em prosseços publicos tratados
entre diverssaz partes, Como Saõ o da morte
feita a omulato Raimundo escravo de
Dona Iozefa Maria Pereira em que a⁵¹

⁴⁹ No canto superior direito do fólio há o número 220, sublinhado, escrito em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração dos demais manuscritos que compõem o 3º volume da coleção. A numeração deste documento inicia-se no número 220 e termina no 235. Os fólios de números 229 a 234 não constam da presente edição, por não constarem do CD elaborado pelo Arquivo Nacional, em 2004, com a digitalização dos documentos solicitados, tendo-se percebido sua ausência somente quando da nova visita ao arquivo, em setembro de 2007. Ao lado do número do fólio, existe a anotação “Nº 6º”, que indica que este é o sexto documento do “Capítulo do Carmo da Província do Rio de Janeiro”.

⁵⁰ Entre esta linha e a superior, há um carimbo elíptico do Arquivo Nacional, que aparece nos retos de todos os fólios que compõem este documento.

⁵¹ No final do fólio, após a última linha, há dois traços compridos, curvilíneos na ponta, e, abaixo deles, três pequenos desenhos que se assemelham à forma da letra ‘r’ minúscula.

Enquid a Justica a Cruzes av matador
 Miguel pardo e Manoel Anjoa yoravoy do
 Padre Frey Juliao Rangel fillos da mesma
 Donna Inez. Do selvamento que neste
 Juizo poytre o Padre Frey Bernardo de
 S. Joze na Cauada enquid a Justica a Cruzes
 e doas Res. Manoel Simplicio Correa de
 Aguiar sobre a qualificac e deflorac da
 Orpha e Riza Maria filha do yfalydo de Fran
 cys Martyn Moreira, e Anna Joaqui
 na, Como tambem outra Certidao Con
 traria a que se ymprime Religio de Lu
 ma y de mumba que Jurou naonyma
 Duria. Finalmente outra Certidao en
 tralida do autor entre pany e Joao Vitor
 va Luiz e Combranyes vitoriano Pereira
 sobre Luiz yoravoy que alegou o mesmo
 Author que lo tivera e Culto o Padre
 Frey Joze de Carmelo em Caradehua
 May que se nas expoficac na mesma
 Relacac por lo de diversa materia, e pa
 ra ditudo se Constando mandou de le
 dito Ministro pafar a prezente a que nas
 Juntoas de meymos de Cummentoy que se y
 ve que se seguem Rio de Janeiro, tra
 ta hum de Paulo de mil e setenta e cinco

- 75 ||2v|| [[Em que]] a Iustiça aCuzou aos matadores
 Miguel pardo eManoel Angola escravosdo
 Padre Freý Iuliaõ Rangel filho damesma
 DonaIozefa; edoJuramento que neste
 Iuizo prestou oPadre Freý Bernardo de
 80 Saõ Iozé naCauza emque a Iustica aCu
 zou aoReo Manoel Simplicio Correa de
 Aguiar Sobre aalissiação edefloraçaõ da
 Orpha Roza Maria filha dosfalessidos Fran
 cisco Martins Moreira; eAnna Ioaqui
 85 na, Como tambem outraCertidaõ Com
 traria aoque dis omesmo Religiozo dehu
 maTestemunha queIurou namesma
 Devaça; Efinalmente outraCertidaõ ex
 trahidos auttos entre parttes Ioaõ Ferrey
 90 raLuvas ComFrancisco vitoriano Pereira
 Sobre huns escravos que alegou omesmo
 Auttor que lhos tivera oCultos oPadre
 Freý IozedoCarmelo emCaza deSua
 May que Senaõ expessifica namesma
 95 Relaçãõ por Ser dediversa materia, epa
 ra detudo hir constando mandou ele
 dito Ministro passar aprezenete aquevaõ
 Juntos os mesmos doCumentos queSaõ
 osque SeSeguem Rio deJaneiro, trin
 100 ta ehum deJulho de mil eSetteCentos⁵²

⁵² No final do verso deste fôlio há, assim como em seu reto, dois traços compridos, curvilíneos na ponta, e abaixo deles, três pequenos desenhos que se assemelham à forma da letra 'r' minúscula.

Le Peintre et Peintre trois ans

Le Peintre et Peintre
de la Cour de France

||3r|| [[ESetteCentoz]] eOitenta etrés annos

Pedro Henrique daCunha

||4r|| *Relaçam* dos prossedimentoz dealguns Religiozos
doConvento deNossaSenhora doCarmo desta
105 Cidade que chegaraõ aprezenca doDezembargador Ouvidor Geral do
Crime António IozéCabral deAlmeida e de
outros por informaçoenz que mandou exami
nar o dito Ministro Como Intendente Geral da
Policia naforma que SedeClara naCerti
110 daõ retro.

§ 1 OPadre Frey IozéRodriguez deSanta Anna aChan
dosse molesto nasCazas doConsistorio deNo
ssaSenhora daGloria emdia detodos osSantoz
do anno prossime passado demil eSetteCen
115 toz eOitenta edouz Sejuntaraõ namesma
Caza oPadre Frey Bernardo Organista doCom
vento eoutros que Selhenaõ puderaõ Saber oz
Seus nomes, enamesmaCaza enodito dia
houve humBatuque emque Seacharaõ
120 huma filha do dito Frey IozéRodriguez, huma mu
lataChamada Anna Dosse, humaCrio
la chamada Maria Pam quente, e outra
Criola que Selhenaõ poude Saber onome,
oSoldado doSegundoRegimento Francis
125 co Iozé outro Soldado doRegimento da
Artelharia chamado Angelo, hum Sol
dado doprimeiro Regimento, ehum pardo
Aussiliar doTerço deles aos quaes Senaõ Sa
be os nomes, Cujafunçaõ SeaChara de
130 noyte por Se romper humaVoz que oIllustrissimo
eExcellentissimo

Quere Hum. Co. Sr. V. Rey manda
va dar Luma Saladana Coza.....

O. P. Sr. Joao Pedro trata illicitamem § 2
te Com Cumia Crisla e Camada Maria
q. p. a l. u. m. h. a. d. a. s. a. f. a. r. e. i. r. a. C. o. m. a. g. u. a. l. e. i. d. e.
v. e. a. s. s. i. d. e. d. e. p. o. s. t. a. a. d. o. n. t. e. s. e. m. C. u. m. a. g. e. a.
z. a. q. u. e. t. i. n. h. a. a. l. u. g. a. d. o. n. a. l. u. a. d. e. C. a. n. o. e. s. t. o. n.
d. o. v. m. y. m. o. R. e. l. i. g. i. o. s. a. s. s. i. d. e. s. f. i. r. a. d. e. C. o. m.
v. e. n. t. o. a. t. i. t. u. l. o. d. e. m. e. l. i. t. a. t. a. s. e. n. d. o. a. n. y. m. a.
C. r. i. s. l. a. d. e. C. o. m. p. u. s. t. u. r. a. e. s. y. o. r. d. e. m. C. i. m. l. u.
m. a. m. u. l. a. t. a. p. o. r. C. a. u. s. a. d. o. m. y. m. o. P. a. d. r. e.
S. e. q. u. i. p. o. u. e. s. t. a. a. s. s. i. d. e. s. e. m. b. a. r. g. a. d. o. r. o. u. e. o.
G. e. n. e. r. a. l. d. e. C. r. i. m. e. q. u. e. m. a. n. d. a. n. d. o. I. n. f. i. r. m. a. r.
s. e. d. e. p. t. a. d. e. j. o. r. d. e. m. s. e. x. C. o. m. q. u. e. s. e. m. u. d. a.
s. e. m. f. a. n. t. o. a. d. i. t. a. C. r. i. s. l. a. C. o. m. o. a. n. y. m. a.
m. u. l. a. t. a. p. a. r. a. d. i. v. e. r. s. y. l. u. g. e. s. e. n. d. o. v. m. y. m. o.
P. a. d. r. e. C. u. r. r. i. g. i. d. o. p. o. r. e. s. a. C. a. u. s. a. e. l. e. s. t. i. d. o.
a. s. s. e. C. o. m. v. e. n. t. o. C. o. n. t. a. q. u. e. C. o. n. t. i. n. u. a.
a. C. i. r. a. d. e. C. a. z. a. d. a. m. y. m. a. C. r. i. s. l. a. q. u. e. C. o. p. e. l. i.
m. o. r. a. d. o. r. a. n. a. l. u. a. C. a. m. a. d. a. d. o. d. u. i. d. o. r. l. i. n.
d. o. p. a. r. a. d. e. s. t. a. n. i. e. s. d. e. P. a. u. l. a.

O. P. Sr. Domingos Corr. trata Com § 3
Luma mulata e Camada Franca abay
f. a. n. t. y. a. n. y. d. a. q. u. a. l. s. e. m. f. i. l. l. o. s. p. a. C. o. m. e. n. y.
E. s. t. a. m. u. l. a. t. a. e. i. m. o. r. a. d. o. r. a. n. a. l. u. a. d. e. r.
C. u. r. i. o. s.

||4v|| [[Que oIllustrissimo eExcellentissimo]] Senhor Visse Rey manda
va dar huma Saltada naCaza//

OPadre Frey Ioaõ Pedro trata ilicitamen §2
135 te ComhumaCriola chamadaMaria
por alcunha aCarssareira, Com aqual este
ve assistindo deporta adentro emhumasCa
zas que tinha alugado na RuadoCano, estan
do omesmo Religiozo assistindofora doCom
140 vento atitulo demolestia, etendo amesma
Criola desCompusturas edesordens Com Hu
ma mulata por Cauzadomesmo Padre
Se queýxou esta aoDezembargador Ouvidor
Geral doCrime, que mandando Informar
145 sse desta desordem fez Comque Semuda
ssem tanto adita Criola Como amesma
mulata paradiverssas ruas, eSendo omesmo
Padre Curregido por essaCauza erecolhido
aoSeuComvento, Consta queContinua
150 ahir aCazadamesma Criola que hoje hé
moradora na ruaChamada doOuvidor hin
dopara Saõ Francisco dePaula.....//

OPadre Frey DomingozCorrea trata Com §3
huma mulata chamada Ioanna abas
155 tantes annos daqual temfilhos jahomens,
Esta mulata hé moradora na rua doz

Ourivez

Dos Curios em Cumã e Caray que se ha com
 prod. e d'elles em Europa para elyonymo.
 Padre Cuyã mulata e irmão de Cumã
 mulata Barbeyro e Camado Frederico que
 foy escravo do mymo Convento do Carmo.

§ 4 O P. Fr. João de Marianno trata com Cu
 ma negra e Camada de terra que foy escrava
 de Cumã mulata e Camada Bernarda Pin
 ta, Cuyã negra e miradora nã lã de Cuba
 em Cumã e Caray que dizem se deo um
 mo de Padre de quem tem Cumã e Caray que
 andã unido com Cabito de elphans.
 e yos de Paula, e está em Caray de Cumã mula
 ta e Camada de fencia moradora nã lã da
 Cabea //

§ 5 O P. Fr. Fran. Brito que foy Religioso
 de Santo Antonio e foy para do mymo
 Convento do Carmo trata ameytoz amey
 toz e andã com Cumã mulata e Ca.
 mada Anna moradora nã lã de São José
 e ma qual andã pro furo e yos como aprou.
 em São José e está em Cumã e Caray
 nã Senhora da Cabea //

O P.

||5r|| [[Dos Ourives]] em humas Cazas quelhas Com
prou, ou deu odinheiro para elas o mesmo

160 Padre, Cujá mulata hé Irman de hum
mulato Barbeiro chamado Izidorio que
foý escravo do mesmo Convento do Carmo.

§ 4 O Padre Freý Ioaõ Marianno trata Com hu
ma negra chamada Thereza que foý escrava

165 de humá mulata chamada Bernarda Pin
ta, Cujá negra hé moradora na rua do Pialho
em humas Cazas quedizem lhas dera o mes-
mo Padre de quem tem hum filho piqueno
que anda Vestido Com habito de Saõ Fran-
170 cisco de Paula, e está en Caza de humá mula
ta chamada Vissencia moradora na ruada
Cadea.....//

§ 5 O Padre Freý Francisco Brittes que foý Religiozo
de Santo Antonio e Sepassou para o mesmo

175 Convento do Carmo trata amuy⁵³ tos annos
com esCandalo Com humá mulata cha-
mada Anna moradora na rua de Saõ Iozé
Com aquál andapor funçoens Como apou-
cos dias Sussedeo estando em humá Chacara
180 na Senhora da Cabessa.....//

O Padre

⁵³ Há um ponto sobre o y.

O Sr. Sr. Paulo José da Com. ^{camde} tratado § 6
 entom. Com. Eumad mulata e Camada de
 e dora filha de Outra e Camada Esculytica que
 affete nasceu que Vay de dante para d'outro
 Tonio ainda que de pouco tempo em liza de este
 Padre e costumam andar por diversas partes...

O Sr. Sr. Profco Sr. de Bravontura trata Com § 7
 Eumad m. branca e Camada e Lara q. e fi
 lha de Eumad e azeiro q. Sr. de d'outro e
 lido, e madora nasceu de d'outro e
 da Casa de d'outro. Sr. de d'outro e
 costumam entrar a toda a Ora d'outro que se
 parese...

O Sr. Sr. Simão de d'outro trata § 8
 m. amny Com. Eumad e Crisla e Camada e
 ria da Com. ^{cam} e de pouco nasceu e Camada
 da de Sr. de d'outro da d'outro...

O Sr. Sr. Julião Rangel de publicista § 9
 fava Com. Eumad e Crisla e d'outro e
 Com. Eumad mulato e Camada e Raimundo
 escravo de sua Mãe Dona Josefa Maria
 de d'outro

||5v|| [[OPadre]] Frey Paulo Iozé daComceicam tratapre § 6
 zentemente Comhuma mulata chamadaThe
 odora filha deOutra chamadaEscolastica que
 185 assiste na rua queVaý doParto para Santo An
 tonio ainda que depouco tempo em rezaõ deste
 Padre Customar andar por diverssz partez.....//

OLEy⁵⁴go Profeço Frey Boaventura trata Com § 7
 huma *mulher* branca chamadaClara *que* hefi
 190 lha dehumCarssareiro *que* foý doAljube jafa
 lessido, hé moradora na rua dos Ourives aopé
 daCazado *Dezembargador Ouvidor Geral* doCrime donde
 custuma entrár atoda aOra dodia que lhe
 paresse.....//

195 O*Padre* Frey Simaõ *Pereira* deSá Salinastrata á § 8
 muitos annos Com huma Criola chamadaMa
 ria daComceicam assistente de*prezente* na rua chama
 da doIogo daBola daSeé.....//

O*Padre* Frey Iuliaõ Rangel hé publico tra § 9
 200 tava Com humaCriola ouCabra Cazada
 Com hum mulato chamado Raimundo
 escravos deSua Maý DonaIozefa Maria
Pereira

⁵⁴ Há um ponto sobre o y.

Servira assistente no Engenho que esta tem
 em sua Lourenço neste q. de São João de Ca
 raly donde vrry me trate guaray sempre
 yava, e qud por Cauza adita Cabra queron
 do Coutijar Com assistente armig me multa
 to Raimundo o mandara enganado pa
 ra Com partido qud tem vrry me trate ve
 parado da fazenda caly p. Com negro e
 outro mulato yoravoy do d. Grade mandam
 do amarrar entrara do Raimundo a gri
 tar y por do felle Com negro naboia + a foga
 ra, Com muller Comita da Coutidao da par
 te qud era do officio da Veridona daquelle
 Distrito a de xumbar yoravoy. Divido geral de crime
 que entao servia y Doutor Antonio B. B. B. B.
 que addicte Cay Junta, por vrry me da qual se
 professou de Decia por yte Juiz conque frras
 nion fado y mulato negro yoravoy do d. Grade,
 Cometero yte Com mulado de la ad Provin.
 fial, e por de com ad bornada y de ytementa, enad
 eegar a de aver yoravoy para de Com yoravoy y de
 thy mulato negro frras B. B. B. B.

81o O. J. de Fran. Quintanilla e Carnado por
 elunho + Brij e Eiquenda trata Com Coma
 mulata e Carnada Maria miradora naba
 da Cad. Lido para a Carica da qual tem seu
 fillo e Carnado Traquijo.

O. B. P.

||6r|| [[Pereira]] assistentes noEngenho que esta tem
 205 emSaõ Lourenço nafreguezia deSaõ Ioaõ deCa
 rahý, donde o mesmo Frade quazý Sempre
 estava, e que porCauzadadita Cabra queren
 doCastigar Com assouttes aomesmo mula
 to Raimundo o mandara enganado pa
 210 rahum partido, que tem o mesmo Frade Se
 parado daFazenda eahý por hum negro e
 outro mulato escravos dodito Frade mandan
 doo amarrár entrava odito Raimundo a gri
 tar e pondosselhe hum Lensso naboca o afoga
 215 raõ, Como melhor Consta daCertidaõ dapar
 te quederaõ osOfficiaes daVentena daquele
 Distrito aoDezembargador Ouvidor Geral doCrime
 que entañ Servia oDoutor Ambrozio Picaluga
 que aodi este Vaý Iunta, por virtude da quál Se
 220 prossedeu aDevaça por este Iuizo emque foraõ Por
 nunssiados omulato enegro escravos dodito Frade,
 remetendosse humTraslado dela aoProvin-
 sial, epor Serem Sobornadas asTestemunhas, enañ
 chegar ahaver prova para Serem punidos oz di
 225 ttos mulato enegro foraõ Abssolutos.....//

§ 10 OPadre Freý Francisco Quintanelha chamado por
 alcunho oFreý chiquinho trata Com huma
 mulata chamadaMaria moradora na rua
 daCadea hindo para aCarioca daquál tem hum
 230 filho chamado Francisco.....//

OPadre

O Sr. Frey Antonio Ber. trata com § 11
 Luma mulata e Camada Violante moradora
 natural da Vila donde custuma ser, de parte que
 Lino Lier Misa e Cazador de O. O. J. do
 Crime e mandava no seu Rego levar ad Com
 vento e mymo da m. e se foy apiar a pinta de
 d. mulata por O. e a sua não tornou a Cal
 ea do Sr. Menges a dizer Misa //

O Sr. Frey Ignacio da Capitania trata com § 12
 Luma mulata e Camada Joana que foy vi
 rova de Luma m. e Camada Laurencia, a qual
 seu mymo Trade Luma e rova e Luma mora
 bra natural de O. Lino J. São Fran. de Pau
 la //

O Sr. Frey Estevão da Brinda de trata com § 13
 Luma Cabra e Camada Ignacia que mora no
 Sitio do B. de St. Jago, em Luma e Luma de Luma
 ma e Luma de mymo Trade //

O Sr. Frey Joze Ber. trata com Luma mulata § 14
 e Camada Maria que mora na lha de St. Jago
 arpe de Luma de Luma de Luma da guarda //

||6v|| [[OPadre]] Frey Antonio Pereira trata amuitos annos Com § 11
 huma mulata Chamada Violante moradora
 na rua da Vala donde Custuma hir, de sorte que
 235 hindo dizer Missa a Cazado Dezebargador Ouvidor Geral do
 Crime o mandara nassua Sege Levár ao Com
 vento e o mesmo Padre Sefora apear a porta da
 dita mulata por Cujá Cauza não tornou a Ca
 zadodito Ministro adizer Missa.....//

240 O Padre Frey Ignacio da Capitania trata Com § 12
 huma mulata chamada Ioanna que foý es
 crava de huma *mulher* chamada Florencia, á qual
 deu o mesmo Frade huma escrava Sendo mora
 dora na ruado Ouvidor hindo para Saõ Francisco de Pau
 245 la.....//

O Padre Frey Estevaõ da Trindade trata Com § 13
 huma Cabra Chamada Ignacia que mora no
 Citio do Botafogo, em huma Chacara de hu
 ma Irman do mesmo Frade.....//

250 O Padre Frey Iozé Pereira trata Com huma mula § 14
 tta Chamada Maria que mora na rua de Sao Jozé
 aopé de huma Vila de Ioaõ da Guarda.....//

§15 O Sr. Fray José Manoel de São Paulo trata com
 Suma m.^{or} de São Paulo e Camada Maria.
 Madalena moradora natural que vive de São Paulo
 e se casou com Euzébio de São Paulo que vive em a
 transfera o mesmo Padre de São Paulo..... //

§16 O Sr. Fray Francisco Romão trata com Suma
 m.^{or} Carada Camada Anna Maria de São Paulo
 moradora natural da Vila, a qual tem filha já
 muçica, em Suma Caraynora que vive em a
 de São Paulo..... //

§17 O Sr. Fray Manoel de São Paulo e Camada Fray Ma
 noel de São Paulo trata com Suma para a viuva
 de São Paulo da guarda de São Paulo, moradora natural
 de São Paulo, e a qual se casou já tratava sendo
 o marido ainda vivo..... //

§18 O Sr. Fray Simão de São Paulo que está Religioso de
 Santo Antonio, e se casou para de São Paulo tra
 ta com Suma mulata Camada Theresia mora
 dora natural da Vila de São Paulo, e a qual se casou
 por isso pela lenda da Santa Suma mulata que
 Dize

||7r|| § 15 O Padre Frey Iozé Manoel de Sampaio trata Com
 huma *mulher natural* de São Paulo chamada Maria
 255 Madalena moradora na rua quevaí do Parto
 para a Ajuda em hums sobradinho, quedizem a
 troussera o mesmo Padre de São Paulo.....//

§ 16 O Padre Frey Francisco Timoteo trata Com huma
mulher Cazada chamada Anna Maria do Pilar
 260 moradora na rua da Vala, daquál tem filhas já
 mulheres; em humas Cazes novas quedizem lhas
 dera o mesmo Frade.....//

§ 17 O Padre Frey Manoel de Santa Anna chamado Frey Ma
 noel Gordo trata a annos Com huma parda viuva
 265 de Ioaõ da Guarda Sapateiro, moradora na rua
 de São Iozé, Com aquál Sedis ja tratava Sendo
 o Marido ainda Vivo.....//

§ 18 O Padre Frey Simaõ Sudré quefoý Religiozo de
 Santo Antonio, e Sepassou para o Carmo tra
 270 ta Com huma mulata chamada Thereza mora
 dora na rua da Cadea oque Constou porque Sendo
 prezo pela ronda da Justica hum muleque que
 Disse

Dize ser cognos domynno Padre e tendo a la
 do Com Luma e Lave de pouta, Reporquente
 cu geruad de onde Lera amyma Lave, e
 zendo me ser la Casa de Reyberhor, e tndu
 zendo eu Com amyma lea para quem mtra
 se a Casa amytou e ali se informado por
 Luma Verinha que se. muel que Lera yora
 no do. Padre e. de vifecio por ser este vny
 mo e leguero a b. l. do muel que Infr
 mandome eu geruad de vny. f. na Casa a
 f. h. amyma mulata Lera e m quem tra
 fava amyma Padre, e. este me mo a Davia
 Carado Com Luma mulata do l. e m he
 fomento, me que sem Embargo de, La e y
 Tumava ser.....

O D. Rey Antonio del Sena data abaptante an 819
 no Com Luma m. e Camada Isabel Maria ad
 Cruz m. adora na l. de Reyberhor de qual
 vera Cario filly e dua filly, Lavendo esta noti
 cia por que sendo proza Com Luma f. hea Luma ne
 gro e de se ser uoravo domynno Padre a parise
 ra de L. y. adia amyma Isabel Maria pedin
 do a b. l. do dito negro que dizia ser seu coo
 para Laver de se f. heo quem Lera e seu vinda
 deiro ser me f. y. eu Com Informar e a L. y.
 ser v. negro uoravo amyma Isabel Ma
 ria por se Lavado e outro me mo Grade
 Por ser

||7v|| [[Disse]] Ser escravo domesmo Padre eSendo aCha
 275 do Com humaChave deporta, lheperguntey
 eu Escrivão dedonde hera amesmaChave, edi
 zendome Ser daCaza deSeussenhor, eCondu
 zindoo eu Escrivam amesma rua para que mostra
 sse aCaza amostrou eahý fuý Informado por
 280 huma Vezinha que odito muleque hera escra
 vo dodito Padre oque severeficou por Ser este omes
 mo que requireo aSoltura dodito muleque, Infor
 mandome eu escrivão depois que naditaCaza a
 ssistia amesma mulata Tereza Com quem tra
 285 tava omesmoPadre, equé este mesmo ahavia
 Cazado Com hum mulato doSeuConhe
 ssimento, más que Sem Embargo disso, Lá Cus
 tumava hir.....//

O Padre Frey Antonio deSenna trata abastantes an § 19
 290 nos Com huma *mulher* chamada Izabel Maria de
 Iezus moradora na rua dosFerradores daquál ti
 vera Varios filhos eduas filhas, havendo esta noti
 cia porque Sendo prezoCom humafaca hum ne
 gro que disse Ser escravo domesmo Padre aparesse
 295 ra dahý adias amesma Izabel Maria pedin
 do aSoltura dodito negro quedizia Ser Seu escravo
 epara haver desessaber quem hera oSeuverda
 deiro *Senhor* mefuý eu Escrivam Informar, e acheý
 Ser odito negro escravo damesma Izabel Ma
 300 ria por lhohaver dado eoutros omesmo Frade

Por ter

Porter Comela trata abastantey comen

226

§20 Freij José Por. Campaneiros de Freij José.
 Avia que Li' baixos guardo ellego aby Ocho tra
 ta Com Luma mulata e Camada Inguinea
 Irman do mulato e Camada e Pato tanto mo
 radra nalua e Camo, Com aqual dizem tra
 ta apouco tempo.

§21 Freij Gomez que nao La outro de este nome na
 Religiao e mta que a lino ve de j amoz fo
 rava Luma Brida e Camada e Varcoza vora
 va La fazenda da Pedra pertencente a Reli
 gias aqual de ra Luma negra e Comela tra
 ta m tempo. Depois de La no fua ferrou
 Luma e abra yerava da mesma fazenda que
 ate i prox. Senad sabe o seu nome nem de
 de a pte.

§22 Supondo ser prozo Luma negro por ser a Ca
 da Com Luma fua de lla pela Conda de lly
 fua e leguenda de de poy de a lly do mesmo
 prate q. ar p r i p i o l i z i a ser vora de Luma
 mulato de Barbeim e l i n d o m e de teminado pe
 lo dia. ou. q. de crime ffo a Cad. Sltar

Comen

||8r|| [[Por ter]] Com ela trato abastantes annos.....//

§ 20 Frey IozéPereira Companheiro deFrey Iozé
Rodriguez, quehé baýxo gordo eVesgo dos Olhos, tra

305 taCom huma mulataChamada Ioaquina
Irman do mulato chamdo oPatto tonto mo
radora na ruadoCano, Com aqual dizem tra
ta apouco tempo.....//

§ 21 Frey Gomez que naõ ha outro deste nome na

310 Religiaõ Consta que aSinco ouSeis annos fo
rrara huma Criola chamada Narciza escri
va daFazenda daPedra pertenssente aReli
giaõ a quál dera huma negra e Comela tra
tara *mu*ito tempo. Depoiz disso há noticia forrou
315 humaCabra escravadamesmaFazenda que
até oprezente Senaõ Sabe oSeu nome nem don
de assiste.....//

§ 22 Sussedendo Ser prezo hum negro por Ser aCha
doCom humafacaVelha pela ronda daUs

320 tiça e requerendosse depois disso aSoltura domesmo
pretto *que* aoprinssipio dizia Ser escravo dehum
mulato Barbeiro, eSendome detreminado pe
loDezembargador Ouvidor Geral doCrime fosse aCadea Soltar

Omesmo

O mesmo preito, sendo eu Cur.^{am} noticiado quem
 procurava a f. d. d. d. d. preito por interposição
 do Sr. D. Pedro de Almeida e Camões e Rui
 de Religiosos do Carmo, por eu Cur.^{am} me achar
 em Carregado desta diligencia e Carneiro me
 mo preito e Redija que sabia de nas Terças
 do Sr. D. Bart.^o e que para se obter a quoria e a
 ser quem se era e de verdade Sr. a quem pelo
 mesmo preito me foi dito que a ser de Terça
 de Terça jurava de Cumada para a Camada
 do Sr. D. Pedro de Almeida e Rui a qual se chama
 de Luiza e era miradora na lua da Cad. de
 de eu mesmo Cur.^{am} e conduzir em Comp.
 do Confessores e Confessores a par de me
 ma mudada e sendo perguntada se me
 jurava se a sua palavra e que era se a
 entrega dele.

Na lua de Terça do Carmo da Suma Carinhos § 23
 por interposição do mesmo Religioso e quem se vem
 de Informaria do juramento do mesmo Cur.^{am}
 em Cuija e Caria que tem por interposição para o mesmo
 lua de Terça do Carmo. Tem outra parte no fim
 do de la que se comunica para dentro da
 Sr. de o mesmo Religioso, sendo de o mesmo
 Sr. alguns melhores que tem sido visto, a sa
 la em o mesmo Cur.^{am} alguns Religiosos, que
 pela Sr. de o mesmo Cur.^{am} e a noticia.
 que me foi dita por interposição de la em de o mesmo Sr.
 de

325 ||8v|| [[Omesmo]] pretto, tendo eu Escrivam noticia *que* quem
 procurava assoltura do dito pretto por intrepuesta pe
 ssoa hera o Padre Frey Fernando chamado o Ruý
 vo Religiozo do Carmo; por eu Escrivam meachar
 en Carregado desta deligencia chamey omes
 330 mo pretto elhedisse que Sabia elenaõ hera escravo
 do dito Barbeiro, e que para o Soltar queria Sa
 ber quem hera o Seu verdadeiro *Senhor*; ao que pelo
 mesmo pretto mefoý ditto que averdade hera *que*
 ele hera escravo de huma parda Camarada
 335 do dito Frey Fernando Ruývo aquál Se Chama
 va Luiza, e hera moradora na ruada Cadea don
 de eu mesmo Escrivam ofiz Conduzir em *Companhia*
 do Carssareiro, e Com effeito aparessendo ames
 ma mulata, e Sendo perguntada Se mesmo
 340 escravo hera Seu por dizer que o hera Selheféz
 entrega dele.....//

Na rua detrás do Carmo há humas Cazinhas § 23
 pertensentes a mesma Religiaõ as quaes Servem
 de Infermaria dos escravos do mesmo *Comvento*
 345 em Cujas Cazes que tem porta para a mesma
 rua detrás do Carmo tem outra porta nos fun
 dos dela que se Comunica para dentro da
 Serca dos mesmoz Religiozos, donde Custumaõ
 hir algumas mulheres que tem Sido Vistas, afa
 350 larem etratarem Com alguns Religiozos, que
 pela Serca vaõ a mesma Caza, e há noticia
 que por estas portas entraõ e Sahem denoyte Sen
 do

Sendo alguém em Contradito, que se não de la
 raõ e nome por não terem a Confissão
 sem a escritura e credito p. se segue a
 Carator. R. de Cam. de de Julio
 de 1783"

Cam. da Ou. g. de Crime

Pedro Henrique da Junqueira

||9r|| [[Sendo]] alguns enContrados, queSenaõ deCla
355 raõ os nomes por naõ Serem reConhessidos ea
sim Seevitar odesCredito queSeSegue aoSeu
Carater. [espaço] Rio deIaneiro 31 deIulho
de 1783//

O Escrivam daOuvidoria *geral* doCrime

360 Pedro Henrique daCunha

Pedro Amiguel da Cunha Escrivão da Ou-
 vidoria Geral do Crimé da Ilha de São Paulo desta Cidade
 do Rio de Janeiro do foyto foyto que vivendo a de-
 uia a quem se profedeo por este Juiz pela morte
 feita aypardo Raimundo yerauo de Ormao
 e sua Maria Pereira mórada no Engenho de
 São Lourenço nella Seacda e uma parte que
 deo a offficia da Ventena daquelle Distrito
 sobre a mesma morte, as Dezembargador ou
 vidor Geral do Crimé que entas' havia e dea
 thez Ambrosio Puallega de Cuija parte e dea
 deo e de seguinte e Senhor Dezembargador
 ou vidor Geral do Crimé e Vista frequencia de
 São Paulo de Caradij de onde e a mesma officia
 e da Ventena e conta que no dia vinte e três
 de Setembro do presente anno de mil e setecenta
 e oitenta e duas, foyta feira pela
 tarde aypardo e oviato e dea no Cito do
 Padre Fray Juliano Rangel filho de Ormao
 e sua Maria Pereira dona do Engenho de
 São Lourenço matarao armulato e Raimun-
 do yerauo da dita Dona e sua, por ordem
 ou mandato do dito Padre, sendo o mesmo
 mulato allegado pegando foyta e dea e dea
 thez e dea, e que deo de morte foyta manda-
 do de sepultar a mesma frequencia, com que

||10r|| Pedro Henrique da Cunha Escrivão da Ou-
vidoria Geral do Crime da Relação desta Cidade
do Rio de Janeiro *et cetera* Certifico que revendo a De-
vassa a que se processou por este Juízo pela morte
365 feita aopardo Raimundo escravo de Dona Io-
zefa Maria Pereira moradora no Engenho de
São Lourenço nela se acha huma parte que
davaõ os Officiaes da Ventena daquele Destrito
Sobre a mesma morte ao Dezbargador ou
370 vidor Geral do Crime que entã servia o Dou-
tor Ambrozio Picaluga, de cuja⁵⁵ parte o seu
Thior hé o seguinte § Senhor Dezbargador
ouvidor Geral do Crime // Nesta freguezia de
São João de Carahy dedonde Somos officia-
375 es da Ventena Consta que no dia vinte e três
de Novembro do presente anno de mil e Sette
Centos e Oitenta e hum, Sexta feira pelas
tres para as quatro horas da tarde, no Citio do
Padre Frey Iuliao Rangel, filho de Dona
380 Iozefa Maria Pereira dona do Engenho de
São Lourenço mataraõ a mulato Ray⁵⁶ mu-
do escravo da dita Dona Iozefa, por ordem
ou mandato do dito Padre, sendo o mesmo
mulato afogado pegando selhe pelas suas par-
385 tes bay⁵⁷ xas, e que depois de morto fora manda-
do sepultar a mesma freguezia, sem que⁵⁸

⁵⁵ Trecho sublinhado no manuscrito.

⁵⁶ Há um ponto sobre o y.

⁵⁷ Há um ponto sobre o y.

⁵⁸ Assim como nos fólhos 2r e 2v, no final deste fólio, após a última linha, há dois traços compridos, curvilíneos na ponta, e abaixo deles, três pequenos desenhos que se assemelham à forma da letra 'r' minúscula.

Que Euvieste esta noticia, ou nuy Officiaes aty
 veyhoes, e na ad no dia de Hoje, que por veyhoes pa
 fadoy dia na d ytao e Corroo vnter moy de de
 Ne fazer Corroo de d d d d d d d d d d d d d d d d
 vnter moy al g u i o n a y e n t h u s e r y r u a l a n h a d e l
 r a y j a r a e l q u a d o f a z e r C o r r o o d e d e l i t o s d a m y
 p a r t e d o C e f i r d o a l o f a m e r c a p a r a d i t r e m i
 n a r i e q u e f o r c o n v i d o, N e o d e e l p a n e i r o v i n t e
 e n o v e d e d e z e m b r o d e m i l e d e t t e C e n t o s e o y
 d e n t a e C u m // A n t o n i o J o a n e d e a l f a r e y // J o r
 v a n e s B e r n a r d e d e M e m a z // C o n a d e e n t e
 n h a m a y v n a d i t a p a r t e q u e d i r a o r e l i t r e
 d i t o y O f f i c i a y d e S u p t i l a q u e d e a l l e a C u m
 T a a m y m a d e v a c a q u e e n g e r i a o a q u i
 n a g l y p o r C e n t a d o i n p r o p r i a a q u e m e l e
 q u e r t o C o r r o o q u a l l a y e n t a e n f e r e d a, e
 J e m e r u a d q u e d u e d a f a c a e y m m i m e
 o r i t a i n d e g n a d a n y t a e d a d o d e l i t o d e e l a
 n e i r o f o r o i n t e e n t r o d i a d o m y d e d e l l o
 d e m i l e d e t t e C e n t o s e d e v i n t a e t r e i a m m o

Pedro Simij. da Jun. e.

||10v|| [[Que]]houvesse esta noticia, ou nós Officiaes ati
 vessemos Senaõ nodia dehoje, que por Serem pa
 ssados dias naõ estará oCorpo emtermos deSe
 390 lhezazer Corpo dedelito, nem mostrará Setem
 ou naõ algumasContuzoens ou arranhadu⁵⁹
 ras para Sepoder fazer Corpo dedelito; damos
 parte do refirido aVossa merçe paradetremi
 nar oquefor Servido, Rio deIaneiro vinte
 395 enove deNovembro demil eSetteCentos eoý
 tenta ehum// Antonio Iozé dasFlores // Ger
 vazio Fernandes deMenezes // E naõ seConti
 nha mais em adita parte quederaõ osSobre
 ditos Officiaes deIustissa que SeachaIun
 400 ta amesma Devaça que eu escrivaõ aquí
 passey por Certidaõ dapropriaaque me re
 porto Com aqualVaý⁶⁰ estaConferida, e
 SemCouza que duvidafaça epor mim Es
 crita eaSignada nestaCidade doRio deIa
 405 neiro aosvinte eCoatro dias domes de Iulho
 demil eSetteCentoz eOitenta etréz annoz

Pedro Henrique daCunha

⁵⁹ No manuscrito o copista utilizou neste vocábulo o chamado *r* dois de conta no lugar de *r* dobrado (*rr*), que foi utilizado sistematicamente ao longo do documento. Preferiu-se aqui optar pela transcrição utilizando o *r* dobrado, *arranhaduras*, por se considerar este grafema o representante tradicional do som pretendido pelo copista (vibrante alveolar múltipla ou fricativa velar) ao grafar a palavra.

⁶⁰ Há um ponto sobre o *y*.

Pedro Henrique de Cunha Escrivão da
 Ouvidoria Geral do Criminoso e Relações desta
 Cidade do Rio de Janeiro Portugal que
 que revelando neste Juizo João Ferreira
 Luviz de Franjeiro victoriano Pereira pela deul
 facão e furto de Curoy e curavoy torow omeymo
 Res sua Carta de Seguro e maqual prin
 cipando a curar as fobelas omeymo abutor
 e seu libelo no qual se cae a desfecho do
 Artigo do Rocio forma seguinte e Provença que Artigo 3.^o
 e deuy y curavoy de abutor e Camado de
 los Cabra e getruday e rila, induzio e Res
 e foy e Cultar nista Cidade em Caçada aillay
 de Quom Religiosos do Carmo e Camado
 Friy Jose do Monte Carmelo, e qual de Ela
 vovd a rista de alguoma pefoy que do Res Re
 logora que foy e pome secreto e Cultoy e
 dity y curavoy na dita Caçada Materna, e em
 effeito nela y fiverad e dity y curavoy nore
 para onze mezy e e rrendo ameyma
 Cauza de ley de rrendo Jurow a dity rrendo
 Estuao Gonzaluy e rre na Inquirida do
 meyo abutor e dity nore ameymo de foy e
 Artigo de Caçada e seguinte e Pergunta
 de aella dity rrendo e pelo e rrendo no
 Artigo do libelo dity abutor que dity
Juram. in
 Art. 3.^o Artigo

||11r|| Pedro Henriqueda Cunha Escrivão da
 Ouvidoria Geral do Crime da Relação desta
 410 Cidade do Rio de Janeiro *et caetera* Certifico que
 [[que]] querelando neste Juízo Ioaõ Ferreira
 Luvas de Francisco vitoriano Pereira pela o Cul
 tação e furto de hums Escravos, tirou o mesmo
 Reo Sua Carta de Seguro Coma qual prin
 415 ssipiando a Livrarsse oferesse o mesmo Auctor
 o Seu Libelo no qual Se acha otersseiro⁶¹ Ar
 tigo do Thior e forma Seguinte § Provará que <Artigo 3º>
 os dous escravos do Auctor chamados Pe
 dro Cabra e Getrudes Criola, induzio o Reo
 420 e foý o Cultar nesta Cidade em Cazada Maý
 de hum Religiozo do Carmo Chamado
 Freý Iozé do Monte Carmelo, o qual de Cla
 rou avista de algumas pessoas que o Reo lhe
 rogara que tivessem *Secretto* eo Cultos os
 425 ditos escravos na dita Caza Materna, e Com
 effeito nela estiveraõ os ditos escravos nove
 para onze mezes § E Correndo a mesma
 Cauza Seus termos Iurou a Testemunha
 Estevaõ Gonssalves Pires na Inquirissao do
 430 mesmo Auctor, e depondo a o mesmo tersseiro
 Artigo de Clara o Seguinte § E pergunta <Iuramento da |
testemunha ao 3º Artigo>
 do a ele Testemunha pelo Conteudo nos
 Artigos do Libelo disse a o tersseiro que Susse⁶²

⁶¹ Trecho sublinhado no manuscrito.

⁶² Assim como nos fólhos 2r, 2v e 10r, no final deste fólho, após a última linha, há dois traços compridos, curvilíneos na ponta, e abaixo deles, três pequenos desenhos que se assemelham à forma da letra 'r' minúscula.

Segundo Sr. ab. Bica de le. Systemunha
 em Cumã tarde amay de triy amoy pouco may
 ou menos segundo a sua lembrança o Padre
 Frey Joze do Carmelo Religioso do Comven
 to de Nossa Senhora do Carmo em Cariaz
 que a Cy tambem se achava auctor Pedro
 se este Comquid lezab sendo ele Religioso
 Retirado de Culto em Cariaz e seuy excomu
 nicando o dito Padre favor supellido tal
 Camou e auctor pels excomu Pedro que
 se achava no interior da Casa de le. Syste
 munha, e logo que este appareceu mudou
 de Cor e dito Padre passando a perguntar
 a auctor se aquella yerava se achava, e
 supondo se auctor que se achava este en
 tao de que se achava Retirado para
 que se achava em sua Casa junto com ou
 tra yerava chamada Gethude, e ele apin
 tava Ignorantemente supondo se
 com se achava seuy yerava, e Comendan
 do auctor por Cariaz vey a Cumã e
 ta do matho que se achava de le. Syste
 munha, e este este em Cumã
 ma de seuy yerava que se achava ele se achava
 entregar com que se achava se de seuy yerava

435 ||11v|| [[Susse]]dendo hir aBotica deleTestemunha
emhuma tarde amais detrés annos pouco mais
ou menos Segundo assuaLembrança oPadre
Freý IozedoCarmelo Religiozo doComven
to deNossaSenhora doCarmo em oCaziaõ
440 que ahý tambem Seachava oAuttur lhedi
sse este Comque rezaõ Sendo ele Religiozo
lhe tivera oCultos enCaza osSeus escravos
enegando odito Padre haver Sussedido tál
chamou oAuttur pelo escravo Pedro que
445 Seachava noentrior daCaza deleTeste
munha, eLogo que este aparesseu mudou
deCór odito Padre passando aperguntar
aoAuttur Seaquele escravo hera Seu, e
respondendo lhe oAuttur queSim disse en
450 taõ ele que oReo lhetinha pedido para
que otivesse emsuaCaza Junto Com ou
tra escravaChamadaGetrudes, eele assim
ofizera Ignorantemente Supondo Se
rem doReo, Cujos escravos reComendan
455 do oAuttur por Varias vezes ahumCapi
taõ domatto queCustumava hir aCa
za deleTestemunha, lhedissee este emhu
ma dessas vezes que osEscravos ele oshavia
entregar poremm quehavia Ser denoýte⁶³

⁶³ Também no final deste fôlio, após a última linha, há dois traços compridos, curvilíneos na ponta, e abaixo deles, três pequenos desenhos que se assemelham à forma da letra 'r' minúscula.

460 ||12r|| [[Denoýte]] fora deOras, porque tinha ordem
 para assim ofazer, Sem deClarár dequem
 edetreminando lhe oAuttur que osfosse en
 tregar aeIeTestemunha, assim oexeCutou
 o dito Capitaõ domatto Levandoos emhu
 465 ma noýte hindo ahumaOra odito escravo
 algemado, eaOutra naõ esta Certo⁶⁴ oComo
 foý, emais naõ disse deste § E naõ SeContinha
 mais em odito Artigo eoqueIurou estaTes
 temunha aeIe que euSobredito Escrivaõ
 470 aquí passey porCertidaõ dos proprios autos
 queficaõ em meu poder eCartorio aqual
 escrevy eaSigney nestaCidade doRio de
 Janeiro Aos vinte eCoatro dias domesde
 Iulho de1783

475 Pedro Henrique daCunha

⁶⁴ Trecho sublinhado no manuscrito.

Relação de todos os *Grados* *Conventuales* no *Convento do Carmo de Lisboa*, com distincão dos *aprovados* para *confessar*, e *pregar*, e *depois* o *qual* *se* *de* *não* *quererem* *examinar*

79

Aprovados

<i>Jr. e</i> <i>Mãe</i> <i>de</i> <i>Costa</i> , <i>Mestre</i> <i>e</i> <i>Doctor</i> , <i>Provincial</i> <i>actual</i>	1
<i>Jr. e</i> <i>Bernardo</i> <i>de</i> <i>Vasconcellos</i> , <i>Mestre</i> <i>Doctor</i> , <i>e</i> <i>Co</i> <i>Provincial</i> <i>Real</i>	2
<i>Jr. Sr.ª</i> <i>Freira</i> <i>de</i> <i>Santa</i> <i>Anna</i> , <i>Mestre</i> <i>Doctor</i> <i>e</i> <i>Co</i> <i>Provincial</i> <i>Real</i>	3
<i>Jr. Sr.ª</i> <i>Antonia</i> <i>de</i> <i>Santa</i> <i>Anna</i> , <i>Mestre</i> <i>e</i> <i>Doctor</i>	4
<i>Jr. Innocencio</i> <i>de</i> <i>Duram</i> , <i>Mestre</i> <i>Doctor</i> , <i>e</i> <i>Co</i> <i>Provincial</i> <i>Real</i>	5
<i>Jr. Antonio</i> <i>Gonçalves</i> , <i>Mestre</i> <i>Doctor</i> , <i>e</i> <i>Definido</i> <i>perpetuo</i>	6
<i>Jr. Sr.ª</i> <i>Comel</i> , <i>Mestre</i> <i>Doctor</i> , <i>e</i> <i>Definido</i> <i>perpetuo</i>	7
<i>Jr. Fernando</i> <i>de</i> <i>Oliveira</i> <i>Leite</i> , <i>Mestre</i> <i>Doctor</i>	8
<i>Jr. Gregorio</i> <i>Almeida</i> , <i>Mestre</i> <i>Doctor</i> , <i>e</i> <i>Definido</i> <i>actual</i>	9
<i>Jr. Sr.ª</i> <i>Rodrigues</i> , <i>Mestre</i> <i>e</i> <i>Doctor</i>	10
<i>Jr. Domingos</i> <i>Leite</i> , <i>Mestre</i> , <i>e</i> <i>Doctor</i>	11
<i>Jr. Ambrasio</i> <i>Forças</i> , <i>Mestre</i> <i>Doctor</i> , <i>celebratorio</i> <i>da</i> <i>Provincia</i>	12
<i>Jr. Manoel</i> <i>de</i> <i>Monte</i> <i>Carmello</i> <i>Silva</i> , <i>Precentado</i> <i>de</i> <i>Cartena</i>	13
<i>Jr. Thomaz</i> <i>da</i> <i>Mãe</i> <i>de</i> <i>Deus</i> , <i>Precentado</i> <i>de</i> <i>Cartena</i>	14
<i>Jr. Sr.ª</i> <i>Freira</i> , <i>Precentado</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i> , <i>e</i> <i>Prior</i> <i>actual</i>	15
<i>Jr. Sr.ª</i> <i>Silva</i>	16
<i>Jr. Sr.ª</i> <i>Freira</i> <i>de</i> <i>Santa</i> <i>Inez</i> , <i>Precentado</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i>	17

Suma *do* *Aprovados*

17

Não *aprovados*

<i>Jr. Damiao</i> <i>Leitunilha</i> , <i>Mestre</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i> , <i>e</i> <i>Definido</i> <i>Real</i>	1
<i>Jr. Mathews</i> <i>Naveira</i> , <i>Mestre</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i> , <i>e</i> <i>Co</i> <i>Provincial</i> <i>Real</i>	2
<i>Jr. Miguel</i> <i>Antunes</i> , <i>Mestre</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i> , <i>e</i> <i>Definido</i> <i>perpetuo</i>	3
<i>Jr. Sr.ª</i> <i>de</i> <i>Santa</i> <i>Catharina</i> , <i>Mestre</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i> , <i>e</i> <i>Definido</i> <i>actual</i>	4
<i>Jr. Sr.ª</i> <i>Boneto</i> , <i>Mestre</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i> , <i>e</i> <i>Definido</i> <i>perpetuo</i>	5
<i>Jr. Fernando</i> <i>de</i> <i>Monte</i> <i>Carmello</i> , <i>Mestre</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i> , <i>e</i> <i>Definido</i> <i>actual</i>	6
<i>Jr. Juliao</i> <i>Rangel</i> , <i>Mestre</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i>	7
<i>Jr. Antonio</i> <i>de</i> <i>Chagas</i> <i>Teixeira</i> , <i>Precentado</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i> , <i>e</i> <i>Co</i> <i>Provincial</i> <i>Real</i>	8
<i>Jr. Teopisto</i> <i>de</i> <i>Santa</i> <i>Anna</i> , <i>Precentado</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i> , <i>e</i> <i>Co</i> <i>Provincial</i>	9
<i>Jr. Sr.ª</i> <i>Freira</i> , <i>Precentado</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i> , <i>e</i> <i>Definido</i> <i>actual</i>	10
<i>Jr. Antonio</i> <i>de</i> <i>Silva</i> , <i>Precentado</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i>	11
<i>Jr. Com. Sr.ª</i> <i>de</i> <i>Santa</i> <i>Inez</i> , <i>Precentado</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i> , <i>Definido</i> <i>perpetuo</i> , <i>e</i> <i>Co</i> <i>Provincial</i> <i>Intular</i>	12
<i>Jr. Manoel</i> <i>Sr.ª</i> <i>de</i> <i>Santa</i> <i>Anna</i> <i>de</i> <i>Cartena</i> , <i>Precentado</i> <i>de</i> <i>Pulpito</i>	13

17

Suma

||1r|| Relação de todos os Frades conventuaes no Convento do Carmo do Rio de Ianeiro, com distincão dos aprovados para confessar, e pregar, e dos que o não são, por se não quererem examinar⁶⁵

Aprovados	
5	Frade Ioaõ daCosta, Mestre, e Doutor, Provincial actual..... 1
	Frade Bernardo de Vasconcellos, Mestre Doutor, e ExProvincial Real 2
	Frade Iozé Pereira de Santa Anna, Mestre Doutor, e ExProvincial Real 3
	Frade Iozé Antonio deSanta Anna, Mestre, e Doutor 4
	Frade Inocencio do Desterro, Mestre Doutor, e Ex Provincial Real 5 ⁶⁶
10	Frade Antonio Gonçalves, Mestre Doutor, e Definidor perpetuo 6
	Frade Ioaõ Coronel, Mestre Doutor, e Difinidor perpetuo 7
	Frade Fernando de Oliveira Pinto, Mestre Doutor 8
	Frade Francisco Thimoteo, Mestre Doutor, e Definidor actual 9
	Frade Iozé Rodrigues, Mestre, e Doutor 10
15	Frade Domingos Lopes, Mestre, e Doutor 11
	Frade Anastacio Furtado, Mestre Doutor, eSecretario da Provincia 12
	Frade Manoel doMonte Carmello Silva, Presentado de Cadeira 13
	Frade Thomé da Madre de Deos, Presentado de Cadeira 14
	Frade Iozé Fiuza, Presentado de Pulpito, e Priôr actual 15
20	Frade Simaõ Sodré 16
	Frade Iozé Pereira deSanta Thereza, Presentado de Pulpito 17
	Somaõ os Aprovados 17
Não Aprovados	
	Frade Damiaõ Quintanilha, Mestre de Pulpito, e Definidor Geral 1
25	Frade Matheus Nascentes, Mestre de Pulpito, e Ex Provincial Real 2
	Frade Miguel Antunes, Mestre de Pulpito, e Definidor perpetuo 3
	Frade Iozé deSanta Catharina, Mestre de Pulpito, e Definidor actual 4
	Frade Iozé Barreto, Mestre de Pulpito, e Definidor perpetuo 5
	Frade Fernando doMonte Carmello, Mestre de Pulpito, e Definidor actual 6
30	Frade Iuliaõ Rangel, Mestre de Pulpito 7
	Frade Antonio das Chagas Terra, Presentado de Pulpito, e Ex Provincial Real .. 8
	Frade Theodozio de Santa Anna, Presentado de Pulpito, eCustodio 9
	Frade Ioaõ Galvaõ, Presentado de Pulpito, e Definidor actual 10
	Frade Antonio Sena, Presentado de Pulpito 11
35	Frade Cosme Velho deSaõ Iozé, Presentado de Pulpito, Definidor perpetuo, e Ex Provincial Titular 12
	Frade Manoel Iozé deSanta AnnaCastro, Presentado de Pulpito 13
	Segue 17

⁶⁵ No canto superior direito do fólio, há a numeração “Nº 9º”, que indica que este é o nono documento do “Capitulo do Carmo da Provincia do Rio de Janeiro”, que faz parte do volume 3 da coleção. Um pouco abaixo desse número, há a numeração do fólio, sublinhada e escrita em tinta vermelha. Este documento inicia-se no fólio 239 e termina no 240. Na presente edição, este nono documento do Capítulo do Carmo é acompanhado pelo manuscrito de nº 12, com a relação das fazendas e casas que pertenciam aos Conventos do Carmo, transcrito logo após este.

⁶⁶ Sobre esta linha e as duas inferiores há um carimbo elíptico do Arquivo Nacional.

<i>Soma dos Approvados</i>		12
<i>Vem a Soma dos não approvados</i>		13
<i>Dr. João Borges, Procurador de Sulpho, e Defensor perpetuo</i>	14	14
<i>Dr. João Chaves, Procurador de Sulpho, e Defensor perpetuo</i>	15	15
<i>Dr. Domingos Mata, Procurador de Sulpho</i>	16	16
<i>Dr. Francisco de Souza, Procurador de Sulpho, e Defensor perpetuo</i>	17	17
<i>Dr. Manoel Amaro, Procurador de Sulpho</i>	18	18
<i>Dr. João do Carmo, Procurador de Sulpho</i>	19	19
<i>Dr. João Xavier, Procurador de Sulpho</i>	20	20
<i>Dr. Luiz de Souza e Sousa Oquias, Procurador de Sulpho</i>	21	21
<i>Dr. Pedro do Nascimento, Procurador de Sulpho</i>	22	22
<i>Dr. Antonio Lourenço, Procurador de Sulpho</i>	23	23
<i>Dr. Manoel Pinto, Procurador de Sulpho</i>	24	24
<i>Dr. João de Sousa e Sousa, Procurador de Sulpho</i>	25	25
<i>Dr. Domingos Leão, Procurador de Sulpho</i>	26	26
<i>Dr. Alvaro de Andrade, Mestre de feitor em a Indiferença</i>	27	27
<i>Dr. João Mariano, Superior actual</i>	28	28
<i>Dr. Bernardo de Magalhães</i>	29	29
<i>Dr. Ignacio Cunha</i>	30	30
<i>Dr. Francisco de Souza, Tabelião</i>	31	31
<i>Dr. Manoel de Silva</i>	32	32
<i>Dr. Domingos Correa</i>	33	33
<i>Dr. Pedro da Trindade</i>	34	34
<i>Dr. João de Lourenço</i>	35	35
<i>Dr. João de Almeida</i>	36	36
<i>Dr. Antonio de Souza</i>	37	37
<i>Dr. João Pereira de Santa Rita</i>	38	38
<i>Dr. Francisco Quinterinha</i>	39	39
<i>Dr. Miguel de Jesus Maria Pinheiro</i>	40	40
<i>Dr. Paulo de São Lourenço</i>	41	41
<i>Dr. Sebastião Lopes Barros</i>	42	42
<i>Dr. Manoel Correa</i>	43	43
<i>Dr. João de Silva</i>	44	44
<i>Dr. João de Souza</i>	45	45
<i>Dr. Carlos de Souza</i>	46	46
<i>Dr. João Pedro de Souza Perpetuo</i>	47	47
<i>Dr. Vicente Alves</i>	48	48
<i>Dr. Manoel de Albuquerque</i>	49	49
<i>Dr. Ignacio de Souza e Silva</i>	50	50

Segue

	1v	Soma dos Aprovados	17
40		Vem a Soma dos não aprovados	13
		<i>Frade</i> Iozé Borges, Presentado de Pulpito, e Definidor perpetuo	14
		<i>Frade</i> Felix Nascentes, Presentado de Pulpito, e Definidor perpetuo	15
		<i>Frade</i> Domingos Mata, Presentado de Pulpito	16
		<i>Frade</i> Francisco deSouza, Presentado de Pulpito, e Definidor perpetuo	17
45		<i>Frade</i> Manoel Romeiro, Presentado de Pulpito	18
		<i>Frade</i> Iozé do Carmello, Presentado de Pulpito	19
		<i>Frade</i> Iozé Xavier, Presentado de Pulpito	20
		<i>Frade</i> Luiz deSanta Thereza Duque, Presentado de Pulpito	21
		<i>Frade</i> Pedro do Nascimento, Presentado de Pulpito	22
50		<i>Frade</i> Antonio Pereira, Presentado de Pulpito	23
		<i>Frade</i> Manoel Pinto, Presentado de Pulpito	24
		<i>Frade</i> Gomes deSanta Anna, Presentado de Pulpito	25
		<i>Frade</i> Domingos Leaõ, Presentado de Pulpito	26
		<i>Frade</i> Silverio de Andrade, Mestre de favor em Theologia	27
55		<i>Frade</i> Ioaõ Marianno, Superior actual	28
		<i>Frade</i> Bernardo de Magalhaens	29
		<i>Frade</i> Ignacio Cunha	30
		<i>Frade</i> Francisco deSanta Izabél	31
		<i>Frade</i> Manoel daSilva	32
60		<i>Frade</i> Domingos Correa	33
		<i>Frade</i> Estevaõ daTrindade	34
		<i>Frade</i> Iozé da Purificação	35
		<i>Frade</i> Thomaz Roberto	36
		<i>Frade</i> Antonio da Fonceca	37
65		<i>Frade</i> Iozé Pereira de SantaRita	38
		<i>Frade</i> Francisco Quintanilha	39
		<i>Frade</i> Miguel de Iezus Maria Proença	40
		<i>Frade</i> Paulo Iozé daConceição	41
		<i>Frade</i> Sebastiaõ Lopes Barroco	42
70		<i>Frade</i> Manoel Correa	43
		<i>Frade</i> Simaõ Salinas	44
		<i>Frade</i> Ioaõ deSouza	45
		<i>Frade</i> Antonio Terra	46
		<i>Frade</i> Ioaõ Pedro deSanta Perpetua	47
75		<i>Frade</i> Vicente Albino	48
		<i>Frade</i> Manoel da Assumpção	49
		<i>Frade</i> Ignacio de Santa Roca	50

Segue

	Soma de Apontados	57
	Vem a Soma de n'os apontados	60
Dr. Ignacio Gonçalves		51
Dr. Bernardino de Almeida		52
Dr. Antonio do Amar Divino		53
Dr. Luiz de Alencar Castello		54
Dr. Francisco da Madre de Deus		55
Dr. Ignacio Inaquim de Almeida		56
Dr. Manoel de e Bonalho		57
Dr. Salvador Coutinho, Presentado de Pulgido		58
Dr. José de Jesus Maria Araújo, Presentado de Pulgido		59
Dr. José de Silva		60
	Somas de n'os apontados	60
		<u>77</u>

	2r	Soma dos Aprovados	17
80		Vem a Soma dos não aprovados	50
		<i>Frade</i> Ignacio Gonçalves	51
		<i>Frade</i> Bernardino daSena	52
		<i>Frade</i> Antonio do Amor Divino	53
		<i>Frade</i> Luiz do Monte Carmello	54
85		<i>Frade</i> Francisco da Madre de Deos	55
		<i>Frade</i> Ignacio Ioaquim de Almeida	56
		<i>Frade</i> Manoel de Barcellos	57
		<i>Frade</i> Salvador Pessanha, Presentado de Pulpito	58
		<i>Frade</i> Iozé de Iezus Maria Araujo, Presentado de Pulpito	59
90		<i>Frade</i> Ioaõ daSilva	60
		Somaõ os não aprovados	<u>60</u>
			<u><u>77</u></u>

1770 (1771)

Relação das Fazendas, e Casas que se sabem pertencer aos
Arcebispos, Conventos do Carmo, e outras Religioes na Provincia do Rio
de Janeiro

Casas	Convento do Rio de Janeiro	Fazendas	Total
1. Fazenda da Leda	1	
Guaratiba	1	
Ejiti	1	
Guapi	1	
Lidade	1	
Macacá	1	
Ipitanga	1	
Quisemã	1	
Jurujuba	1	8

72. Moradas de Casas

Convento de São Paulo

Cariacati	1	
Itacamerim	1	
Itaici	1	
Itaim	1	
Ponte	1	
Capraiva	1	6

48. Moradas de Casas

Convento de Santa

Itaici	1	
Una	1	2

40. Moradas de Casas e suas Chacaras

Convento de Nossa

Sabão	1	
Santo Angelo	1	
Santo Alberto	1	3

100.

Segue

20.

95 ||3r|| Relação das Fazendas, eCazas, que se sabem pertencer aos diversos Conventos doCarmo, compreendidos na Provincia do Rio de Janeiro.⁶⁷

	Cazas	Convento do Rio de Janeiro.	Fazenda Total
		A Fazenda da Pedra	1
		Guaratiba	1
		Iriri	1
100		Guapi	1
		Piedade	1
		Macacû	1
		Ipitanga	1
		Quisamân	1
105		Iurujûba	<u>1</u> 9
	72	Moradas de Cazas	
		Convento de São Paulo.	
		Capão Alto	1
		Sorocamerim	1
110		Aiacica	1
		Itaim	1
		Pontes	1
		Cagoassû	<u>1</u> 6
	18	Moradas deCazas	
115		Convento deSantos.	
		Gaieca	1
		Una	<u>1</u> 2
	10	Moradas de Cazas, e huá Chacara.	
		Convento de Mugí.	
120		Sabauma	1
		Santo Angelo	1
		Santo Alberto	<u>1</u> <u>3</u>
100		Segue	<u>20</u>

⁶⁷ No canto superior direito do fôlio, há a numeração “Nº 12º”, que indica que este é o décimo-segundo documento do “Capitulo do Carmo da Provincia do Rio de Janeiro”, que faz parte do volume 3 da coleção. Ao lado esquerdo do número 12º, há a numeração do fôlio, 258, sublinhada e escrita em tinta vermelha. A numeração deste 12º documento inicia-se no número 258 e termina no 259, que é um fôlio em branco.

Caixas
100.	20.
<i>Transporte</i>			
<i>Convento da Ilha Grande</i>			
Arvi
Cambrin
Jacucanga
<i>Convento da Capitania do Espírito Santo</i>			
Pirangua
Renas Velhas
<i>Convento de Iti</i>			
Incorno
Lidade
Paruti
100.
<i>Soma geral</i>		
			28

	3v Cazas	Fazendas	Totál
125	100	Transporte	20
		Convento da Ilha Grande.	
		Ariró	1
		Camorim	1
		Iacuicanga	<u>1</u> 3
130		Convento da Capitania do Espirito Santo.	
		Piranema	1
		Rossas Velhas	<u>1</u> 2
		Convento de Itû.	
		Socorro	1
135		Piedade	1
		Tatubí	<u>1</u> 3
	<u>100</u>	Soma geral	<u>28</u>



||1r||

4ª Secção⁶⁸

7ª Classe

Serie A

3ª Collecção.⁶⁹

5 Melhoramento da Arrecadação do Direito do Quinto. Luiz Beltrão
Gouvea de Almeida.⁷⁰

⁶⁸ Não havia digitalização deste fólio no CD enviado pelo Arquivo Nacional e esta era a única foto disponível do mesmo. Na parte superior deste fólio, há registrada a numeração, “nº 3”, no centro. A anotação, cujo punho difere daquele que escreveu o título do documento, foi realizada em tinta preta, que provocava traçado mais grosso do que o instrumento utilizado no restante do fólio. Tal numeração indica que este manuscrito pertencia à terceira coleção, conforme consta da linha 4, pois no fólio seguinte há a numeração “Nº 2”, que provavelmente indica que ele era o segundo documento da Caixa 22, Classe 7, série A da Seção Histórica. Há também, no canto superior direito do fólio, o número 7, sublinhado, escrito em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração dos demais manuscritos que compõem o volume 4. A numeração deste documento, feita em algarismo arábico sublinhado, inicia-se no número 7 e termina no 34. Os fólhos 8 e 16 estão em branco.

⁶⁹ Na altura desta linha, na margem esquerda, há um carimbo do Arquivo Nacional, com os dizeres “Arquivo Nacional”. Todos os retos dos fólhos deste documento, à exceção dos fólhos 8 e 16, em branco, contêm esse carimbo no canto superior esquerdo.

⁷⁰ Abaixo desta linha, na diagonal, há a anotação “C. 22” (*Caixa 22*), em letras de corpo grande, escritas com giz de cera azul.

Mem. de Financas. Rec. 19

9

Nº 2

SECRETARIA



Melhoramento da
Arcação do Direto do
Quinto

LP
07

Luiz Bellas de Gouveia de Almeida

||2r||⁷¹

Melhoramento da
Arrecadação do Direito do
Quinto⁷²

10

Por
Luiz Beltrão de Gouvea de Almeida.

⁷¹ Entre este fôlio e o anterior, há um fôlio em branco, cuja numeração no volume é 8. Por estar em branco, tal fôlio não foi considerado na contagem dos fôlios da presente edição.

⁷² No canto superior esquerdo do fôlio, há a anotação do ano do documento, 1790, escrita a lápis. Logo abaixo há o carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional” e, ao lado do título do manuscrito, o carimbo redondo. No canto superior direito, ao lado do número do fôlio, encontra-se a informação “Memoria Financeira. Brazil”, em letra de corpo pequeno, a lápis; e abaixo há a numeração “Nº 2”, sublinhada, escrita em giz de cera azul. A anotação “Nº 2”, conforme citado na nota de rodapé do fôlio anterior, indica provavelmente que este era o segundo documento da Caixa 22, Classe 7, série A da Seção Histórica.

ARQUIVO NACIONAL

16

Tendo falado incidentalmente do Pirito do Quinto quando tratei das utilidades, que se seguirão á Fazenda Real pela Faculdade, e ampla Liberdade de serem mineras das as terras da Demarcação Diamantina, se to das o, mais, que está vedada por se terem achado nelle Osmantes, não he fora de proposito apresentar as minhas observações áquelle respeito: nem pelo que disse, nem pelo que vou a dizer, espero premio ou maior consideração a minha vaidade limitada se útil á minha Patria; se auzo se verificarem, como estou convencido, as minhas ideias; se ellas com effecto não merecerem attenção, por haver em tudo Espirito de Contradição, e para tudo razões suaves, daquelles que talvez quizerão ser os Autores, sempre ao menor me fia o prazer de homem de bem, que he falar o que entende sem se embarçar com a approvação a Theia.

Nam entre nas causas da Diminuição do Pirito do Quinto da Capitania de Minas Geraes, todos sabem que o entravio; que a difficuldade da Mineração, por se terem esgotado os grandes Depozitos do Uio; que a Ricana Forense, que tem em suspenso muitas, e boas Safras; que a grande difficuldade que o Mineiro tem de haver em boa conta, e preço o modo os Curoos, e Ferro, que concorrem unidos, e se grandemente para a falta que se experimenta de anno a anno nesta qualidade do Pirito Real, por em o attaque a todos estes males juntos he obra superior ás minhas forças, e que necessita de profundas meditações, e delicadas especulações; o meu fim he a proveltar o 5.º do ouro, que actualmente se misura

||3r|| Tendo falado incidentalmente do Direito do Quinto quando tratei das utilidades, que se seguião á Fazenda Real pela Faculdade, e ampla Liberdade de serem mineradas as Terras da Demarcação Diamantina, e todas as mais, que estão vedadas por se terem achado nellas Diamantes, não he fora de prepozito apresentár as minhas observaçoens áquelle respeito: nem pelo que disse, nem pelo que vou a dizer, espero Premio ou maior concideração; a minha vaidade limitasse a sêr util á minha Patria; se acazo se verificarem, como estou convencido, as minhas ideias; se ellas com effeito não merecerem attenção, por haver em tudo Espiritos de contradicção, e para tudo razoens suasorias daquelles que talvez quizerão sêr os Autores, sempre ao menos me fica o prazer de homem de bem, que he falar o que entende sem se embaraçar com a aprovação a lheia.

Nam entro nas cauzaes da Diminuição de Direito do Quinto da Capitania de Minas Geraes; todos sabem que o extravio; que a dificuldade da mineração, por se terem esgotado os grandes Depozitos dos rios; que a Xicana Forense, que tem em suspenso muitas, e boas Lavras; que a grande dificuldade que o Mineiro tem de haver em boa conta, e preço comodo os Escravos, e Ferro, que concorrem unidos, e se paradamente para a falta que se experimenta de anno a anno nesta qualidade de Direito Real; porem o ataque a todos estes males juntos he obra superior ás minhas forças, e que necessita de profundas meditaçoens, e delicadas especulaçoens; o meu fim he aproveitar o 5º do Ouro, que actualmente se minera,

diminuir o sommo do Extravio; simplificar a Recupera^{ção} diminuindo a sua despesa; augmentar o Direito da Portagem da Moeda; e por consequencia as utilidades da Fazenda Real, simplificar este Direito mais oneroso ao Público.

Para entrar com algum methodo na expozição das minhas ideias, devo primeiro classificar o Extravio; o mais prejudicial he o do ouro em pó, por que não paga 5.^o nem Direito da braçagem; o segundo he o do ouro em Barra depois de fundido, e paga o 5.^o, mas que não entra na caixa da Moeda, e he enviado para a Europa ou para a Azia para saldar o commercio authorizado, ou clandestino, que os Negociantes das Barcas do Brazil tem naquellas duas Partes do Mundo. O 5.^o he huma consequencia do primeiro, e do segundo, e vem a ser a falsificação da Barra de ouro, que se faz nos mesmos locais do Brazil, vindo para elle o ouro em pó, e fundindo se para passar como fundido para a Europa, e para a Azia.

Todos sabem que o Mineiro não he Author de nenhuma das Classes do sobredito extravio, elle paga (como o ouro puro da sua Lavra) todos os Generos, que lhe são precizos; este ouro gira de mão com mão either caber ou na do Homem de boa fé que o leva á Fundição, ou na do Extraviador, que principia em Minas a agiotagem do Extravio: este ouro pois que se demora no giro, que sahe do dominio do Mineiro, veio por diferentes rotinas caber na mão do Commerciantes, que sendo devedor ás Barcas do Commercio, transporta o para ellas por diferentes vias, donde he dada o valor real que tem; sendo pagaro 5.^o; e sem receber a perda de 10, e 12 por cento; como

||3v|| [[di]]minuir a somma do Extravio; simplificar a recepção
 45 diminuindo a sua despeza; augmentar o Direito da Bracagem da moeda, e por consequencias as utilidades da Fazenda Real, sem ficar este Direito mais onorozo ao Publico.

Para entrar com algum methodo na exposiçãõ
 50 das minhas ideias, devo primeiro classificar o extravio; o mais prejudicial he o do ouro em pó, porque não paga 5º nem Direito da bracagem; o segundo he o do ouro em Barra depois de fundido, e pago o 5º, mas que não entra na caza da Moeda, e he enviado para a Europa
 55 ou para a Azia para saldar o Commercio authorizado, ou clandestino, que os Negociantes das Praças do Brazil tem naquellas duas Partes do Mundo. O 3º he huma consequencia do primeiro, e do segundo, e vem a sêr a falcificação da Barra de ouro, que se faz nos mesmos Portos do Brazil, vindo para elles o ouro em pó, e
 60 fundindo se para passár como fica dito para a Europa, e para a Azia.

Todos sabem que o Mineiro não he Author de nenhuma das Classes do sobredito extravio, elle paga
 65 com o ouro puro da sua Lavra todos os Generos, que lhe são precizos; este ouro gira de mão em mão athe cahir ou na do Homem de boa fé que o leva á Fundiçãõ, ou na do Extraviador, que principia em Minas a agiotage do extravio: este ouro pois
 70 que se demora no giro, que sahe do dominio do Mineiro, veio por diferente rotinas cahir na mão do Commerciante, que sendo devedor ás Praças do Commercio, transporta-o para ellas por diferentes vias, aonde lhe dá o valor real que tem, sem pagar o 5º,
 75 e sem receber a perda de 10, e 12 por cento; como

acon-

ARQUIVO NACIONAL

(contar) nas fundições até do ouro que anda no q.
ro, porque os validadores não se equisam de augmen-
tara sua Moeda, juntando-lhe Terra, ou diferentes
Metas.

Não ha certamente coisa mais extravagante
do que edificar duas Casas de Moeda em dois pontos do lhan-
do Brazil distantes da Minas, comde se extrahê o
Ouro, huma nos Segos, que he o Rio de Janeiro, ou-
tra no Rio de Bahia, em quanto na Capitania
de Minas ha ao mesmo tempo a Casa de Fundição
que fazem da Bejeza a Sua Mag.^d 59. L. 014 963. r.
com 20.000.000. r. daquella Casa de Moeda toma
a Bejeza no Brazil 79. L. 014 963. r.; não falo dos
Generos que vão da Europa, que vem a sêr Solimã,
Água Forte, Cadilho. &c. porque não sei a importan-
cia de seu valor: quem não vê que esta despeza he
superflua para reduzir hum metal ao ligo, que elle
ordinariamente tem? quem não vê que quanto
mais se demora estas operações Químicas, quan-
to mais se complica, maior occasião se preste
ao extravio, e maior despeza fazem? quem não
sabe que todo o genero de extravio caminha mes-
arriscado, quanto mais se facilita? Não ha co-
za mais simples do que levar o Mineiro o seu
ouro a huma Casa de Moeda estabelecida em
Minas, recebe-lo em Moeda de diferentes valores
para fazer os grandes, e pequenos pagamentos.
Não he possível que o extravio contem-
plado nas suas diferentes Clases possa continuar es-
tabelecida que sejam duas Casas de Moeda na Ca-
pitania de Minas Gerais: o ouro paga da mão
do

||4r|| [[acon]]tece nas Fundiçoens a todo o ouro que anda no giro, porque os Falceficadores não se esquecem de augmentar a sua moeda, juntando-lhe Terra, ou diferentes

80 Metáes.

Nam ha certamente couza mais extravagante do que edificar duas cazas de Moeda em dois Portos do Mar do Brazil distantes de Minas, aonde se extrahe o

Ouro, huma 100 Legoas, que he o Rio de Janeiro, ou-

85 tra 300, que he a Bahia, em quanto na Capitania

de Minas ha ao mesmo tempo 4 cazas de Fundição

que fazem de Despeza a Sua Magestade 59.401Cr963 reis

com 20.000Cr000 reis daquellas Cazas da Moeda soma

a Despeza no Brazil 79.401Cr963 reis; não falo dos

90 Generos que vão da Europa, que vem a sêr Solimão,

Agua Forte, Cadilhos. *etcaetera* porque não sei a importan

cia do seu valor: quem não vê que esta despeza he

superflua para reduzir hum metal ao Uzo, que elle

ordinariamente tem? quem não vê que quanto

95 mais se demorão estas operaçoens Quimicas, quan-

to mais se complicão, maior occasião se presta

ao extravio, e maior despeza fazem? quem não

sabe que todo o Genero de extravio caminha mais

arriscado, quanto mais se facilita? Não ha cou-

100 za mais simples do que levar o Mineiro o seu

ouro a huma caza de moeda estabelecida em

Minas, recebe-lo em moeda de diferentes valores

para fazer os grandes, e piquenos pagamentos.

Nam he possivel que o extravio contempla-

105 do nas suas diferentes classes possa continuar, es-

tabelecidas que seião duas cazas de Moeda na Ca-

pitania de Minas Geraes: o ouro passa da mão

do

do Mineiro, immediatamente que he extrahido da
 Terra para humo dasquellas lazars de donde se lha
 extrahi o 5.^o; e o Mineiro da brayagem para depois en-
 trar no giro que deve ter: em lugar de girar em p^o
 por 319769 moradores (que era a populacão da Ca-
 pitania de Minas no anno de 1716) não cahe naquelle
 especie mais do que a centesima parte, e por conse-
 quencia so humo centesima partes do extracão, quan-
 do o haja he que pode ser contemplado: e ainda esta
 centesima parte fua em humo to, porque o Mineiro
 he quasi todo de boa fe; alem desta utilidade, pas-
 sando o ouro da Mão do Mineiro para a Moeda
 não perde Sua Mag.^d 10 por cento quando reduz
 seu Dinheiro a Moeda, e vem a lucrar em 50 arrobas
 5; e tem alem disso o Direito de Brayagem de 250
 Arrobas; e supondo que a metade deste peso era o
 que passava em Barra depois de extrahido o
 5.^o p.^o o Estrangeiro, ou para a Azia importa a
 Brayagem das 125 Arrobas em 381.000.000 r.
 que he o Seguro de 400. r. em cada moeda de 6000 r.
 ou de 800. r. nas Moedas de 4000 r.; ainda
 este Seguro he contemplado: n hum mediano valo-
 por: deve se notar que a moeda universal he
 feita com ouro de 22. 2.^{ta} e que o ouro das capi-
 tanias humo 5.^o parte delle deixará de tocar 22. 8.^{ta};
 todo o mais excede este to que a lha 23. 3.^{ta} por con-
 sequencia 2/3 partes do dito ouro desta excedente
 to que deixando de entrar na lha da Moeda vem
 Sua Mag.^d em Particulares a vender o valor da
 quelle maior to que e a saldar o de menor para o
 elevarem de 22. Também se deve notar que
 lha

||4v|| [[do]] Mineiro; immediatamente que he extrahido da
 110 Terra para huma daquellas Cazas de donde se lhe
 extrahe o 5º, e o Direito da braçagem para depois en-
 trar no giro que deve ter: em lugar de girar em pó
 por 319.769 moradores (que era a população da Ca-
 pitania de Minas no anno de 1776) não cahe naquella
 115 especie mais do que a centessima parte; e por conse-
 quencia so huma centessima parte do extravio, quan-
 do o haja he que poder sêr contemplado; e ainda esta
 centessima parte fica em hum 10, porque o mineiro
 he quazi todo de boa fê; alem desta utilidade, pas-
 120 sando o ouro da mão do Mineiro para a moeda
 não perde Sua Magestade 10 por cento quando reduz o
 seu Quinto á moeda, e vem a lucrar em 50 arrobas
 5; e tem alem disso o Direito de Braçagem de 250
 Arrobas; e supondo que a metade deste pezo era o
 125 que passava em Barra depois de extrahido o
 5º para o Estrangeiro, ou para a Azia importa a
 Braçagem das 125 Arrobas em 38.400Cr000 reis
 que he o Lucro de 400 reis em cada moeda de 6Cr400 reis,
 ou de 800 reis nas moedas de 4Cr800 reis; ainda
 130 este Lucro he contemplado n'hum mediano valor,
 pois deve-se notar que a moeda universal he
 feita com ouro de 22 Quilates e que o ouro das Capi-
 tancias huma 3ª parte delle deixará de tocar 22 Quilates,
 todo o mais excede este toque athe 23³ por con-
 135 sequencia 2/3 partes do dito ouro deste excelente
 toque deixando de entrar na caza da Moeda, vem
 Sua Magestade, e os Particulares a perder o valor da
 quelle maior toque, e a saldar o de menor para o
 elevarem ao de 22. Tambem se deve notar que
 toda

Toda a maada (branca) em que se fez a operação química se ha de achar fabricada de ouro de 22 2/3. Favor, sendo a roça do mesmo 22 foites; não ha razão nenhuma para que se deias de seguir o mesmo método, e se não approve esta utilidade, que parece de pequeno momento, mas que he verdadeiramente interessante; calculada sobre humas grandes quantias de ouro, tal como a de 250 arrobas de que se tem o 5.º de 50.

He necessario que o comerciante seja hum fidal Vassallo para registar a tentação do extracção; já disse que o Mineiro, e Proprietario nunca são extracçãoes, elles não tem relações com as Casas de Commercio, apertem nas suas Laoras, e Proprietarios das grandes Sociedades, onde não tem trato algum com os traficantes; porisso entre mil extracções, apenas haverá hum feito por Mineiro, ou Proprietario; pelo contrario succede com o commerciante, em cujas mãos vai se achar o ouro depois de girar por immensas; este ouro já falsificado, e comprado de materias heterogeneas, alterado depois que sahio da Mina, e das mãos do Mineiro, não pode certamente deixar de ser levado por extracção: O commerciante vê que deve, por exemplo em qualquer Casa de Commercio 1.000 outavas de ouro, porque esta mesma quantia por fundir, e com ella pretende saldar as suas contas com os seus Creditores; se a fundição que perde 20 p. cento que he o 5.º, e que alem disso perde 10 e 12 p. cento de quebra na fundição que he o seculado

das

||5r|| [[toda]] a moeda Estrangeira em que se fizer operação quimica se ha de achar fabricada de ouro de 22 *Quilates* fracos, sendo a nossa dos mesmos 22 fortes; não ha razão nenhuma para que se deixe de seguir o mesmo me=
 145 thodo, e se não aproveite esta utilidade, que parece de piqueno momento, mas que he verdadeiramente interessante, calculada sobre huma grande quantia de ouro, tal como a de 250 arrobas de que se tira o 5° de 50.

150 He necessario que o Comerciante seja hum fiel Vassallo para rezistir á tentação do extravio; ja disse que o Mineiro, e Rossieiro nunca são extraviadores, elles não tem Relaçoens com as Praças de Commercio, assistem nas suas Lavras, e Rossas issolados das
 155 grandes Povoaçoens, onde não tem trato algum com os traficantes; porisso entre mil extravios, apenas haverá hum feito por Mineiro, ou Rossieiro; pelo contrario succede com o Comerciante, em cujas mãos vai recahir o ouro depois de girar por
 160 immensas; este ouro ja falceficado, empregnado de materias othrogeneas, alterado depois que sahio da Mina, e das mãos do Mineiro, não pode certamente deixar de sêr levado por extravio: O Com-
 165 merciante vê que deve, por exemplo em qual-quer Praça de Commercio 1.000 outaivas de ouro, possui essa mesma quantia por fundir, e com ella pertende saldar as suas Contas com os seus Credores; se afundo sabe que perde 20 por cento que he o 5°, e que alem disso perde 10 e 12 por
 170 *Cento* de quebra na fundição que he o resultado
 das

das falsificações que se fazem no mesmo ouro os diversos indivíduos, por cujas mãos elle girou, até chegar áquelle Estado, e eraqui o Negociante porlo n'humas quasi necessidade de contrariar a Ley; admira como se tenha por tanto tempo ignorado, ou tolerado estes erros, podendo ser autilidade n'uma origem.

Creio quão temer, ou teror, quanto da fabricação da Moeda falsa tem embaracado até agora, que o Governo adopte o estabelecimento das Lays da Moeda; he preciso que eu mostre que he mais difficiltozo estabelecer humas Lays de Moeda na Capitania de Minas de Goyaz, ou de Mato Grosso do que em qualquer Porto de Min. aonde actualmente ellas estã estabelecidas, por conta de Sua Mag.^d Duas não vê que he preciso humas Fabricas complicadas para a fabrica da Moeda? Em nenhuma parte pode haver mais comodo para esta Fabrica do que em hum Porto de Min. para onde podem vir do Estrangeiro os Lanhos, e todos os Instrumentos necessarios: nas Lidades populosas só humas Policia muito vigilante pode indagar, e saber o que cada individuo faz na sua casa, a sua occupação, e Officio; pelo contrario nas Capitancias acima mencionadas, aonde apenas haveria hum Homem, que deicerto ser sortheido pelo Magistrado, e Juiz de Paz; julga ao mais pelo que a mim me avertes; em humas Lays de Moeda de 110 Leguas de comprimento, e 100 de largo qual era o do Sabão, não haveria humas só de poz estabelecida, que eu não conhecesse no tempo em que

||5v|| [[das]] falceficaçãoens que fizerão no mesmo ouro os diversos Individuos, por cujas mãos elle girou, athe chegár áquelle estado, e exaqui o Negociante posto n'huma quazi neces-
 175 sidade de contravir á Ley; admiro como se tinham por- tanto tempo ignorado, ou tolerado estes erros, podendo sêr acautelados nasua origem.

Creio que o temor, ou terror panico da fabrica-
 ção da moeda falça tem embaraçado athe agora que
 180 o Governo adopte o estabelecimento das Cazas da moeda he preciso que eu mostre que he mais difficultozo es- tabelecer huma caza de moeda na capitania de Minas de Goyaz; ou de Matto Grosso do que em qualquer Porto de Már, aonde actualmente ellas es-
 185 tão estabelecidas por conta deSua Magestade Quem não vê que he preciso huma Fabrica complicada para a factura da moeda? Em nenhuma par- te pode haver mais comodo para esta Fabrica do que em hum Porto de Már, para onde podem
 190 vir do Estrangeiro os cunhos, e todos os Instrumen- tos necessarios: nas Cidades populozas só huma Policia muito vigilante pode indagár, e saber o que cada Individuo faz na sua caza, a sua oc- cupação, eOfficio; pelo contrario nas capitancias
 195 acima mencionadas, aonde apenas haverá hum Homem, que deixe de sêr conhecido pelo Magis- trado, e Justiças do Paiz; julgo aos mais pelo que a mim me aconteeo; em huma comarca de
 140 Legoas de comprimento, e 100 de largo qual
 200 era a do Sabará, não haveria huma só Pessoa estabelecida, que eu não conhecesse no tempo em
 que

que ali fui ouvidor; e mesmo me aconselho na Comarca do Serro do Frío, sendo nelle Intendente dos Diamantes; isto quer a mim me succedea aonde era outro Magistrado.

Atendendo para se estabelecer huma Casa de Moeda em Minas he necessario que os Proprietarios della sejam ou Mineiros, ou Commerciantes para terem hum fundo do ouro capaz de tentar a ambicao pelos Suoros; não ha Mineiro que tire actualmente o ouro para fazer o objecto de huma Casa de Moeda; pelo que respeita aos Commerciantes, logo que elle não vende o seu Genero a ouro em pó, falta-lhe o objecto primario para a dita Fabrica; a qualques outro Individuo que não seja Mineiro succede o mesmo; para haver o ouro em pó he preciso have-lo da mão do Mineiro, não do hum só, mas de muitos porque huma pequena parcella, e hum pequeno Suoro não he objecto de tentação, e para se fazer huma maior aquisição he preciso que o falsificador haja de muitos Mineiros a quantias pequenas para a dita Fabrica; he preciso que elle tente a muitos, e estas diligencias não se fazem com tanto segredo que não transpirem; alem de que a maior parte dos Mineiros são Homens de attentada bondade.

Tambem he louco admiravel que se tenta a falsificação da Moeda; e que se não tem a ao mesmo tempo a falsificação do ouro em pó; a razão do temor da primeira falsificação he a mesma.

||6r|| [[que]] ali fui ouvidor; o mesmo me aconteceo na comarca do Serro do Frio, sendo nella Intendente dos Diamantes; isto que a mim me succedeo acontece aos outros Magistrados.

Alem disto para se estabelecer huma caza da Moeda em Minas he necessario que os Proprietarios della sejam, ou Mineiros, ou commerciantes para terem hum fundo de ouro capaz de tentár a ambição pelos Lucros; não ha Mineiro que tire actualmente o ouro para fazer o objecto de huma caza de Moeda; pelo que respeita ao commerciante, logo que elle não venda os seus Generos a ouro em pó, falta-lhe o objecto primario para a dita Fabrica; a qualquer outro Individuo que não seja Mineiro succede o mesmo; para haver o Ouro em pó he preci[zo]⁷³ have-lo da mão do mineiro, não de hum só, mas de muitos porque huma piquena parcella, e hum piqueno Lucro não he objecto de tentação, e para se fazer huma maior aquisição he preciso que o falceficador haja de muitos Mineiros as quantias necessarias para a dita Fabrica; he preciso que elle tente a muitos, e estas diligencias não se fazem com tanto segredo que não transpirem, alem de que a maior parte dos Mineiros são Homens de attestada boa fé.

Tambem he couza admiravel que se tema a falcificação da moeda, e que se não tema ao mesmo tempo a falcificação do Ouro em pó; a razão do temor da primeira falcificação he a mesma

⁷³ Intervenção do editor: não há no manuscrito a sílaba –zo.

mas que deve haver na segunda; na primeira a) pode-se perder 6, e 8 por cento irreversivelmente, por que a drala, ou o cobre nestas quantidades unidas com o ouro (feito em Moeda), são difficultozas de vender; na segunda o cobre, o Latão, o Ferro, e a Terra) tudo he misturado com o ouro; e faz huma perda do 10 e 12 p. cto quando entra na Fundição.

Ainda que os males particulares não são contemplados, quando se trata da cauza publica, e na sua sensibilidade com tudo he tocada, quando não padecer hum individuo da nossa especie; deste principio nasce o que vou a dizer, vendo que o estabelecimento das Casas da Moeda em Minas não prejudica a huma duzia de individuos occupados athen agora nas Fundições; conheço muito bem que o Estado tem huma quasi obrigação de occupar os Vapallos benevolentos nos Lugares que são de Serviço do mesmo Estado; mas quando estes Lugares são onerosos; quando elles são cruzados, quando a cauza publica pede economia; he huma injustiça feita aos mais Vapallos a sua conservação; porque a despeza que elles fazem falta às necessidades do Estado, e hade resultar por consequencia) sobre a Sociedade em geral: deve ser hum hum Axioma Economico de todo o Governo que qualquer verba da Despeza feita sem necessidade, ou sem utilidade) para o Governo he onerosa, e prejudicial a Sociedade em união. Além de que os Officiaes da Casa da Fundição e titimitor devem ficar com

||6v|| [[ma]] que deve haver na segunda; na primeira
 pode-se perder 6, e 8 por cento insencivelmente, por
 235 que a Prata, ou o cobre nestas quantidades unidos
 com o ouro feito em Moeda são dificultozas de conhe-
 cer; na Segunda o cobre, o Latão, o Ferro, e a Terra
 tudo he misturado com o ouro, e faz huma perda
 de 10, e 12 por *Cento* quando entra na Fundição.

240 Ainda que os males particulares não são con-
 templados, quando se trata da cauza publica, a nos-
 sa sensibilidade com tudo he tocada, quando vê
 padecer um Individuo da nossa especie; deste
 princípio nasce o que vou a dizer, vendo que o esta
 245 belecimento das Cazas da Moeda em Minas vão pre-
 judicar a huma duzia de Individuos occupados athe
 agora nas Fundiçoens; conheço muito bem que o
 Estado tem huma quazi obrigação de occupar os Vassal=
 los benemeritos nos Lugares, que são de Serviço do
 250 mesmo Estado; mas quando esses Lugares são one-
 rozos; quando elles são escuzados, quando a cauza
 publica pede economia; he huma injustiça feita
 aos mais Vassallos a sua conservação; porque a
 despeza que elles fazem falta às precizoens do
 255 Estado, e hade recahir por consequencia sobre a
 Sociedade em Geral: deve sêr hum [[hum]] Axióma
 Economico de todo o Governo que qualquer verba
 da Despeza feita sem necessidade, ou sem utili-
 dade para esse Governo he oneroza, e prejudicial
 260 a Sociedade em união. Alem de que os Officiaes
 da caza da Fundição extinctos devem ficár com

o Minuto de preferencia aos Lugares que vagarem nas Lazas de Moeda; e pelo que respecta aos Ministros occupados nas Intendencias, (cu Fundis, ex, deve ser-se) que em Minas, estabelecendo-se somente duas Lazas de Moeda, o que deve ser, vem a fazer somente o Lugar de Intendente de Sabará creado, porque no Ferro do Rio serve de Intendente do Ouro o Ouvidor da Comarca; no Rio das Mortes, e Villa Rica devem os dois Intendentes dos Fundis (e os seus Intendentes das Lazas de Moeda).

Para facilitar aos Mineiros o cambio do seu ouro limpo, e puro tal como elles o extrahem da Mina não são preciso mais estabelecimentos do que aquelles que estão feitos nos cordões de Minas, aproximando os mais para o seu centro; estes estabelecimentos tem o nome de registos, e servia de permittas o Ouro em pó por Moeda nos viajantes, que sahiã de Minas, ou a Moeda por ouro em Barra, e pó aos que entravam para elles: ainda estes estabelecimentos devem ser diminuidos do seu numero, por quanto duas Lazas de Moeda, huma em Villa Rica, outra em S. João d'Alfay como o registo de permitta em Sabará, em S.ª Barbara, em Pitangui, em Sanauabu, em Villa do Principe, em Minas, Nova, na Campanha de Rio Verde, e na Villa de Queluz são muito bastantes, e unicamente necessarios para o dito fim, vindo por consequencia a abulir os demais, e inúteis.

||7r|| [[o]] Direito de preferencia aos Lugares que vagarem
 nas Cazas de moeda; e pelo que respeita aos Ministros
 265 occupados nas Intendencias, ou Fundiçoens, deve sa-
 ber-se que em Minas, estabelecendo-se somente duas
 cazas de Moeda, o que deve sêr, vem a ficár somen-
 te o Lugar de Intendente deSabará escuzado,
 porque no Serro do Frio serve de Jntendente do
 270 Ouro o Ouvidor da comarca; no Rio das Mortes, e
 Villa Rica devem os dois Jntendentes das Fundi-
 çoens ficar Intendentes das Cazas de moeda.

Para facilitar aos Mineiros o Cambio do
 seu ouro limpo, e puro tal como elles o extrahem
 275 da Mina não são precizos mais estabelecimentos
 do que aquelles que estão feitos nos confins de
 Minas, aproximando os mais para o seu centro;
 estes estabelecimentos tem o nome de registos, e
 servião de permutar o ouro em pó por Moeda
 280 aos viajantes, que sahião de Minas, ou a Moeda
 por ouro em Barra, e pó aos que entravão para
 ellas: ainda estes estabelecimentos devem sêr
 diminuidos do seu numero, por quanto duas Ca-
 zas de Moeda, huma em Villa Rica, outra em
 285 *São João d'ElRey* com os registo[s]⁷⁴ de permuta
 em Sabará, em *Santa Barbara*, em Pitungui,
 em Paracabu, em Villa do Principe, em Minas
 Novas, na Campanha de Rio Verde, e na Villa
 de Queluz são muito bastantes, e unicamente ne-
 290 cessarios para o dito fim, vindo por consequencia
 a abulir-se 11 como desnecessarios, e inuteis.

He

⁷⁴ Intervenção do editor: não há no manuscrito o morfema de plural -s.

He e propria d'este Lugar huma observação a respeito da Laza da Moeda estabelecida na Bahia; esta Laza apenas chega a seu rendimento e equilibra a Despesa que Sua Magestade faz com elle; deveser sêr, como a do Rio de Janeiro, abolida totalmente, e transportada para Minas; mas o curso da Coimora da Jacobina, e o que se enqula via do Commercio da Costa da Mina, deve fazer necessaria ainda naquella Cidade huma mesa Laza de Moeda, pois apim como a Receita tem diminuido 3 partes, tambem o trabalho tem diminuido outra tanto, e por consequencia a Despesa deve tambem sêr reduzida a 3 partes menos; desta Laza deve sahír a Moeda para huma só Laza de permuta, que deve ficar na Jacobina, por serem aquellas Minas de pouca consideração, e dever sêr o primeiro objecto do Ministerio embaratar que desça de Minas o ouro em pó, ou Barra para evitar o extravio em todas as Elahes em que for notado.

A conclusão de tudo o que fica dito, vem a reduzir ser as seguintes; abolidas as Lazas de Fundiões; estabelecidas as duas Lazas de Moeda; prohibido o giro do ouro em pó, ou Barra; concedido 6 mezes para sêr o mesmo ouro conduzido ás Lazas de Moeda, ou permuta; pena de sêr reputado extravaiador todo o que se achiar com esta qualidade de ouro alem do espaço concedido; os Mineiros, e Faiscadores obrigados a primicias de

||7v|| [[He]] propria deste Lugar huma observação
 a respeito da Caza da moeda estabelecida na Ba=
 295 hia; esta Caza apenas chega o seu rendimento
 a equilibrár a Despeza que Sua Magestade faz com ella,
 devera sêr, como a do Rio de Janeiro, abolida total-
 mente, e transportada para Minas; mas o ouro da
 Camara da Jacobina, e o que vem pela via do Com-
 300 mercio da Costa da Mina, deve fazer necessaria
 ainda naquella Cidade huma meia Caza de Moe-
 da, pois assim como a receita tem diminuido 3
 partes, tambem o trabalho tem diminuido outro
 tanto, e por consequencia a Despeza deve tambem
 305 sêr reduzida a 3 partes menos; desta caza de-
 ve sahir a moeda pará huma só Caza de per=
 muta, que deve ficár na Jacobina, por serem
 aquellas Minas de pouca concideração, e dever sêr
 o primeiro objecto do Ministerio embarçar que
 310 desça de Minas o ouro em pó, ou Barra para
 evitar o extravio em todas as Classes em que foi
 notado.

A concluzão de tudo o que fica dito, vem
 a reduzir-se ao seguinte; abolidas as Cazas de
 315 Fundição; estabelecidas as duas Cazas de moeda;
 prohibido o giro do ouro em pó, ou Barra; conce-
 didos 6 mezes para sêr o mesmo ouro conduzido
 ás Cazas de Moeda, ou permuta; pena de sêr
 reputado extraviador todo o que se achar com esta
 320 qualidade de ouro alem do espaço concedido; os
 Mineiros, e Faiscadores obrigados os primeiros to=
 dos

dos os mezes, os segundos todas as semanas, a fim en-
 tregar o ouro, que extrahirẽ limpo, e puro as lazars
 da Moeda, aonde se houver, ou de commissão, e
 permuta; todas as compras, e vendas serã feitas
 de futuro em Moeda corrente; todo o vendedor, ou
 comprador em ouro em pó devers ser reputado
 como extravadior, e devers sentir a pena, que
 a Ley estabelecer.

Tudo o que fôr dito a respeito da capita-
 nia de Minas Geraes, deve entender-se seme-
 lhantemente para a de Goyaz, e Mato Grosso,
 ficando em cada huma dellas huma só Laza
 de Moeda em lugar de Fundiçoes, estabele-
 cendo lazars de permuta em lugar de Registo na
 quelle sitios somente, em que houver mine-
 ração de ouro, servindo cada huma dellas pa-
 ra os Mineiros da distancia de 10 atãe 15 Le-
 goas: Tambem devo advertir, que tanto as
 Lazas de Fundiçao em Minas, como de Moeda
 forã antigamente providas de Officiaes super-
 fluos (erro de todas as Intelligencias Portuguezas,
 porisso se consume toda a utilidade em Mespa-
 ga) este erro proprio do faulto, do Carater
 Nacional deve ser abolido, reduzindo os Officiaes
 ao numero justamente necessario.

Nam he proprio calcular a importan-
 cia dos Piratas que a Fazenda Real recebe
 nos primeiros 6 mezes do estabelecimento das La-
 zas de Moeda, por que estes Piratas são relati-
 vos

||8r|| [[dos]] os mezes, os segundos todas as semanas, a hir en=
 325 tregar o ouro, que extrahirem limpo, e puro às Cazas
 da Moeda, aonde as houver, ou de commissãõ, e
 permuta; todas a[s]⁷⁵ compras, e vendas serão feitas
 de futuro em moeda corrente; todo o vendedor, ou
 comprador em ouro em pó deverá sêr reputado
 como extraviador, e deverá sentir a pena, que
 330 a Ley estabelecer.

Tudo o que fica dito a respeito da Capita
 nia de Minas Geraes, deve entender se sime=
 lhantemente para a de Goyaz, e Matto Grosso,
 ficando em cada huma dellas huma só Caza
 335 de Moeda em lugar de Fundiçoens, estabele-
 cendo cazas de permuta em lugar de registos na-
 quelles sitios somente, em que houver mine-
 ração deouro, servindo cada huma dellas pa-
 ra os Mineiros da distancia de 10 athe 15 Le-
 340 goas: Tambem devo advirtir, que tanto as
 cazas de Fundição em Minas, como de moeda
 forão antigamente providas de Officiaes super-
 fluos (erro de todas as Instituiçoens Portuguezas,
 porisso se consome toda a utilidade em Despe-
 345 za) este erro proprio do fausto, do character
 Nacional deve sêr abolido, reduzindo os Officiaes
 ao numero justamente necessario.

Nam he possivel calcular a importan-
 cia dos Direitos que aFazenda Real recebe
 350 nos primeiros 6 mezes do estabelecimento das Ca-
 zas de Moeda, por que estes Direitos são relati-

VOS

⁷⁵ Intervenção do editor: não há no manuscrito o morfema de plural -s.

ou a quantidade de) suas arrobas de humidade em cada
 fôrta, ou em pó, que (anda) alocadamente em giro; tanto
 humo, como outro, entra immediatamente na liza da
 Noada; o primeiro paga o Direito de Bracagem; o
 2.º paga o 3.º e a mesma Bracagem, e o produto de
 ambos pode talvez fazer hum total bem importante
 para as actuaes circumstancias; mas ainda que
 esta utilidade de occupação se não verificasse, nem
 proprio deixava de ser superior o Método para parte
 pelas utilidades annuaes, que se derivão d'elle. E
 sendo he humma grande familia, em que as precizaes
 se succodem: O Day de familia não dexaria que am
 tem o numerario para as necessidades presentes, e
 futuro inerte deve the o mesmo cuidado; melhora
 as suas rendas, e thezouriza para acudir a neces-
 sidade, quando se apresenta; e á the chegada es-
 no mizer, com ellas vultas foi dada a Bracagem
 junta, de que ignora a fortuna, e o resultado.

||8v|| [[vos]] á quantidade de ouro em Barra estagnado nos cofres fortes, ou em pó que anda actualmente em giro; tanto
355 hum, como outro, entra immediatamente na Caza da Moeda; o primeiro paga o Direito de Braçagem; o 2º paga o 5º e a mesma Braçagem, e o producto de ambos pode talvez fazer hum total bem importante para as actuaes circumstancias; mas ainda que
360 esta utilidade de occazião se não verificasse, nem porisso deixava de sêr necessario o methodo ja exposto pelas utilidades annuaes, que se derivão delle: OEs tado he huma grande Familia, em que as precizoens se succedem: O Pay de Familia não descança quando
365 tem o numerario para as necessidades presentes, o futuro incerto deve-lhe o mesmo cuidado; melhora as suas rendas, e thezouriza para acudir á necessidade, quando se aprezenste, e athe chega a economizar, com estas vistas foi dictada a Provizão
370 junta, de que ignoro a fortuna, e o rezultado.⁷⁶

⁷⁶ O fóllo seguinte, de número 16 (na numeração do volume 4 da Coleção), está em branco, tanto no reto como no verso.

C. 17

17

As grandezas, arrojadas, e muito incerto assignas a sorte de qualquer plano, e a acção por mais bem pensada, calculada, e combinada, que se pede as consequências de se fundem ordinariamente das circumstancias que apparecem do novo; e a execução tacha muitas vezes contradicções não esperadas, prejuizos não previstos, perdas não calculadas; por isso não afirmarei a infalibilidade de minhas ideias sobre hum novo sistema de administração do Diamante; mas comparando todos os que até aqui tem sido adoptados, como o que do novo se deve escolher, conhecer se ha para que tanto se gaste a utilidade, e dos prejuizos.

Não he necessaria a historia deste ramo da Fazenda, elle para o seu plano não adama o papel das pessoas que devem com a sua approvação dar-lhe o ser, e a existencia futura; e propriamente unica dos sistemas da America passada he bastante para fazer conhecer o motivo, que obrigaria a mudar do hum methodo actual para o actual de Administração, por conta do Sr. Mag.º. O estado da receita e despesa deste modorão se he, ou não util a sua continuacão, e se o valor da receita, realzado na Europa, compensa a despesa feita na America; por esta combinacão se motivara que he prejuizo humo outro sistema, não perfeito, por ser impopular ao espirito humano, mas hum, que combatem os vicios, menos riscos, mais utilidades, mais uniformidade do estado da fazenda, mais adequada a situacão das Terras Diamantinas, e finalmente mais ajustado aos interesses

||9r|| He grandemente arriscado, e muito incerto assignar⁷⁷
 a sorte de qualquer Plano, ou acção por mais bem pensada,
 calculada, ou combinada, que seja: as consequencias de-
 pendem ordinariamente de circumstancias que apare-
 375 cem de novo; e a execução acha muitas vezes contradi-
 ções não esperadas, prejuizos não previstos, perdas não
 calculdas; porisso não afirmarei a infalibilidade das
 minhas ideias sobre hum novo sistema de arrecadação
 de Diamantes; mas comparando todos os que athe aqui
 380 tem sido adoptados com o que de novo se deve esta-
 belecer, conhecer-se-ha para que lado peza a Balança
 das utilida[de]s⁷⁸, e dos prejuizos.

Não he necessaria a historia deste ramo de Fazenda;
 ella para o seu plano não aclara os passos das Pessoas, que
 385 devem com a sua aprovação dar-lhe o sêr, e a existen-
 cia futura: a prespectiva unica dos Sistemas da Arre-
 cadação passada he bastante para fazer conhecer os
 motivos, que obrigârão a mudar de hum methodo a ou-
 tro athe parar no actual de Administração, por conta de
 390 Sua Magestade: O estado da receita e despeza deste mostrará
 se he, ou não util a sua continuação, e se o valor da re-
 ceita, realizado na Europa, compensa a Despeza feita
 na America; por esta combinação se mostrará que he
 preciso buscar outro sistema não perfeito, por sêr im-
 395 possivel ao espirito humano, mas hum, que tenha me-
 nos vicios, menos riscos, mais utilidades, mais conforme
 ao estado do Paiz, mais adquado á situação das Terras
 Diamantinas, e finalmente mais ajustado aos interes-
 ses

⁷⁷ Além do carimbo do Arquivo Nacional, no canto superior esquerdo, e da numeração, 17, no canto superior direito, há ainda neste fôlio a anotação “Mem Braz.”, a lápis, no alto do fôlio, do lado direito, feita pelo mesmo punho que escreveu a informação “Memoria Financeira. Brazil”, no segundo fôlio do documento.

⁷⁸ Intervenção do editor: não há no manuscrito a sílaba –de.

ser de Sua Magestade dos seus Vassallos. Pelo orden
 dos tempos lições e dos diversos métodos, sem mais occu-
 pua com declamações infructuosas; porque o mal paper
 do não tem remedio, e presentes não morria critica; e
 para a sua emenda não são necessarias longas diz esta
 coiza, nem huma erudição intempereza)

Capitulo I.

Primeiro sistema de capitação a titulo de
 quinto.

§ 1.

O Direito de capitação era imposto nos Curatos que
 os proprietarios destinavão para a mineração dos Di-
 mantos, e para cila sem era matriculados. A primei-
 ra capitação foi em 22 de Abril de 1722, por ella pagava
 todo o proprietario por cada Curato Minas 200000.
 annuaes. A segunda foi em 21 de Junho de 1730,
 em que o proprietario pagava 500000 r. por cada lina-
 ro, alem do Donativo a que era obrigado por lançamento
 da camara. A terceira foi a 16 de Abril de 1733, no
 valor de 250000 r. por cada Curato. A quarta fi-
 nalmente he de 2 de Dezembro de 1733, pagand o
 100000 r. o proprietario de cada Curato Minas.

§ 2.

A utilidade deste sistema apresentão se fo
 illente, ainda que algumas são somente apparentes
 e illusorias.

A primeira era a igualdade de Arithmetica
 a respeito de que era obrigado a pagar todo o Vassallo,
 que empingava o seu Curato na mineração. A se-
 gunda)

400 ||9v|| [[ses]] de Sua Magestade e dos seus Vassallos. Pela ordem
 dos tempos hirá a dos diversos methodos, sem me occu=
 par com declamaçoens infructuozas; porque o mal passa=
 do não tem remedio, o prezente não merece crítica, e
 para a sua emenda não são necessarias longas dizerta=
 405 çoens, nem huma erudição intempestiva

Capitulo 1

Primeiro Sistema de capitação a titulo de
 quinto.

§ 1º

410 O Direito de capitação éra imposto nos Escravos que
 os Proprietarios destinavão para a mineração dos Dia
 mantes, e para este fim erão matriculados. A primei=
 ra capitação foi em 22 de Abril de1722, por ella pagava
 todo o Proprietario por cada Escravo Mineiro 20Cr000 reis
 415 annuaes. A Segunda foi em 24 de Junho de 1730,
 em que o Proprietario pagava 5Cr000 reis por cada Escra=
 vo, alem do Donativo a que era obrigado por lançamento
 da camara. A terceira foi a 16 de Abril de1733, no
 valor de 25Cr600 reis por cada Escravo. A quarta fi=
 420 nalmente he de 2 de Dezembro de1733, pagando
 40Cr000 reis o Proprietario de cada Escravo Mineiro.

§ 2º

As utilidades deste Sistema apresentão-se fa=
 cilmente, ainda que algumas são somente aparentes
 425 e iluzorias.

A primeira era a igualdade de Arithemetica
 a respeito de que era obrigado a pagar todo o Vassallo,
 que empregava os seus Escravos na mineração. A se=

gunda

quinta era a liberdade dos mesmos Vassallos para ex-
 trahirem os Diamantes, e bruto segundum o exigissem as
 suas utilidades. A terceira era a mesma Liberdade
 de vender cada hum o producto do seu trabalho a
 quem julgasse mais conveniente; e pelo preço mais ven-
 tajoso. A quarta era hum Direito do mesmo no lo-
 digo Criminal, e por consequencia meno. infelice.
 A quinta era o Direito que a Fazenda Real recebia
 sem risco, e com pouca Despesa, sendo as vendas di-
 amantinas por contadores Mineiros. Tambem sua
 Mage.^d recebia hum por cento das Lembras dos mes-
 mos Diamantes para a Europa, sendo todos obri-
 gados a remittê-las nas Naus de Sua Mage.^d por or-
 dem do 30 de Outubro de 1733.

§ 3.

Depois de mostrár as apparentes utilidades he
 necessario averiguar se realmente o eras, e averi-
 guar os prejuizos.

Em primeiro lugar não havia nem podia
 haver proporção entre o Direito da Capitação, e o
 Lucro, e Utilidades de quem o pagava. O Proprie-
 tario de hum unico Curavo podia extrahir no an-
 no mil, mil quilates de Diamantes, pagand-
 somente 100,000 r.^s; emquanto o Proprietario
 de numerosa Curavatura podia ser reduzido a
 pobreza, e miseria, pagando o mesmo Direito da
 Capitação por 50, ou 100 Curavos, sem extrahir
 Diamante algum. A multiplicidade da Curvas
 no Juizo Fiscal era outro prejuizo que resultava do mes-
 mo.

430 ||10r|| [[gunda]] era a liberdade dos mesmos Vassallos para extrahirem os Diamantes, e ouro segundo o exigissem as suas utilidades. A terceira era a mesma Liberdade de vender cada hum o producto do seu trabalho a quem julgasse mais conveniente, e pelo preço mais ven-
 435 tajo. A quarta era hum Delicto de menos no Código Criminal, e por consequencia menos infelices. A quinta era o Direito que aFazenda Real recebia sem risco, e com pouca Despeza, sendo as vendas Diamantinas por conta dos Mineiros. Tambem sua
 440 Magestade recebia hum por cento das remessas dos mesmos Diamantes para a Europa, sendo todos obrigados a remetê-los nas Naus deSua Magestade por ordem de 30 de Outubro de1733.

§ 3º

445 Depois de mostrár as aparentes utilidades he necessario averiguar se realmente o erão, e averiguar os prejuizos.

Em primeiro lugar não havia nem podia haver proporção entre o Direito da Capitação, e os
 450 Lucros, e Utilidades, de quem o pagava: O Proprietario de hum unico Escravo podia extrahir no anno muitos mil quilates de Diamantes, pagando somente 40Cr000 reis; em quanto o Proprietario de numeroza Escravatura podia sêr reduzido a
 455 pobreza, e miseria, pagando o mesmo Direito da Capitação por 50, ou 100 Escravos, sem extrahir Diamante algum. A multiplicidade de couzas no Juizo Fiscal era outro prejuizo que rezultava do mes-

[[mes-]]

no Sistema: O Mineiro que não usava Diamante, não deixava de ser obrigado a pagar o Dízimo da Capitania; daqui nascião Sequitros, Execuções, e Falidos; sendo ordinariamente prejudicada a Fazenda Real, por que os proprietarios fugião com os seus Escravos, que facilmente transportavão para diferentes Capitâneas, e a grande extenção do Paiz não dava lugar a Perseguimento.

Esta mesma extenção fazia illusão por outro lado aquella Dízimo: qualquer Proprietario trazia mais Negros nas Minerações do que aquelles que matriculava; as Terras, Montes, Lugares despeis, e Povos; facilitavão semelhante Fraude em hum Paiz que tem 52 Segos de circunferencia, e no qual a natureza apresenta as maiores difficuldades para ser bem guardado. Temo, mortuado a impossibilidade do humas Divizão Arithmetica para proporcionar o Dízimo que cada hum devia pagar, se quando as suas utilidades; a Divizão Geometrica seria univa para graduar epe morms Dízimo; mas ella era impossivel, devendo reuahir sobre hum genero, que facilmente se occultava, e transportava

Capitulo 2.

Segundo método de Arrematações por Contas, ou Arrematações

§ 1.
 Tendo principio este Sistema no anno de 1740, no qual foi feita a primeira arrematação que durou até 1763, pelo preço de 138.000.000 m. de 600 braças, ou Negros Mineiros, que rema a m 23.000.000

460 ||10v|| mo Sistema: o Mineiro que não tirava Diamantes
 não deixava de sêr obrigado a pagar o Direito da capi=
 tação; daqui nascião Sequestros, Execuçoens, e Falidos;
 sendo ordinariamente prejudicada a Fazenda Real,
 por que os Proprietarios fugiaõ com os seus Escravos,
 465 que facilmente transportavão para diferentes capita-
 nias, e agrande extenção do Paiz não dava lugar a
 reconhecimentos.

Esta mesma extenção fazia illudir por outro
 lado aquelle Direito: qualquer Proprietario trazia
 470 mais Negros na Mineração do que aquelles que matri-
 culava; as Serras, Montes, Lugares dificeis, e Bosques
 facilitavão semelhante fraude em hum Paiz que
 tem 52 Legoas de circunferencia, e no qual a
 natureza apresenta as maiores difficuldades para
 475 sêr bem guardado. Temos mostrado a impossibi=
 lidade de huma Divizão Arithemetica para pro-
 porcionar o Direito que cada hum devia pagar, se-
 gundo as suas utilidades; a Divizão Geometrica se-
 ria unica para graduar esse mesmo Direito; mas
 480 ella era impossivel, devendo recahir sobre hum gene-
 ro, que facilmente se occultava, e transportava

Capitulo 2º

Segundo methodo de Arrecadação por contracto,
 ou Arrematação

485

§ 1º

Teve principio este Sistema no anno de 1740,
 no qual foi feita a primeira arrematação que du-
 rou athe 1743, pelo preço de 138.000Cr000 reis com
 600 Praças, ou Negros Mineiros, que vem a ser 230Cr000 reis

490

por

ARQUIVO NACIONAL

por cada praia. O segundo Contracto teve principio em 1751 com a differença de 1,000,000 rs, a favor da Fazenda Real sendo em tudo o mais semelhante ao primeiro. O terceiro Contracto principiou em Janeiro de 1752, e acabou em Dezembro de 1752, foi estipulado com igual numero de Praias, com a differença possem do traballar em 100 no Ferro de Frio, e 200 nas Capitania de Goyaz; e a divisão das Praias fez talvez diminuir o preço do Contracto; pois observa-se que sendo o segundo de 2,000,000 rs por praia, he o terceiro de 2,300,000 rs. O Quarto Contracto foi arrematado por 6 annos com o mesmo numero de Praias, pagando o Contractador 2,400,000 rs annuaes por cada huma; teve o principio no anno de 1753, e acabou em 1759, e por que o 3.º Contracto de hum anno, foi huma consequencia do 2.º, sendo o Contractador o mesmo, o preço, e as condições as mesmas, não o conto em lugar separado. Do 6.º Contracto não achei Memorias sobre o preço, e condições, por isto ignora se foi, ou não ventajoso

§ 2.º

A primeira vista não ha certamente hum sistema, que apresente mais utilidades para a Fazenda Real; mas este sistema examinado circunspectamente pelo factor, pela pratica, e pela execução he o mais destrutivo de todos quanto se tem adoptado, e o que foi mais prejudicial á mesma Real Fazenda, e aos Individuos em particular. Basta considerar o que não pôde para se lhe de ver annexar huma multidão de

||11r|| [[por]] cada praça. O Segundo Contracto teve principio em
 1744 com a differença de 40Cr000 *reis*, a favor da Fazenda
 Real sendo em tudo o mais semelhante ao primeiro. O
 terceiro contracto principiou em Janeiro de 1749, e a-
 495 cabou em Dezembro de 1752, foi estipulado com igual
 numero de Praças com a differença porem de trabalharem
 400 no Serro do frio, e 200 na capitania de Goyaz: es-
 ta divizão das Praças fez talvez diminuir o preço do
 Contracto; pois observa-se que sendo o segundo de
 500 270Cr000 *reis* por praça, he o terceiro de 230Cr000 *reis*.
 O Quarto Contracto foi arrematado por 6 annos com
 o mesmo numero de Praças, pagando o Contractador
 240Cr000 *reis* annuaes por cada huma; teve princi-
 pio no anno de 1753, e acabou em 1759, e porque
 505 o 5º Contracto de hum anno, foi huma consequencia
 do 4º, sendo o Contractador o mesmo, o preço, e as Con-
 diçoens as mesmas, não o conto em lugar separado.
 Do 6º Contracto não achei Memorias sobre o preço, e
 condiçoens, porisso ignoro se foi, ou não ventajozo
 510 § 2º

A primeira vista não ha certamente hum Sis=
 tema, que apresente mais utilidades para a Fazen=
 da Real; mas este sistema examinado circumspecta=
 mente pelos factos, pela pratica, e pela execução he
 515 o mais destructivo de todos quantos se tem adopta=
 do, e o que foi mais prejudicial á mesma Real Fazenda,
 e aos Individuos em particular. Basta concidera-lo Mo-
 nopolio para se lhe devêr annexár huma multidão de
 ideias

ideias desvantajozas; mas deve principiar pelas utilidades.

A primeira, e a mais solida, foi o preço da Arrematação, 138.000\$000 annuaes era rendimento muito superior ao da Capitania. 2.^a A Seguranca da Fazenda Real nos Preços do Contratador, e Fidejussões (se o podo haver seguros por esta importancia naquelle Capitania) sendo esta seguranca de bons Fidejussões muito mais solida do que aquella que se contemplava ordinariamente, em serem recolhidos, em hum (offo) os Primateiros, sem ficarem á disposição do Contratador, esta providencia era muito falivel; he verdade que no caso de haver bondade no Contratador, e Felicidade na mineração, podia haver huma terceira utilidade, e vinha a ser huma especulação mercantil para se dar maior valor aos Diamantes, recebendo os Sua Magestade no preço do contrato, thezourizarem os, ou para não perderem a sua estimativa, ou para lhe dar mais; sem ser preciso recorrer ao meio com que se peritendo acatellar a decadencia do preço destas Pedras pela Carta Regia de 30 de Outubro de 1733.

§ 3.^o

Entre os prejuizos do contrato distinguo humo proximo, ou de remota; nos primeiros considero o que atavaria as condições estipuladas nas arrematações; nos segundos (appetio aquelles que sem atavarem) o ajuste feito entre a Fazenda Real, e o Contratador prejudicial a quella, e aos seus particulares; deve no
tar

520 ||11v|| [[ideias]] dezavantajozas; mas devo principiari pelas utilidades

A primeira, e a mais solida foi o preço da Arrematação, 138.000Cr000 *reis* annuaes era rendimento muito superior ao da capitação. 2^a A Segurança da

525 Fazenda Real nos Bens dos Contractador⁷⁹, e Fiadores; (se os pode haver seguros por esta importancia naquella Capitania) sendo esta segurança de bons Fiadores muito mais solida do que aquella, que se contemplava ordinariamente em serem recolhidos em hum

530 Cofre os Diamantes, sem ficarem á dispozição do Contractador, esta providencia era muito falivel; he verdade que no cazo de haver boa fé no Contratador, e felicidade na mineração, podia haver huma terceira utilidade, e vinha a sêr huma especulação mercantil para se

535 dár maior valor aos Diamantes, recebendo-os Sua Magestade no preço do Contracto, thezourizando-os; ou para não perderem a sua estimação, ou para lha dár maior; sem sêr preciso recorrer ao meio com que se pertendeo acautelár a decadencia do preço destas Pedras pela

540 Carta Regia de 30 de outubro de 1733.

§ 3^o

Entre os prejuizos do Contracto distingo huns proximos, outros remotos; nos primeiros concidero os que atacaraõ as Condiçoens estipuladas nas arremata=

545 çoens; nos segundos classefico aquelles, que sem atacarem o ajuste feito entre a Fazenda Real, e o Contratador prejudicarão áquella, e aos seus particulares; devo no

tar

⁷⁹ Não houve interferência do editor, que optou por deixar o texto como grafado no manuscrito: “A Segurança da | Fazenda Real nos Bens dos Contractador, e Fiadores”.

MUSEU NACIONAL

ter que jamais separe o interesse dos Vassallos doquelle de Sua Mage. ambas estas tão intimamente ligadas, que qualquer arbitrariedade se fizer, ha de ser prejudicial a hum e a outro.

O primeiro prejuizo foi a fraude dos Contrahentes, que em lugar de 600 Onças estipuladas, mercavaes com os ou 500. Negros, tanto por hum taute consentimento da Corte, dos Generaes, e Ministros, de puz tempo, como pela sua particular authoridade, trazendo lobos de Cinavos, a titulo de fugidos, que minovavao por todas as Terras Diamantinas. O segundo prejuizo tambem era outra fraude sobre a arrecadação dos Diamantes nos lofes deitendos para ella; porquanto sendo os apalariados pagos pelo Contratadom, e verdadeiramente seus criados, de pouco servia a conduição de entrarem em lofe, para segurancia do Contracto, os Diamantes extrahidos. Elles tinham o direito da escolha, e da preferencia, tiravão as quantidades, e qualidades que lhe parecisa para segurar sua fortuna. De tudo ha factos, e exemplares importantes, de que prezentemente he exuzada a historia. Terceiro, sendo o extravio hum Delicto grave não o era para o Contratador; elle trazia por todos os servios, e por toda a parte os seus Amisparios, chamados Sombeiros para comprarem os Diamantes, que os Negros furtavão; isto he conhecido a todo o mundo, como he conhecida a Ley de 11 de Agosto dell'53 § 7. Não sei em que Jurisprudencia se propa em

||12r|| [[tar]] que jamais separo o interesse dos Vassallos daquelle
 550 de Sua Magestade ambos estão tão intimamente ligados,
 que qualquer abstracção, que se fizer, hade sêr prejudi-
 cial a hum e aoutro.

O primeiro prejuizo foi a fraude dos Contracta-
 dores, que em lugar de 600 Praças estipuladas mine-
 555 rarão com 4 ou 5,000 Negros, tanto por hum tacito
 consentimento da corte, dos Generaes, e Ministros desse
 tempo, como pela sua particular authoridade trazendo
 lotes de Escravos a titulo de fugidos, que mineravão
 por todas as Terras Diamantinas. O segundo pre-
 560 juizo tambem era outra fraude sobre a arrecadação
 dos Diamantes nos cofres destinados para ella; por-
 quanto sendo os assalariados pagos pelos Contratadores,
 e verdadeiramente seus criados de pouco servia a
 condição de entrarem em cofre, para segurança do
 565 contracto, os Diamantes extrahidos. Elles tinhão o
 direito da escolha, e da preferencia, tiravão as quan-
 tidades, e qualidades, que lhes parecia para segura-
 rem a sua fortuna. De tudo ha factos, e exemplos im-
 portantes, de que prezentemente he excuzada a his-
 570 toria. Terceiro, sendo o extravio hum Delicto
 grave não o era para o contractador; elle trazia por
 todos os serviços, e por toda a parte os seus Emissarios,
 chamados Pombeiros para comprarem os Diamantes,
 que os Negros furtavão; isto he conhecido a todos, e assim
 575 como he conhecida aLey de 11 de Agosto de1753
 § 1º Nam sei em que Jurispurdencia se possa en-
 caixar

(uma) Ley criminal, comprehendendo geralmente
 os individuos de huma Sociedade, e suspendendo a sua
 sanção a favor de hum Membro da mesma Sociedade,
 que em ao mesmo tempo he, Acuzador, Fiscal, e Denun-
 ciante: As Leys do Direito Romano erão celebres,
 mas não tinham huma tão extravagante, como a
 presente, em que o mesmo homem, e no mesmo tem-
 po, sem mudar de estado, nem de figura, repre-
 zenta tantas, e tão contraditorias.

§ 2.

Depois dos prejuizos remotos, o primeiro foi o mo-
 nopolio dos Contratadores em todos os ramos de indus-
 tria; ja mais será feliz hum Estado no qual hum In-
 dividuo, ou poucos chupão a subitancia de outro In-
 ditico, emquanto a multidão morre de miseria, e fra-
 queza: Se o Contratador tinha Generos nas suas lojas,
 ou poucos Negociantes, que havia nas vendas: Os
 Compradores, e quitadores, erão os empregados no con-
 tracto, e as suas Familias; alem disto quem poderia
 sustentar a concorrência com os Contratadores? He
 mais útil ao Estado ter muitas Familias abundan-
 tes do que hum so homem rico; a pobreza faz a
 industria, a indolencia, e a ignorancia; emquanto a
 abundancia facilita os meios a industria, ao com-
 mercio, e às Artes: o homem que vê fechado o ca-
 minho da sua subsistencia não trabalha me-
 ditas para trabalhar, são-lhes necessarios os Gene-
 ros proprios, e todos elles ficarão caros por effeito de

||12v|| [[caixar]] huma Ley criminal, comprehendendo geralmente os individuos de huma Sociedade, e suspendendo a sua
 580 sancção a favor de hum Membro da mesma Sociedade, que era ao mesmo tempo reo, Acuzador, Fiscal, e Denunciante: As ficçoens do Direito Romano erão celebres, mas não tinhão huma tão extravagante como a presente, em que o mesmo homem, e no mesmo tempo, sem mudar de estado, nem de figura, representa tantas, e tão contraditorias.

§ 4º

Passo aos prejuizos remotos; o primeiro foi o monopolio dos contratadores em todos os ramos de industria; ja mais será feliz hum Estado no qual hum Individuo, ou poucos chupão a substancia do corpo Politico, em quanto a multidão morre de mizeria, e fraqueza: Se o contratador tinha Generos nas suas Loges, os poucos Negociantes, que havia não vendião: os
 595 compradores, e gastadores erão os empregados nos contractos, e as suas Familias; alem disso quem poderia sustentar a concorrencia com os Contratadores? He mais util ao Estado ter muitas Familias abundantes do que hum so homem rico; a pobreza faz a
 600 inercia, a indolencia, a ignorancia; em quanto a abundancia facilita os meios á industria, ao commercio, e ás Artes: o homem que vê fechados os caminhos da sua subsistencia não trabalha, mendiga; para trabalhar, são-lhes necessarios os Gene=
 605 ros proprios, e todos elles ficarão caros por effeito do

Mo=

MONOPOLIO NACIONAL

Monopolio: he o poder exclusivo que he necessario para conservar o Brazil (faze lo pobre) e ignorante; e as outras, os meios, deixamos aquelles aos tempos, fideles. Segundo, a Mineração no tempo do contrato: ficou obstruida, e perigosa; falo agora da Mineração do ouro; Se a lavra era sua? o Contratado, levantando-lhe o tributo não de que tinha Diamantes, ficava com ella, ou em barafusa a sua Mineração; se era pobre, os gemos não respondendo, para a extração do ouro, compridos por elle, não nos Loges do Contratado aborria os leões, e o Mineiro deixava de minar para não correr o risco de hum total ruina. Terceiro, o Placido no Sistema do Monopolio também sentados seus effectos; e os Contratados em unico comprador, puzendo o preço, fazia o mercado, como e quando lhe parecia, consultando somente a sua utilidade, e a preciação: os ultimos Contratados também plantação para evitar a depreza do Genero da primeira necessidade, relativa ao sustento do Saiz. Todos sabem a facilidade com que se adquire hum grado de mo de cultura em hum colonia sumamente extensa, e des povoada, e todos conhecem também a fertilidade do terreno logo que ha braos suficientes para esta cultura, tanto por hum he a produção ordinaria.

Capitulo 3.

Sistema da Administração Real creada pelo Alvará de 2 de Agosto de 1763 para a qual ajusta Sua Magestade com 200.000 \$ 000 r. annuaes.

||13r|| [[Mono]]polio: he po[li]tica⁸⁰ miseravel crer que he necessario pa-
 ra conservar o Brazil faze-lo pobre, e ignorante; são outros
 os meios, deixemos aquelles aos tempos feudaes. Segundo,
 610 a Mineração no tempo do contracto: ficou obstruida, e
 perigoza, falo agora da Mineração do ouro; Se a La-
 vra era rica, o contratador, levantando-lhe o testemu=
 nho de que tinha Diamantes, ficava com ella, ou em=
 barassava a sua Mineração; se era pobre, os generos
 615 necessarios para a extracção do ouro, comprados por al-
 to preço nas Loges do Contratador absorvião os lucros,
 e o Mineiro deixava de minerár para não correr o
 risco de huma total ruina. Terceiro, o Plantador no
 Sistema do Monopolio tambem sentia os seus effeitos; co
 620 mo o Contratador era o unico comprador punha o preço,
 fazia o mercado, como, e quando lhe parecia, consul=
 tando somente a sua utilidade, e precizão: os ulti=
 mos contratadores tambem plantarão para evitarem
 a despeza dos Generos da primeira necessidade, relativa
 625 ao sustento do Paiz. Todos sabem a facilidade com
 que se adquire hum grande termo de cultura em
 huma colonia summamente extensa, e despovoada,
 e todos conhecem tambem a fertilidade do terreno lo-
 go que ha braços suficientes para esta cultura, cento
 630 por hum he a producção ordinaria.

Capitulo 3º

Sistema da Administração Real creada pelo
 Alvará de 2 de Agosto de 1771 para a qual
 assistia Sua Magestade com 200.000Cr000 reis an-
 635 nuaes

⁸⁰ Intervenção do editor: não há no manuscrito a sílaba -li-.

receitas, além de 1.0.000.000.000 em Letras
 emitidas por aquelles Administracões sobre
 o Ceará.

§. 1.º

Como este sistema hierarchico sobraquado deve
 realizar a reforma, por se apresentar a
 Fazenda Real, he necessario fazer a sua exposicão mais
 extensa para não deixar duvida alguma; seguindo
 o ordeno alho aqui praticado, mostrarei quasi foras
 as suas utilidades, e causas d'ellas; mostrarei depois os
 prejuizos, e a sua origem; e como o ordeno de 6 de
 Março do anno passado determinou que a assistencia
 de 200.000.000.000 fizeo reduzida a 100.000.000.000
 devo igualmente mostrar que esta ordeno esta sem
 a maior despeza, mas não a perda, por se esta relativa
 a receita, e não a assistencia; e que além disto, a mesma
 ordeno vai a causar maior extravio, e a ser causa im-
 mediata de prejuizos immanes tanto da Fazenda
 Real, como dos particulares; mostrarei finalmente o
 unico modo provavel de evitar estes prejuizos, de gran-
 gear além de po bastante utilidades, e proporcionar a
 receita com a Despeza.

§. 2.º

Antes de mostrar as utilidades, e prejuizos da
 Administracão Real devo apresentar o Mappa
 da receita, e Despeza N.º 1.º desde o seu principio
 no anno de 1772 até 1794 inclusive. A minha
 inspecção não he negocio principado em o anno de

||13v|| [[nuaes]], alem de 40.000Cr000 *reis* em Letras
Sacadas por aquella Administração sobre
o Erário.

§. 1º

640 Como este sistema he aquelle sobre quem deve
recahir a reforma, por sêr prezenemente onorozo á
Fazenda Real, he necessario fazêr a sua exposição mais
extença para não deixar duvida alguma; seguindo
a ordem athe aqui praticada, mostrarei quaes forão
645 as suas utilidades, e cauzas dellas; mostrarei depois os
prejuizos, e a sua origem; e como a ordem de 6 de
Março do anno passado determinou que a assistencia
de 200.000Cr000 *reis* ficasse reduzida a 100.000Cr000 *reis*
devo igualmente mostrár que esta ordem evita sim
650 a maior despeza, mas não a perda, por sêr esta relativa
a receita, e não a assistencia, e que alem disto, a mesma
ordem vai a cauzár maior extravio, e a sêr cauza im-
mediata de prejuizos immenssos tanto da Fazenda
Real, como dos particulares; mostrarei finalmente o
655 unico modo provavel de evitar estes prejuizos, de gran-
gear alem disso bastantes utilidades, e proporcionar a
receita, com a Despeza.

§ 2º

660 Antes de mostrar as utilidades, e prejuizos da
Administração Real devo apresentar o Mappa
da receita, e Despeza Nº 1º desde o seu principio
no anno de 1772 athe 1794 incluzive. A minha
inspecção neste Negocio principiou em o anno de

1789

ARQUIVO NACIONAL

1789, e calculando sempre com a propiavel igualdade da mesma Leitura e Pesagem já mais pôde obter que devesse se de haver em alguns annos hum deficit relativo á assistencia, menor nos annos de 1789 e 90; comtudo no espaço de 23 annos só os de 1779, 80, e 81. foram mais conformes á assistencia annual; as verbas da Pesagem Ordinaria, que fazem aquelle total podem ver-se no Mapa N.º 1.º em que se quando hum mais termo em attenção dos annos em que ella foi maior, ou menor.

§ 3.º

Da utilidade da Administração concitias, primeira na igualdade dos Lueros, que tinham os Proprietarios dos Casas alugados para a mineração; a Administração tinha somente os Casas, inconsideradamente comprados no anno de 1771 ao ultimo contratado por 52.516.000; e sendo o seu numero 581 estas reduzidos á menor de 200, daqui se ve que esta compra a tem de absorver hum grande Capital, já perdido, tendo sido elle agra e noz a mesma Administração, por ser necessario hum Armazem para o velar, hum Hospital, e Policia para os casar. 2.º O Luero dos Herricos, em quanto o desas, que em outro tempo era de pura perda para a Fazenda Real, e em beneficio do Contratado. 3.º A estagnação dos Diamantes nos Picaes lofes para se lhe poder dar o preço, segundo as precizões. Luto, ou moda na Europa. 4.º O augmento do Commercio, que não achando contra si o Monopolio, faz se muito mais extenso; e como este Commercio he puramente passivo, a importação dos Generos para o Paiz he

665 ||14r|| [[1789]], e calculando sempre com a possível igualdade a
 mesma receita e Despeza já mais pode obter que deixas-
 se de haver em alguns annos hum deficit relativo á
 assistencia, menos nos annos de 1789 e 90; com tudo no
 espaço de 25 annos só os de 1779, 80 e 81,⁸¹ forão mais
 670 conformes á assistencia annual; as verbas da Despeza
 ordinaria, que fazem aquelle total podem vêr se no
 Mapa N° 2° em que se guardou hum meio termo em
 attenção aos annos em que ella foi maior, ou menor.

§ 3°

675 As utilidades da Administração consistião, primeiro
 na igualdade dos Lucros que tinhão os Proprietarios dos
 Escravos alugados para a mineração; a Administração
 tinha somente os Escravos inconsideradamente com-
 prados no anno de 1771 ao ultimo contratador por
 680 52.510Cr000; e sendo o seu numero 581 estão reduzi-
 dos a menos de 200, daqui se ve que esta compra a=
 lem de absorver hum grande capital, já perdido, tem
 sido athe agora onoroza a mesma Administração, por sêr
 necessario hum Armazem para os vestir, hum Hospital, e
 685 Botica para os curar. 2° O Lucro dos Serviços, em quan-
 to o derão, que em outro tempo era de pura perda para
 a Fazenda Real, e em beneficio do Contratador. 3ª A
 estagnação dos Diamantes nos Reaes Cofres para se
 lhe poder dar o preço, segundo as precizoens, Luxo, ou
 690 moda na Europa. 4ª O augmento do Commercio,
 que não achando contra si o Monopolio, fas-se muito
 mais extenso; e como este Commercio he puramente
 passivo, a importação dos Generos para o Paiz he

de

⁸¹ No manuscrito, o sinal gráfico utilizado entre 1790 e 80 e após 81 não é propriamente uma vírgula, mas dois traços mais curtos que a vírgula, localizados um pouco acima da pauta inferior.

de grande utilidade para o Contracto Real das Sefesgens. 5.º O augmento da cultura, que se multiplica com pelo maior consumo dos Genseros, pela igualdade das Compras, e com as possibilidades dos quitadores; o que não havia no sistema de Monopolio, desta origem nasce tambem o augmento dos Prizimos com beneficio da Real Fazenda.

Ellas eras as utilidades que a Fazenda Real percibia do sistema da Administração; que se reduzem a bem pequenos valores, se se considerarem as perdas dos Interesses dos Vassallos, por que o visto de 600 mil Cruzados, não he compensado por humada pequena duvidga na percepção, e muito mais duvidga na sua disposição, para a mortuar os prejuizos.

§ Li.

O primeiro consistia em serem necessarios muito mais Trabalhadores, e Mineiros para a Execução de qualquer Serviço, do que aontaisa no tempo do Contracto; e este prejuizo procedia de tres principios; o 1.º porque o Contratador administrava a sua Fazenda, via, e vigiava sobre ella; pelo contrario a Administração, onde poucas vezes se encontra o zelo do Administrador, proporcionado ao do proprietario; 2.º porque a Fazenda Real, quando adoptou o sistema da Administração, calculou sobre hum erro; pensou que os Contratadores terhão minerado com as 600 Ducas, estipuladas nas suas condições, e não se lembrou de que elles trabalharão com 3 e

695 ||14v|| [[de]] grande utilidade para o contracto Real das Passa-
gens. 5º O augmento da cultura, que se multipli=
cou pelo maior consumo dos Generos, pela igualdade
das Compras, e com as possibilidades dos gastadores;
o que não havia no Sistema do Monopolio, desta ori-
700 gem nasceo tambem o augmento dos Dizimos em be-
neficio da Real Fazenda.

Estas erão as utilidades que a Fazenda Real
percebia do sistema da Administração; que se re=
duzem a bem piqueno valor, se se conciderarem se=
705 paradas dos Interesses dos Vassallos, por que o risco de
600 mil cruzados, não he compensado por huma recei-
ta duvidoza na percepção, e muito mais duvidoza
na sua dispozição, passo a mostrár os prejuizos.

§ 4º

710 O primeiro consistia em serem necessarios
muitos mais Trabalhadores, e Mineiros para a factu-
ra de qualquer Serviço, do que acontecia no tempo
do contracto; e este prejuizo procedia de trez prin-
cipios; o 1º porque o contratador administrava a
715 sua Fazenda; via, e vigiava sobre ella; pelo contra=
rio a Administração, onde poucas vezes se encontra
o zello do Administrador, proporcionado ao do Pro=
prietario; 2º porque aFazenda Real, quando adop-
tou o Sistema da Administração, calculou sobre hum
720 erro; pensou que os contratadores tinhamo minerado
com as 600 Praças, estipuladas nas suas Condiçoens,
e não se lembrou de que elles trabalharão com 3 e

PROTIVO NACIONAL

e 4 mil Curavos. O 3º he o mais mettido de Minerações praticado pelos Contratadores; como se nas conhecia outra fonte de liquidez mais que o depósito feito pelo alluvioens nos Rios, para elles se virou a cobiza dos Contratadores, que não tendo outro objecto mais que o seu interesse pessoal, minerarão sem ordem; e que deo cauza a enchida de entulhos, e dos montes os marmos Rios, de tal forma que o Terrico que em outro tempo podia ser minerado com 100, ou 200 Curavos necessita presentemente de 400, ou 500; esta desordem pertenceo evitar-se pelo Alvará de 2 de Agosto de 1771 § 1.º mais e mal estava feito, e sem remedio.

He verdade que os jornaes da Curavatura alugada diminuírao, mas não foi em proporção; he necessario hoje o numero triplicado de Curavatura em quanto os jornaes abaterão a metade do seu valor, com pouca differença. O maior numero de Curavos exigio outros maiores numeros de Administradores, Feteiros, e custando achar duzentos Homens feitos, quem poderá responder por 400, ou 500? Tambem he certo que os ordenados diminuírao, mas por isto mesmo diminuiu tambem a fidelidade: O homem que tem huma fortuna não serve por 400 ou 500 m. de ordenado; e o que a não tem, se não he virtuozo, que se faza sem se embarazar com os meios. Contareis com o 3º prejuizo, e talvez o mais capital; a ignorancia dos leis em materias de Administracão; a cuspia de laca-

||15r|| [[e 4]] mil Escravos. O 3º he o mau methodo de
 725 Mineração praticado pelos Contratadores; como se não
 conhecia outra fonte de riqueza mais que o depozito
 feito pelo alluvioens nos Rios, para elles se virou a
 cobiça dos contratadores, que não tendo outro objecto
 mais que o seu interesse pessoal, minerarão sem or-
 730 dem; o que deo cauza a encher de entulhos, e des-
 montes os mesmos Rios, de tal forma que o Serviço
 que em outro tempo podia sêr minerado com
 100, ou 200 Escravos necessita prezenemente de
 400, ou 500; esta dezordem pertendeo evitar-se
 735 pelo Alvará de 2 de Agosto de 1771 § 4º mas ja
 o mal estava feito, e sem remedio.

He verdade que os Jornais da Escravatura aluga-
 da diminuirão, mas não foi em proporção; he necessario
 hoje o numero triplicado de Escravatura em quanto os
 740 jornaes abaterão a metade do seu valor, com pouca diferença.
 O maior numero de Escravos exegio outro maior numero de
 Administradores, e Feitores; e custando achar duzentos
 Homens fieis, quem poderá responder por 400, ou 500?
 Tambem he certo que os ordenados diminuirão, mas por-
 745 isso mesmo diminuiu tambem a fidelidade: O homem
 que tem huma fortuna não serve por 40Cr000 reis de or-
 denado; e o que a não tem, se não he virtuozo, quer fa-
 ze-la sem se embaraçar com os meios. Contarei com o 3º
 prejuizo, e talvez o mais capital; a ignorancia dos cai-
 750 xas em materia de Administração; á excepção de Cae-
 tano

trano José de Souza, nenhum sabia fazer huma conta de somar, este sendo muito intelligente do Governo da Administração, sendo homem de calculo, fidalgo no seu fante, ambição, e valdade, que no anno de 1772 uniu da sua Administração, fez importar a Despesa em 4.31.491/462 r.

§ 5º

Todos estes prejuizos que a Administração tem experimentado athe o presente, existem, nem elle podem ser removidos pela unica ordem de 6 de Março do anno passado: he fual diminuiu o numero do Engenho do Curator; a despesa de 1 a 2, mas como se não pode fazer o Serviço de 100 com 50, nem equilibra a receita com a despesa sempre a perda relativa hade ser infalivel, porque existem as causas; por quanto se 4.000 Negros fazendo huma despesa á Fazenda Real de 240.000/000 r. extrahidas 1800 Oitavas de Diamantes annuaes a extração futura virá a ser proporcionada á aptidão; e se a receita dos 1800 Oitavas não compensava a Despesa de 240.000/000 r. tambem a receita de 900 Oitavas, que se extrahirem, não compensará a Despesa de 100.000/000 r. com que aquella dita ordem manda apurter; daqui se vê que fica onerosa como elante á Real Fazenda a mesma Administração, e que sem se evitar o prejuizo, originaria-se outros de novo de bastantes consequencias.

§ 6º

Por effecto daquella ordem ficas remditos dentro

||15v|| [[tano]] Joze de Souza, nenhum sabia fazer huma conta de somar, e este sendo muito inteligente do Governo da Administração, sendo homem de calculo, foi-
 755 tal no seu fausto, ambição, e vaidade, que no anno de 1772 unico da sua Administração, fez importár a Despeza em 431.491Cr462 *reis*

§5º

Todos estes prejuizos que a Administração
 760 tem experimentado athe o presente, existem, nem elles podem sêr removidos pela unica ordem de 6 de Março do anno passado: he facil diminuir o numero dos Empregados, e dos Escravos; a despeza de 4 a 2, mas como se não pode fazer o Serviço de 100 com 50, nem equili-
 765 brar a receita com a despeza sempre a perda relativa hade sêr infalivel, porque existem as cauzas; por quanto se 4.000 Negros fazendo huma despeza á Fazenda Real de 240.000Cr000 *reis*; extrahirão 1800 oitavas de Diamantes annuaes a extracção futura virá a
 770 sêr proporcionada á assistencia; e se a receita das 1.800 oitavas não compensava a Despeza dos 240.000Cr000 *reis*⁸² tambem a receita de 900 oitavas, que se extrahirem, não compensará a Despeza de 100.000Cr000 *reis* com que aquella dita ordem manda assistir; daqui se vê
 775 que fica onoroza como dantes á Real Fazenda a mesma Administração, e que sem se evitár o prejuizo, originarão-se outros de novo de bastantes consequencias.

§ 6º

Por effeito daquella ordem ficão sem destino den-
 780 tro

⁸² Apesar de não aparecer na imagem digitalizada, há no manuscrito os dois zeros finais e a abreviatura de réis.

tro da Demarcação 300 Empregados, e 2, ou 3000 ³⁰⁰ ~~trabalhadores~~ ^{trabalhadores}; os primeiros pela Disposição de § 23 do Alvará de 2 de Agosto de 1711 devem ser expulsos da Demarcação, e como a maior parte são naturaes d'elle, devem por consequencia expatriar-se, e ser mandados ao estado de Nagabundo, e deite ao de Tes; que de graua não se pôde evitar antes do que castigar Delictos: os segundos vão a ficar infalivelmente Mineiros clandestinos.

§. 7.º

Continuemos no comprehensão fizica, ou moral do Floren Africano: elle chama seu Officio aquella primeira occupação, a que o applica, logo que he tirado do Combray; e não ha forças nem castigos que o possam rezolver a mudar de Terras; por effeito desta Carta de 6 de Maio, muitos Empregados que foram expulsos venderão os Livros a Cultivadores do meu Conhecimento; em poucos dias ficaram sem elles, ou por que vol-tando á mineração Diamantina, ou por que nos vizinhos ás Repas de seus Senhores achavao ouro, em cuja mineração se occupão: os Livros plantados, ao que habita nas Povoações, Villas, e Cidades succede o mesmo; o primeiro ja mais será Mineiro, e os ultimos ja mais servirão nos trabalhos rurais: O Filozofa Naturalista examinará se este caprião do Floren Negro he natural, ou facticio, qua mim so me pertence, mostra que esta expulsão, ou diminuição de ⁽ⁱⁿ⁾

||16r|| [[tro]] da Demarcação 300 Empregados, e 2, ou 3.000 Es-⁸³

cravos; os primeiros pela Disposição do § 23 do Alva-

rá de 2 de Agosto de 1771 devem sêr expulços da

Demarcação, e como a maior parte são naturaes della,

785 devem por consequencia expatriar-se, e serem reduzi-

dos ao estado de Vagabundos, e deste ao de reos; que

desgraça não sêr possivel evitar antes do que castigar

Delictos! Os segundos vão a ficár infalivelmente

Mineiros clandestinos.

790 § 7º

Entremos no conhecimento fizico, ou moral do

Homem Africano: elle chama seu officio aquella

primeira occupação, a que o applicaõ, logo que he

tirado do Comboy; e não ha forças nem castigos que

795 o possão rezolver a mudar de Serviço; por effeito desta

carta de 6 de Março, muitos empregados que forão ex=

pulços venderão os escravos a cultivadores do meu conhe-

cimento; em poucos dias ficárão sem elles, ou porque vol-

tárão á mineração Diamantina; ou porque nos rios vi=

800 zinhos ás rossas de seus Senhores acharão ouro, em cuja

mineração se occupão: ao Escravo plantador, ao que

habita nas Povoaçoes, Villas, e Cidades succede o mes-

mo; o primeiro ja mais será mineiro, e os ultimos já

mais servirão nos trabalhos rusticos: O Filozofa Na-

805 turalista examinará se este caprixo do Homem

negro he natural, ou facticio, que a mim so me per-

tence mostrar que esta expulção, ou diminuição de

Em

⁸³ A numeração deste fólio deveria ser 24, já que o anterior apresenta a numeração 23, porém no canto superior direito encontra-se o número 23A, sublinhado. Talvez, durante o processo de numeração, o profissional responsável tenha saltado este fólio, por isso teve de inserir uma numeração alternativa, para não rasurar todos os fólios seguintes.

Empregados, e Curas, virão a sêr huma origem fecunda de extravios, e de delictos, que não podem unicamente evitar-se apim como os antigos prejuizos da Administração pelo método que passo a expôr.

Capitulo L.

Sistema de Arrecadação Diamantina pela Mineração Franca, e Livre comprando Sua Mag.^{de} os Diamantes aos Mineiros que os extrahirem

§ 1.

Por este método unido para o estado presente das Terras Diamantinas, vem ás utilidades seguintes. 1.^o Sepa o risco da assistência dos 240.000.000. r.^l. 2.^o Sepa o augmento annual da Divida papiva contrahida pela Real Fazenda. 3.^o Fina o extravio vedado. 4.^o A entrada dos Diamantes nos Reaes Coifres para se lhe dêr o valor, que o tempo, e a occasião pedir. 5.^o A occupação necessaria a milhares de individuos que presentemente não tem. 6.^o O augmento do Commercio muito mais extenso em proporção das nequidades para a mineração. 7.^o A Agricultura, e População augmentada, porque os meios animão as Almas, que a pobreza repugna. 8.^o Finalmente a extracção do ouro, vedado até agora por cauza dos Diamantes.

§ 2.

He necessario ampliar todas estas utilidades para que

||16v|| [[Em]]pregados, e Escravos virá a sêr huma origem fecun-
 810 da de extravios, e de delictos, que podem unicamente
 evitar-se assim como os antigos prejuizos da Adminis=
 tração pelo methodo que passo a expôr.

Capitulo 4º

Sistema de Arrecadação Diamantina
 815 pela Mineração franca, e livre compran-
 do Sua Magestade os Diamantes aos Mi=
 neiros que os extrahirem

§ 1º

Por este methodo unico para o estado pre=
 820 zente das Terras Diamantinas; vem as utilidades
 seguintes. 1ª Sessa o risco da assistencia dos
 240.000Cr000 reis 2ª Sessa o augmento annual da
 Divida passiva contrahida pela Real Fazenda.
 3ª Fica o extravio vedado. 4ª A entrada dos
 825 Diamantes nos Reaes Cofres para se lhe dár ovalor,
 que o tempo, e a occasião pedir. 5ª A occupação neces-
 saria a milhares de Individuos que prezentemente a
 não tem. 6ª O augmento do Commercio muito
 mais extenso em proporção das necessidades para
 830 a mineração. 7ª A Agricultura, e População
 augmentada, porque os meios animão as Alianças
 que a pobreza repugna. 8ª finalmente a extracção
 do ouro, vedado athe agora por cauza dos Diamantes.

§ 2º

835 He necessario ampliar todas estas utilidades para
 que

1.^a que não possam por paradores: a primeira, e a 2.^a (utilidade) provêm-se por si mesmas, por quanto apertando o preço por que Sua Mag.^d deve comprar o Quilate de Diamantes, calculado sobre o valor actual da Europa; e sobre o Leuro do Mineiro, que extrahê no Brazil, fica sem risco o capital empregado. A 3.^a parece improvável, mas examinada seriamente, fica verô a deira: o Mineiro, ou Fabricador, tendo certo o Leuro na compra que Sua Mag.^d faz dos Diamantes, não se arrisca a perder tudo, Liberdade, e Fazenda; além d'isto o Mineiro não he quem faz o extraviado; os Negociantes da Praça de Comercio, os Labradores deites, os Lombryeiros, e Mascates são os tanques por onde elle corre, para estafiar as Leys em seus vigos, nem ha que temer d'elles logo que têm consentido a comprar, qual he a Fazenda Real; o genero não he quem conta por hum preço medio com risco; humo prova desta verdade he o que acontencia no tempo dos Contractos: os Extraviadores preferias na venda aos Contractadores, tanto por que estes lhe pagavão melhor, como por evitarem o emplate do seu Dinheiro, remetendo os Diamantes, esperando as vendas no Porto de Mar, ou na Europa, e correndo infinitos riscos antes, e depois da sua disposição. Se os auctorizamentos papados offereçam o futuro, deve esperar agora o que então acontencia: ainda quando se não avite todo o Contractado, nem por isso deixa de utilizar-se a Real Fazenda por humo via indirecta; por quan-

||17r|| [[que]] não passem por paradoxos: a primeira, e a 2^a utilidade provão se por si mesmas, por quanto assentando o preço por que Sua Magestade deve comprar o Quilate de Diamantes, calculado sobre o valor actual da Europa, e sobre o Lucro do Mineiro, que o extrahe no Brazil, fica sem risco o capital empregado. A 3^a parece impossivel, mas examinada seriamente, fica verdadeira: o Mineiro, ou Faiscador, tendo certo o Lucro na compra que Sua Magestade faz dos Diamantes, não se arrisca a perder tudo, Liberdade, e Fazenda, alem disto o Mineiro não he quem faz o extravio; os Negociantes da Praça de comercio, os cobradores destes, os Comboyeiros, e Mascates são os canaes por onde elle corre, para estes ficão as Leys em seu vigor, nem ha que temer delles logo que tem concorrente ás compras, qual he a Fazenda Real; o genero não lhe faz conta por hum preço medio com risco; huma prova desta verdade he o que acontecia no tempo dos Contractos: os extraviadores preferião na venda aos contratadores, tanto porque estes lhe pagavão melhor, como por evitarem o empate do seu Dinheiro, remetendo os Diamantes, esperando as vendas nos Portos de Mar, ou na Europa, e correndo infinitos riscos antes, e depois da sua dispozição. Se os acontecimentos passados afianção os futuros deve-se esperar agora o que então acontecia: ainda quando se não evite todo o contrabando, nem porisso deixa de utilizar-se a Real Fazenda por huma via indirecta; por quan-

to

1.º o Extraviado não faz esta negociação clandestina
 para lhe garantir, o producto della he empregado em
 Fazenda; e Generos que vão pagar Direitos nas Alfande-
 gas, augmentar o Commercio Nacional, retrocedendo com
 os Luros. A 2.ª utilidade he huma consequencia d'esta.
 A 3.ª he huma occupação necessaria a milhares de
 Individuos, que presentemente a não tem; já se vê
 que todos os que são expulsos, Feitores, ou Curadores en-
 trias na Mineração, servio em questões de se crea-
 dor, e se elle precisamente como fura mortado não de
 entrar na mineração clandestina por effecto daquelle
 Ordem de 6 de Março, que utilidade pode comprehen-
 d' de fazer homens innocentes, e úteis á sua Patria, te-
 nando os do estado de Pau, e de mineiros clandestinos,
 pelo métho da Mineração Franca, e livre? A 4.ª he a
 liberdade do Commercio; na Administração era res-
 tricta, e limitada a certo numero
 de Logos, e Sabernas, cujo numero se não podia allargar,
 nem reduzir por hum effecto da Determinação do §
 33 do Alvará de 2 de Agosto de 1771; esta ultima
 limitação a certos individuos privilegiados, deve ser
 abolida; logo que hum Vapallo he benemerito deve
 gozar querendo de todos os Direitos, e vantagens da
 Sociedade, em que existe; as excepções são odiosas,
 e prejudiciaes. A 5.ª utilidade tem por objecto a
 agricultura, e populações; pelo que pertence á t.ª
 bem todos que os cultivadores trias alla á proporção de

865 ||17v|| [[to]] o extraviador não faz esta negociação clandestina
para thesaurizar, o producto della he empregado em
Fazenda, e Generos que vão pagar Direitos nas Alfande-
gas, augmentar o Commercio Nacional, retrocedendo com
os Lucros. A 4^a utilidade he huma consequencia deste
870 A 5^a he huma occupação necessaria a milhares de
Individuos, que prezentemente a não tem; ja se vê
que todos os que forão expulços, Feitores, ou Escravos en-
trão na Mineração, serviço em que tinham sido crea-
dos, e se elles precisamente como fica mostrado hão de
875 entrar na mineração clandestina por effeito daquella
Ordem de 6 de Março, que utilidade pode compensár
á de f[a]zer⁸⁴ homens innocentes, e uteis á sua Patria, ti-
rando os do estado de Reos, e de mineiros clandestinos,
pelo metho[do]⁸⁵ da mineração franca, e livre? A 6^a he a
880 liberdade do commercio; na Administração era res-
tricta, elimitada esta Liberdade a certo numero
de Loges, e Tabernas, cujo numero se não podia alterár,
nem exceder por hum effeito da Determinação do §
33 do Alvará de 2 de Agosto de 1771; esta ultima
885 limitação a certos individuos privilegiados, deve sêr
abulida; logo que hum Vassallo he benemerito deve
gozar querendo de todos os Direitos, e ventagens da
Sociedade, em que existe; as excepçoens são odiozas,
e prejudiciaes. A 7^a utilidade tem por objecto a A-
890 gricultura, e população; pelo que pertence á 1^a sa-
bem todos que o cultivador trabalha á proporção da
ex-

⁸⁴ Intervenção do editor: o autor do documento grafou “fezer” por “fazer”.

⁸⁵ Intervenção do editor: não há no manuscrito a sílaba –do.

ARQUIVO NACIONAL

extração dos seus gêneros; se lhe não considera venda (limita-se) ao necessário, e a hum' piquena sobreleitura para os casos fortuitos, se tem exportação certa, calcula sobre ella o augmento do seu trabalho, e lavoura; ora havendo pela facilidade de miminas maior numero de gaitadores, hum'a cultura mais extensa he a consequencia necessaria.

Do que requita a população todos sabem que a pobreza he hum' obstaculo ao seu augmento, falo no povo civilizado, e que não tem Leyes contra os celibatarios; o homem sem pairas não se decide a tomar hum' estado, em que prevê maiores necessidades, e necessidades; a sua pobreza ja lhe he onerosa; como hade querer augmentar pela mulher, e filhos? O espirito do Homem tem forças para afrontar a miseria, e a necessidade propria, mas não resiste certamente quando vê acometido por este flagello as pessoas que ama (como tem nua); por tanto a repartição das Terras diamantinas, bem conduzida, dando meios de subsistencia a mais de mil Familias, faz outro igual numero de subdivisões a favor dos seus descendentes.

A 8.^a e ultima utilidade he relativa ao B. do Ouro. Não prometo hum' augmento exagerado ordinariamente pela imaginação de muito entuziastas, que vêm sempre em parte grande as fortunas futuras; he verdade que o Paiz foi muito abundante deste Metal, mas he certo tambem que extrahirão muito, e que

||18r|| [[ex]]tracção dos seus generos; se lhe não concidera venda
 limitasse ao necessario, e a hum piqueno sobrecelente
 895 para os cazos fortuitos, se tem exportação certa, calcu-
 la sobre ella o augmento do seu trabalho, e lavoura;
 ora havendo pela faculdade de minerar maior nume-
 ro de gastadores, huma cultura mais extensa he
 consequencia necessaria.

900 Pelo que respeita á população todos sabem que a
 pobreza he hum obstaculo ao seu augmento, falo nos
 Povos civilizados, e que não tem Leys contra os celibatarios;
 o homem sem paixão não se decide a tomár hum
 estado, em que prevê maiores precizoens, e necessida
 905 des; a sua pobreza ja lhe he onoroza; como hade que=
 rer augmentá-la pela mulher, e Filhos? O espirito do
 Homem tem forças para afrontar a mizeria, e a neces-
 sidade propria, mas não reziste certamente quan-
 do vê acometidas por este flagello as pessoas que
 910 ama com ternura; por tanto a repartição das terras
 diamantinas, bem conduzida, dando meios de subsis-
 tencia a mais de mil Familias, faz outro igual nu-
 mero de subdivizoens a favor dos seus descendentes.

A 8ª e ultima utilidade he relativa ao 5º do
 915 ouro. Não prometo hum augmento exagerado ordina-
 riamente pela imaginação de muitos Entuziastas, que
 vêm sempre em ponto grande as fortunas futuras;
 he verdade que o Paiz foi muito abundante deste Me=
 tal; mas he certo tambem que extrahirão muito, e que

920

a

a) Administracão até o anno de 1791, minerou
 1.19.855 $\frac{1}{8}$ $\frac{3}{4}$ 3; mas como os montes estão intactos
 por não sido a mineraçãõ até o presente nos Uos, po-
 dem as matrizes desta legua ser descubertas, e a
 mineraçãõ futura muito mais importante.

§ 3.

Não he so a Demarcaçãõ Diamantina a
 que padece o embarço da extracção do ouro: o Rio
 Claro em Goyaz, e alguns em Matto Grosso tambem
 estão vedados por haver nellos Diamantes; a todos se
 deve entender a fualdade da mineraçãõ, e todos do-
 vem concorrer no tempo presente para as neccidades
 urgentes do Estado. Nestes lugares, em que não ha
 estabelecida huma Administracão dos Diamantes de-
 vem ser estes avaliados, pagos, e arrecadados, pelas
 Juntas da Real Fazenda, como qualquer outro Nego-
 cio da sua inspecção, e remittidos com os Quintos da
 quella Capitania nas occasiões de cortame.

§ 4.

Não deve papão em silencio nem tratãõ de
 quimerica a esperança de huma util, e nova des-
 cuberta fizica, de que ha muitos indícios, e factos,
 que a provaõ: todos sabem que na Azia são os
 Diamantes minerados nas suas matrizes, ou nos
 Montes, e que vale o mesmo: no Brazil pelo con-
 trario tem sido extrahidos dos Uos, e lugares pro-
 xi-

||18v|| [[a]] Administração athe o anno de 1794 minerou
 449.855 *oitavas* $\frac{3}{4}$ 3: mas como os montes estão intactos
 por têr sido a mineração athe o presente nos rios, po-
 dem as matrizes desta riqueza sêr descobertas, e a
 925 mineração futura muito mais importante.

§ 3º

Não he so a Demarcação Diamantina a
 que padece o embaraço da extracção do ouro: o Rio
 Claro em Goyaz, e alguns em Matto Grosso tambem
 930 estão vedados por haver nelles Diamantes; a todos se
 deve extender a faculdade da mineração, e todos de-
 vem concorrer no tempo presente para as necessidades
 urgentes do Estado. Nestes lugares, em que não ha
 estabelecida huma Administração de Diamantes de-
 935 vem sêr estes avaliados, pagos, e arrecadados pelas
 Juntas da Real Fazenda, como qualquer outro Nego-
 cio da sua inspecção, e remetidos com os Quintos da-
 queles Capitania nas occasioens do costume.

§ 4º

940 Nam devo passár em silencio nem tratár de
 quimerica a esperança de huma util, e nova des-
 cuberta fizica, de que ha muitos indicios, e factos,
 que a provão: todos sabem que na Azia são os
 Diamantes minerados nas suas matrizes, ou nos
 945 Montes, o que vale o mesmo: no Brazil pelo con-
 trario tem sido extrahidos dos rios, e lugares pro-

PROBLEMA NACIONAL

26
 rios, por onde elles correm, e que deixaria, ja porque
 as suas aguas, e correntes profundarias os seus Leitões, e
 (ancas, ja porque os obilaculos, e cataractas, que fazia
 deixar as suas aguas se diminuissem, ja por outras causas
 (oens fozias, que o mundo tem experimentado em diver-
 sas epochas; a prova d'isto he) acharem se os Diamantes
 misturados sempre como o carvalho que não he outro.
 couza mais do que pedras, cristais, e brechas, que pela sua
 figura mostras como toda a natureza tem sido arrastada,
 por hum liquido, e que no movimento de rotaçao toma
 não a figura espherica, que se lhe acha, que não tenha
 na sua origem; a pedra he sempre irregular, o cris-
 tal he sempre senaço, por tanto a forma que se encon-
 tra no cantho, he accidental, e por accidente foram arro-
 jados, bem como os Diamantes das suas Matrizes que
 existem nos Montes. Estas Matrizes he que podem
 ser descobertas pelo sistema da mineraçao Franca, e
 livre, o que não se de aonde na Administracao, porque
 o temor de pagar por mau Administrador, e de arriscar
 servios não deixa lugar a tentativas. a natureza he
 a mesma por toda a parte na fabrica das suas produ-
 çoes, porque razão hade diversificar esta fabrica
 na Azia, e no Brazil? Aqui ja vimos alguns signas;
 tem sido descobertos muitos e bons Diamantes nas Ser-
 ras, e Montes elevados, mas faltaria os examus, e exa-
 vaçoes profundas para verificar a minha conjeclu-
 ra, que deixo ao tempo, e liberdade da Mineraçao;

||19r|| [[xi]]mos, por onde elles correrão, e que deixarão; ja porque
 as suas aguas, e correntes profundarão os seus Leitos, e
 950 Canaes, ja porque os obstaculos, e cataractas, que fazia
 elevar as suas aguas se diminuirão, ja por outras convul-
 ções físicas, que o Mundo tem experimentado em diver-
 sas epochas; a prova disto he, acharem se os Diamantes
 misturados sempre com o cascalho que não he outra
 955 couza mais do que Pedras Cristaes, e Areias, que pela sua
 figura mostram com toda a certeza terem sido arrojados
 por hum liquido, e que no movimento de rotação toma=
 rão a figura esferica, que se lhe acha, que não tinham
 na sua origem; a pedra he sempre irregular, o Cris-
 960 tal he sempre se[rr]agno⁸⁶, por tanto a forma que se encon-
 tra no cascalho, he accidental, e por accidente forão arro-
 jados, bem como os Diamantes das suas Matrizes que
 existem nos Montes: estas matrizes he que podem
 sêr descobertas pelo sistema da mineração franca, e
 965 livre, o que não pode acontecer na Administração; porque
 o temor de passár por mau Administrador, e de arriscar
 Serviços não deixa lugar a tentativas: a natureza he
 a mesma por toda a parte na fabrica das suas produ-
 ções; porque razão ha de diversificar esta fabrica
 970 na Azia, e no Brazil? Aqui ja vimos alguns signaes;
 tem sido descubertos muitos, e bons Diamantes nas Ser-
 ras, e Montes elevados, mas faltarão os exames, e exca-
 vações profundas para verificár a minha conjectu-
 ra, que deixo ao tempo, e liberdade da Mineração;
 975 a

⁸⁶ Intervenção do editor: serragno (serrano), já que o cristal é encontrado nos montes.

o de ouro teve os mesmos principios, progressivamente
 passou dos rios aos lugares vizinhos, a que deu o nome
 de Taboleiros, quando a Terra era igual; de Grapiaras,
 quando ella tinha declive, daqui subio para os Montes,
 onde hoje se fazem mais utilidades, e artefices.

§ 5.

Nada mais resta na exposiçãõ do meu sistema
 do que calcular o valor dos Diamantes pelo seu Qui-
 lates, e peso para mostrar o preço, porque Sua Mag.
 os deve pagar ao Minerio: este calculo não he cerebrino,
 mas aponta no preço geral da Europa, e para elle
 consulte Luiz Joze de Brito, o Homem mais inte-
 ligente nesta materia, que actualmente conhece, que
 me deo a sua taxa dos valores, tal como aqui se vê,
 he verdade, que as minhas ideias a este respeito não
 são muito distantes das suas, mas faltava-me a
 certeza dos valores no Paiz Estrangeiro, e ignorava,
 como ainda hoje ignoro, o preço porque Sua Mag.
 tem contratado a venda com os diversos comprado-
 res, ou Comissionarios.

§ 6.

Os Diamantes que se extrahem por conta de
 Sua Mag.^a vem da America divididos em 4 lo-
 tes, ou grandezas; a correspondencia, que pelo ordiná-
 rio se acha nestas pedras, he do 1.^o lote a t, como
 do 2.^o a t; do 3.^o ao 2.^o como do 3.^o a t; e do 4.^o ao 1.^o
 como do 1.^o a t: e cuitas a Sua Mag.^a calculadas a

||19v|| [[a]] do ouro teve os mesmos principios, progressivamente
 passou dos rios aos lugares vizinhos, a que derão nome
 de Taboleiros, quando a Terra era igual, de Grupiaras,
 quando ella tinha declive, daqui subio para os Montes,
 980 onde hoje se faz com maior utilidade, e artificio.

§ 5º

Nada mais resta na exposição do meu Sistema
 do que calcular o valor dos Diamantes pelos seu[s]⁸⁷ Qui-
 lates, e pezo para mostrar o preço, porque Sua *Magestade*
 985 os deve pagar ao Mineiro: este calculo não he cerebrino,
 mas assenta no preço geral da Europa, e para elle
 consultei Luiz Joze de Brito, o Homem mais inte-
 ligente nesta materia, que actualmente conheço, que
 me deo a sua tarifa dos valores, tal como aqui se vê;
 990 he verdade, que as minha[s]⁸⁸ ideias a este respeito não
 erão muito distantes das suas, mas faltava-me a
 certeza dos valores no Paiz Estrangeiro, e ignorava,
 como ainda hoje ignoro, o preço porque Sua *Magestade*
 tem contratado a venda com os diversos comprado-
 995 res, ou Commissarios

§ 6º

Os Diamantes que se extrahem por conta de
 Sua *Magestade* vem da America divididos em 4 lo-
 tes, ou grandezas: a correspondencia, que pelo ordina-
 1000 rio se acha nestas Pedras, he do 2º lote a 1ª, como
 de 2 a 1; do 3º ao 2º como de 3 a 1; e do 4º ao 1º
 como de 7º a 1; e custão a Sua *Magestade* calculada a

Des

⁸⁷ Intervenção do editor: não há no manuscrito o morfema de plural –s.

⁸⁸ Intervenção do editor: não há no manuscrito o morfema de plural –s.

Respeço de hum anno por outros a 64487 por
 Quilate. Nestes 6 lotes (nas entradas as Pedras de
 6 Quilates para cima) porque estas tem valor se-
 parado de cada hum sobre si, segundo o seu tama-
 nho) do 1.º dez grandezas diversas, que são do 1.º
 lote 2; do 2.º 2; do 3.º 3; do 4.º 3; como se mostra
 do Mapa N.º 3.º em que vão apignaladas as gran-
 dezias, que entrão em cada separação. Nestas dez qua-
 lidades depois de escolhidas, e lotadas nas proporções
 convenientes, he que em Holanda se formão as par-
 tidas, que de ordinario se vendem a 33 Florins por
 Quilate, que regulada a variaçãõ do cambio, pode
 vã fazer 114000 r.

§. 7.º

Cite he o preço da Holanda, e da Fazenda Real he como
 ficou do 64487, mas com a differença que cite he
 pelo Diamante como sahem da Mina; e aquillo he pelo
 Diamante escolhido, e lotado. Nestes dois preços sahẽ
 hum medio, pelo qual a Fazenda Real deve pagar o
 Quilate do Diamante ao Mineiro, e vem a sêr a taxa
 de 54160, no qual vem a bucrar a Fazenda Real 16528.
 por Quilate; este preço embarazará infalivelmente a
 tentação do Mineiro para deixar de o vender as Extraia-
 dos, e preferir a Fazenda Real a todo, e qualquer
 comprador.

§. 8.º

Supondo a extração annual pelo methodo da me-
 neração Franca sêr de 2.000 citavos de Diamante.

||20r|| [[Des]]peza de huns annos por outros a 6Cr487 por
 1005 Quilate. Destes 4 lotes (não entrando as Pedras de
 6 Quilates para sima, porque estas tem valor se-
 parado de cada hum sobre si, segundo o seu tama-
 nho) dá o 1º dez grandezas diversas, que são do 1º
 lote 2; do 2º 2; do 3º 3, do 4º 3; como se mostra
 1010 do Mapa Nº 3º em que vão assignaladas as gran-
 dezias, que entrão em cada separação. Destas dez qua-
 lidades depois escolhidas, e lotadas nas proporçoens
 competentes, he que em Holanda se formão as par-
 tidas, que de ordinario se vendem a 33 Florins por
 1015 Quilate, que regulada a variação do cambios pode
 rá fazer 11Cr000 reis.

§ 7º

Este he o preço da Holanda, o da Fazenda Real he como
 fica dito de 6Cr487, mas com a diferença que este he
 1020 pelos Diamantes como sahem da mina, e aquelle he pelos
 Diamantes escolhidos, e lotados. Destes dois preços sahe
 hum medio, pelo qual a Fazenda Real deve pagar o
 Quilate de Diamantes ao Mineiro, e vem a sêr a razão
 de 5Cr160, no qual vem a lucrar a Fazenda Real 1Cr527 reis
 1025 por Quilate, e este preço embarçará infalivelmente a
 tentação do Mineiro para deixar de o vender ao Extravia-
 dor, e preferir a Fazenda Real a todo, e qualquer
 Comprador.

§ 8º

1030 Supondo a extração annual pelo methodo da mi-
 neração franca sêr de 2.000 oitavas de Diamantes,
 vem

com o custo a Fazenda Real pelo preço estabe-
 lido 180.000,000.000.000. e lucra a mesma com o abran-
 geiro 1.6.1.6.5.4000.000.000. vantagem esta incalculavel,
 pela razão que faz com as que ficão mostradas neste
 novo sistema. Mas como as cautelas para evitar a pro-
 variação, dolo e má fé não são excozadas, parecia
 ainda necessário assignar algum premio ao Negro Mi-
 neiro que manifestasse qualquer Diamante do peso
 de 18 Quilates inclusive, para que o proprietario não
 seja tentado a occulta-lo: o premio que mais tentades-
 ta qualidade de individuos he a Liberdade, a qual
 sendo comprada pela Fazenda Real a seu Senho, por
 humã justa avaliação he de tão pouca importancia,
 que ainda o valor da Pedra pago ao proprietario,
 pode com este acrescimo, que evita a fraude, e o pre-
 juizo contemplado no extraviis.

§ 9.

Do Sistema exporto, no cargo de sêr aprovado
 por Sua Mag.^d seguem seis providencias para o
 seu estabelecimento. A Mineracão Diamantina he
 livre, e franca aos moradores da Demarcação, comprando
 Sua Mag.^d os Diamantes a 340.000.000.000. por Quilates
 para que não aconteça que os moradores das mais lo-
 marcas da Capitania larguem, com esperanças de
 melhor fortuna, os seus antigos estabelecimentos de
 Lavras, e Piques, deve reuahir a repartiçã das Ferras
 da Demarcação nos seus naturaes, e moradores como

||20v|| [[vem]] esta a custar á Fazenda Real pelo preço estabelecido 180.600Cr000. *reis*, e lucra a mesma com o Estrangeiro 46.445Cr000. *reis* ventagem esta incalculavel, pela união, que faz com as que ficão mostradas neste novo sistema. Mas como as cautelas para evitar a prevaricação, dólo, e má fé não são excuzadas, parecia ainda necessario assignar algum premio ao Negro Mi=

1035

1040 neiro que manifestasse qualquer Diamante de pezo de 18 Quilates inclusive, para que o Proprietario não seja tentado a oculta-lo: o premio que mais tenta esta qualidade de Individuos he a Liberdade, a qual sendo comprada pela Fazenda Real a seu Senhor por

1045 huma justa avaliação he de tão pouca importancia, que ainda o valor da Pedra pago ao Proprietario, pode com este acrescimo, que evita a fraude, e o prejuizo contemplado no extravio.

§ 9º

1050 Do Sistema exposto, no cazo de sêr aprovado por Sua Magestade seguem-se as Providencias para o seu estabelecimento. A mineração Diamantina livre, e franca aos moradores da Demarcação, comprando Sua Magestade os Diamantes a 5Cr160. *reis* por Quilate;

1055 para que não aconteça que os moradores das mais comarcas da Capitania larguem, com esperanças de melhor fortuna, os seus antigos estabelecimentos de Lavras, e Rossas, deve recahir a repartição das Terras da Demarcação nos seus naturaes, e moradores somen-

1060 te

ARQUIVO NACIONAL

1.ª A repartição deve ser feita segundo o Regulamento
 do ouro, Aditamento, e Ordens. Por ranking talante se
 fazão grandes concessões: a proporção que o Mineiro
 mostra o laço das datas concedidas devem ser lhe con-
 ceder outras sahindo do seu Dominio immediatamente
 a que apim deisar, para se poderem requerer e dar
 a quem as quizer, sem que o primeiro Proprietario pu-
 sa alegar Direito algum para ser mantido na
 posse della; logo que tiver dellando quada laçou, a
 pedir outras por esta razão. Deve ficar abolida a
 zo, ou abuzo de conceder por lites extenção alguma
 de terreno, e toda a concessão deve ser medida e de-
 marcada. A repartição das Terras deve ser feita pelo
 Intendente, como Ministro mais vizinho, e unico
 encarregado desta inspecção. O mesmo Intendente
 com hum Guarda-Livro, e hum Thezourario sa-
 do sobrejo para receberem pagarem, e realiaarem
 conjuntamente todos os Diamantes extrahidos,
 que devem entrar effectivamente em lotes no fim
 de cada semana em hum dia determinado, sendo
 os Mineiros, e Fabricadores obrigados a apresentarem
 no mesmo dia para receberem o seu preço, e nenhum
 os poderão guardar em suas lazars mais de oito dias,
 como do calculo apima feito 2.000/8.º de Diamantes,
 que se poderão extrahir annualmente importão
 em 180.000/1000.000.000. esta deve ser a apilencia
 da Fazenda Real para pagamentos da sobredita

||21r|| [[te]]. A repartição deve ser feita segundo o Regimento do ouro, Aditamento, e ordens. Por nenhum calculo se farão grandes concessões: á proporção que o mineiro mostrar o lavor das datas concedidas devem-se lhe conceder outras sahindo do seu Dominio immediatamente as que assim deixar, para se poderem requerer, e dár a quem as quizer, sem que o primeiro Proprietario possa alegar Direito algum para sêr mantenido na posse dellas, logo que tivêr declarado que as lavrou, e pedir outras por essa razão. Deve ficar abolido o uzo, ou abuzo de conceder por Cortes extenção alguma de terreno, e toda a concessão deve sêr medida, e demarcada. A repartição das Terras deve sêr feita pelo Intendente, como Ministro mais vezinho, e unico encarregado desta inspecção. O mesmo Intendente com hum Guarda-Livros, e hum Thezoureiro são de sobejo para receberem pagarem, e avaliarem conjunctamente todos os Diamantes extrahidos, que devem entrar effectivamente em Cofre no fim de cada semana em um dia determinado, sendo os mineiros, e Faiscadores obrigados a apresenta-los no mesmo dia para receberem o seu preço, e nenhum os poderá guardár em suas cazas mais de oito dias Como do calculo assim feito 2.000 *oitavas* de Diamantes, que se poderão extrahir annualmente importão em 180.6000*Cr*000 *reis* esta deve sêr a assistencia da Fazenda Real para pagamento da sobredita

quan

quantia, e no caso de ser maior a extração o seu pa-
 gamento ficará demorado para se realizar no epis-
 toleiro do anno futuro com preferencia a esta aca-
 daquelle anno, ou se preparará² Letras sobre a Fazenda
 Real da villa Rica segund'o que se julgar mais
 util. Se a assignencia for superior a extração an-
 nual ficará em letre para o anno que se seguir.
 O que se achar convenido de compras Diamantes
 deve ser castigado irremediavelmente com as penas da
 Ley de 11 de Agosto de 1753, e da outra de 4. de
 Agosto de 1774, ainda que alegue em sua defeza,
 que comprados Diamantes para os vendes a Fazen-
 da Real, pois que ella não necessita de semelhantes
 Procuradores. O § 2.º de Alvará de 2 de Agosto
 de 1774, e os §§ 11, e 37 do mesmo Alvará devem
 ficar em seu inteiro vigor. A Disposição do Alva-
 rá de 11 de Agosto de 1753 § 12 deve infalivelm.^{te}
 executar-se para ser rendido o Recrutamento Mili-
 tar de 6 em 6 mezes desde o seu Commandante
 e Officiaes até o ultimo Soldado, e alem deste len-
 dimento deve ficar ao arbitrio do Intendente a ex-
 curção de voltarem, ou não os mesmos a quella Re-
 manação. Como para o Serviço actual he muito
 bastante humo só companhia de Pedestre, deve
 ser abolida a chamada de Contínuo, e como a dita
 Intendencia era paga pelo importe das Armas,
 e Tabernas, que tinham hum numero determina-
 do

||21v|| [[quan]]tia, e no cazo de sêr maior a extracção o seu pa-
 1090 gamento ficará demorado para se realizár na assis-
 tencia do anno futuro com preferencia a extracção
 daquelle anno, ou se passarão Letras sobre a Fazenda
 Real de Villa Rica segundo o que se julgar mais
 util. Se a assistencia for superior á extracção an-
 1095 nual ficará em cofre para o anno que se seguir.
 O que se achar convencido de comprar Diamantes
 deve sêr castigado irremessivelmente com as Penas da
 Ley de 11 de Agosto de 1753, e da outra de 1º de
 Agosto de 1771, ainda que alegue em sua defeza,
 1100 que comprou os Diamantes para os vendêr á Fazen-
 da Real, pois que ella não necessita de semelhantes
 Procuradores. O § 4º do Alvará de 2 de Agosto
 de 1771, e os §§. 11, e 37 do mesmo Alvará devem
 ficar em seu inteiro vigor. A Disposição do Alva-
 1105 rá de 11 de Agosto de 1753 § 12 deve infalivelmente
 executar-se para sêr rendido o Destacamento mili-
 tar de 6 em 6 mezes desde o seu Commandante,
 e Officiaes athe o ultimo Soldado, e alem deste ren-
 dimento deve ficar ao arbitrio do Intendente a ex-
 1110 cuza de voltarem, ou não os mesmo áquella De-
 marcação. Como para o Serviço actual he muito
 bastante huma só companhia de Pedestres, deve
 sêr abolida a chamada do Contracto, e como a da
 Intendencia era paga pelo imposto das Loges,
 1115 e Tabernas, que tinhão hum numero determina-
 do

ARQUIVO GERAL

em observancia do § 33 do Alvará do l.º de
 Agosto de 1774 (que livre) a todo o morador ou ussai do
 mesmo Comarca do Loge, ou Taberna, pagando con-
 offito o mesmo Donativo em beneficio da Fazenda
 Real. // Del. no parecer de Luiz Beltrão de
 Gouvea de Almeida. //

29

||22r|| [[do]] em observancia do § 33 do Alvará do 1º de
Agosto de 1771 fica livre a todo o morador uzar do
mesmo Commercio de Loge, ou Taberna, pagando com
1120 effeito o mesmo Donativo em beneficio da Fazenda
Real// Tal he o parecer de Luiz Beltrão de
Gouvea de Almeida//

180

Mapa do Prendimento e Despesa
da Real Extração dos Diamantes nos annos abaixo de-
clarados.

Annos	Diamantes extraídos		Despesa
	Oitavas	Oitavas	
1772	1.932 $\frac{3}{4}$ 1	13.583 $\frac{3}{4}$ 4	431.491 $\frac{1}{2}$ 62
1773	2.876 $\frac{1}{2}$ 7	10.619 $\frac{3}{4}$ 2	361.468 $\frac{1}{2}$ 500
1774	2.119 1	10.559 6	266.305 $\frac{1}{2}$ 586 $\frac{1}{2}$
1775	2.107 $\frac{1}{2}$ 1	17.707 $\frac{1}{2}$ 6	264.798 $\frac{1}{2}$ 698
1776	2.137 $\frac{3}{4}$ 2	17.846 $\frac{3}{4}$ 6	295.607 $\frac{1}{2}$ 091
1777	2.315 $\frac{1}{4}$ 3 $\frac{1}{2}$	28.024 3	260.584 $\frac{1}{2}$ 173 $\frac{1}{2}$
1778	2.232 $\frac{1}{4}$ 7	25.592 $\frac{1}{2}$ 7	248.066 $\frac{1}{2}$ 219
1779	2.255 $\frac{3}{4}$ 7 $\frac{1}{2}$	25.106 $\frac{3}{4}$ 7	214.766 $\frac{1}{2}$ 562
1780	1.825 5 $\frac{1}{2}$	25.126 $\frac{3}{4}$ 7	235.245 $\frac{1}{2}$ 067 $\frac{1}{2}$
1781	2.205 $\frac{1}{4}$ 3 $\frac{1}{2}$	33.792 $\frac{3}{4}$ 6	239.662 $\frac{1}{2}$ 86 $\frac{1}{2}$
1782	2.928 $\frac{3}{4}$ 1	28.297 $\frac{1}{2}$	279.816 $\frac{1}{2}$ 394 $\frac{1}{2}$
1783	2.749 $\frac{1}{2}$ 2	24.177 7	268.515 $\frac{1}{2}$ 71 $\frac{1}{2}$
1784	3.543 5	24.927 $\frac{3}{4}$ 4	266.950 $\frac{1}{2}$ 282
1785	2.143 $\frac{1}{2}$	18.234 $\frac{1}{2}$ 4	269 $\frac{1}{2}$ 676 $\frac{1}{2}$ 202
1786	1.752 $\frac{3}{4}$ 7 $\frac{1}{2}$	17.781 $\frac{1}{2}$ 6	262 $\frac{1}{2}$ 131 $\frac{1}{2}$ 925
1787	1.623 2	11.763 $\frac{1}{2}$ 2	260.990 $\frac{1}{2}$ 858
1788	1.635	15.553 $\frac{1}{2}$ 3	278.488 $\frac{1}{2}$ 122
1789	1.688 $\frac{3}{4}$ 7	15.482 6	244.369 $\frac{1}{2}$ 11 $\frac{1}{2}$
1790	1.883 1	12.881 4	236.021 $\frac{1}{2}$ 722
1791	1.621 $\frac{1}{2}$ 1	13.364	250.000 $\frac{1}{2}$ 000
1792	1.490 1	16.856 $\frac{1}{2}$	250.000 $\frac{1}{2}$ 000
1793	1.583 $\frac{3}{4}$ 7	15.132 $\frac{3}{4}$ 7	250.000 $\frac{1}{2}$ 000
1794	1.893 $\frac{3}{4}$ 7	27.308 $\frac{1}{2}$	250.000 $\frac{1}{2}$ 000
23	18.547 $\frac{1}{4}$ $\frac{1}{2}$	149.851 $\frac{3}{4}$ 3	6.184.963 $\frac{1}{2}$ 810

||23r|| N° 1°

Mapa do Rendimento e Despeza
da Real Extracção dos Diamantes nos annos abaixo de=clarados.

Annos, ⁸⁹	Diamantes extrahidos		Ouro extrahido		Despeza
	Oitavas		Oitavas		
1772	1.932	„ ¾ „ 1	13.583	¾ „ 4	431.491Cr462
1773	2.876	„ ½ „ 7	10.619	„ ¾ „ 2	361.468Cr500
1774	2.119	„ „ „ 1	10.559	„ „ „ 6	266.305Cr586 ½
1775	2.107	„ ¼ „ 1	17.707	„ ¼ „ 6	264.798Cr698
1776	2.137	„ ¾ „ 2	17.846	„ ¾ „ 6	295.607Cr091
1777	2.315	„ ¼ „ 3½	28.024	„ „ „ 5	260.584Cr173 ½
1778	2.232	„ ¼ „ 7	25.592	„ ¼ „ 7	248.066Cr219
1779	2.255	„ ¾ „ 7½	25.106	„ ¾ „ 7	214.766Cr562
1780	1.825	„ „ „ 5½	25.126	„ ¾ „ 7	235.245Cr067 ½
1781	2.205	„ ¼ „ 3 ½	33.792	„ ¾ „ 6	239.662Cr086 ½
1782	2.928	„ ¾ „ 1	28.297	„ ½ „ „	279.816Cr394 ½
1783	2.749	„ ½ „ 2	24.177	„ „ „ 7	268.515Cr714
1784	3.543	„ „ „ 5	24.927	„ ¾ „ 4	266.950Cr282
1785	2.145	„ ½ „ „	18.234	„ ½ „ 4	269[.]676Cr202
1786	1.752	„ ¾ „ 7½	17.781	„ ¼ „ 6	262[.]131Cr925 ⁹⁰
1787	1.623	„ „ „ 2	11.763	„ ½ „ 2	260.990Cr858
1788	1.635	„ „ „ „	15.553	½ „ 3	278.488Cr122
1789	1.688	„ ¾ „ 7	15.482	„ „ „ 6	244.369Cr114
1790	1.883	„ „ „ 1	12.881	„ „ „ 4	236.021Cr722
1791	1.621	„ ¼ „ 1	13.564	„ „ „ „	250.000Cr000
1792	1.490	„ „ „ 1	16.856	½ „ „	250.000Cr000
1793	1.583	„ ¾ „ 7	15.132	¾ „ 7	250.000Cr000
1794	1.893	„ ¾ „ 7	27.308	½ „ „	250.000Cr000
<u>23</u>	<u>48.547</u>	„ ¼ „ ½	<u>449.851</u>	¾ „ 3	<u>6.184.963Cr810</u>

⁸⁹ Na margem esquerda do fólio, na mesma altura da primeira linha da tabela, o autor escreveu “Ann”. Talvez quisesse começar a tabela alinhada à esquerda, mas depois decidiu escrevê-la mais à direita do fólio, seguindo o alinhamento do título.

⁹⁰ Seguramente terá sido um equívoco a repetição do símbolo da moeda nesta linha e na anterior.

Contado da Despesa annual da Real Extração dos Miamambos.

BOQUIO NACIONAL

Ordenados dos Empregados.

3. Caixas Adminis. ^{as} Gerais	"	7209000	
1. Guarda Livros e Escripturaria		1809000	
1. Comprador de Mantimentos	"	1009000	
1. Feitor de Armazenas	"	809000	
1. Medico	"	1109000	
1. Cirurgião	"	609000	
2. Enfermeiros	"	1609000	
2. Boticarios	"	1760500	
1. Procurador de Levas	"	1009000	
1. Contínuo da Junta	"	1009000	
12. Moleiros, e Bayoleiros	"	8409000	
3. Arrieiros que andam com andrôgas		3209000	
1. Ferrador	"	809000	
13. Ferreiros	"	8209000	
12. Carpinteiros	"	8009000	
11. Capelães	"	27509000	
23. Administradores	"	25109000	
35. Feitores	"	48509000	
16. Sedetães	"	3659987	
496			36.5069787

Comedorias dos ditos

6. Compturarios	"	7209000	
1. Feitor de Armazenas	"	1809000	
2. Enfermeiros	"	11109000	
2. Boticarios	"	19209000	
19. Moleiros, e Bayoleiros	"	86109000	
3. Arrieiros que andam com andrôgas		3609000	
1. Ferrador	"	7209000	
13. Ferreiros	"	93609000	
12. Carpinteiros	"	86109000	
23. Administradores	"	27609000	
35. Feitores	"	252789000	
Mantimentos dos Sedetães	"	1299150	
			32.1339450
Importa ordenados, e ordenados dos ditos empregados			68.9109297
2. 35. Negros puros maus, e muiros em todo tempo das Algas vehiculas de fornaes	"	83992950	
62. Negros em fornaes de levas	"	78309000	
Mantimentos dependidos com os Negros que venerão os fornaes acima	"	331860975	
			195.1799475
Comas Postas de larga de serviço, de sol- oras, e das da tendulas, dos Mantimentos, local guardar dos Alm. e Negros, que andam com as ditas Postas de larga		2.4189650	
Com os Pracinhas de serviço das Levas		1959300	
			2.9139950
			207.3339662

||24r||

Nº 2º

Calculo da Despeza annual da Real Extracção dos Diamantes

1155	<u>Ordenados dos Empregados.</u>	
	3 Caixas Administradores Geraes.....	7.200Cr000
	1 Guarda Livros e 6 Escripturarios.....	1.800Cr000
	1 Comprador de Mantimentos.....	400Cr000
	1 Feitor do Armazem.....	80Cr000
1160	1 Medico.....	140Cr000
	1 Cirurgião.....	60Cr000
	2 Enfermeiros.....	160Cr000
	2 Boticarios.....	176Cr800
	1 Procurador de Cauzas.....	40Cr000
1165	1 Continuo da Junta.....	40Cr000
	12 Moleiros, e Payoleiros.....	840Cr000
	5 Arrieiros que andão com as Tropas.....	320Cr000
	1 Ferrador.....	80Cr000
	13 Ferreiros.....	820Cr000
1170	12 Carpinteiros.....	800Cr000
	11 Capelaens.....	2.750Cr000
	23 Administradores.....	2.510Cr000
	351 Feitores.....	4.850Cr000
	<u>46 Pedestres.....</u>	<u>3.439Cr987</u>
1175	<u>496</u>	36.506Cr787.
	<u>Comedorias dos ditos</u>	
	6 Escripturarios.....	720Cr000
	1 Feitor do Armazem.....	120Cr000
	2 Enfermeiros.....	144Cr000
1180	2 Boticarios.....	192Cr000
	12 Moleiros, e Payoleiros.....	864Cr000
	5 Arrieiros que andão com as Tropas.....	360Cr000
	1 Ferrador.....	72Cr000
	13 Ferreiros.....	936Cr000
1185	12 Carpinteiros.....	864Cr000
	23 Administradores.....	2.760Cr000
	351 Feitores.....	25.272Cr000
	<u>Municiamento dos Pedestres.....</u>	<u>129Cr450 32.433Cr450</u>
	Importa os Ordenados, e Comedorias dos ditos Empregados.....	68.940Cr237
1190	4.550 Negros pouco mais, ou menos em sete mezes do tempo das Aguas vencerão de Jornaes.....	83.992Cr500
	6.000 Negros em 5 mezes de seca.....	78.300Cr000 162.292Cr500
	Mantimentos despendidos com os Negros que vencerão os Jornaes acima.....	33.186Cr975 195.479Cr475
1195	Com as Bestas de Carga dos Serviços das Lavras, e das da Condução, dos Mantimentos, Cavalgaduras dos Administradores, e Negros, que andão com as ditas Bestas de Carga.....	2.418Cr650
	<u>Com os Bois de Carro do Serviço das Lavras.....</u>	<u>495Cr300 2.913Cr950</u>
1200		267.333Cr662

Vem da Lavoura antecedente	267.333,669
Com a Curatela e enfermaria proprias da Real Criação que vem a curar-se no Hospital, com o Forro de do mesmo, Botica e Armazem V. ^o	1.360,000
Com a Lavoura do 33o Curator, pouco mais ou menos proprio da Real Criação empregados nas Lavouras	2.119,325
Com o Expediente das Luzes para o Rio de Janeiro, Hospital, e Botica	909,000
Com varias Despezas miudas de Gastos extraordinarias dos Negros empregados na condução de necessarios deste Hospital para as Lavouras, e com o que acompaña os Conductores dos Diamantes V. ^o	200,000
Com as Fazendas, e Fabricas despendidas annualmente no Corteio das Lavouras Diamantinas	11.000,000
Com varias Ajudas de Leite, que costumão dar-se aos Feitores, que conduzem Diamantes ao Rio de Janeiro, que vão buscar a Villa Rica duas vezes no anno o curso da Apistencia para esta Administração, e a varios Sedentes expedidos com cartas ao Rio de Janeiro	500,000
De la importancia da consignação feita aos Administradores dos Servicos para o capim dos seus Cavallos	276,000
Abata-se desta conta o ouro que regularmente se extrahem em cada hum anno das Lavouras Diamantinas	32.000,000
	<u>253.878,987</u>

	24v Vem da Lauda antecedente.....	267.333Cr662
	Com a Escravatura enferma propria da Real E[x] ⁹¹ tra- ção que vem a curar-se no Hospital, com os Serventes do mesmo, Botica, e Armazem <i>etcaetera</i>	1.360Cr000
1205	Com a ração de 330 Escravos pouco mais ou menos proprios da Real Extracção empregados na Lavras.....	2.119Cr325
	Com o Expediente das Luzes para os Moinhos, Hospi- tal, e Botica.....	90Cr000
1210	Com varias Despezas miudas de reçoens extraordina- rias dos Negros empregados na condução do necessario deste Arrayal para as Lavras, e com os que acompa= nhão os Conductores dos Diamantes <i>etcaetera</i>	200Cr000
	Com as Fazendas, eFabricas despendidas annualmen- te no Costeio das Lavras Diamantinas.....	14.000Cr000
1215	Com varias Ajudas de Custo, que costumão dar-se aos Feitores, que conduzem Diamantes ao Rio de Janeiro, que vão buscar aVilla Rica duas vezes no anno o ouro da Assistencia para esta Administra ção, e a varios Pedestres expedidos com cartas ao Rio	
1220	de Janeiro.....	500Cr000
	Pela importancia da consignação feita aos Administradores dos Serviços para o capim dos seus Cavallos.....	<u>276Cr000</u>
		285.878Cr987
1225	Abata-se desta Conta o ouro que regularmente se extrahe em cada hum anno das Lavras Dia- mantinas.....	<u>32.000Cr000</u>
		<u>Resultado</u> 253.878Cr987

⁹¹ Intervenção do editor: não há no manuscrito a letra -x-.

Mapa dos diferentes tamanhos dos Diamantes, modo dos Juramentos dos governos de Serra de Frio, a correspondencia que os lotes tem entre si a sequita dos tamanhos, e finalmente o preço por que se ha de vender a cada um. Qual regular por hums annos pelos outros. A saber:

1. Lote			
2. Ditto de 100 1. Lote como de 200 1.			Custará 64877 por Quilate.
3. Ditto de 100 2.	300 1.		
4. Ditto de 100 1.	700 1.		

Diferentes tamanhos em que se dividem os quilib. Lotes acima, e a valor que lhes corresponde.

1. Lote	9. Ditto de 900 16. Ditto	814000 D ^{rs}	24417.
	8. Ditto de 100 8. Ditto	662000 D ^{rs}	24823.
	7. Ditto de 50 6. Ditto	964000 D ^{rs}	34657.
3. Lote	6. Ditto de 100 50 Ditto	1104000 D ^{rs}	64021.
	5. Ditto de 100 20 grãos	1204000 D ^{rs}	74039.
2. Lote	4. Ditto de 200 3. Ditto	1504000 D ^{rs}	74647.
	3. Ditto de 100 6. Ditto	1404000 D ^{rs}	84255.
	2. Ditto de 200 2. Lotes	1554000 D ^{rs}	84118.
	1. Ditto de 300 5. Ditto	1744000 D ^{rs}	94213.

Preço total do Quilate

627 2 ^{to}	104500.	684250
8 a 9. Ditto	124400.	1194000
10 a 11. Ditto	184500.	1914000
12. Ditto	254000.	2644000
13. Ditto	274000.	3574000
14. Ditto	294000.	4064000
15. Ditto	324000.	4864000
16. Ditto	354000.	5604000
17. Ditto	404000.	6084000
18. Ditto	454000.	8104000

Segue

||25r|| Mappa dos differentes tamanhos dos

1230 Diamantes, modo dos Surtimentos dos que vem do Serro do Frio, a correspondencia que os Lottes tem entre si a respeito dos tamanhos, e finalmente o preço por que sahem á Fazenda Real, regulados huns annos pelos outros: aSaber.

1235	1 Lotte _____	} Custa a reis 6Cr487 por Quillate
	2 Ditto he ao 1º Lotte como de 2 a 1	
	3 Ditto he ao 2º _____ 3 a 1	
	4 Ditto he ao 1º _____ 7 a 1	

Differentes tamanhos em que se dividem os quatro Lottes acima, e valores que lhes corresponde.

1240	4º Lotte	{ 10 Qualidades de 16 a 25 em Quilate a	31Cr000Cr Oitava ou reis	1Cr823 por Quilate
		{ 9 Ditta de 9 a 15 Ditto	41Cr000 Ditta	2Cr417
		{ 8 Ditta de 7 a 8 Ditto	65Cr000 Ditta	3Cr823
	3º Lotte	{ 7 Ditta de 5 a 6 Ditto	96Cr000 Ditta	5Cr547
		{ 6 Ditta de 4 a 5 Dittos	110Cr000 Ditta	6Cr471
1245		{ 5 Ditta de 1 a 2 Graons	120Cr000 Ditta	7Cr039
		{ 4 Ditta de 2 a 3 Dittos	130Cr000 Ditta	7Cr647
	2º Lotte	{ 3 Ditta de 4 a 6 Dittos	140Cr000 Ditta	8Cr235
		{ 2 Ditta de 2 a 3 Quilates	155Cr000 Ditta	9Cr118
		{ 1 Ditta de 3 a 5 Dittos	174Cr000 Ditta	9Cr943
1250				Preço total do Quilate
		6 a 7 Quilates a _____	10Cr500	68Cr250
		8 a 9 Dittos _____	14Cr400	119Cr000
		10 a 11 Dittos _____	18Cr500	194Cr000
		12 Dittos _____	22Cr000	264Cr000
1255		13 Dittos _____	27Cr000	351Cr000
		14 Dittos _____	29Cr000	406Cr000
		15 Dittos _____	32Cr000	480Cr000
		16 Dittos _____	35Cr000	560Cr000
		17 Dittos _____	40Cr000	608Cr000
1260		18 Dittos _____	45Cr000	810Cr000
		Segue		

19. Guillatana	500000	950000
20. Dittos	560000	1.100000
21. Dittos	570000	1.197000
22. Dittos	620000	1.242000
23. Dittos	650000	1.295000
24. Dittos	700000	1.680000
25. Dittos	720000	1.800000
26. Dittos	780000	2.028000
27. Dittos	860000	2.322000
28. Dittos	920000	2.876000
29. Dittos	1000000	2.900000
<u>30. Dittos</u>	<u>1100000</u>	<u>3300000</u>

Alfama São José em outro papel, que teve a honra de apresentar ao Sr. C.º, mores que no anno de 1787, importou o Quinto da Capitania de Minas Geraes em arrobas 43, 11, 4, 6, 15, para a sua cobrança dependia a Fazenda Real al. 7. 65. 278. 5. 114, que reduzidas al. 18500, por Octava fazem arrobas 10, 39, 7, 7, 30, que abatidas da Decreta ficão unicamente sobre para Sua Magestade arrobas 32, 35, 14, 6. 5. 7, caente se reavoz aquella das 100, arrobas.

O Quinto da Capitania de Goyaz importou no dito anno de 1787 arrobas 4, 57, 2, 1, 2, e a decima chega al. 19. 255. 687, que a 18500.º por Octava fazem arrobas 38, 4, 5. 8, que abatidas da cobrança ficão arrobas 6, 2, 8. 5. 11. 11.

No Governo das Minas Geraes há quatro Intendencias, que são Villa Rica, Sabará, Rio das Mortes, Villa do Príncipe. No de Goyaz há as duas de Villa Rica, e. Feliz para cada hũa dellas se estabeleçerão hũ Intendente com 1.0000000 de Ordenado, e 5000000 de aquete de justo pelo trabalho das Devaças, tres Escrivães, duas com 8000000, e hum com 7000000, hum Alcaide, e de Villa Rica com 1.0000000, e as outras duas com 8000000, hum Fiscal, e hum Alcaide.

	19 Quillates a _____	50Cr000	950Cr000
	20 Dittos _____	55Cr000	1:100Cr000
	21 Dittos _____	57Cr000	1:197Cr000
1265	22 Dittos _____	61Cr000	1:342Cr000
	23 Dittos _____	65Cr000	1:495Cr000
	24 Dittos _____	70Cr000	1:680Cr000
	25 Dittos _____	72Cr000	1:800Cr000
	26 Dittos _____	78Cr000	2:028Cr000
1270	27 Dittos _____	80Cr000	2:322Cr000
	28 Dittos _____	92Cr000	2:576Cr000
	29 Dittos _____	100Cr000	2:900Cr000
	<u>30 Dittos _____</u>	<u>110Cr000</u>	<u>3:300Cr000</u>

1275 *Illustrissimo eExcellentissimo Senhor* Em outro papel, que tive ahonra de appre=
sentar a *Vossa Excellencia*, mostrei que no anno de 1787, importou o
Quinto da Capitania de Minas Geraes em arrobas 43,,11,,
4,,6,,15,,⁹² para asua cobrança despendeô a Fazenda Re=
al *reis* 65:278Cr544, que reduzidas *areis* 1Cr500 por Oitava
fazem arrobas 10,,39,,7,,7,,30,, que abatidas da receita fi=
1280 caõ unicamente Livre para Sua Magestade arrobas
32,,35,,4,,6,,57,, e aisto se reduz a quotta das 100,, arrobas.
O Quinto da Capitania de Goyaz importou no
dito anno de 1787 arrobas 9,,57,,2,,1,,2,, e a despeza chega
areis 19:255Cr687, que a 1Cr500 *reis* por Oitava fazem arrobas
1285 3,,8,,4,,5,,8,, que abatidas da cobrança ficão arrobas 6,,4,,
8,,5,,4,,4,,
No Governo das Minas Geraes há quatro In=
tendencias, que saõ Villa Rica, Sabará, Rio das Mortes,
e Villa do Principe. No de Goyaz há as duas de Vil
1290 la Boa e São Felis: para cada hũa dellas se estabelecêo
hũ Intendente com 1:600Cr000 *reis* de Ordenado, e 500Cr000 *reis*
de ajuda de custo pelo trabalho das Devaças, tres Escrivães,
dous com 800Cr000 *reis*, e hum com 700Cr000 *reis*, hum The=
zoureiro: o de Villa Rica com 1:000Cr000 *reis*, e os das ou=
1295 tras com 800Cr000 *reis*, hum Fiscal, e hum Meirinho;

ca

⁹² No manuscrito, o sinal gráfico utilizado entre estes números e os próximos não é propriamente uma vírgula, mas dois traços mais curtos que a vírgula, localizados um pouco acima da pauta inferior.

cada humo com 100,000\$, humo Almirante em Villa Rica com 800,000\$, em cada humo das ditas fazendas humo Insajador com 800,000\$, humo Afidante com 500,000\$, humo primeiro Promotor com 500,000\$, humo segundo com 200,000\$, tem de mais a de Villa Rica humo terceiro com 400,000\$. As despesas de Jornas, Carvões, Sal, rinha, Carragem, conduções Guabará, e de material, que se permitirem desta Corte chegam annualmente em Villa Rica a 30.278,500\$, Na Capitania de Goyaz poderão chegar as ditas despesas a 338,000\$.

Quando se estabelecerão as Casas de Penidias, de Legalleiros ou Ordenados com tanta generosidade, e fina não falta a suplicação, de que o Ouvidor e Intendente na Capitania de Villa Rica, certamente habilitarão as mesmas Casas prometidas, e que o da Capitania de Goyaz seria maior e melhor, regulando-se pelo que vem de nas Provincias que chegam a Barrabas, e que o produto das doze Villas desta ditta Capitania, se não para toda, ao menos para a maior parte ditas despesas, mas sempre mantendo o engano, e a baginada Real he quem pagar.

O Remedio desta desordem consiste em se criar o que se pede, sem que por isso se faça a arrecadação do Suinto. Desta natureza são os Ordenados dos Intendentes, e das Obrigacoes podem ser Superior e Inferior das respectivas Comarcas, que residem nas ditas, em que se acham as Intendencias com o Intendente dos 500,000\$, que se pagão aos Intendentes pelas dev. vacas, porque a experiencia tem mostrado que este ac. crecimento de trabalho não embarca o independente dos Ovidores de Sabará, Villa do Principe, quando interinamente servirem de Intendentes, e que os mesmos com o maior ac. crecimento de menor despesa.

ter

||26r|| [[ca]]da hum com *reis* 100Cr000; hum Abridor em Villa Rica com 800Cr000 *reis*, em cada hũa das ditas cazas hũ Ensayador com 800Cr000 *reis*, hũ Ajudante com 400Cr000 *reis*,
 1300 hũ primeiro Fundidor com 800Cr000 *reis*, hũ segundo com 400Cr000 *reis*, tem de mais a de Villa Rica hum terceiro com 400Cr000 *reis*. As despezas de Jornaes, Carvão, Le= nha, Ferragem, conducções Quebras *etcaetera.*, e de materi=
 1305 te em Villa Rica *reis* 30:278Cr544,, NaCapitania do Goyaz poderaõ chegar as ditas despezas a 1:334Cr000 *reis*.

Quando se estabelecerão as Cazas de Fundição; se regullaraõ os Ordenados com tanta generosidade, e foi na falça supozição, de que o ouro extrahido na capita=
 1310 nia deVilla Rica, certamente restituiria ás 100 arro= bas prometidas, e que o da Capitania de Goyaz seria ma=
 is avultado, regullando-se pelo que rendeõ noprincipio que chegou a16 arrobas, eque oproducto das Escovilhas destes dous Governos daria, se não para toda, aomenos
 1315 para amayor parte destas despezas, mas otempo mos= trou o engano; e aFazenda Real he quem opaga.

ORemedio desta desordem consiste em se evi= tar o que póde ser, sem que perigue aexacta arrecadação do Quinto. Desta natureza são os Ordenados dos Jn=
 1320 tententes, cujas obrigaçoens podem bem suprir os Ouvi= dores das respectivas Commarcas, que rezidem nas terras, em que se achão as Jntendencias com o estipendio dos 500Cr000 *reis* que se pagão aos Jntendentes pelas De=
 1325 vaças; porque aexperiencia tem mostrado que este ac crescimento de trabalho naõ embaraçou o expediente dos Ouvidores do Sabará, eVilla do Princepe, quando inte rinamente Servirão de Jntendentes, e quitemos vinte mil cruzados de menor despeza. A creação de hũ
 ter

terceiro Coronado com o Ordenado de 800,000^{rs}, a Condi-
 ção de necessaria, por se poder suprir todo o expedien-
 te, em todas as Forças, cada licença e despesa, no que se
 propuzão de mil Cruzados cada Anno. Os cinco Mes-
 rinhos cada hão com 300,000^{rs}, tão bem são inúteis,
 visto as poucas diligencias que ha nesta Repartição,
 as quaes sem incomoda as não fazer o Porteiro, e quando
 por acaso appareça alguma que seja preciso executar
 se com mayor diligencia, e se deya encarregar ao Me-
 rinho de Juizo, com o que se evita a despesa annual
 de 1,500,000^{rs}. Os Ordenados dos Mezureiros são
 esortantes, pelo que parece que ficando o de Villa
 Rica com 800,000^{rs}, os outros com 600,000^{rs}, fica-
 ria o foyto trabalho de se foyto, e abarcando Real utiliza-
 ção com 4,000,000^{rs} cada anno. O Ordenado de 800,000^{rs}
 a havi o Meidre em Villa Rica, tão bem se poderia pro-
 curar, remettendo-se da Casa da Moeda desta Cidade os
 cunhos necessarios, para se marcarem as barras. Igual
 provavel corre o Ordenado de 800,000^{rs}, que vence o Con-
 selheiro de Villa Rica, considerada a deminuição do
 Ouro que se experimenta nas Lavras.

Estas parcelas juntas fazem a somma de
 39,250 Cruzados que propuz a Real Junta de
 donados inúteis, e que se não depende de algum modo
 se pode considerar, como indemnisação da Grande Galla,
 em que se acha o rendimento do Quinto.

A tudo do que V. E. determinada aqui
 for mais accorção. Condoena Geral de 15 de
 Outubro de 1790

- 1330 ||26v|| [[ter]]ceiro Escrivaõ com o Ordenado de 800Cr000 *reis*, a conside=
 ro desnecessaria por se poder suprir todo o expedien=
 te, com o das Forjas, e o da receita e despeza, no que se
 poupaõ des mil crusados cada anno. Os cinco Mei=
 rinhos cada hũ com 300Cr000 *reis*, taõ-bem saõ inuteis,
 1335 vistao as poucas deligencias que ha nesta Repartiçaõ,
 as quaes sem incomodo as pode fazer oPorteiro, e quando
 por accazo appareça algũa que Seja precizo executar=
 se em mayor distancia, apodêsse encarregar ao Mei=
 rinho do Juizo, com o que se evita a despeza annual
 1340 de 1:500Cr000 *reis*. Os Ordenados dos Thezoueiros saõ
 exorbitantes, pelo que parece que ficando o deVilla
 Rica com 800Cr000 *reis*, eos outros com 600Cr000 *reis*, fica=
 ria oseu trabalho satisfeito, e aFazenda Real utiliza=
 da com 1:000Cr000 *reis* cada anno. O Ordenado de 800Cr000 *reis*
 1345 a hum Abridor em Villa Rica, taõ-bem se poderia pou=
 par, remettendo-se da Caza da Moeda desta Cidade os
 cunhos necessarios, para se marcarem as barras. Igual
 paralêlo corre o Ordenado de 400Cr000 *reis*, que vence otercei=
 ro Fundidor de Villa Rica, considerada a diminuiçaõ do
 1350 Ouro que se experimenta nas Lavras.
 Estas parcellas juntas fazem asomma de
 39.250,, Crusados que poupa aFazenda Real nestes Or=
 denados inuteis, eo que se naõ despende, de algum modo
 se pode considerar, como indamnisaçaõ da grande falta,
 1355 em que se acha o rendimento do Quinto.

Á vista do que *VossaExcelencia* detreminarà o que
 for mais accertado. Contadoria Geral *etcaetera* em 14 de
 Ouctubro de1790

||27r||

Nº 3º

1360	Mapa do[s] ⁹³ diferentes tamanhos dos Diamantes, modo dos Sortimentos dos que vem do Serro do Frio, a correspondencia que os Lotes tem entre si a respeito dos tamanhos; finalmente por que sahem á Fazenda Real, regulados huns annos por		
1365	outro – a saber –		
	1.	Lote	
	2.	Dito he ao 1º Lote como de 2 a 1	
	3.	Dito he ao 2º.....	3 a 1 } Custa a reis ,, 6Cr487 por Quilate
	4.	Dito he ao 1º.....	7 a 1
1370	Diferentes tamanhos em que se dividem os 4 Lotes assim, e valores que lhe correspondem		
	4º Lote }	10 Qualidade de 6 a 25 em Quilate a	31Cr000 por Oitava reis 1Cr823 por Quilate
		9 dita.....	9 a 15 Dito..... 41Cr000 Dito..... 2Cr417
		8 dita.....	7 a 8 Dito..... 65Cr000 Dito..... 3Cr823
1375	3º Lote }	7 dita.....	5 a 6 Dito..... 96Cr000 Dito..... 5Cr647
		6 dita.....	4 a 5 Dito..... 110Cr000 Dito..... 6Cr471
		5 dita.....	1 a 2 Graõs..... 120Cr000 Dito..... 7Cr059
	2º Lote }	4 dita.....	2 a 3 Dito..... 130Cr000 Dito..... 7Cr647
		3 dita.....	4 a 6 Dito..... 140Cr000 Dito..... 8Cr235
1380	1º Lote }	2 dita.....	2 a 3 Quilates..... 155Cr000 Dito..... 9Cr118
		1 dita.....	3 a 5 Dito..... 174Cr000 Dito..... 9Cr943
			Preço total do Quilate
1385		6 a 7 Quilates a.....	10Cr500 68Cr250
		8 a 9 Dittos.....	14Cr400 119Cr000
		10 a 11 Dittos.....	18Cr500 194Cr000
		12 Dittos.....	22Cr000 264Cr000
		13 Dittos.....	27Cr000 351Cr000
		14 Dittos.....	29Cr000 406Cr000
1390		15 Dittos.....	32Cr000 480Cr000
		16 Dittos.....	35Cr000 560Cr000
		17 Dittos.....	40Cr000 608Cr000
		18 Dittos.....	45Cr000 810Cr000
		19 Dittos.....	50Cr000 950Cr000
1395		20 Dittos.....	55Cr000 1:100Cr000
		21 Dittos.....	57Cr000 1:197Cr000
		22 Dittos.....	61Cr000 1:342Cr000
		23 Dittos.....	65Cr000 1:495Cr000
		24 Dittos.....	70Cr000 1:680Cr000
1400		25 Dittos.....	72Cr000 1:800Cr000
		26 Dittos.....	78Cr000 2:028Cr000
		27 Dittos.....	86Cr000 2:322Cr000
		28 Dittos.....	92Cr000 2:576Cr000
		29 Dittos.....	100Cr000 2:900Cr000
1405		<u>30 Dittos.....</u>	<u>110Cr000 3:300Cr000</u>

⁹³ Intervenção do editor: não há no manuscrito o morfema de plural –s.

163

3

nº 6



Memoria.

Sobre um projecto para armar a esquadra
mineira, por José Landino Nolliani da
Cruz

1793

~~Ar. de~~
~~Ar. de~~

Ar.

||1r||

nº 6⁹⁴

Memoria.

Sobre um projecto para arruinar a esquadra
inimiga, por Jozé Leandro Melliani da

5 Cruz

1793⁹⁵

⁹⁴ Na altura desta linha, na margem esquerda, há o número 3, sublinhado, escrito a lápis, com letra de corpo maior do que a utilizada para escrever “nº 6”. A informação “nº 6” provavelmente indica que este manuscrito era o sexto da Caixa 27, Classe 7, série F da Seção Histórica. No canto superior direito, há a numeração 165, sublinhada, escrita em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração dos demais manuscritos que compõem o volume 12. A numeração deste documento, feita em algarismo arábico sublinhado, inicia-se no número 165 e termina no 169. No espaço em branco que se segue após esta primeira linha há dois carimbos do Arquivo Nacional: o elíptico e o redondo, que irão aparecer em todos os retos dos fólios que constituem este documento.

⁹⁵ Após o ano, há algumas informações anotadas na diagonal em letra de corpo bem maior do que a utilizada no título do documento. As anotações são: “Cel. 7 | Serie Fe | Col. 1”. A informação “Serie Fe” foi escrita com giz de cera azul e sublinhada, as demais informações foram anotadas a lápis.



1392
 O Segredo, ou, melhor dizer, o projecto, pois que em mim não há segredo, que podendo ser útil a diversos de S. Mag. eu não heia de occultar dito projecto de arruinar a armada inimiga, de que já falei a V. Ex.ª q.º he de poder ser ou não invadido o dito sazon para aderever: consiste em tres quinquas as vellas etodos ornasame dos navios, por hum modo tam facil como util ao Real Service e he o seguinte.

Mandar se haõ fazer quantos de foquetes, como os ordinarios, de diferentes grandezas, com hum ferro, de duas farpas de asso temperado, pegado no fundo ou cabeças de cada foquete. Este ferro sera o soldo de alguma roda de ferro ou folha de flandres, cuja concavidade sera cheia da mesma pólvora. Sahiram tres tiras da mesma folha e domemos tamanhos de quadrado de lado, de 40 de largura, negadas a roda, as quaes sera unidas e ligadas com quita adomesmo canal ficando por modo de soiam ou lancia. Criar-se ha operos da lãna ou pãu que haõ de servir de cauda ou contrapeso ao foquete. f. de the das olomprimos sufficiente p.º atirar orientalmte. Ou tambem se achasse a ponta da lãna se the metessem hum pedaço de lata, ou de Steado forte ou bousa semeante, de modo que resistindo ao ar, leve a ponta do foquete direita p.º onde for dirigido esse pãu a ponta rachada p.º que nas lãnas a Lãna, ou ouve de the pures, ficando o foquete fazendo a figura de hume seta, como mostras as figuras 1, 2, 3, 4, 5.

Depois se tiram bombas com as Topas ensojadas, em pãu de lãna e amoldadas

||2r||

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

O Segredo, ou *para* melhor dizer, o projecto, pois que em mim não há Segredo, que podendo ser util aoserviço de *Sua Magestade* eu haja de ocultar, digo oprojecto de arruinar a Armada inimiga, de que ja falei a *Vossa Excellencia*, quando tratei de poder ser, ou não invadido oTejo, e agora passo adescrever: Consiste em lhes queimar as vellas etodo omassame dos navios, por hum modo tam facil como util ao Real Serviço, e he oSeguinte.

Mandar se haõ fazer *quantidades* de foguetes, como os ordinarios, ede diferentes grandezas, com hum ferro, de duas farpas, de asso temperado, pegado no fundo ou cabeça de cada foguete. Este ferro será solda do ahuma roda de ferro ou folha de flandes, cuja *concauidade* será cheia da mesma solda edella sahiram tres tiras da mesma folha, e domesmo tamanho ~~da grossura~~⁹⁶ docanudo, digo do canudo, pegadas á roda, as quaes serão unidas e ligadas com guita aomesmo canudo, ficando por modo de rojam ou lança. Pro var se ha opezo da cana ou páu, que hade servir de cauda ou Contrapezo ao foguete, *para* se lhe dar oComprimento suficiente *para* atirar horizontalmente. Ou tambem rachar sehá aponta da cana e se lhe meteram huns pedaços de lata, ou deoleado forte ou cousa semelhante, de modo que resistindo ao ár, leve a ponta do foguete direita *para* onde for dirigido, ese atará *adita* ponta rachada *para* que não caia a lata, ou oque se lhe puzer, ficando ofoguetefazendo afigura de huma seta, como mostraõ as figuras 1, 2, 3, *etcaetera*.

Depois se faram bombas com es topas ensopadas em alcatram e embebidas

⁹⁶ Esta palavra está riscada, com pequenos traços diagonais; por isso a opção pelo tachado do editor, devendo-se à suposição de que o autor do documento desejava tê-la excluído do mesmo.

no mixto, abaixo indicado, se encheram. Domes
no mixto, se cubrirem de papel e se atarem
com quita, deixando por em dentro da bomba
hum vaso, que se hade encher de polvora, e
hum buraco com a sua espalata ordinaria, a que
hade communicar o fogo, por meio de estugim
p.a.c.

Efeito

Os toques lançados de vellas, como
come ho navios, se romperam com a lanca, e nao
podendo passar adiante, por causa da cabeça do
foquete, nem cahir, por causa das duas fuzpas
que ha de ficar presas nas vellas, ficaram as
lendas no mesmo lugar onde foram lançados.
Deste modo arreventando as bombas epegaa
do fogo no mixto, este arde e fuma, por
consequente, arde as vellas e tudo o mais onde
cahir e se communicar. Aquelto or estugim
na cahirem sobre a gente da guarnicao da
nao, a queimarão e desordenarão. Vinhão
fundo a nao as vellas e o que queimado,
ficará sem governo e inhabilitado p^o qual
quer manobra. Os toques lançados em
terra e em q^o quantidade sobre a tropa, fazem
tambem hum q^o effeito, pois que ar dendo
acahindo sobre ella os estugim da massa
das bombas, aha de por força desordenar e
dar nos lugares e tempo p^o a recassar mo.

As nossas naus devem tam
bem estar providas de quantidade sufficiente, ain
da mesmo p^o se servirem dellas, no mar longo
em qualquer occas perigosa, pois he certo q^o
serão huma vantagem m^o q^o sobre o inimigo
se, queimando he as vellas, como podem, inu
tando he, por este meio todas as suas

||2v|| no mixto, abaixo indicado, se encheram domes⁹⁷
 45 mo mixto, se cubriram de papel e se ataram
 com guita, deixando porem dentro *dadita* bomba,
 hum vasio, que se hade encher de polvora, e
 hum buraco com asua espoleta ordinaria, aque
 hade comunicar se ofogo, por meio de estupim
 50 *etcaetera* e.

Effeito

Estes foguetes lansados ás vellas emas
 same dos navios, as romperam com a lansa, e naõ
 podendo passar adiante, por causa da cabeça do
 55 foguete, nem cahir, por causa das duas farpas
 que haode ficar prezas nas vellas, ficarám ar
 dendo no mesmo lugar onde foraõ lansados.
 Deste modo arrebetando as bombas epegan
 do ofogo no mixto, este arderá e fará, por
 60 conseguinte, arder as vellas etudo omais onde
 cahir e se comunicar. Igualmente os estilhassos
 que cahirem sobre agente da guarnicaõ da
 náu, aqueimaraõ e desordenaraõ. Finalmente,
 tendo a náu as vellas emassame queimado,
 65 ficará sem governo e inhabilitada *para* qual
 quer manobra.

Estes foguetes lansados em
 terra e em *grande* quantidade sobre a tropa, faram
 tambem hum *grande* effeito, pois que ardendo
 70 ecahindo sobre ella os estilhassos da massa
 das bombas, ahaõ de por força desordenar e
 dar nos lugar e tempo *para* a rechassarmos.

As nossas náus devem tam
 bem estar providas de *quantidade* sufficiente, ain
 75 da mesmo *para* se servirem delles no mar longo
 em qualquer acçaõ perigosa, pois he certo *que*
 terem huma ventagem *muito grande* sobre o inimi
 go, queimando lhe as vellas, como podem, inu
 [tili]zando lhe, por este meio todas as suas

⁹⁷ Além da numeração habitual da coleção, que se inicia no número 165 neste documento, há uma outra numeração, de 1 a 4, colocada nos retos dos fôlios, ao canto superior direito, ao lado da numeração interna do volume. É possível ler os números de 2 a 4, deste fôlio em diante nos originais. O número 1, provavelmente escrito no fôlio anterior, não é possível ler, devido à deterioração e escurecimento do papel em sua porção superior.

manobras.



Deve tambem haver sufficiente provisao de lhas, nas baterias e pelas margens do treiro, e embarcaes pequenas e ligieiras, que cruzem o rio, atirando somente pela proa e popa das naus inimigas, tanto para se livrarem do fogo das suas baterias, como para apunhalarem as velhas pela sua largura.

Deve-se fazer, alem destes foguetes ordinarios, outros de maior, com hastes de pau, para cravar no listado das embarcaes e lhas, e comunicar o fogo.

Composicoes

De mixto das bombas.

Salitre. —

Polvoramoida.

Cormentina.

Enxofre — — 3 partes iguaes de cada cousa

Antimonio cruo — a metade de huma destas partes.

Outras

Enxofre —

Bez —

Cerina —

Polvoramoida — 3 partes iguaes de cada cousa e

Antimonio — a metade de cada huma destas partes.

Outra

Polvoramoida em gran — 3

Salitre — 4

Enxofre — 1

80 ||3r|| manobras.

Deve tambem haver suficiente pro
visaõ delles, nas baterias epelas margens
do Tejo, e em barcas pequenas e ligeiras, que
crusem o rio, atirando somente pela prôa

85 epoupa das náus inimigas, tanto para se
livrarem dofogo das suas baterias, como pa-
ra apanharem as vellas pela sua largura.

Devem se fazer, alem destes fogue
tes ordinarios, outros *muito* maiores, com hastes
90 de páu, para cravar no Costado das embar
cações elhe o comunicar ofogo.

Composição

do mixto das bombas.

Salitre

95 Polvora moida.

Tormentina.

Enxofre ___ Parttes iguaes de cada cousa e
Antimonio cruo – a metade dehuma destas
partes.

100 Outra

Enxofre _____

Pez _____

Rezina _____

Polvora moida – Parttes iguaes de cada cousa e

105 Antimonio – a metade de cada humas destas
partes.

Outra

Polvora em gram ____ 3

Salitre _____ 4

110 Enxofre _____ 1

Biz _____ 2

Antimonio cru $\frac{1}{2}$

Secretase apix em huma Aldeia, e em estado secreto, torere os lumes e se lhe destam todos estes ingredientes, bem misturados, e com esta composto se encha as bombas.

Todos estes composicoes de vem ser experimentado, e escolha aquelle que mais activa que naturalmente sera es ta ultima, e qdo se ache mto forte se deminua a polvora, como tambem pelo contrario, se lhe acrescentar, achandoa fraca.

Como esta nova especie de Arma, que daremos onome de Seta fulminante, Levada a sua perfeicao, deve vir a fazer p. futuro, huma parte separada na Artilheria, assim como as bombas e minas etc, deve por conseg. ser a sua applicam. metodicam feita. Isto he, que depois de serem construidas com medidas certas, e examinados os seus alcances, devem ser lançadas com firme as regras e leis do movimento, e tudo dirigido a calculo. Quem fizer conforme as leis, não ha corpos projectos, como por exp. as bombas e balas etc, que tem o seu movimto por meio de huma accao instantanea, que a polvora, como forza motriz, lhe comunica, e elles recebem na proporcao da sua massa; cujo movimto por ser embasado pela resistencia do ar e pela gravidade, que as retarda cada vez mais, lhe

||3v|| Pêz _____ 2

Antimonio cruo $\frac{1}{2}$

Derretase opêz em huma Caldeira, e em estando derretido, tirese do lume

115 e se lhe deitem todos estes ingredientes, bem misturados, e com este composto se enchaõ as bombas.

Todas estas composicoes de vem ser experimentadas, e escolher aque
120 for mais activa, que naturalmente, será esta ultima, e *quando* se ache *muito* forte, se deminuirá a polvora, como tambem, pelo contrario, se lhe acrescentará, achandoa fraca.

Como esta nova especie de
125 Arma, aque daremos o nome de Seta fulminante, levada á sua perfeiçam, deve vir a fazer *para* ofuturo, huma parte separada na Artilharia, asim como as bombas e minas *etcaetera*, deve por *consequinte*, ser asua applicam, *metodicamente* feita. Isto he, que depois de serem construidas com medidas certas, e examinados os seus alcances, devem ser lansas, conforme as regras e Leis do movimento, e tudo sujeito a calculo.

135 Quero dizer, conforme as leis, naõ dos corpos projectos, como por *exemplo* as bombas e ballas *etcaetera*; que tem o seu movimento por meio de huma acção instatanea, que a polvora, como forsa motris, lhe comunica, e ellas recebem
140 na proporção da sua massa; cujo movimento por ser embarassado pela resistencia do ár e pela gravidade que as retardaõ cada ves mais, lhe

168



He chamados os Mathematicos, movimentos retardados; porora como estas novas armas, ou Setas fulminantes tem humia accão, que continuamente as actua ou impelle, e em ^{to} dura ofoga, deve ser osse movimento uniforme e continuamente accelerado, até o ponto em que se extingue o fogo, cuja velocidade finda com elle, quasi neste ponto, por não haver massa que conserve o movimento, pelo que devem sempre por consequente ser lançadas conforme as leis do movimento uniforme e continuamente accelerado, e segundo estas mesmas leis he que se deve fazer os calculos, p.^o serem lançadas.

E por agora servindo nos vros debedos practicamente, deve mais outra regra que oque tenho dito, sendo he Recalagrar quando he o tempo mais oportuno, e depois de algumas experiencias m^{to} necessarias, que por agora me são impossiveis, e tratar sobre este assumpto, com mais particularidade, como tambem, dar a estas armas, massa, ou peso para a continuacão do seu movimento, ainda que, já estas se vão algum, que he de se, por meio da solda com que se encham as copas, onde vai soldado o ferro das farpas.

Por humo distaccão aquetodos os homens estas suggestões, não que no seu lugar omoto de lançar estas armas, e he o seg.^{to}

Nunca se lançará nenhuma destas setas fulminantes, sempre a sua cabeça esteja enroscada a humo parapeito, ou torção semelhante. Hum homem pegará na haste e assim mesmo assistentará com o ponto, e ao mesmo tempo que outro he de se ofoga com a sua voz. Isto he lançando se hum por cada vez, em distancias grandes; porora em pequenas dist.^o

||4r|| [[lhe]] chamaõ os Mathematicos, movimento retardado;

porem como estas novas armas, ou Setas fulminan

145 tes tem huma acçaõ, que continuamente as actua ou
impelle, emquanto dura ofogo, deve ser oseu movimento
uniforme e continuamente acelerado, até oponto
emque se extingue odito fogo, cuja velocidade finda
150 que conserve omovimento, peloque devem sim
por conseguinte ser lansadas conforme as leis
do movimento uniforme e continuamente accelera
do, eSegundo estas mesmas leis he que se de
vem formar os calculos, para serem lansadas.

155 E por agora servindo nos nós del-
las practicamente, sem mais outra regra, que
oque tenho dito, sendo do Real agrado, guar
demos para tempo mais oportuno, edepois de
algumas experiencias muito necessarias, que por a
160 gora me saõ impossiveis, e tratar sobre este
asumpto, com mais particularidade, como
tambem, dar a estas armas, massa, ou pezo
para a continuacã doseu movimento,
ainda que, já estas levaõ algum, que
165 lhe dei, por meio da Solda com que se
enchem as copas, onde vai soldado offerro
das farpas.

Por huma distracçaõ aque todos os homens estao sugei
tos, não pus no seu lugar omodo de Lançar estas armas
170 ehe oseguinte.

Nunca se lançará nenhuma destas
setas fulminantes, sem que asua cabeça esteja encostada
ahum parapeito, ou cousa semelhante. Hum homem
pegará na haste easim mesmo asustentará com ponta
175 ria, eaomesmo tempo que outro lhe dará ofogo com a
sua vós. Isto he lançando se hum por cada ves,
emdistancias grandes; porem em pequenas *distancias*

Repoverão hancas m^{tas} por cadaveres, sendo greiros p^o
 isso, uror de humm especie de grabe—fig 4^a— a fim
 que estando as cabeças das setas asentadas na regua
 defora e as hastes, na outra, hum humeio pegando na
 regua—D— e apontando por as duas pinulas que tem
 a outro, á voz delle, se hancas o fogo, por meio de hum
 estupim.

O L.º G.º de V.º de m^o anno.

Mm^o e Com.º Sr.º

De V.º Ex.º

Comaiz attento e obsequioso Criado

Caetano 25 de Setembro
 de 1793.

Jose Leonardo Melliani da Silva

||4v|| sepoderaõ lançar *muitos* por cadaves, sendo preciso *para*
 isso, uzar de huma especie de grade – *figura 4ª* – afin
 180 que estando as cabeças das setas asentadas na regua
 defora e as hastes naoutra, hum homem pegando na
 regua – D – eapontando por as duas pinulas que tem,
 outro, á vós delle, lhe lance ofogo, por meio de hum
 estupim.

185 Deos *Guarde aVossaExcellencia* *muitos* annos.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

De Vossa Excellencia

O mais attento eobsequioso Criado

190 Caetanos 25 de Fevereiro
 de – 1793 –

Ioze Leandro Melliani daCrus

169 4

Fig I

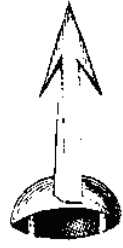


Fig II



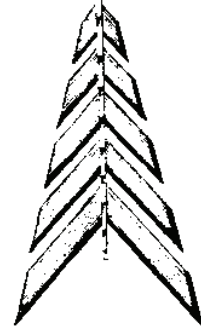
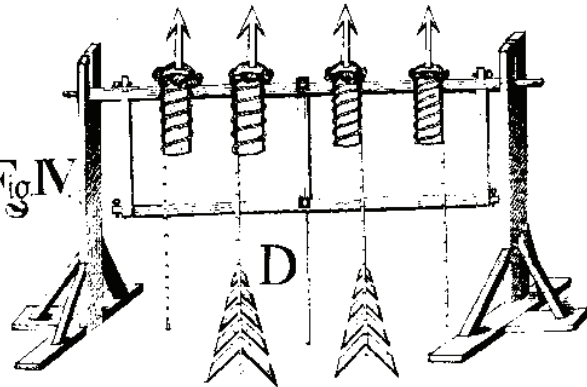
Fig III



ARCHIVO PUBLICO NACIONAL

ARCHIVO NACIONAL
Buenos Aires
No 40 10000

Fig IV



N^o 3

1793

39

ENCUENO NACIONAL

Narrativa de um parto anormal - 1793.

Mm Cas de Riphopogia



||1r||

n° 3⁹⁸Narrativa de um parto anormal – 1793⁹⁹Um caso de xiphopagia¹⁰⁰

⁹⁸ A informação “n° 3” provavelmente indica que este manuscrito era o terceiro da Caixa 22, Classe 7, série A da Seção Histórica. Na primeira linha, mais à direita, há o ano do documento, 1793, em letra de corpo pequeno. No canto superior direito do fólio, encontra-se o número 39, sublinhado, escrito em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração dos demais manuscritos que compõem o volume 4. A numeração deste documento, feita em algarismo arábico sublinhado, inicia-se no número 39 e termina no 45. Uma particularidade verificada neste documento é o fato de a numeração ser colocada também nos versos dos fólhos que não estão em branco. Assim, há os seguintes números, escritos a lápis, no canto superior esquerdo dos versos dos fólhos: 41v, 42v, 43v e 44v. No verso do último fólio, 45, há apenas o número 4, a lápis, no mesmo canto.

⁹⁹ Acima desta linha, há um carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”, que aparece nos retos de todos os fólhos que constituem este documento.

¹⁰⁰ Abaixo desta linha, há o número 22, antecedido por um ponto, escrito em letras maiores, com giz de cera azul, na diagonal. Este fólio está rasgado na parte inferior esquerda, onde provavelmente estaria o “C”, abreviatura de *Caixa*, como verificado nos outros fólhos de abertura do volume 4.

Petr Grande do Sul

40

1793



M. N. R.

ARQUIVO NACIONAL

Senhor

M. Manoel. Marques de S. Paulo.

Vigario da Vila de S. Paulo do Rio

de

C. D. C.

Para minha Comenda

de S. Joao

Esta narrativa

Antonia de Freitas Santos

vertical handwritten text on the left margin

||2r||

AO Muito Respeitado¹⁰¹

5

Senhor.

Manoel Marques de *Sam* Payo.

Vigario da Vara deste Quartel do Rio

Pa[rdo]

Com Devida Obrigação

10

Pela minha cencera amizade

e

fiel obediencia

Esta narrativa

Antonio deFreitas Santos

15 <Ce[di]da pelo Doutor Rodolfo V[i]l[hun]a.>

¹⁰¹ Acima desta linha, há as informações “Rio Grande do Sul.” e “1793”, grafadas em punho diferente do que escreveu o documento. Além do carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”, existe o carimbo redondo do Arquivo Nacional, um pouco acima da primeira linha, do lado esquerdo.



No dia segunda feira 3 do
 mês de Junho de 1793, no Quartel da Brancura do Rio grande, deu
 a luz, pela meya noite, uma criança de parto, pelas orinas adivas, Maria
 Maria da Silveira, de idade, natural da frequentada de São
 Bomfreny do Brumfo, com idade de seis annos de idade, natural de São Pedro, Bis-
 pado do Rio de Janeiro, chegada a 18 annos com o parto de parto
 a Monteiro, natural da frequentada de São deuhora das Neves, Ca-
 beca de Moura, com idade de 18 annos, Arubispado de Braga,
 de 33 anno de idade, e vivia neste Quartel de taverna. As 3 crian-
 ças vivoras meya hora, depois de mais a luz. Foram baptizadas com
 o nome de Maria, e outra com o de Anna. Deu a partura
 Maria da Conceição, q. nasceu de cabeça, e q. humo rora
 com a cabeça de baixo da barba da vitta; tinham de comprimento pal-
 mo e meyo. A uniao principia na cartilagem do chi-
 lica e segumto do f. he a cartilagem do f. Epigastrica inferior.

||3r|| No dia segunda-feira-3-do¹⁰²

mes de Junho de 1793, neste Quartel da Fronteira do Rio pardo, deu
 aluz pela meya noute (com tres dias de parto) duas crianças unidas, Ana
 Maria da Silveira, de 17 anos de idade, natural da Freguezia do Senhor
 20 Bom Jezus do Triunfo, continente do Rio Grande de São Pedro, Bis-
 pado do Rio de Janeiro, cazada a 18 mezes, com Antonio de Castro
 Monteiro, natural da Freguezia de Nossa Senhora das Neves, ca-
 beça de Mouro, comarca de Moncorvo, Arcebispado de Braga,
 de 33 anos de idade, e vivem neste Quartel de taverna. As crian-
 25 ças viverão meya ora, depois de dadas aluz. Foraõ baptizadas hũa
 com onome de Maria, e outra com o de Ana. Dis aparteira
 Maria da Conceiçaõ, *que* nasceraõ de cabeça, e *que* huma viera
 com a cabeça debaixo da barba da outra, tinhaõ decomprido pal-
 mo, e meyo. A uniaõ principiava pela cartilagem (a) chi
 30 foidea, e tegumentos (b) the aregiaõ (c) Epigastrica inferiormente

¹⁰² Há na parte superior do fólho, ocupando aproximadamente metade da folha, um desenho com três figuras, a primeira representa dois recém-nascidos unidos pela região do abdome, e a segunda e a terceira retratam órgãos do sistema gastro-intestinal. Há também os dois carimbos do Arquivo Nacional já citados na nota do fólho anterior.

||3v|| ficandolivres a região umbilical, e Hipogastrica, epecten Vouum mou-
 tanum, ou dapoberdade. Tendo notícia *desemelhante* fenomeno, tratey de ir à
 residência, onde se achavaõ, Vi hũararidade (*que* mostra *afigura 1^a*) Sua
 exstructura eradedous corpos, fiz-lhe adicessaõ nas tres cavidades, (d)
 35 nasuperior, animaes, oudarazaõ; na media, ou ventre mediano vitaes,
 se acharaõ perfeitas; na terceira, eultima *cavidade* observei o contrario,
 istohe, no *que* respeita às entranhas naturaes encluidas na cavidade de
 Abdomen, oubaixo ventre *por que* achei dous ventriculos (e) com gran-
 deza, e orofícios proporcionados So c[om] diferença, *que* os intestinos (f) duo-
 40 denos noseu progreço, antes de chegarem aosegundo contorno, sedila-
 tavaõ a unir-se hum com outro (como mostra *afigura 2^a*) percebendo-se
 nasua longitude, algumas glandulas (g) deBruner *que* comumente nes-
 ta extençaõ, saõ em grande quantidade, E em *quanto* aos figados (h) *que*
 eraõ *bastantemente* volumozos; erahum deles com cor livida tirandopara
 45 escuro; estes se achavaõ unidos pelasua parte Superior, pelo li-
 gamento (i) coronario (como mostra *afigura 3^a*) No *que* pertence aos
 musculos (l) da mesma cavidade, tanto os dous grandes oblicos des-
 cendentes, como os piquenos oblicos ascendentes, *que* costumaõ ater o
 seuponto fixo na cartilagem chifoidea, extremidades detodas as
 50 costelas verdadeiras: estes quatro musculos, e os dous rectos, *que* cos-
 tumaõ ater oseuponto fixo, por algumas dentilaçoens, a cartilagem
 chifoidea, osso externo; vinhaõ afazer, todos seis, os seus pontos
 ffixos nas tres ultimas costelas falças, onde formavaõ todos eles,
 tanto dehum lado, como do outro, hũa forte duplicatura. E na
 55 abertura, *que* formavaõ, *que* era emfigura pyramidal, se achavaõ
 os dous diafragmas (m) unidos pelas suas partes concavas, dei-
 xando bem livres os seus orofícios. Tantohua criança como a outra

ARQUIVO NACIONAL

Se achando com seis dentes su. *specimens* nas mandíbulas superiores, eijos
erao quatro incisivos, e dois canina. Ca May das orianças no fim
de 20 dias passava com saúde *quod fita*.

Analyse

10/ Osso esterno, he apud *os* se acha na parte anterior do peito,
e se divide em tres partes, superior denominada furcula, mediana
denominada corpo, e inferior cartilagem chiffoidea, q. no adulto se
osifica, todas estas peças se separao humas das outras, e se se
compoem de tres, ou quatro peças, q. no adulto se apenas se lhe ve
em o vestigio da sua osificacao, na sua extremidade, se esta
apud cartilagem de figura de ponta de chua espada, a q. de
nominao cartilagem uncomata, ou espinhela, a q. se osifica
na velhice.

16/ Estendo se *se* tegumento comunis, a quelle embrulho universal, q.
reveste todas as partes, q. externamente compoem o corpo humano.
elles determinao a forma, e a beleza, e ser o acerto das cores de cores

10/ Topico como o Geografo descreveria o mundo mencionando as
le e as diferentes Paizes, q. o compoem, a q. deo o nome de regionis,
q. milhoi conhecim. La q. se aplica por a ciencia da
Geografia. Topico tambem, e Anatomico, e comparacao

||4r|| se achavaõ com seis dentes (n) perfeitos nas mandíbulas superiores, cujos
 eraõ quatro incisivos, e dous caninos. E a May das crianças no fim
 60 de 20 dias passeava com saude perfeita.

Analyse

(a) O osso externo; he aquele osso, *que* se acha na parte anterior do peito,
 e se divide em tres partes, superior denominada fíbula, mediana
 denominada corpo, e inferior cartilagem chifóidea, *que* no adulto se
 65 ossifica, todas estas partes se separam umas das outras, este osso se
 compoem de tres, ou quatro partes, *que* no adulto são apenas se lhe ve-
 em os vestígios da sua ossificação, na sua extremidade, se nota hũa
 apêndice cartilaginosa de figura de pontada de espada, a *que* de-
 denominaõ cartilagem mucronata, ou espinhela, a *qual* se ossifica
 70 na velhice.

(b) Entende-se por tegumentos comuns, aquelle embrulho, unívulgar, *que*
 reveste todas as partes, *que* externamente compoem o corpo humano:
 elles determinam a forma, e a beleza, por ser o acento das cores diversas

(c) Assim como os Geógrafos descreveram o mundo mencionando n'elles
 75 os diferentes Paizes, *que* o compoem, *aque* deram o nome de regioens,
 para melhor conhecimento d'aquelles, *que* se applicassem a sciencia da
 Geografia. Assim tambem, os Anatomicos, por comparaçãõ

17.º ou q. se ditina sum do conhecim. do corpo humano, he notaria
 as suas diversas rigidez, p.º miltos marcarer os lugares do corpo
 humano, q. se pretende conhecer. O conhecim. da formalid. exterior do o-
 mum, ou anatomia de proporcoes, he utilissima, nao so aos Profe-
 sores de anatomia, Medicina, e ainda aos da Jurisprudencia,
 mas tambem aos da Estatua, e Pintura, q. sem estes precios
 conhecim.ºs, nao feterido visto satis das maos destes Artistas,
 ou chefes de obras, q. fazeo. Sempre immortaes os seus Autores.
 Entende-se pelas rigidez do corpo humano, hum certo espao de-
 terminado, sobre a superficie do mesmo corpo, ao qual respondem cer-
 tas partes, como p.º exemplo a regioes Epigastrica, umbilical,
 e regioes apilar. &c.

18.º Entende-se p.º cavid. toda a depressao, ou vario sensivel, q.
 se encontra; se denomina Cavidade, e estas de diferentes clases.

19.º Ventriculo, ou estomago, he hum furo membrano-musculu-
 zo situado na regioes Epigastrica, p.º baixo da abobeda do di-
 aphragma, diante do figado, detras das falsas costelas, a sua
 figura he semelhante ao fole de hum gaita gallega, o seu orif-
 cio Superior, se denomina Cardias, e corresponde ao esofago, o
 inferior se denomina piloro, e corresponde ao intestino duode-
 nio. O Estomago he dotado de muitas pregas, q. se augmenta
 q.º elle se contracta, e desaparecem q.º se dilatata o uso desta
 visura, se o uso não quem a ignora.

||4v|| *para os que se destinassem ao conhecimento do corpo humano, lhe notaraõ*
 as suas diversas regioens, *para* melhor marcarem os lugares do corpo
 humano, *que* se pertende conhecer. O conhecimento da formalidade exterior do o-
 80 mem, ou anatomia de proporçoens, hé utilissima, naõ so aos Profe-
 çores de anatomia, Medecina, e ainda aos da Juris prudência,
 mas tambem aos da Estatuaria, e Pintura, *que* sem estes previos
 conhecimentos, Naõ seteriaõ vistosahir das maõs destes Artistas, ou
 85 chefes de obras, *que* fara *para* sempre immortaes os seus Autores.
 Entende-se pelas regioens do corpo humano, hum certo espaço de-
 terminado, sobre a superficie do nosso corpo, ao qual respondem cer-
 tas partes, como por exemplo a regiaõ Epygastrica, umblical,
 e regiaõ axilar. *etcaetera*.

90 (d) Entende-se por *cavidade* toda a depreçaõ, ou vazio sensível, *que*
 se encontra, se denomina cavidade, e estas de diferentes claças.

(e) Ventriculo, ou estomago, he hum saco membrano=musculo-
 zo Situado na regiaõ Epygastrica, por baixo da abobeda do di-
 afragma, diante do figado, detras das falças costelas; a sua
 95 figura he semelhante a foledenhã gaita galega, o seu orofi-
 cio superior, se denomina cardias, e corresponde ao isofago, o
 inferior se denomina pilouro, e corresponde ao intestino duode-
 no. o Estomago he dotado de muitas pregas, *que* se augmenta,
quando elle se contrahe, e dezaparecem *quando* se dilata. o uzo desta
 100 visçera, creyo ninguem o ignora.

ARQUIVO NACIONAL

[11] Os intestinos pertencem a esta huius canalis membranosa, grande, e comprido, redondo, concavo, de mais em menor grossura, q^o tem a sua origem no orificio inferior do estomago, denominado pilouro, e se estende até ao ano; foyza posterior a sua extensão total, segundo alguns anatomicos, he de sete varas o comprim^{to}. do seguinte numero do intestino he de seis, tres delgado, e tres grosso: o delgado, se denomina duodeno, jejuno, e illion: o grosso, são denominados secum, colono, e rectum: estas divisões são deas, e são feitas p^o a comodidade. o duodeno, assim denominado p^o ter o comprim^{to} de doze polgadas, tem a sua origem no pilouro, e indo progredir faz dois contornos, q^o o fazem descrever a figura de hum S. romano, situado transversalmente da direita p^o a esquerda.

[12] Contém-se p^o glandulas huius corpo, de diferentes grandezas situadas em diversos lugares do intestino, destinadas p^o separarem do sangue certos humores, p^o certo uso, e a outra maquina. Elas se compoem, segundo Pouquet, de hum interlacam^{to} de vasos de todo o genero, e de arterias, e veias, assim sanguineas, como lymphaticas, vasos secretorios, e excretorios, &c. Estas glandulas differem exactam^{te} de si pelo seu volume, pela sua consistencia, pela sua figura, e pela sua cor, e ainda mais, pelo q^o respecta as suas funções, e as ditas de Bruner, ou Estenias, q^o se achão entre as laminas do dito intestino, e entendo o mais filtrão o succo estérico, q^o lubrifica a parte volubidade do canal exterior. Esta he a ivera gual, q^o se produz da estrutura das glandulas,

||5r|| (f) Os intestinos (ou tripas) são huns canaes membranosos grandes, ecompridos, redondos, concavos, demais ou menos groçura, *que* tem asua origem no orofício inferior do estomago, denominado pilouro, ese estende the ao anos; (ouvyá posterior) asua extensão total,
 105 segundo alguns anatomicos, he sete vezes o comprimento dosugeito
 O numero dos intestinos hedeseis, tres delgados, etres groços: os delgados, se denominaõ duodeno, jejuno, e illion: os groços, são denominados secum, colosso, erectum estas divisoens são ideas, esaõ feitas *para* a comodidade. oduodeno asim denominado *por* ter o comprimento dedoze polgadas, tem asua origem nopilouro, enoseu progreço fas dous contornos, *que* ofazemdescrever a figurade hum S. romano, situado transversalmente dadireita *para* a esquerda.

(g) Entende-se por glandulas huns corpos dediferentes grandezas,
 115 situados emdiversos lugares dosugeito, destinados *para* separarem dosangue certos umores, *para* certos uzos, danossa maquina. Elas se compoem, segundo Ruisquio, dehum interlaçamento devazos detodo o genero, asaber arterias, eveyas, asim sanguineas, como linfaticas, vazos secretorios, e excretorios, *etcaetera*. As glandulas dife-
 120 rem exactamente desi pelo seu volume, pelasua consistencia, pelasua figura, epelasua cor, e ainda mais, pelo *que* respeita as suas funçoens, e as ditas de Bruner, ou Estericas, *que* se achaõ entre as laminas dodito intestino, e emtodos os mais flitraõ osuco eisterico, *que* lubrifica aparte voludada do canal eisterico. Esta
 125 ta he aidea geral, *que* sepodedar da estructura das glandulas,

43v

De q^o recubta o seu mecanismo.

14/ O fígado, he hua viscerã, de hum volume consideravel. Situa-
do no epigastrio, eireto de baixo das falsas costelas, elle se estende, noita-
do natural, he ao Epigastrica, onde cobrio a porca inferior do Estô-
mag^o. O fígado se contém na sua situaçã, q^o em q^o de tres liga-
mentos principais, do quales o primeiro, he aq^o q^o attaca o fígado
pela sua parte superior e convexa, a parte concava do Diafra-
gma, o qual se denomina coronario, q^o circunda o fígado, e annuncia
de coxa, os outros dois se denominao lateraes. Estes ligam^{to} prendem
tambem o fígado, pelo seu lado ao mesmo diafragma. A figura
do fígado, aq^o q^o irregular, quare se asemelha a pãta de hum
boy. O udo do fígado he de selibras a secreçã da billa, ou fel
do sangue q^o he fornecido, principalm^{te} aq^o porta, cujo san-
gue tem a propried^{de} de produzir este sabao natural, tao ne-
cessario ao foveo natural, q^o se penca ja apto, e attado pelo
intestino, e baço de onde he deduzido. A cor do fígado he livida.

15/ Os Ligamentos, são hums corpos brancos, fibrosos, compactos, fle-
givos, mais ou menos elasticos de diferente consistencia memo-
ravel, q^o as cartilagens. Consideramos o ligam^{to} em duas clas-
goras, a primeira compreh^{de} aq^o q^o propriam^{te} pertencem
ao ofi^o, a segunda, a q^o prende, e suspendem diferentes partes
moleis, como o ligam^{to} coronario, q^o suspende o fígado.

16/ Musculos, assim denominados, de mus-muris, q^o si-

||5v|| de *que* rezulta oseumacanismos.

(h) O fígado, he hua viscera, de hum volume consideravel situado no opicondrio direito debaixo das falças costelas; elle se estende, no estado natural, lhe¹⁰³ ao Epigastrico, onde cobre a porção inferior do Estomago. O fígado se contem nasua situação, por meyo detres ligamentos principaes, dos quaes o primeiro, he aquele, *que* actaca o fígado pelasua parte superior e convexa, à parte concavado Diafragma, o qual se denomina corona[r]io, por circundar o fígado, a maneira de coroa, os outros dous se denominam lateraes. Estes ligamentos prendem
 130 também o fígado, pelos seus lados ao mesmo diafragma. A figura do fígado, ainda *que* irregular, quase se asemelha à patade hum boy. O uso do fígado he de se celebrar a secreção do biliar, (ou fel) do sangue *que* lhe fornece, principalmente a veia porta, cujo sangue tem a propriedade de produzir este sabaõ natural, taõ necessario às funções naturaes, por se pençar ja apto, e actuado pelos
 140 intestinos, e baço de donde he deduzido. A cor do fígado he livida.

(i) Os ligamentos, são huns corpos brancos, fibrosos, compactos, flexiveis, mais ou menos elasticos de diferente consistência menos duros, *que* as cartilagens. Consideramos os ligamentos em duas claças
 145 geraes, a primeira comprehende aqueles, *que* propriamente pertencem aos ossos, a segunda, os *que* prende, e suspendem diferentes partes moles; como o ligamento coronario, *que* suspende o fígado.

(l) Musculo, assim denominado, de mus-muris, *que* si-

¹⁰³ No manuscrito, encontra-se o grafema *l*, porém, pelo sentido da oração, deveria ser *t*, para ficar “the”, redução de “até”.

||6r|| [[si]]gnifica orato, pela rapides com *que* remove: ele he hum
 150 organo, ou parte donosso corpo, composto de muitas fibras car-
 nozas, principalmente no seu corpo, de cor vermelha, e tendinozas
 nas suas extremidades, de cor branca. Naõ he regra geral, *que* to-
 das as extremidades, dos musculos sejaõ tendinozas, ebrancas: muitos
 musculos ha, *que* as suas extremidades tambemsaõ carnozas, sem
 155 *que* por isso deixem de exercer as suas fonçoens. Para os musculos
 exercerem os seus movimentos necessitaõ dous ataques, alem de al-
 gum emcosto, semelhante as m[aq]uinas daTatica, com *que* se
 movem os pezos, oprimeiro ataque, se denomina fixo, o qual
 esta atacado àquela parte, *que* se naõ move, durante a contraçaõ
 160 domusculo, osegundo sedenomina movivel, o qual esta reunido
 aparte *que* se hade mover, durante a contraçaõ do dito musculo,
 o Terceiro se chama ponto de apoio, *que* serve para augmentar, e
 dirigir as forças ao musculo, *que* exerce oseu movimento Por esta
 theorica se compreende, *que* o macanismo dos musculos, he semi-
 165 lhante aos das maquinas, *que* tem inventado aTatica, para mo-
 ver os prodegiosos pezos, Taes saõ as alavancas, as roldanas, as
 torquezes, as tizouras, *etcaetera*.

(m) O Diafragma he hum musculo, omais consideravel, *que*
 concorre arespiraçaõ, como inspirador, e expirador, estetem
 170 oseuponto fixo, por dous apendices carnozos, nas partes late-
 raes dos corpos das quatro vertrebas lombares superiores. oseu
 ataque continua por hũa expançaõ apenevrotica, a *que* chamaõ
 sentro nervozo doDiafragma, asua situaçaõ he horizontal,
 formando para aparte do Abdomen huma concavidade, epara a

parte do peito hãa convergencia. Ele se acha perfurado com
 tres orificios, q. daõ pãsa para a varias visceras, entrando a as-
 teria aorta descendente, e a cava. Este musculo alem de des-
 cer o peito do Abdomen, he o principal agente da respiração, e
 he comum a inspiração, e a expiração. Geralmente as de-
 nominacoes do musculo saõ do modo de seis couzas, a saber,
 da figura, q. requerentã, da volume, da situacão, da direcção, da
 concepção, e das diferentes partes, q. se lhe metãõ.

Os dentes, sãõ o ofio mais branco, e ao mesmo tempo
 mais duro, q. se achãõ no fuzido, e sãõ situado em duas ordens,
 nas bordas das duas mandibulas, Superior, e inferior, formando
 a volta do labio superior, e a entrada da boca, dividem-se em
 tres classes, q. sãõ incisivos, caninos, e molares, os incisivos, sãõ
 oito, quatro superiores, e quatro inferiores, os caninos sãõ quatro
 dois superiores, e dois inferiores, os molares sãõ vinte, dez superi-
 ores, e dez inferiores, se supozermos, q. conta trinta e dois dentes
 n hum adulto de vinte e cinco anos, e diante, e oito primei-
 ros se denominãõ incisivos, pela sua figura incisante, e pã
 dividirem o alimento. Os quatro seguintes, q. se achãõ a
 do do primeiro, q. vulgarmente se chamaõ presas, se denomi-
 nãõ caninos, e pã se assemelharem as presas do caes, e servem
 de perfurarem o alimento. Cada hum dos dentes se divi-
 de em duas partes, q. se achãõ q. se vã, e manifesta, chamado
 corpo, e outra encobrida, q. sãõ as raizes. Cada dente he com-
 posto de duas modificacoes, de substancia, a exterior branca, e

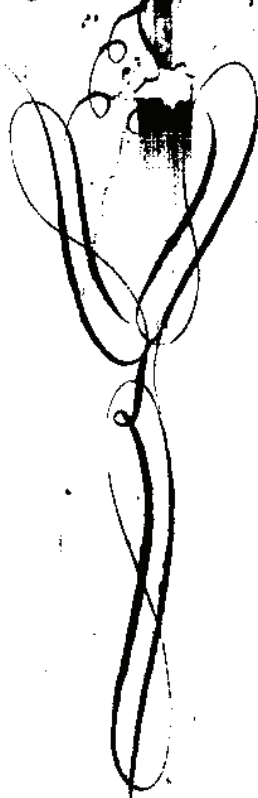
175 ||6v|| partedo peito hũa convexidade. Ele se acha perfurado com
tres oroficios, *que* daõ passagem a varias visceras, entrando a ar-
teria a orta descendente, eveya cava. Este musculo alem de divi-
dir o peito do Abdomen, he o principal agente da respiraçaõ, e
he comum a inspiraçaõ, como a expiraçaõ. Geralmente as de-
180 nominaçoens dos musculos saõ derivados deseis couzas, asaber,
da figura, *que* representaõ, do volume, da situaçaõ, da direçaõ, da
conexaõ, e uzo das diferentes [p]artes, *que* selhe notaõ.

(n) Os dentes, saõ os ossos mais brancos, e ao mesmo tempo
mais duros, *que* se achaõ no sujeito, estaõ situados em duas ordens,
185 nas bordas das duas mandibulas, superior, e inferior, formando
por dentro dos labios (ou beiços) a entrada da boca, devidem-se em
tres clases, *que* saõ incessivos, caninos, e molares, os incessivos, saõ
oito, quatro, superiores, e quatro inferiores, os Caninos saõ quatro
dous superiores, edous inferiores, os molares saõ vinte, des supe-
190 riores, edes inferiores; por cuja razaõ, se conta trinta edous dentes
n'hum adulto de Vinte e cinco anos por diante, os oito primei-
ros se denominaõ incessivos, pela sua figura incedente, e por
devidirem o alimento. os quatro seguintes, *que* se achaõ aos la-
dos dos primeiros, (*que* vulgarmente se chamaõ prezas) se denomi-
195 naõ caninos, e por se asemilharem as prezas dos caens, eservem
de perfurarem os alimentos *etcaetera*. Cada hum dos dentes se devi-
de em duas partes, *que* saõ hũa *que* se vê, manifesta, chamada
corpo, e outra escondida, *que* saõ as raizes. Cada dente he compos-
to de duas modificaçoens, de substancia, a externa branca, liza,

ORGÃO NUCLEAR

Soliva, a q. chamao esmalte, intra interna, ofina, q. he
 a q. seve nas suas raizes. Cada ^{uma} de perdo tem hum prespu-
 no officio, q. as veis nao he vna denominada nutritiva, q.
 da passagem a hum nervo, e a ^{outra} q. se distribuem
 no interior do dente p. a sua nutricao.

CC. Cavidade do dente
 CC. Cavidade do dente
 PP. pulpa, ou humo nutritivo
 do dente.
 q. a cavidade do dente
 q. se encontra no interior do dente.
 no humo nutritivo.



TT. Continuação do dente
 TT. Continuação do dente
 SS. Cavidade do dente
 (cavidade do dente)
 TT. Continuação do dente
 TT. Continuação do dente

- 200 ||7r|| esolida, a *que* chamaõ esmalte, [e] outra interna, ossia, *que* he a *que* sevè nas suas raizes. Cada [de]nte depersi tem hum pequeno oroficio, *que* as vezes naõ he vizi[vel] denominado nutritivo, *para* dar passagem a hum nervo, ar[t]eria, eveya, *que* sedistribuem no interior do dente *para* asua nu[tri]çaõ.
- 205 o.o. cardias, ouboca superior do ventriculo. r.r. continuação dos intestinos outripas.
 p.p. pilouro, ou boca inferior do ventriculo. s.s. cordoens ublicaes, *que* vulgarmente chamaõ invide
 q. raridade daporlongaçã t. uniaõ dofigado, hum
 210 *que* fazem os intestinos duodenos, hum com-o-outro. com outro.

Segunda Parte – Tratamento das sibilantes

Durante a leitura, transcrição e edição de manuscritos, é natural que alguns fenômenos lingüísticos chamem a atenção do filólogo, ora por se distanciarem ora por se aproximarem da língua portuguesa escrita atual. Durante o processo de edição só é possível observar superficialmente a ocorrência dos fenômenos, que devem ser anotados, com a indicação de fôlio e linha onde foram encontrados, para possivelmente servirem de base para estudo posterior. Finalizado o trabalho de edição dos documentos, obtém-se, quando se adota essa metodologia, uma relação de fatos lingüísticos com suas respectivas localizações. Parte-se, então, para a verificação da produtividade do estudo de determinado fato, por meio da ordenação e quantificação das ocorrências encontradas e da pesquisa sobre o assunto na literatura.

Um dos fenômenos lingüísticos que mais chamou a atenção durante a edição do *corpus* da presente dissertação foi a tamanha variedade que se nota nos grafemas utilizados para representar os fonemas sibilantes (consoantes constrictivas fricativas linguodentais). Os diferentes grafemas utilizados para representar os fonemas /s/ e /z/ quando em posição inicial de palavra e em posição intervocálica; a conseqüente variação de escrita de um mesmo vocábulo, a polimorfia; e a variação grafemática, revelaram-se fatos produtivos a serem estudados, devido tanto à quantidade de ocorrências verificada no *corpus* quanto à falta de estudos específicos sobre essa variação em manuscritos setecentistas.

Apesar de muitos estudiosos do português arcaico¹⁰⁴ e de alguns pesquisadores do português moderno¹⁰⁵ terem realizado comentários sobre a variação das sibilantes encontrada em *corpora* diversos, não se tem notícia de um estudo sistematizado e uno sobre a

¹⁰⁴ Cf. MAIA, 1986, pp. 438-468; MATTOS E SILVA, 1989, pp. 91-94; TEYSSIER, 2001, pp. 59-63.

¹⁰⁵ Toma-se aqui a expressão “português moderno” como aquele que inicia depois de 1500, no Renascimento. (cf. VASCONCELOS, s/d, p. 19)

representação desses fonemas. Assim, os trabalhos são atomizados e não permitem uma visão de conjunto que possibilite a elaboração de hipóteses universais em dada sincronia da língua portuguesa. Sobre os trabalhos acerca da ortografia portuguesa, Gonçalves (2003, p. 17) afirma que “do muito que sobre ela se tem escrito, quase tudo se fica pelos estudos fragmentários, pela análise parcelar ou pelo estudo monográfico, pois até há pouco nem sequer existia um recenseamento mínimo das suas fontes”. A autora (2003, p. 15) comenta ainda que vê no estudo da história da ortografia portuguesa “um filão pouco explorado no âmbito da nossa historiografia lingüística”.

Como já informado, os documentos que constituem o *corpus* desta pesquisa foram escritos por copistas distintos. Portanto, além de tipologia e procedência variadas, também o autor varia conforme o documento. Tais características são interessantes em trabalhos que visam avaliar fatos lingüísticos em uma perspectiva histórica, pois a heterogeneidade tende a apagar marcas próprias de um escriba, de uma região ou de um tipo de documento, conferindo aos dados recolhidos um caráter mais universal, já que são observados em tipos documentais distintos, em punhos diversos, de escribas de diferentes lugares.

Mattos e Silva (1989, p. 23), ao comentar a documentação não-literária medieval portuguesa, corrobora a importância lingüística da heterogeneidade documental.

A importância lingüística fundamental dessa documentação decorre primeiramente do facto de esses documentos medievais provirem não só da chancelaria real, mas de notários de todo o reino. Isso põe o estudioso da língua arcaica diante de um *corpus* que deve reflectir não apenas o dialecto jurídico cortesão, mas também o dialecto jurídico com manifestações dialectais regionais e talvez sociais, graças aos documentos provenientes de vários pontos do reino e escritos por copistas de níveis distintos de instrução, além de proveniências geográficas diversas.

2.1 Sobre a metodologia

Para analisar as variações dos grafemas utilizados para representar as sibilantes, em posição inicial de palavra e em posição medial intervocálica¹⁰⁶, dividiu-se o *corpus* em dois grupos. O primeiro grupo foi constituído por cinco conjuntos de documentos: Estabelecimento de uma Tesouraria Geral, Índios Guaranis no Rio Grande do Sul, Processo das Quitandeiras, Armada Inimiga e Narrativa Parto Anormal – Xifopagia. O segundo grupo foi composto pelos documentos Hospedagem do Conde de Banchi, Processo dos Religiosos e Melhoramento do Quinto. O conjunto Relação de Frades e Fazendas foi excluído da análise, por se constituir, sobretudo, por relações de antropônimos e topônimos, o que não permitiria uma análise segura em relação à etimologia dos vocábulos, dada à liberdade existente para grafar esse tipo de vocábulo.

O objetivo de realizar tal divisão deveu-se à preocupação de identificação de eventual desequilíbrio entre os dados encontrados nos documentos. Como a principal característica do *corpus* é sua heterogeneidade, conforme já comentado, e um traço importante do mesmo é a desigualdade de extensão dos documentos, não seria eficaz agrupar os dados de todos os documentos numa análise conjunta. Os dados levantados do documento com maior extensão, Melhoramento do Quinto, que perfaz 29 fólios, poderiam neutralizar os dados dos conjuntos menores.

Dessa forma, para provocar contraponto, efetuou-se a divisão, que se assenta nos critérios descritos a seguir. Em primeiro lugar, com o intuito de avaliar a extensão de cada documento, levantou-se, com o auxílio da ferramenta ‘Contar palavras’ do programa *Microsoft Word 2003*, a quantidade de palavras de cada um. Depois, realizou-se a contagem de palavras da edição na íntegra: 21.123 palavras. Verificou-se que o conjunto Melhoramento

¹⁰⁶ Em benefício da economia geral do trabalho, excluíram-se da análise as consoantes em travamento silábico e em posição final de palavra, já que demandariam um estudo exaustivo da consoante seguinte, para determinar se a sibilante seria interpretada como surda ou sonora.

do Quinto, com 11.281 palavras, correspondia a mais de 50% do total da edição. Como a inclusão do número de palavras do conjunto Melhoramento do Quinto no cálculo da média geral não refletiria a extensão média real de cada documento, excluiu-se a quantidade de palavras desse conjunto do total obtido. O novo total passou a 9.842 palavras. Para obter a extensão média real de cada documento, dividiu-se esse valor pelo número de documentos restantes, no caso, 7, já que, conforme citado acima, havia-se excluído o documento Relação de Frades e Fazendas. Tal cálculo resultou na média real de cada conjunto: 1.406 palavras.

Os documentos que possuíssem menos de 1.406 palavras fariam parte do primeiro grupo. Assim, foram incluídos nesse grupo os conjuntos Estabelecimento de uma Tesouraria Geral (641 palavras), Índios Guaranis no Rio Grande do Sul (899 palavras), Processo das Quitandeiras (710 palavras) e Armada Inimiga (1.226 palavras). Obteve-se assim um grupo formado por 3.476 palavras. Como o total de palavras do *corpus*, excluindo-se o Melhoramento do Quinto, era 9.842, decidiu-se acrescentar um conjunto, para analisar-se, pelo menos, 50% da extensão total do *corpus*. O documento que possuía a menor quantidade de palavras entre os que restaram, Narrativa Parto Anormal – xifopagia, foi incluído, assim, neste primeiro grupo, que passou a contar com 5.359 palavras, ou 54% do total do *corpus*.

Dessa forma, os dois grupos estavam constituídos.

A análise realizada no primeiro grupo foi exaustiva, ou seja, analisaram-se todas as ocorrências de grafemas utilizados para representar as sibilantes nos documentos do grupo. A análise do segundo grupo foi realizada por meio de contraponto em relação aos dados encontrados no primeiro.

Explicam-se a seguir, de forma detalhada, os critérios de análise de ambos os grupos.

Em primeiro lugar, efetuou-se o desmembramento da transcrição dos cinco conjuntos de documentos do primeiro grupo em cinco arquivos distintos do programa *Word*. Após a separação, utilizou-se uma ferramenta do *Word* chamada macro. Tal recurso permite que se

defina um conjunto de instruções para o programa, que são armazenadas, e, quando solicitadas, executam as instruções gravadas. Neste caso, a macro utilizada, chamada ‘ordena’, tem a função de listar, em ordem alfabética, todas as palavras existentes no arquivo, acompanhadas pela quantidade de ocorrências e pela(s) respectiva(s) linha(s).

Antes de executar a macro, no entanto, é necessário que se prepare o arquivo. A preparação para a macro ‘ordena’ consiste na retirada dos números, da pontuação, dos símbolos (tais como parênteses, colchetes, parênteses oblíquos, aspas e hífenes) e das formatações de fonte (itálico, negrito e sublinhado); na transformação de todas as letras em minúsculas; no trabalho manual de agrupar todas as palavras separadas em final de linha em uma só linha, a anterior; e na numeração das linhas do arquivo de uma em uma.

As abreviaturas que contivessem em seu desenvolvimento os grafemas utilizados para representar as sibilantes não poderiam ser consideradas para a análise dos dados, já que talvez não representassem a forma original que o autor do documento lhes teria dado. Dessa forma, foram avaliadas uma a uma todas as abreviaturas antes da retirada da formatação itálico. Se houvesse um dos grafemas usados na representação das sibilantes em itálico, indicando que tal grafema não estava no manuscrito, tal abreviatura era excluída do arquivo.

Após a preparação dos arquivos, executou-se a macro em cada um deles, gerando-se um arquivo de *Word* para cada conjunto de documentos, contendo a relação de todas as palavras, em ordem alfabética, acompanhadas pelo número de ocorrências e pela informação das linhas em que ocorriam. A relação de cada conjunto foi copiada em uma pasta de trabalho diferente do programa *Microsoft Excel*, totalizando cinco pastas de trabalho distintas.

Com a listagem das palavras, gerou-se no *Excel* uma planilha com três colunas: a primeira, chamada ‘Palavras’, com a relação dos vocábulos em ordem alfabética; a segunda, chamada ‘Ocorrências’, com a quantidade total de ocorrências do vocábulo; e a terceira, intitulada ‘Linhas’, com a informação do(s) número(s) da(s) linha(s) onde ocorria a palavra.

Dessa listagem com todas as palavras presentes nos documentos, foram excluídos, manualmente, os vocábulos que não possuísem os grafemas utilizados para representar as sibilantes e também os topônimos e antropônimos.

A planilha ficou, então, somente com as palavras que possuísem os grafemas usados na representação das sibilantes. A essa primeira planilha, com o total de palavras em que havia pelo menos uma consoante sibilante, seguiam-se outras seis, criadas para analisar os contextos de ocorrência dos grafemas. A segunda planilha analisava a sibilante surda em posição inicial, contemplando os grafemas *c*, *s*, *sc* e *ss*; a terceira, quarta, quinta e sexta planilhas analisavam a sibilante surda em posição medial intervocálica, contemplando os seguintes grafemas: *-c-*, *-ç-*, *-s-* e *-ss-*¹⁰⁷; e a sétima e última analisava a sibilante sonora em posição medial intervocálica, contemplando os grafemas *-s-*, *-x-*, *-z-* e, em alguns casos, *-ss-*. Não havia uma planilha para a sibilante sonora em posição inicial, pois foram encontradas somente duas ocorrências desse tipo no *corpus*, conforme já informado na análise paleográfica.

A análise dos dados em cada planilha foi realizada por meio do uso da ferramenta ‘Filtro avançado’, que se localiza no menu ‘Dados’ do *Excel*. Tal recurso permite que os dados sejam filtrados de acordo com critérios predefinidos. Dessa forma, pode-se, por exemplo, solicitar que o programa mostre somente as palavras que contenham a letra ‘s’ na posição inicial. Basta inserir a informação “s?” na área destinada ao intervalo de critérios, que significa vocábulo iniciado pela letra ‘s’ seguido por qualquer caractere único, e solicitar a filtragem. A planilha irá mostrar, então, só os vocábulos que correspondem àquele critério.

No caso da análise de sibilante em posição medial, inseria-se a informação “?*ç?*” no intervalo de critérios, que significa qualquer número de caracteres, seguido por um caractere único, que possua a letra ‘ç’, e seja seguido por um caractere único e qualquer número de

¹⁰⁷ Foram contemplados também os grafemas da família *c* e *ç* que ocorreram no *corpus*, a saber: *sc*, *xc*, *zc*, *cç*, *çç*, *sç*, *zç*.

caracteres, para que o programa mostrasse apenas os vocábulos que correspondiam a esse critério. Na tabela 4 reproduzem-se os critérios utilizados para todas as filtragens efetuadas. A interrogação (?) significa qualquer caractere único e o asterisco (*) significa qualquer número de caracteres.

Tabela 4 – Critérios de filtragem.

Grafema e contexto posicional procurado	Critérios utilizados
Sibilante surda em posição inicial	ce? ; ci?; s?
Sibilante surda em posição medial – grafema -c-	?*c?*
Sibilante surda em posição medial – grafema -ç-	?*ç?*
Sibilante surda em posição medial – grafema -s-	?*s?*
Sibilante surda em posição medial – grafema -ss-	*ss?*
Sibilante sonora em posição medial	*xa*; *xe*; *xi*; *xo*; *xu*; *z?; ?*s?*

A opção por analisar as sibilantes surdas em posição medial intervocálica em planilhas separadas (terceira, quarta, quinta e sexta planilhas) deve-se ao fato de tal modo de organização permitir uma visualização mais clara dos dados, já que, nesse contexto, podem ocorrer muitos grafemas distintos.

Após o programa mostrar o resultado das palavras que correspondiam aos critérios definidos, realizou-se a verificação de cada vocábulo para conferir se correspondia de fato ao critério desejado. Tal verificação manual excluía, por exemplo, a palavra ‘acompanhar’ da relação de palavras com grafema *c* representando sibilante surda, uma vez que a letra ‘c’ dessa palavra não representa uma sibilante surda.

Depois dessa verificação manual, partiu-se, então, para a contagem dos vocábulos. Após a contagem, analisou-se o desvio do grafema utilizado em relação à etimologia do vocábulo¹⁰⁸, e marcou-se qual grafema foi utilizado indevidamente. Dessa forma, a palavra ‘profesores’ era marcada como desvio em relação ao grafema *ç*.

¹⁰⁸ Para a verificação da etimologia, utilizou-se a informação etimológica fornecida pelo dicionário Houaiss, que foi elaborada, conforme consta da seção Equipe Editorial, sob a supervisão de Antonio Geraldo da Cunha. Da bibliografia utilizada para a elaboração do dicionário Houaiss constam também as seguintes obras de natureza etimológica, publicadas por A. G. Cunha: *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997; *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos, 1978; *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. Prefácio-estudo de Antônio Houaiss. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

Depois da análise dos dados dos cinco conjuntos de documentos, que totalizaram trinta e cinco planilhas do *Excel*, criou-se uma nova pasta de trabalho, onde os resultados foram consolidados. Essa pasta de trabalhos, por sua vez, possuía três planilhas: uma com a quantidade de ocorrências de palavras com sibilante surda em posição inicial, outra com a quantidade de ocorrências de sibilante surda em posição medial intervocálica, e a terceira com as ocorrências de sibilante sonora em posição medial intervocálica. Às quantidades de ocorrência, acresceram-se as quantidade de desvios em relação à etimologia.

Em cada planilha, efetuaram-se as análises, tanto individuais, de cada conjunto de documentos, quanto gerais, consolidando os resultados parciais dos conjuntos. Para auxiliar a análise, foram utilizadas fórmulas do *Excel*, que calculavam porcentagens e realizavam diversos tipos de contagens.

A análise do segundo grupo de documentos, constituído pelos documentos Hospedagem do Conde de Banchi, Processo dos Religiosos e Melhoramento do Quinto, foi realizada no próprio *Word*, por meio da ferramenta ‘Localizar’, no menu ‘Editar’. Como esses conjuntos de documentos funcionariam como contraponto aos dados analisados dos demais conjuntos, os recursos dessa ferramenta foram suficientes para realizar o confronto dos resultados com aqueles obtidos no primeiro grupo.

Já no levantamento inicial dos dados foram encontrados diversos casos de polimorfia, como: *serviço/servisso*, *cinco/sinco* e *presidente/prezidente*. Além disso, havia muitos vocábulos cuja grafia, no que se refere ao uso das sibilantes, não correspondia à etimologia, por exemplo: *açento*, *paçado*, *despejacem*, *pezo*, *selebrar*, *sentro*, *lansa*, *forsa*, *cauzava*, *prodegiozos*, *tizouras*, *uzo*.

Os grafemas encontrados para registrar as sibilantes são os seguintes:

Tabela 5 – Relação de grafemas para representar as sibilantes.

Sibilante Surda	Sibilante Sonora
Posição inicial: <i>c, sc, s, ss</i>	Posição inicial: <i>z</i>
Posição medial: <i>c, ç, s, ss, sc, xc, zc, cç, çç, sç, zç</i>	Posição medial: <i>s, ss, z, x</i>

Por meio da análise do uso dos grafemas listados acima pretendia-se verificar se haveria uma tendência adotada pelos autores dos documentos na escolha dos grafemas utilizados para representar os fonemas consonantais sibilantes no *corpus* em questão e ainda se o uso dos grafemas correspondia ao que os ortógrafos da época preconizavam.

Convém ressaltar que as hipóteses formuladas a respeito da questão valem, a princípio, somente para o *corpus* utilizado nesta pesquisa, não devendo ser generalizadas para todos os documentos escritos no mesmo período em língua portuguesa. Entretanto, tais hipóteses podem configurar tendências a respeito da ortografia da língua portuguesa no século XVIII, já que se trata de *corpus* constituído por documentos heterogêneos. Sob esse ponto de vista, os dados aqui apresentados podem ser considerados representativos de um período.

Talvez a análise realizada possa servir de base para estudos futuros que visem a elaboração de uma gramática setecentista. Por se realizar em um *corpus* pouco extenso, este estudo se caracteriza como parcial, podendo ser tomado, no entanto, como complementar em relação a análises futuras efetuadas sobre outros documentos do século XVIII.

2.2 As consoantes sibilantes

O sistema atual das consoantes, tanto do português do Brasil quanto do português padrão de Portugal, apresenta dois fonemas constrictivos fricativos linguodentais, chamados sibilantes, o par [s] e [z], surdo e sonoro. A representação desses fonemas na língua escrita é

feita por uma série de grafemas: *c, ç, sc, ss, s, x, xc, xç, z...* Tal variedade provoca séria confusão na ortografia, que pode ser observada atualmente tanto em alunos da educação básica quanto em adultos escolarizados e cultos. A variação e a confusão no uso desses grafemas encontradas nos documentos do século XVIII que constituem o *corpus* desta dissertação, portanto, persistem nos textos atuais, causando dificuldades a praticamente todos os alfabetizados em língua portuguesa.

Para explicar a origem de tal confusão e da existência de tantos grafemas para representar as sibilantes, é necessária a pesquisa na história da língua portuguesa, com vistas a recuperar e explicar o surgimento de tais fonemas e grafemas. Como se trata de língua românica, inicia-se no latim o percurso histórico realizado.

O sistema consonântico latino pode ser considerado simples, como se observa no tabela 6¹⁰⁹. Sua principal característica era a predominância de consoantes oclusivas, que se dividiam em três pares (surda/sonora): as labiais, as anteriores e as posteriores. Às oclusivas acrescentavam-se as consoantes constrictivas, que se resumiam às surdas: [f] e [s], além das consoantes nasais, laterais e vibrantes.

Tabela 6 – Sistema consonântico latino.

	Ponto de Articulação	Labiais	Anteriores	Posteriores
oclusivas	surdas	p	t	k
	sonoras	b	d	g
constrictivas	surdas	f	s	-
	sonoras	-	-	-
nasais	sonoras	m	n	-
laterais	sonoras	-	l	-
vibrantes	sonoras	-	r	-

A sibilante sonora, /z/, surge somente na evolução posterior do latim falado, sendo também grafada com 's', conforme comenta Castro (1991, p. 30).

¹⁰⁹ Por não serem o foco principal do presente estudo, foram omitidas do quadro as consoantes geminadas, que são as primeiras a desaparecer no português.

O latim depositou no galego-português, em todo o território, uma distinção entre as sibilantes provenientes do *s* latino, consoante que era apenas surda, mas que, na evolução posterior do latim falado, se desdobrou numa correspondente sonora, igualmente grafada com *s*, mas que corresponde ao fonema /z/ quando se encontra em posição intervocálica.

Dessa forma, o latim deposita na língua portuguesa um par de sibilantes, surda/sonora, que eram articuladas com o ápice da língua tocando os alvéolos. Para representar esse par, havia apenas um grafema: *s*.

Durante o processo de formação da língua portuguesa, ocorre um fenômeno fundamental, que será o responsável pelo surgimento de mais um par de sibilantes: a palatalização. Câmara (1979, p. 50) comenta que “o quadro português [das consoantes], muito mais rico e mais equilibrado, resultou de um processo geral evolutivo, onde preponderam as tendências à lenização articulatória e à palatalização”. Segundo Teyssier (2001, p. 12), a palatalização é responsável pela criação de seis novos fonemas no galego-português, dos quais destacam-se apenas dois, /ts/ e /dz/, para a explicação da origem do novo par de fonemas sibilantes:

- */ts/* - *cidade* < *ciuitatem*, *cem* < *centum*, *preço* < *pretium*, *praça* < *platea*, *faço* < *facio* (hoje /s/) – os grupos *ce/ci*, pronunciados no latim clássico como oclusivas velares, têm seu ponto de articulação alterado, aproximando-se da zona palatal no latim imperial.
- */dz/* - *prezar* (*pretiare*) (hoje /z/) – as semivogais *i/e* não tônicas seguidas de vogal no latim clássico passam a ser pronunciadas como *yod* no latim imperial e palatalizam a consoante anterior.

Fonemas africados sibilantes, /ts/ e /dz/ possuem um momento oclusivo inicial seguido de uma parte final constrictiva e caracterizam um som que sibila. Tais fonemas perdem o elemento oclusivo inicial e transformam-se em constrictivos apenas, conhecidos como pré-dorsodentais ou pré-dorsais, pelo seu ponto de articulação.

Além da sibilante surda herdada do latim, /s/, e da sonora, /z/, surgida posteriormente no latim falado, que eram articuladas como fricativas ápico-alveolares, o português arcaico

passa a contar, portanto, com mais um par de sibilantes, /s/ e /z/, pré-dorsodentais, herdadas dos fonemas africados /ts/ e /dz/. Para representar os novos fonemas, são usados os grafemas *ç* e *c* (antes de *e* e *i*) para a surda e *z* para a sonora.

O sistema das sibilantes constritivas no português arcaico pode ser apresentado, então, da seguinte forma, de acordo com Teyssier (2001, p. 60):

Tabela 7 – Sibilantes no português arcaico.

	<i>Pré-dorsodentais</i>	<i>Ápico-alveolares</i>
surdas	/s/ escrito <i>ç</i> , e <i>c</i> antes de <i>e</i> e <i>i</i> ex.: paço	/ś/ escrito <i>-s</i> e <i>-ss-</i> ex.: passo
sonoras	/z/ escrito <i>z</i> ex.: cozer	/ź/ escrito <i>-s-</i> ex.: coser

Nota-se que há um grafema para representar cada fonema, e que, apesar da perda do momento oclusivo inicial, os fonemas não se confundem, já que o ponto de articulação é diverso.

Assim, mesmo com dois pares de fricativas, a grafia não se confundia, já que se constatava o fenômeno da monovalência, ou seja, havia um grafema para representar cada fonema, o que seria o ideal da escrita alfabética. Assim, quando o fonema era /s/, pré-dorsodental, grafava-se *ç* ou *c*, e quando era /ś/, ápico-alveolar, registrava-se *s* ou *ss*. Vasconcelos (s/d, p. 21), ao caracterizar o português arcaico na fase chamada galego-portuguesa, reafirma a monovalência, apesar de ainda referir-se ao africamento dos fonemas /s/ e /z/.

Foneticamente há alguns traços importantes: Distinção absoluta e rigorosa na pronúncia (e conseqüentemente na grafia que tenta reproduzir aquela veridicamente e o consegue menos mal) entre *ss* (forte) inicial e medial e *ç* que se pronunciava *ts*: *paaço* < *palatium*, hoje *paço* e *passo* < *passus*.
Igualmente entre *s* (brando) intervocálico e *z* pronunciado provavelmente *ds*: *cozer* < *coquere* e *coser* < *consuere*.

O sistema de quatro sibilantes, refletido na grafia, que fazia oposição entre os fonemas ápico-alveolares e pré-dorsais, parece, no entanto, ter se fixado somente na porção

setentrional de Portugal, dado que no centro-sul e na área da Galiza, já são documentadas confusões gráficas desde o século XIII, conforme afirma Maia (1986, p. 456)

É interessante observar que nos documentos portugueses da região (...) de Entre-Douro-e-Minho [norte] não ocorrem confusões gráficas idênticas às que foram indicadas relativamente à Galiza. E, de facto, era de esperar que assim acontecesse, dado que aquela região é ainda hoje, em parte, zona de distinção entre as sibilantes áptico-alveolares e as pré-dorso-alveolares (...) Pelo contrário, grafias paralelas às acima apontadas em relação à Galiza, ocorrem em documentos do Centro e Sul de Portugal, a partir do séc. XIII.

Mattos e Silva (1991, p. 95), ao citar o trabalho de Cintra, concorda com Maia.

Cintra em artigo já clássico sobre a questão demonstra as ‘confusões’ gráficas que observou em documentos não-literários portugueses e que lhe permitiu defender que elas começam em documentos dos arredores de Lisboa e do sul de Portugal desde os finais do século XIII.

Destarte, a datação do início da confusão na grafia é controversa, como atestam as informações divergentes de Vasconcelos e Maia. A primeira descreve “uma distinção absoluta e rigorosa” na pronúncia e na grafia, durante a época trovadoresca, que se estende do último quarto do século XII, no reinado de Sancho I, até 1350, fase em que a língua é chamada galego-portuguesa pela autora. A segunda afirma que as confusões gráficas são notadas desde o século XIII no centro-sul de Portugal e na Galiza, mas não são observadas em documentos do norte português. A afirmação de Maia, assentada em análises realizadas em manuscritos de diversas regiões do país — por isso com uma clara preocupação de delimitar geograficamente os fatos lingüísticos observados —, talvez demonstre que o sistema das sibilantes não teria se fixado de forma homogênea no território português. A descrição realizada por Vasconcelos poderia, portanto, ser verificada no norte de Portugal, mas não no centro-sul, onde os documentos atestam confusão já no século XIII.

Sendo assim, percebe-se a inegável importância de se informar as origens dos documentos que serviram de base para as análises realizadas, quando se trata da elaboração de teorias acerca das sibilantes nesse período da língua portuguesa, já que as realidades são distintas de acordo com o local onde se produziram os manuscritos, como mostra a extensa pesquisa de Maia.

É interessante observar que o chamado português padrão origina-se justamente nos falares do centro-sul português, onde parece não ter se fixado durante muito tempo a distinção entre os quatro fonemas sibilantes.

Assim como a datação do início da confusão na grafia, a datação do desafricamento também é controversa: os estudiosos parecem não encontrar data unânime para o fenômeno. Considera-se que os trechos reproduzidos abaixo são válidos para o português padrão, uma vez que não é feita nenhuma ressalva indicando que as afirmações são relativas a determinada região de Portugal. Novamente, é Maia (1986, p. 446) que apresenta a datação mais antiga para a transformação das africadas em fricativas: o século XIII.

(...) desde o século XIII, as antigas africadas pré-dorsais — neste caso a pré-dorsal surda —, por perda do momento oclusivo inicial, tinham começado já a transformar-se em fricativas sibilantes pré-dorsais. Além disso, como consequência desse processo fonético, resultou a confusão de /s/ (← /ʃ/) e /s̺/, uma vez que era relativamente pequena a margem de segurança entre os dois fonemas.

Castro (1991, p. 30), apesar de não informar uma centúria precisa, situa o desafricamento no próprio período medieval.

No português medieval, este par [ts] / [dz], que se classifica como de africadas predorso-dentais e correspondia às grafias **c** e **z**, com a variante **ç** para as surdas, sofreu um desafricamento (com perda do elemento oclusivo) e fixou-se no par de fricativas predorso-dentais /s/ e /z/, fonologicamente distintas de /s̺/ e /z̺/.

Mattos e Silva (1989, p. 92) realiza comentário cauteloso sobre a transformação das africadas em fricativas durante o mesmo período.

Não se pode afirmar que já na época da versão A dos *Diálogos* [anterior ao último quarto do século XIV] fossem as predorso-dentais fricativas e não mais africadas, como devem ter sido, de acordo com a sua evolução histórica, uma vez que provenientes de oclusivas latinas seguidas de vogal ou semivogal palatal.

Gonçalves (2003, p. 110) considera que na língua antiga¹¹⁰ havia ainda os fonemas africados, que só seriam simplificados posteriormente.

(...) tendo funcionado na língua antiga dois pares de fonemas (dois fricativos ápico-alveolares e dois africados pré-dorsodentais), oriundos, respectivamente, da fricativa apical latina e da evolução das sequências /k^h/ e /t^h/, o sistema viria depois a simplificar-se, ao ponto de a língua-padrão, devido ao sêsseio, apenas comportar um

¹¹⁰ Apesar de não haver explicação a que período se refere a expressão ‘língua antiga’, o mais provável é que a autora a utilize como sinônimo de ‘português arcaico’, uma vez que ao adjetivo ‘antiga’ contrapõe-se ‘moderna’, qualificador usado por ela na expressão ‘português moderno’, que alude à língua portuguesa de 1500 em diante.

par de fricativas pré-dorsodentais, resultantes do desafricamento das antigas africadas.

A afirmação de Teyssier (2001, p. 59) indica o *terminus ad quem* da transformação: “por volta de 1500, as duas africadas /ts/ e /dz/ tinham perdido o seu elemento oclusivo inicial”.

Chega-se à conclusão, portanto, de que tanto o desafricamento quanto a confusão na grafia iniciaram-se no século XIII. Talvez seja justamente o desafricamento a causa da confusão gráfica, já que os dois pares de fonemas passaram a ser articulados do mesmo modo (sibilantes), com pontos de articulação próximos: alvéolos e palato duro.

Uma informação interessante sobre a articulação dos fonemas sibilantes surdos já no século XVIII é a descrição feita por Monte Carmelo (1767 *apud* GONÇALVES, 2003, p. 109¹¹¹).

«A Semivogal S (...) se profere applicando moderadamente a ponta da língua ao paladar junto aos dentes superiores, e impellindo a ar, como quem assobía». Por contraste com o anterior, <c> «se-pronuncia com a extremidade anterior da lingua applicada brandamente aos dentes superiores».

Maia (1986, p. 447) cita exemplos de diversos documentos dos séculos XV e XVI, do sul de Portugal, com confusões gráficas. A autora comenta a comparação realizada por José Joaquim Nunes entre as duas versões da Regra de São Bento, uma escrita entre 1414-1417 e a outra em 1565. Nunes comprova que desaparece na segunda versão a distinção feita na primeira entre *s* e *ç* e *s* e *z*. Segundo Maia (1986, p. 447), os gramáticos fornecem confirmações das confusões terem se intensificado no século XVI.

Uma outra confirmação de que durante o séc. XVI o facto deve ter avançado muito não só sob o ponto de vista regional, mas sociolinguístico é-nos dada pela análise dos gramáticos desse século. De facto, nem Fernão de Oliveira, que escreveu a *Grammatica da lingoagem portuguesa* em 1536, nem João de Barros na *Gramática da língua portuguesa* (1540) fazem a mais leve referência à confusão de sibilantes. Mas já aludem a ela Duarte Nunes de Leão na *Orthographia da lingoa portvgvesa* (1574) e Pêro de Magalhães de Gândavo nas *Regras que ensinam a maneira de*

¹¹¹ CARMELO, Frei Luis do Monte. *Compendio de Orthographia, com sufficientes Catalogos, e novas Regras, para que em todas as Provincia, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e a Prosodia, isto he, a recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portugueza*. Lisboa: Officina de António Rodrigues Galhardo, 1767, p. 229 e p. 399.

escrever a ortografia da língua portuguesa, com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua (1574).

Ainda a respeito de a mudança ter se intensificado no século XVI, Teyssier (2001, p. 60-62) a confirma.

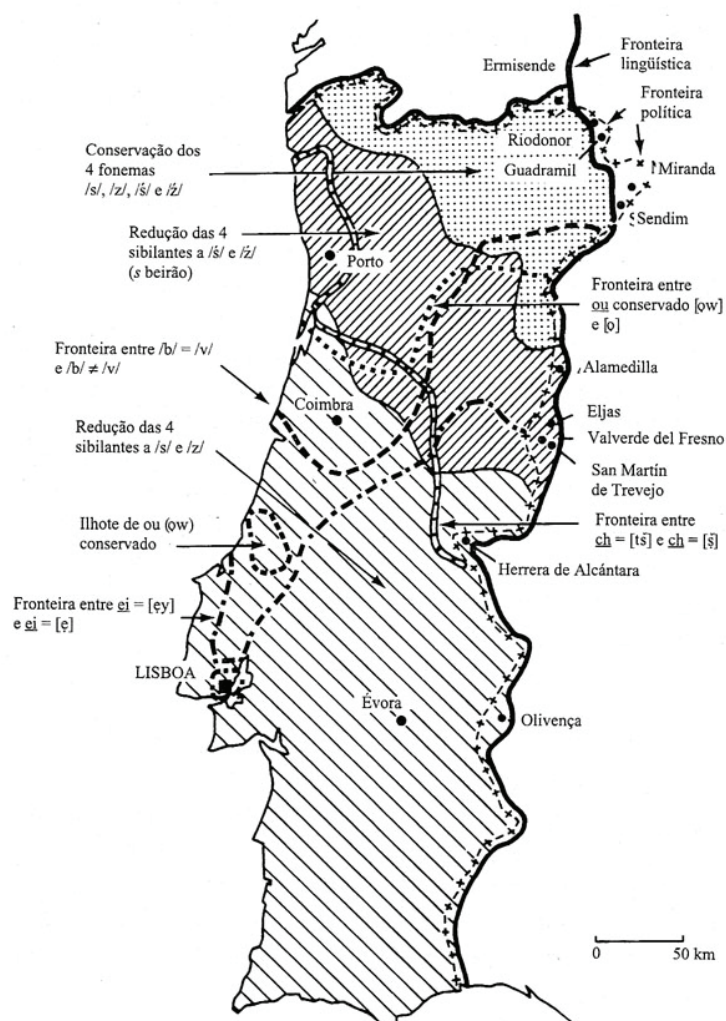
A existência dessas quatro unidades distintas no português do início do século XVI não sofre dúvida. As grafias são sempre muito coerentes: encontram-se somente *ç* ou *c* em *paço, moça, parecer*; só *z* em *cozer, rezão, vezes, vazio*; somente *-ss-* em *passo, disse, nosso, passar*; somente *-s-* em *coser, quiseste, casar, rosa*. (...) Enfim, a *Grammatica* de Fernão de Oliveira (1536) contém uma descrição bastante precisa dos quatro fonemas e permite identificá-los. (...) É pois, [a confusão das sibilantes] uma tendência de origem meridional que se generalizou no século XVI na língua padrão.

O fenômeno de confusão entre as sibilantes, ápico-alveolares e pré-dorsais, ocorrido no sul de Portugal, é conhecido como *seseo* ou *ceceo*¹¹², segundo Ivo Castro (1991).

O *seseio* consiste na confusão entre as sibilantes apicais e predorsais, seguida da transformação das apicais em predorsais, ou, dito de outra maneira, o desaparecimento das apicais, passando as palavras que continham sibilantes apicais a ser produzidas com consoantes predorso-dentais.

O quadro atual das consoantes sibilantes revela a manutenção dos quatro fonemas no nordeste de Portugal, em parte do Minho e de Beira Alta, e em Trás-os-Montes. Ao norte, na província do Entre-Douro-e-Minho, há confusão entre as sibilantes, mas prevalecem as ápico-alveolares. Na região centro-sul também existe confusão, prevalecendo as pré-dorsodentais, sibilantes que se mantêm também no português do Brasil.

¹¹² Utiliza-se aqui a grafia ‘ceceo’, proposta por Houaiss (2001), em oposição à forma ‘seseio’, utilizada por Castro.



Mapa 1 – Portugal: fronteiras dialetológicas¹¹³.

Sobre as razões da prevalência das pré-dorsais no Brasil, pode-se afirmar que estão pouco ligadas a uma suposta maior quantidade de portugueses provenientes do centro-sul terem vindo para a colônia. Segundo Teyssier (2001, p. 98), “o que sucedeu, de fato, foi que os colonos portugueses do Brasil elaboraram uma *koiné* por eliminação de todos os traços *marcados* dos falares portugueses do Norte e por generalização das maneiras *não marcadas* do Centro-Sul”.

No século XVIII, portanto, período em que foram escritos os documentos que compõem o *corpus* desta pesquisa, restavam apenas dois fonemas sibilantes no português padrão, os pré-dorsodentais, /s/ e /z/, tanto em Portugal quanto no Brasil. Em virtude disso, a

¹¹³ Extraído de Teyssier, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 58.

chance de ocorrer variação na representação deles é maior, visto que se perde a monovalência, pois a um fonema passam a corresponder dois ou mais grafemas: no caso da sibilante surda, há os grafemas *ç*, *c*, *s* e *ss*; e, no caso da sonora, *z*, *s* e *x*.

No *Sermão da Sexagésima*, datado de 1655, o Padre Antônio Vieira (1981, p. 23) utiliza-se das distintas articulações das sibilantes no seguinte trecho: “Os de cá, achar-vos-eis com mais paço; os de lá, com mais passos: *Exiit seminare*. (grifo nosso)”. Portanto, mesmo que na língua padrão o sistema tenha se reduzido a apenas um par de sibilantes, o trecho indica que, articulados como pré-dorsal e como ápico-alveolar, os grafemas *ç* e *-ss-*, respectivamente, ainda eram percebidos como um par de oposição fonológica, o que facilitaria a compreensão do trecho do sermão pelos fiéis¹¹⁴.

2.3 A norma gráfica

Conforme observado, a perda da distinção fônica entre os dois pares de fonemas sibilantes, pré-dorsodentais e ápico-alveolares, gerou a polivalência: havia mais de um grafema para representar o mesmo fonema.

É interessante observar como se comportava a ortografia da língua portuguesa na época para verificar como eram tratados os grafemas utilizados para representar as sibilantes. Tradicionalmente, divide-se a história da ortografia portuguesa em três períodos: fonético, pseudo-etimológico e período da reforma. O primeiro deles, que perdurou até o século XVI,

¹¹⁴ É interessante notar que ainda há poucas décadas, no início da alfabetização, as professoras se utilizavam de certas oposições fonológicas, inexistentes no português brasileiro, para marcar a diferença no uso dos grafemas homofônicos. No caso das sibilantes, convém lembrar a diferença forçada de pronúncia entre *-sc-* e *-c-* em vocábulos como *nascer* e *doce*.

caracterizava-se por uma escrita colada à pronúncia. Tavani (1987, p. 201-202) faz uma importante consideração sobre esse período.

(...) os amanuenses que se viam na necessidade de pôr por escrito documentos legais e textos literários numa língua vernácula ainda jovem esforçavam-se por representar os sons do modo que lhes parecia mais fiel, adaptando velhas grafias caídas em desuso ou inventando-as de fresco, de modo a poderem reproduzir sons que não tinham existido em latim. (...) a falta de uma tradição de escrita ou sequer de um acordo mínimo entre os escribas tornou-se responsável pelas muitas incongruências dos textos antigos: chega a acontecer um mesmo som ser representado de modos diversos dentro da mesma palavra, ou sons diferentes serem representados por uma única forma gráfica.

As sibilantes pré-dorsais são um exemplo dos sons que não existiam em latim. Para representá-las, recupera-se o *z* visigótico, que será a origem tanto do grafema *z*, no caso da sonora, quanto do *ç*, no caso da surda. Segundo Maia (1986, p. 25), “a origem da cedilha remonta exactamente a essa evolução do *z* visigótico (ξ), quando o *z* se tornou menos acentuado do que *c*, acabando por ser um elemento secundário relativamente à parte superior da letra”.

O segundo período, chamado etimológico ou pseudo-etimológico, inicia-se no século XVI, com o Renascimento, e perdura até o início do século XX. Buscava-se nessa época recuperar os étimos das palavras no latim e no grego para escrever da forma mais correta, de acordo com os clássicos. Tavani (1987, p. 202) faz uma ressalva: “o despertar dos estudos humanísticos veio difundir o uso de grafias etimológicas (...), denotando o desejo de justificar as palavras vernáculas através das suas antecedentes latinas ou gregas, genuínas ou como tal imaginadas (grifo nosso)”. Ou seja, os ortógrafos e os homens cultos justificavam a grafia que conferiam às palavras assentados no rigor etimológico, porém, muitas vezes, como será verificado a seguir, desviavam-se do étimo, propondo grafias inexistentes no latim ou grego. Por outro lado, a tentativa de se aproximar do latim forçava a pronúncia de letras que já haviam caído em desuso na língua portuguesa, como o *g* de *digno* (TAVANI, 1987, p. 203).

Somente no século XX vem a lume a primeira norma gráfica portuguesa, com dois séculos de atraso em relação às suas vizinhas, Itália e Espanha, que já no século XVIII tinham suas normas fixadas. Adiante se explica a gênese da norma publicada em 1911.

Resta verificar primeiro se haveria, no século XVIII, algum tipo de norma estabelecida, mesmo que não oficial, que pudesse guiar os escribas na escolha acertada entre um ou outro grafema, e como a questão das sibilantes foi resolvida quando do estabelecimento da ortografia oficial, no século XX.

A autora Rita Marquilhas, em sua obra *Norma Gráfica Setecentista – Do Autógrafo ao Impresso* (1991), pesquisa originais de imprensa, que são os testemunhos que serviram, na tipografia, para a composição de um texto impresso. A importância desse tipo de material reside no fato de serem testemunhos diretos dos momentos da redação: contêm os manuscritos do autor na sua versão final e a primeira impressão de um texto.

A partir da análise de originais de imprensa de quatro autores do século XVIII, Marquilhas (1991, p. 8) busca a existência de uma norma gráfica setecentista comum, que não se concretiza:

Do conjunto, saltou uma conclusão importante: a de que, apesar de no século XVIII se terem criado em Portugal excepcionais condições culturais para a convenção de uma única ortografia, essa convenção nunca chegou a ser celebrada, nem sequer tacitamente, podendo falar-se apenas de várias ortotipografias, umas vezes paralelas, outras vezes divergentes.

De acordo com a autora, Portugal possuía um ambiente propício para a criação de uma norma: normatividade de um socioleto da Corte, com código escrito privativo; caracteres tipográficos nacionais, sem sujeição aos tipos importados; criação de oficina vinculada ao órgão central do poder; e o ensino do português oficialmente decretado, orientado por um único texto programático. Porém, “o conteúdo das ações humanas pode muitas vezes contrariar as possibilidades e os limites estabelecidos pela consideração prévia de uma situação global” (MARQUILHAS, 1991, p. 15).

Segundo Marquilhas (1991, p. 15), os originais de imprensa geram uma lista de variantes gráficas, que apresentam

discordância considerável (mas não generalizada) entre os sentidos que tomam as diversas atitudes de correção ortográfica. O facto de poder falar-se em ortografias oficiais para as tipografias do século XVIII (...) não é generalizável a ponto de ser autorizada a referência a uma maciça opção gráfica nacional.

De acordo com a autora, portanto, não se pode falar em uma norma gráfica setecentista. Apesar de as condições serem propícias para a fixação de uma norma, fatores externos à língua dificultaram o processo, conforme se observa no trecho abaixo (1991, p. 16).

a urgência na fixação de uma única escrita normativa, se era cada vez mais sentida, era também, ao mesmo tempo, progressivamente perturbada pela constante alteração das grandezas sociais; a consequência foi a de se não terem reunido condições para que se convencionasse um único conjunto de regras gráficas. A tentação que constituía a forte procura de manuais orientadores levou a que a produção do género fosse múltipla e dispersa; os compêndios de ortografia sucediam-se à medida que era renovada a decisão do tipo «desta vez é que é mesmo a sério». E nunca era.

Apesar de não se poder afirmar que havia uma norma gráfica, é certo que os donos de tipografias e os homens cultos de Portugal tinham acesso às gramáticas e ortografias da época, que tentavam estabelecer o uso correto e adequado da língua portuguesa.

Partindo-se desse pressuposto, procura-se verificar se as ortografias publicadas no século XVIII ditavam regras coerentes sobre a correta forma de representar as sibilantes. Foram selecionados três ortógrafos da época: Jeronymo Contador de Argote (1725), Madureira Feijó (1734) e Caetano de Lima (1736).

A primeira ortografia, de Contador de Argote, utiliza um sistema didático, de perguntas e respostas, para ensinar o valor das letras e dos sons. Ao comentar sobre as letras que uma vez têm um som e outras vezes, outro, Argote (1725, p. 344-345) explica o papel do *c*, do *s* e do *z*:

D. A letra C quando pega com a letra E, ou I, tem som da letra S, assim como *Ceo*, *Cinto*; quando pega com a letra A, O, V, tem som diverso da letra S, assim como *Camelo*, *Coco*, *Cura*.

M. E quando a letra C pega com A, O, V, e tem por bayxo huma plica?

D. Entaõ conserva o som da letra S, assim como *Moço*, *Moça*, *Doçura*. (...)

M. Explicay a letra S.

- D. A letra S em muitas palavras tem o som da letra Z, assim como *Fermoso, Resa*.
 M. Explicay a letra Z.
 D. Z no fim das palavras tem o som da letra S, assim como *Vez, Noz, Foz*.

O ortógrafo, em primeiro lugar, confirma a redução do quadro de quatro sibilantes a apenas duas quando afirma que tanto o *c* antes de *e* e *i* quanto o *ç* têm o som de *s*. Ou seja, Argote, no início do século XVIII, não faz qualquer referência à existência de outro par de fonemas sibilantes no português padrão. Percebe-se também que não há uma regra ou indicação que auxilie na escolha do grafema a ser utilizado para representar a sibilante, surda ou sonora. Comenta-se apenas que, em muitas palavras, a letra *s* tem som de *z*, não explicando quando se deve grafar com uma ou com outra letra.

Ao discorrer sobre os erros comuns de ortografia, divide-os em quatro modos: diminuição (escreve-se a palavra com menos letras do que deveria ter: *eclise* por *eclipse*), aumento (escreve-se a palavra com mais letras do que deveria ter: *metter* por *meter*), por mudança (no lugar de uma letra coloca-se outra, ou escreve-se com letra maiúscula onde seria minúscula) e por transposição (quando se coloca a letra em lugar errado: *frol* por *flor*). Quando trata do erro por mudança, Argote (1725, p. 349) usa como exemplos justamente as trocas de *s* por *z*: “Quando escrevemos *Cazo* em lugar de *Caso*, mudando o S em Z”.

Novamente não há disposição de regra que auxilie na escrita correta, Argote (1725, p. 349) afirma apenas que “as regras da Ortographia Portugueza a mayor parte depende de alguma noticia da lingua Latina, e como este tratadinho se faz para os que ainda naõ sabem a lingua latina, he escusado repetir essas regras”. Entre as sete regras que o autor repete, apenas uma relaciona-se com as sibilantes, a terceira: “a letra C quando vem antes de A, O, U, e se pronuncia como S, poem-selhe huma plica em bayxo, assim como *Caça, Corça, Çumo*” (1725, p. 350).

Madureira Feijó (1734, p. 2), por sua vez, constrói sua ortografia fundamentando-se na forma correta de pronunciar as palavras, conforme anuncia no início de sua obra.

Todos dizem, que devemos escrever como pronunciamos; mas nenhum ensina como devemos pronunciar, para assim escrevermos. Quem não sabe, que toda a causa de innumeráveis erros na Orthografia, he a multidão dos erros, que andão introduzidos na pronunção? E eu dissera, que mais facil he escrever com acerto, do que pronunciar sem erro; porque na Orthografia poderiamos imitar aos melhores Auctores, que escreverão na nossa lingua; porque vemos como elles escreviaõ: mas na pronunção não os podemos imitar; porque não sabemos como elles pronunçavaõ. Esta queixa faziaõ ja os antigos Grammaticos no seu tempo, dizendo: que tinhaõ as oraçoens de Cicero para aprenderem a compor, e escrever como elle; mas que não tiverãõ a fortuna de o ouvirem orar, para saberem como elle pronunçava a lingua latina.

Diferentemente de Argote, Madureira Feijó (1734, p. 44) aponta duas diferentes pronúncias para as sibilantes surdas, descrevendo inclusive o modo correto de pronunçá-las.

Ja dissemos, que o *C* como *C* se pronuncia com a extremidade anterior da lingua tocando nos dentes quasi fechados, em quanto sahe o seu som, que he suavemente brando. O *S* pronunçia-se com a ponta da lingua moderadamente applicada ao paladar, junto aos dentes de cima com os beiços abertos, em quanto sahe hum som quasi assobiando do meyo da bocca; como se percebe nestas palavras *Sancto*, *Sá*, *Sé* etc. Pois se esta he a rigorosa, e propria pronunção do *S*, como se equivoca com a do *C*, que he taõ diversa? Se os sons são diversos, como pode ser a consonancia a mesma? Demos a cada huma destas letras a diversidade da sua pronunção, e logo se perceberá a diversidade de *Sá*, ou *Ça*, *Sé*, ou *Ce*, *Si*, ou *Ci*, *So*, ou *Ço*, *Su*, ou *Çu*. Pronunçia-se *Çapato*, e *Sapato*; *Maça*, e *Massa*; e diga quem não he surdo a differença, que percebe entre hum, e outro som.

O certo he, que os sons destas duas letras não se equivocaõ, e nós somos os que erramos a nossa pronunção, e por isso duvidamos.

O ortógrafo, portanto, descreve os dois fonemas sibilantes surdos, que, no século XVIII, já teriam sido reduzidos a um (pré-dorsal) no português padrão: o primeiro, descrito como “C”, seria o pré-dorsal, e o segundo, descrito como “S”, seria o ápico-alveolar. Pelo modo como a descrição é feita, parece que todos os falantes da época realizavam a distinção entre os dois sons: “e diga quem não he surdo a differença, que percebe entre hum, e outro som”. Porém, deve-se considerar o caráter autoritário e disciplinador dos ortógrafos e gramáticos do período, que muitas vezes deixavam de refletir o uso corrente da língua, preocupando-se com a criação de regras e formas de contenção da evolução natural do idioma. Convém ressaltar que o Pe. Madureira Feijó nasceu no distrito de Bragança, norte de Portugal, onde ainda hoje prevalece o sistema de quatro sibilantes.

Madureira Feijó (1734, p. 47) faz ainda uma crítica aguda a Bluteau, que havia proposto a redução do *ç* a *s*. Nesse momento, há menção aos dialetos portugueses:

O doutissimo Bluteau diz, que por evitar a variedade, que achou no uso do Ç e do S, as reduzio todas á classe do S. E eu digo, que desta classe so pôdem ter bons discipulos os Interamnenses [região de Entre-Douro-e-Minho], que por vicio patrio affectaõ sempre a pronunciação do S, e dizem *Cabesa, Sima, Simalha* etc. E nas palavras acima referidas, ou havemos de mudar a pronunciação Portugueza universalmente usada dos mais doutos, e sabios da Corte, das Universidades, e dos pulpitos; ou se haõ de escrever com Ç e as mais, que dellas se derivarem.

Nesse trecho, o ortógrafo faz referência ao chamado ‘s beirão’, que seria a sibilante apical, que predomina ainda hoje na zona noroeste-centro-leste de Portugal, onde praticamente não existe o fonema pré-dorsal do português padrão.

A respeito da sibilante sonora, Madureira Feijó (1734, p. 95-109) faz as seguintes considerações:

Os latinos nas palavras, que se escrevem com hum so S, entre duas vogaes, pronunciaõ o S como Z : v.g. *Musa, Casus, Physica, Philosophia, Risus* etc. Os Portuguezes á sua imitação escrevemos, e pronunciamos do mesmo modo todas as palavras, que delles participamos; como *Musa, Caso, Acaso, Riso* etc. E podem ser regra geral todas as que acabaõ em *ósa*, e *ôso*; como *Amorósa, Amorôso; Cuidadósa, Cuidadôso; Babósa, Babôso* etc. (...) E como ha outras muitas palavras, que se escrevem com hum so S, e se pronunciaõ como Z, as quaes naõ vem a regras certas, vejase adiante na letra Z, as que se escrevem com Z no meyo das vogaes, e excepto essas, todas as mais se escreverám com S. (...) Como a letra Z senaõ equivooca com nenhuma outra na pronunciação, e so o S entre duas vogaes se pronuncia como elle, naõ podem fazer duvida as palavras, que principiaõ por Z, porque a pronunciação as ensina. (...) *Das palavras, que se escrevem com Z intermedio*. Esta regra he mais difficultosa, por serem muitas as palavras, que entre duas vogaes se escrevem com hum so S, e se pronuncia como Z.

Ao descrever a letra *s*, Madureira Feijó (1734, p. 94) comenta sobre as palavras que se escrevem com *s*, mas que, entre duas vogais, têm o som de *z*: “A duvida mayor no uso do S he, quando se ha e escrever simplez, ou dobrado; porque escrevendose simplez, humas vezes sôa como S, e outras como Z”. Sobre esse fato diz não haver regra certa, por isso elabora uma lista com as palavras que apresentam *z* medial, indicando que as que não constarem dessa relação deverão ser escritas com *s*. Note-se que, diferentemente do surdo, no caso do fonema sonoro, Madureira Feijó não faz qualquer menção a uma possível pronúncia distinta entre *s* intervocálico e *z*.

Caetano de Lima (1736, p. 102-104) concorda com seu colega ao tratar da dificuldade de estabelecer regra para o uso de *s* ou *z* e confirma que a pronúncia era a mesma.

Ha muita dificuldade em averiguar, quando se deve escrever *S*, ou *Z* entre duas Vogaes, pois que a pronuncia he a mesma. A regra mais certa, que póde haver nesta materia, he escrever com *S* as palavras, que se derivarem do Latim, e tiverem *S* na ditta lingua, como entre outras as seguintes.(...) Naõ sendo as palavras derivadas do Latim, se escreveraõ com *Z*, principalmente nas terminaçoens AZA, EZA, IZA, OZA, UZA, AZO, EZO, IZO, OZO, UZO, por serem muy proprias da lingua Portugueza; e em outras occasiões, como se vê da lista seguinte. (...) Quando digo que naõ sendo as palavras derivadas do Latim, se escreveraõ com *Z*, fallo das que naõ saõ derivadas immediatamente, como he *Thesouro* de *Thesaurus*, ou que naõ tem *S* no Latim, como succede em *Agudeza* de *Acutus*, em *Catorze* de *Quatuordecim*, e outras semelhantes.

Discordam os dois ortógrafos, porém, ao tratar dos sufixos -osa e -oso. Enquanto Madureira Feijó recomenda o uso de *s*, Caetano de Lima indica o uso de *z*, utilizando o argumento de não serem “palavras” derivadas do latim. A regra que o último tenta propor se relaciona justamente à etimologia do vocábulo: “naõ sendo as palavras derivadas do Latim, se escreveraõ com *Z*”. Caetano de Lima ignora, portanto, a verdadeira origem de tais sufixos, uma vez que provêm justamente do latim: “-*ósus,a,um* 'abundancial, intensificador', formador de adjetivos sobre rad. nominais, pelo lat.vulg. -*osu/-osa*” (HOUAISS, 2001).

Além da discordância sobre o grafema correto a ser utilizado nesses sufixos, Caetano de Lima (1736, p. 75) também parece não concordar com Madureira Feijó quando descreve as sibilantes surdas, já que não faz nenhuma alusão às diferentes maneiras de se pronunciar o *c*, *ç*, *ss* e *s*, dizendo ter dificuldade em afirmar quando se usa um outro grafema: “a grande difficuldade consiste em saber quando devemos usar de Ç ou de dous SS, e ainda de hum só S, visto terem estas letras muitas vezes a mesma força.”. O ortógrafo, ao tentar estabelecer uma regra acertada, recorre à etimologia dos vocábulos, seguindo o mesmo procedimento que adota em relação à sibilante sonora.

Um fato curioso sobre a obra de Caetano de Lima (1736, p. 211) é um suplemento elaborado em defesa da letra *z*, que aparece no fim de sua ortografia. Segundo o autor, alguns críticos desnaturalizaram a letra *z*, sem razão, pois a entrada da letra no alfabeto português não se deve ao capricho de alguns autores, mas a uma tendência que se observa em várias nações do mundo: os caldeus e hebreus, entre outros, passaram a letra aos gregos, de quem os

romanos tomaram para representar o som [dz]. Seu uso inicial estava, portanto, ligado à africada [dz], que posteriormente se transformaria na sibilante pré-dorsal /z/, representada pelo grafema *z*. Gonçalves (2003, p. 129) faz referência ao suplemento elaborado pelo ortógrafo, afirmando que Verney também defende o grafema *z* de forma muito semelhante a Caetano de Lima: “É possível que o Barbadinho [Verney] tivesse sob os olhos o suplemento de Caetano de Lima, cuja *Orthographia* ele conhecia directamente, visto ser citada várias vezes na *Carta I do Verdadeiro Método de Estudar*.”.

Na tabela 8, encontra-se um resumo do que se verificou acerca das sibilantes nas ortografias de Contador de Argote, Madureira Feijó e Caetano de Lima.

Tabela 8 – Resumo de regras para o uso de sibilantes.

	Contador de Argote (1725)	Madureira Feijó (1734)	Caetano de Lima (1736)
Sistema de Sibilantes	Não faz referência à variação dialetal.	Faz distinção somente entre as sibilantes surdas: <i>c/ç</i> e <i>s/ss</i> .	Não faz referência à variação dialetal.
Regras	Não dispõe regra para a escolha de um ou outro grafema. Recomenda o estudo do latim para se escrever corretamente.	Sobre as surdas, recomenda observar a pronúncia distinta para escolher entre <i>c/ç</i> e <i>s/ss</i> . Sobre as sonoras, afirma ser difícil estabelecer regra, por isso faz uma relação das palavras com <i>z</i> intervocálico, afirmando que as demais se escreverão com <i>s</i> .	Tanto sobre as surdas quanto sobre as sonoras, afirma ser difícil estabelecer regras. Recomenda que se as palavras forem derivadas do latim e tiverem <i>s</i> ou <i>-ss-</i> , deverão ser grafadas com <i>s</i> ou <i>-ss-</i> . As palavras só devem ser escritas com <i>c/ç</i> e <i>z</i> se forem originariamente portuguesas ou se for remota a sua derivação do latim.

Como se pôde observar, não havia consenso entre os ortógrafos sobre o uso correto dos grafemas para representar as sibilantes. Se alguns se referiam à variação dialetal, outros nem a mencionavam, como se não houvesse em Portugal tamanha variedade diatópica.

Quando justificavam determinado uso pela etimologia, muitas vezes se equivocavam e propunham regras que se afastavam da origem dos vocábulos.

A confusão na grafia só seria discutida oficialmente no início do século XX. A primeira norma gráfica oficial é publicada em 1911, em Portugal. Tal norma não é oficialmente decretada no Brasil, que só conhece a primeira legislação ortográfica em 1931.

Talvez o maior responsável pela elaboração de uma ortografia oficial, Gonçalves Viana publica, em 1904, a *Ortografia Nacional*. Em sua obra, há diversas considerações a respeito da plurifonia dos grafemas *c*, *ç*, *s*, *-ss-* e *z*, que são estudados sob diversos aspectos, para que se proponha, no final do estudo, a regra mais acertada para facilitar a escrita de vocábulos que tivessem tais grafemas.

No capítulo I da obra, sobre o sistema português de escrita, o filólogo (1904, p. 24) comenta que o grafema *s* do abecedário romano, “mesmo entre vogais, tinha o valor do *ç* português, como é actualmente pronunciado”. Mais à frente, na p. 30, há referência às diferentes pronúncias dos dialetos portugueses, que servirão de justificativa, ao lado do aspecto histórico, para a manutenção dos diversos grafemas utilizados na representação das sibilantes.

Na pronúncia do centro do reino, e na actual culta de todo êle, são iguais entre si no valor os seguintes símbolos: **ch** e **x**; **s** inicial, **ss** medial e **ç** ou **c** antes de **e** e **i**; **s** entre vogais e **z**. Não o são, porém, no falar no povo das províncias do norte, nas aldeias e campos sobretudo, nem o eram antigamente. É necessário, como veremos, manter-se a distinção entre êstes símbolos, porque pertence á história da língua, e quási sempre se tem feito, e porque a abolição da diferença a deformaria e interromperia a sua continuidade literária, ao mesmo passo que a escrita deixaria de corresponder á pronúncia dialectal, que ainda distingue palavras em que essas letras figuram, e que se tornaram homónimas no idioma literário. São letras etimológicas dentro do português, representam factos fonéticos que lhe pertencem, ou pertenceram, e não devem ser menosprezados numa ortografia nacional, que represente o idioma total até o presente, e haja de ser perdurável no futuro.

No capítulo III, ao tratar do emprego do abecedário português, Viana (1904, p. 111-124) descreve o quadro dos grafemas utilizados para representar as sibilantes e propõe três soluções para facilitar a ortografia, optando por uma delas. Começando pelo recorte etimológico, por meio do qual justifica o emprego de *ç* no lugar do *s* árabe e propõe o

restabelecimento da antiga escrita nos vocábulos provenientes do latim que tiveram sua grafia abusivamente alterada, Viana (1904, p. 111) afirma que

outro modo mais simples de resolver a questão seria proscrever o **c**, **ç** com valor de *s*, e o **s** com valor de *z*. Esta simplificação, além de ter de abranjer grandíssimo número de palavras, e de ser historicamente falsa, tornaria a escrita incapaz de representar a pronúncia antiga e a de Trás-os-Montes, por exemplo, na qual ainda perdura a distinção de *ç* e *s*, e a de *z* e *s* medial.

A seguir, o autor propõe três formas para facilitar o emprego dos grafemas acima. A primeira delas sugere a proscrição absoluta de *c(e)*, *c(i)* e *ç*, que deveriam ser substituídos por *s* no início e por *ss* no meio das palavras; e a proscrição de *s* medial com valor de *z*, que deveria ser substituído por *z*. Ao final da proposta, o autor mesmo (1904, p. 112) já faz sua crítica a “esta regra de ortografia moderníssima e puramente empírica (...) que bastante contribuiu para deformar os vocábulos portugueses”.

A segunda solução dada por Viana propõe a proscrição do *ç* inicial e do *s* com valor de *z*, com a manutenção do *ce*, *ci* e *ç* medial, quando originados do *ce*, *ci* ou *ti* latinos. A terceira proposta, à qual o autor dá preferência e efetivamente utiliza para o estabelecimento da ortografia, é reproduzida a seguir.

3º Escrever com todo o rigor etimológico, e em harmonia com a escrita antiga e a pronúncia dos dialectos setentrionais, **s** como representante de *s* latino, quer surdo, quer sonoro (=z), duplicando-o entre vogais quando tenha o valor de inicial; **z** como representante de *Z*, *CI* ou *TI* latinos, e de *zz* arábicos, e ainda como substituto de *ss* arábicos em fim de sílaba; **ce**, **ci** e **ç**, como representantes de *ce*, *ci* e *ti* latinos, e de *ss* arábicos iniciais de sílaba, restabelecendo-se o uso do *ç* inicial, correspondente a *z* inicial do castelhano moderno, *ç* do antigo, e que sem a mínima razão foi proscrito.

Tal proposta tem, portanto, suas justificativas assentadas no rigor etimológico, na harmonia com a escrita antiga e na pronúncia dos dialetos setentrionais. Destarte, é a que mais se relaciona ao conceito *stricto sensu* de ortografia, que se baseia em uma tríade: etimologia, fonética e uso. Como informa Gonçalves (2003, p. 221), esses três princípios remontam à Antiguidade, “numa repetição quase tautológica de definições lapidares, sobretudo de Quintiliano e Horácio, nas quais estes resumiam a teoria cristalizada nos textos de gramáticos e ortógrafos criadores da tradição greco-latina”.

Após a escolha da melhor solução ortográfica para o sistema de sibilantes, Viana (1904, p. 113-114) procura datar a confusão entre os grafemas, fundamentando-se nas ortografias do século XVII e nos textos literários, donde conclui que a confusão iniciou-se no sul, em meados de Seiscentos; bem posterior, portanto, à datação que Maia informa: século XIII. O autor faz uma ressalva, porém, em relação às surdas (*ç* e *s/ss*), afirmando que a confusão entre elas deve ser posterior, uma vez que não se encontram exemplos nos escritores quinhentistas e seiscentistas.

A esse propósito, Viana (1904, p. 114) comenta que na edição das obras de Camões, realizada pela Biblioteca Portuguesa, há alterações na grafia de vocábulos finais de versos visando a rima. A palavra “madrão”, por exemplo, aparece ora com *-ss-* para rimar com “passo”, ora com *ç* para rimar com “pedaço”. O comentário do filólogo (1904, p. 115) é incisivo: “Assim se brinca levianamente com os nossos escritores clássicos, reformando-lhes os vocábulos”.

Após explicar o correto uso de *s* e *z* finais, Viana (1904, p. 118) faz importante consideração acerca da ortografia portuguesa, que deve levar em consideração tanto a variação dialetal quanto a etimologia.

A escrita dos vocábulos tem de servir para todo o reino, e é por isso que os preceitos ortográficos hão de regular-se pelo conhecimento das condições e vicissitudes de pronúncia de todos os dialectos da língua pátria, sem representarem particularmente nenhum, nem no tempo, nem no espaço. É isto condição essencial para sua aceitação. (...) Convém, portanto regular com todo o rigor etimológico o emprêgo das letras seguintes:

z e *s* **mediais**? – *gozar, ousar, baptizar, analysar.*

z e *s* **finais**? – *noz, nós.*

ç e *s(s)* **mediais**? – *paço, passo.*

(*ce, ci*) *ç* e *s* **iniciais**? – *çarça, salsa, cera, seira.*

sc e *c* **iniciais**? – *sciencia, centelha.*

No capítulo IV, ao tratar das distinções históricas e dialetais de pronúncia, Viana (1904, p. 147) resume a questão das sibilantes, que havia detalhado no capítulo anterior:

3. Os antigos, como ainda actualmente os trasmontanos e parte dos beirões e minhotos fazem distinção entre *ç* de *ss* ou *s* inicial, e entre *z* e *s* medial: assim, *paço* e *passo*, *cela* e *sela*, *cozer* e *coser* não eram antes nem são hoje ali confundidos, como o são no sul do reino actualmente, e desde o século XVII, pelo menos: o *s* e *ss* valiam por *ç*, e o *s* medial por *z*, subcacuminais, convém saber, proferidos com o

ápice da língua no ponto em que pronunciamos o *r* de *querer*. A confusão deve ter-se manifestado no século XVII, começando talvez já no XVI entre *z* e *s* medial.

No último capítulo da obra, dedicado às conclusões, ou seja, à proposta propriamente de uma “Ortografia nacional”, Viana indica (1904, p. 290) nas regras 15, 16 e 17 como hão de se representar as sibilantes¹¹⁵.

14. Distinção rigorosa entre *ç* (*ce, ci*) e *s* inicial, ou *ss* entre vogais, restabelecendo-se o *ç* inicial onde haja sido indevidamente substituído por *s*: *paço* e *passo*, *rocio*, *rossio*, *Seia*, *Sintra*, *sossêgo*, *Buçaco*, *çapato*, *çarça*.

16. Diferenciação rigorosa entre *z* e *s* em meio de vogais: *defesa*, *siso*, *Luísa*, *avareza*, *juízo*; e não, **defeza**, **sizo**, **avaresa**, **juiso**; *portuguesa*, *portugueses*, e não, **portugueza**, **portuguezes**.

17. Diferenciação rigorosa entre *s* e *z* final: *três*, *português*, *marquês*, e não **trez**, **portuguez**, **marquez**; mas *Díaz*, *Rodríguez*, *Márquez*, e não, **Dias**, **Rodrigues**, **Márques**.

O estabelecimento da primeira ortografia oficial, em Portugal, acontece somente em 1911. Por meio de um ofício, datado de 17/12/1910, o chefe do serviço da revisão da Imprensa Nacional, Sr. José António Dias Coelho, alerta o administrador geral do órgão, Luís Derouet, sobre a “anarquia ortográfica”, que provocava descrédito e prejuízos pecuniários, uma vez que as composições sofriam muitas emendas, o que acabava por atrasar os trabalhos de impressão ou exigir novas impressões. O funcionário comenta sobre a necessidade de se fixar uma ortografia única, já apontando a obra a ser seguida para se alcançar êxito: “Em meu entender deverá adoptar-se a que no seu livro *A Ortografia Nacional* preconiza a maior autoridade no assunto, o doutíssimo filólogo Gonçalves Viana” (BASES, 1911, p. 4).

O administrador geral da Imprensa Nacional, em 14/1/1911, encaminha o ofício do chefe da revisão, seguido de seu parecer positivo, ao diretor geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. Em 15/2/1911, o Ministro do Interior assina uma portaria nomeando a comissão que ficaria encarregada de fixar as bases da ortografia.

A comissão, presidida por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos e composta de dez membros, inicia suas reuniões em março do mesmo ano. Em setembro de 1911, é publicada

¹¹⁵ Na edição consultada (Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1904), pula-se o algarismo 15 na enumeração das regras, repetindo-se o algarismo 14 em duas regras subseqüentes.

pelo Ministério do Interior, como resultado dos trabalhos dos estudiosos, uma proposta ortográfica intitulada *Bases para a unificação da Ortografia que deve ser adoptada nas Escolas e Publicações Oficiais*.

Em relação às regras sobre as sibilantes dispostas por Viana na *Ortografia Nacional*, são realizadas algumas alterações nas *Bases para a unificação da Ortografia...* (1911, p. 8-9).

Poucas e de pequena importância relativa foram as modificações que a Comissão entendeu conveniente que se fizessem no sistema ortográfico ali proposto e seguido, e essas foram adoptadas para que elle ficasse mais em harmonia com modos de escrever que, conquanto menos consequentes, se tornaram já, a bem dizer, habituais; e tais modificações em preceitos, que o autor daquelas obras defendera com razões históricas cuja valia a Comissão reconheceu, tiveram por causa o considerar a Comissão que alguns d'elles eram em demasia prematuros, e um ou outro já extemporâneo, em virtude de usos ortográficos radicados e que se não devem considerar absolutamente como erros scientificos. (...)

O autor, membro da Comissão, concordou com todas essas modificações, e votou com a maioria da Comissão em todas elas. (...) Os preceitos da segunda espécie, que, se bem que perfeitamente motivados nas propostas do autor do Questionário, a Comissão julgou já de há muito fora do uso comum, são principalmente o emprêgo de ç inicial, e o do z final, com o valor actual de s, em sílaba átona, que sobretudo figura na última sílaba de muitos nomes patronímicos, como Gonçálvez, Nunez, que presentemente se escrevem Gonçalves, Nunes, com -es, em opposição à sua etimologia, a desinência latina *ici*, de genetivo. Esses nomes e vocábulos, como ourives, simples, mesquinho, continuarão pois a escrever-se com s final de sílaba, na ortografia comum.

As regras propostas por Viana em 1904, sobretudo as do uso de ç inicial e z final, mesmo fundamentadas em argumentos históricos, são substituídas por outras, que se apóiam no uso corrente do idioma. De acordo com a comissão, Viana concordou com as alterações.¹¹⁶

A justificativa para a manutenção de todos os grafemas utilizados para representar as sibilantes está ligada à pronúncia e à história da língua (BASES, 1911, p. 16).

A diferenciação gráfica, conforme a sua origem, entre *se, si, e ce, ci*, iniciais, entre ç e *ss* mediais, bem como a que ainda dialectalmente subsiste entre *z* e *s* intervocálicos, ou *x* e *ch*, ou *ô* e *ou*, pertencem à história da língua, e a Comissão conserva-as, regulando-as com o maior rigor; pois ficaria em contradição com essa história se, o que fôra relativamente fácil, optasse por escrever sempre *z* entre vogais, e sempre *s* em finais de vocábulos; porque não seria lícito, nem ninguém lhe aceitaria, substituir *ce, ci, ç*, por *s* ou *ss*, em milhares de vocábulos e formas, que sempre se tem conservado diferentes na sua escrita, e com bons fundamentos.

Neste pressuposto, prescreve que *ce, ci, ç* ou *z* final de vocábulos correspondam a *ci, ti* latinos, a *ss* arábicos; e *s, ss* a *s* ou *ss* latinos; e, por outra parte, que *z* corresponda a *z*, ou *ce* ou *ci, ti* latinos, ou a *zz* arábicos; *s* entre vogais, ou final, a *s* latino. Nos vocábulos de origem americana indígena *ce, ci, ç* são preferíveis a *s*, seguindo-se nisso a escrita tradicional. Para quem não esteja preparado com umas noções, rudimentares que sejam, de latim, a consulta ao *Vocabulário* é indispensável em

¹¹⁶ Realmente não se encontra na literatura protesto do autor em relação à questão.

casos duvidosos, e muitas vezes é conveniente a comparação com as correspondentes formas ou palavras castelhanas, pois no idioma do centro de Espanha a confusão entre *s* e *c* ou *ç* (modernamente escrito *z*) é impossível, pois bem se diferenciam na pronúncia, como antes acontecia em Portugal e no resto da Península Hispânica.

É interessante notar que, no início do século XX, os filólogos já apresentavam a preocupação em refletir o uso corrente da língua na ortografia, preocupando-se, por exemplo, com os dialetos portugueses que diferenciam *s* intervocálico e *z*, o que reflete a história da língua. A comissão já antecipava também que a maioria dos falantes da língua portuguesa teria dificuldades provocadas pela manutenção dos vários grafemas utilizados para representar as sibilantes, já que na maior parte do país há apenas um par de sibilantes. Para dirimir as dificuldades, principalmente daqueles que não tivessem noções básicas de latim, sugere-se a consulta ao vocabulário em casos duvidosos e a comparação com o castelhano, que diferencia *s* e *c/ç* (escrito *z*).

Procede-se, a seguir, à análise dos dados relativos às sibilantes no *corpus* da presente dissertação.

2.4 Análise dos dados

No *corpus* em questão, conforme já informado no item **2.1 Sobre a metodologia**, analisam-se os grafemas utilizados para representar as sibilantes surdas e sonoras, em posição inicial e medial intervocálica.

Convém lembrar que os documentos foram analisados em dois grupos distintos. No primeiro, formado pelos manuscritos Estabelecimento de uma Tesouraria Geral, Índios Guranis no Rio Grande do Sul, Processo das Quitandeiras, Armada Inimiga e Narrativa Parto Anormal – Xifopagia, as ocorrências foram analisadas de forma exaustiva, através da

filtragem dos vocábulos e da separação daqueles que continham grafemas utilizados para representar as sibilantes. No segundo grupo, formado pelos documentos Hospedagem do Conde de Banchi, Processo dos Religiosos e Melhoramento do Quinto, os dados foram analisados por confronto em relação aos resultados do primeiro grupo.

Conforme informado na seção dedicada à metodologia, a divisão em dois grupos tinha como objetivos não neutralizar os resultados dos conjuntos de menor extensão e provocar um possível contraponto entre os grupos. O que se verificou, porém, como se esclarecerá adiante, foi a inexistência de contraste, sendo os dados de ambos os grupos, de forma geral¹¹⁷, homogêneos, tanto em relação ao tratamento das sibilantes surdas quanto em relação ao tratamento das sonoras.

Para representar a sibilante surda em posição inicial constata-se a existência de quatro grafemas: *c*, *sc*, *s*, *ss*. Há apenas duas ocorrências de vocábulos iniciados por sonora: *zello* (l. 128 – Índios Guaranis no Rio Grande do Sul e l. 717 – Melhoramento do Quinto). Para a posição medial, a quantidade de grafemas utilizados para representar o fonema surdo é elevada: onze grafemas – *c*, *ç*, *s*, *ss*, *sc*, *xc*, *zc*, *cç*, *çç*, *sç*, *zç*. No caso do sonoro, em posição medial, há quatro grafemas: *s*, *ss*, *z* e *x*.

O estudo inicia-se com a análise dos grafemas utilizados para representar a sibilante surda em posição inicial. Apresentam-se no gráfico 1 os grafemas encontrados no grupo 1 e as respectivas porcentagens em relação ao total de 530 ocorrências.

¹¹⁷ Alguns documentos destoaram do comportamento verificado nos demais. Tal discordância, no entanto, será comentada na análise efetuada a seguir.

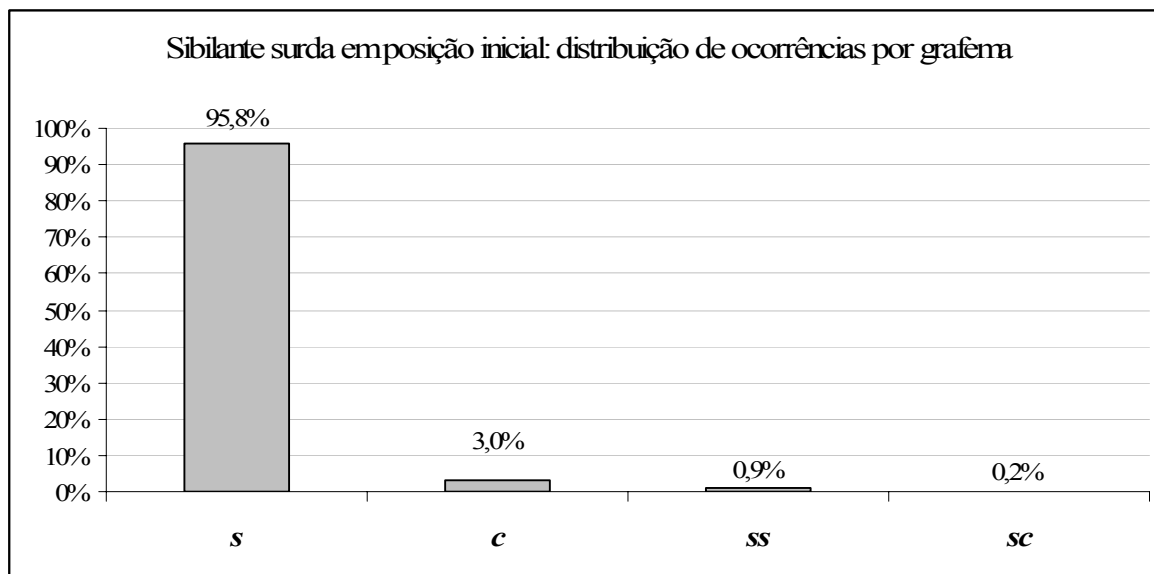


Gráfico 1 – Sibilante surda em posição inicial: distribuição de ocorrências por grafema.

Verifica-se que, em posição inicial, o grafema mais utilizado, em 95,8% dos casos (ou 508 ocorrências), foi o *s*, assim como observado nos documentos do grupo 2. O uso dos demais grafemas, *c*, *ss* e *sc*, representa 4,2%.

Constata-se apenas uma ocorrência do grafema *sc*-, tanto no grupo 1 quanto no grupo 2. Tal grafema ocorre no vocábulo *asciencia* (Narrativa Parto Anormal – Xifopagia – l. 76), cuja etimologia justifica a escolha desse grupo consonantal. A respeito desse dígrafo, é interessante notar que Viana (1904, p. 23) o mantém: “É conservado o grupo inicial *sc*, das seguintes palavras e seus derivados e afins, em que o *s* é mudo: *scena*, *sciencia*, *scetro*, *sceptico*, *scisma*, *scisão*, *sciatico*, *scintilar*, *scelerado*, e algum outro menos usual”.

Considerou-se o uso do grafema *ss* em posição inicial no caso do pronome “se” acompanhado por verbo. Os autores dos documentos Índios Guaranis no Rio Grande do Sul e Melhoramento do Quinto utilizam o *s* longo seguido de *s* pequeno para grafar tal pronome quando antecedido por verbo. Não se trata, portanto, de vocábulo isolado iniciando-se com *ss*, mas de uma partícula verbal, que, no documento Índios Guaranis, ocorre três vezes separada por hífen (*regulando-sse* – l. 56, *apadesser-sse* – l. 74 e *concernendo-sse* – l. 88) e outras duas vezes colada ao verbo (*pondosse* – l. 31 e l. 116); e, no documento Melhoramento do Quinto, ocorre duas vezes colada ao verbo (*limitasse* – l. 20 e l. 894).

Optou-se por registrar tais ocorrências como representação de sibilante surda em posição inicial já que as partículas verbais “se” nos demais conjuntos foram sistematicamente grafadas com *s* pequeno somente. Se não se registrasse tal hábito de escrita em posição inicial, o mesmo ficaria apagado, já que seria considerado como representação de sibilante surda em posição medial.

No documento *Processo dos Religiosos*, há uso sistemático de *s* longo isolado para representar a sibilante surda, tanto em posição inicial quanto em posição medial. Por representar o fonema surdo, optou-se pelo uso de *ss* para transcrever tal grafema neste manuscrito. Nos casos de verbos seguidos pelo pronome “se”, portanto, registra-se sempre a forma *sse* na edição: *aChan* | *dosse* – l. 111/112, *Informar* | *sse* – l. 144/145, *pondosselhe* – l. 214, *remetendosse* – l. 222, *requerendosse* – l. 320, *pegandosselhe* – l. 384, *Livrarsse* – l. 415 e *mostra* | *sse* – l. 278/279.

Observou-se que o índice de desvio etimológico da sibilante surda em posição inicial foi muito baixo, tanto nos documentos do grupo 1 quanto nos documentos do grupo 2. O gráfico 2 ilustra a ocorrência de desvios do primeiro grupo:

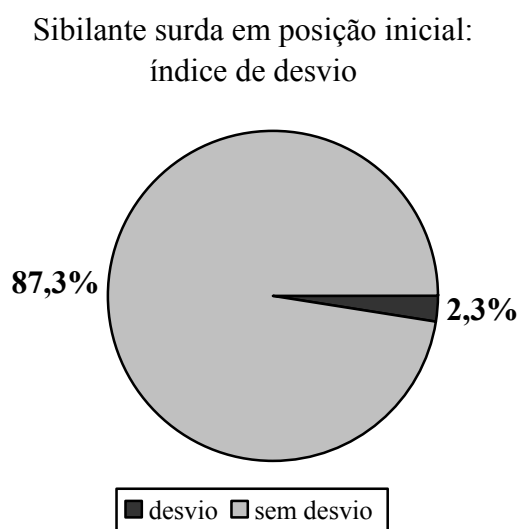


Gráfico 2 – Sibilante surda em posição inicial: índice de desvio.

A maior parte dos desvios deve-se justamente ao uso de *ss*, que não se justifica etimologicamente, apesar de se compreender que provavelmente tenha sido utilizado para reforçar a pronúncia do fonema surdo, já que o *s* pequeno sozinho em posição intervocálica representa o fonema sonoro.

Conforme apontado, o desvio apresentado em posição inicial pode ser considerado muito baixo, fato que corrobora a tendência da manutenção da consoante inicial na evolução do latim ao português.

A representação da sibilante surda em posição medial intervocálica foi a que apresentou, como já informado, o maior número de grafemas. O gráfico 3 mostra a distribuição de ocorrências por grafema encontrado no grupo 1, com as respectivas porcentagens em relação ao total de 454 ocorrências.

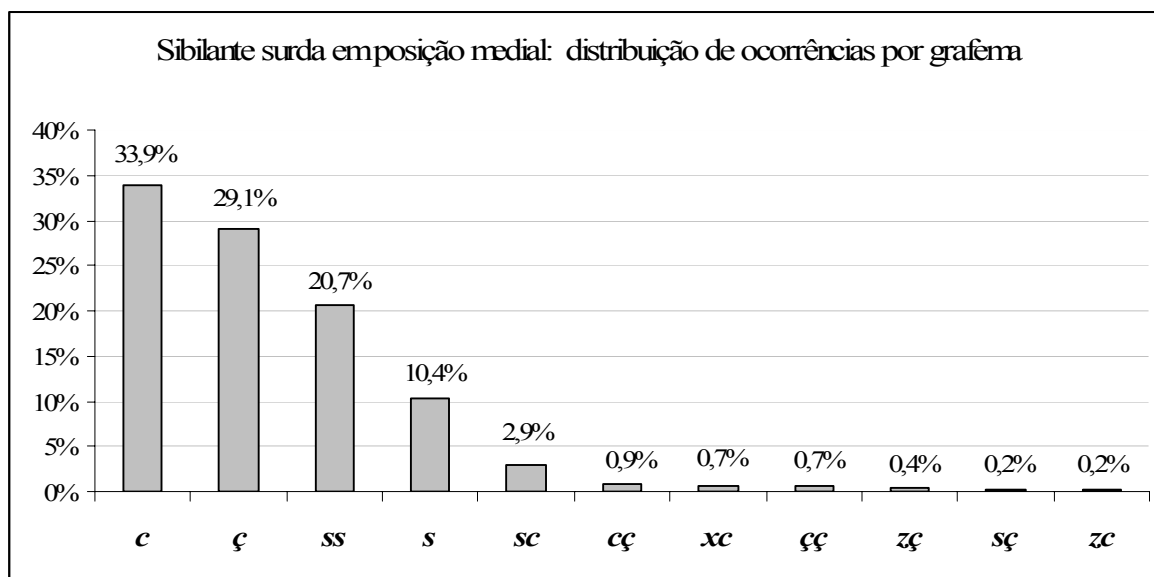


Gráfico 3 – Sibilante surda em posição medial: distribuição de ocorrências por grafema.

Verifica-se que os grafemas *c* e *ç*, que foram utilizados em 63% dos casos (286 ocorrências), são os preferidos pelos autores dos documentos, sendo o grafema *c* o mais usado, representando 33,9% do total de ocorrências. Em relação ao grupo 2, observa-se o mesmo comportamento, com alto índice dos mesmos grafemas. Apenas o documento Processo dos Religiosos destoa parcialmente da preferência geral, por apresentar alto índice de uso do grafema *s* longo em posição medial, transcrito como *ss*.

O grafema *s*, utilizado em 10,4% das ocorrências, foi observado tanto quando a sibilante surda era antecedida por consoantes como *b* (*observei* – Narrativa Parto Anormal – Xifopagia - l. 36), *l* (*expulsas* – Processo das Quitadeiras - l. 81), *m* (*consumo* – Índios Guaranis no Rio Grande do Sul - l. 34), *n* (*lansa* – Armada Inimiga - l. 53) e *r* (*concurso* – Estabelecimento de uma Tesouraria Geral - l. 71), quanto em posição intervocálica, em diversos vocábulos, como por exemplo: *asentada*, *asima*, *asim*, *asumpto* e *osefica*. Nestas ocorrências, utilizava-se *s* longo ou *s* pequeno, mas a pronúncia era de sibilante surda, não de sonora. No documento Hospedagem do Conde de Banchi, observa-se o mesmo uso de *s* intervocálico representando o fonema surdo, sendo todas as ocorrências, exceto uma, grafadas com *s* pequeno.

Os grafemas *çç*, *zç* e *zc* são observados em apenas um documento do *corpus*: Índios Guaranis no Rio Grande do Sul. O grafema *çç*, que ocorre três vezes, substitui o grafema *ss*, nas palavras *Miçções* (l. 39) e *miçça* (l. 101), e o grafema *ç* ou *cç*¹¹⁸, na palavra *eaçções* (l. 47). Os grafemas *zç* e *zc* são utilizados, respectivamente, nos vocábulos *nazção* (l. 56 e l. 129) e *nazcem* (l. 120).

O índice de desvios etimológicos apresentados pelo uso dos grafemas para representar as sibilantes surdas em posição medial foi de 23% (104 ocorrências), dez vezes maior do que o observado em posição inicial, o que confirma a afirmação de Mattos e Silva (1991, p. 81), “a maioria das mudanças na estrutura do latim para o português se verifica nas consoantes distribuídas no interior do vocábulo. As consoantes latinas em posição inicial se mantiveram no português”.

O documento que apresentou maior índice de desvio (36%), destoando dos demais, foi Índios Guaranis no Rio Grande do Sul, justamente por usar os grafemas citados acima, que

¹¹⁸ Se for considerada a norma ortográfica portuguesa.

não possuem justificativa etimológica. Por outro lado, o conjunto que apresentou menor índice foi o Estabelecimento de uma Tesouraria Geral, com apenas um desvio.

O gráfico 4 ilustra a distribuição de grafemas por ocorrências de desvios do primeiro grupo.

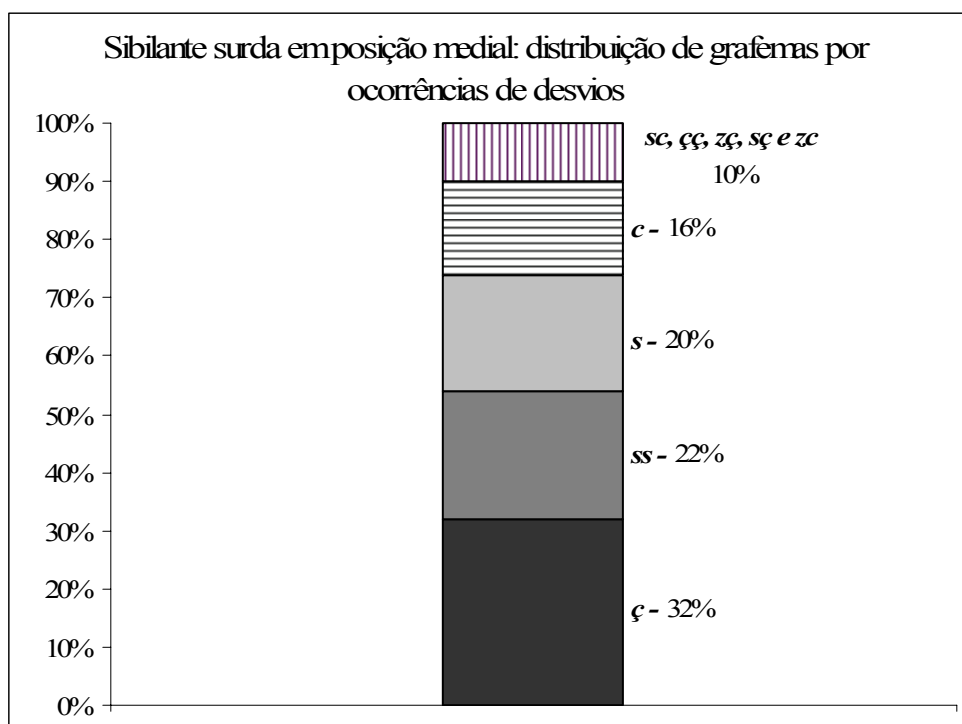


Gráfico 4 – Sibilante surda em posição medial: distribuição de grafemas por ocorrências de desvios.

No primeiro grupo, o grafema ç foi o que mais apresentou desvios, com um total de 33 ocorrências. Na maior parte dos desvios, o grafema a ser utilizado, segundo a etimologia, deveria ter sido *s* ou *ss*. Em relação aos desvios em *s* e *ss*, que representam 42% do total, observa-se o inverso, o grafema a ser utilizado na maioria dos casos deveria ter sido *c* ou *ç*.

Com relação a esta variação, entre *c/ç* e *s/ss*, comprova-se a confusão gráfica verificada desde o século XIII. Quando havia a distinção fônica entre tais grafemas: *c/ç* representavam a consoante pré-dorsodental, que se manteve no português padrão, e *s/ss* representavam a consoante ápico-alveolar, que se restringiu ao norte de Portugal. A opção pelo uso de *ç* poderia ser interpretada, talvez, como reflexo da pronúncia de uma sibilante pré-dorsodental, que era a mais comum no português padrão e no português falado no Brasil.

No segundo grupo, os documentos Hospedagem do Conde de Banchi e Melhoramento do Quinto apresentam o mesmo comportamento dos documentos do primeiro grupo em relação aos desvios, que foram baixos. Apenas o documento Processo dos Religiosos, que possui a particularidade do uso do *s* longo na maior parte das ocorrências de surda em posição medial, apresenta um maior índice de desvios do que o restante dos documentos. Listam-se a seguir alguns exemplos de vocábulos deste documento que possuem desvios etimológicos: *prosseços* (l. 71), *aalissiação* (l. 82), *dosfalessidos* (l. 83), *expeffica* (l. 94), *prossedimentoz* (l. 103), *aussiliar* (l. 128), *dacabessa* (l. 180), *Lenссо* (l. 214), *troussera* (l. 257), *doSeuConhe* | *ssimento* (l. 286/287), *aoprinssipio* (l. 321), *reConhessidos* (l. 355), *oferesseo* (l. 415), *naInquirissao* (l. 429).

Um caso interessante sobre a análise dos grafemas utilizados para representar a sibilante surda verifica-se no documento Melhoramento do Quinto, em que o grafema *z* é usado para representar o fonema surdo no vocábulo *dizerta-* | *çoens* (l. 404/407).

Em relação à sibilante sonora, são encontrados quatro grafemas (*s*, *ss*, *z* e *x*) para representá-la em posição medial intervocálica. Apresentam-se no gráfico 5 os grafemas encontrados no grupo 1 e as respectivas porcentagens em relação ao total de 217 ocorrências.

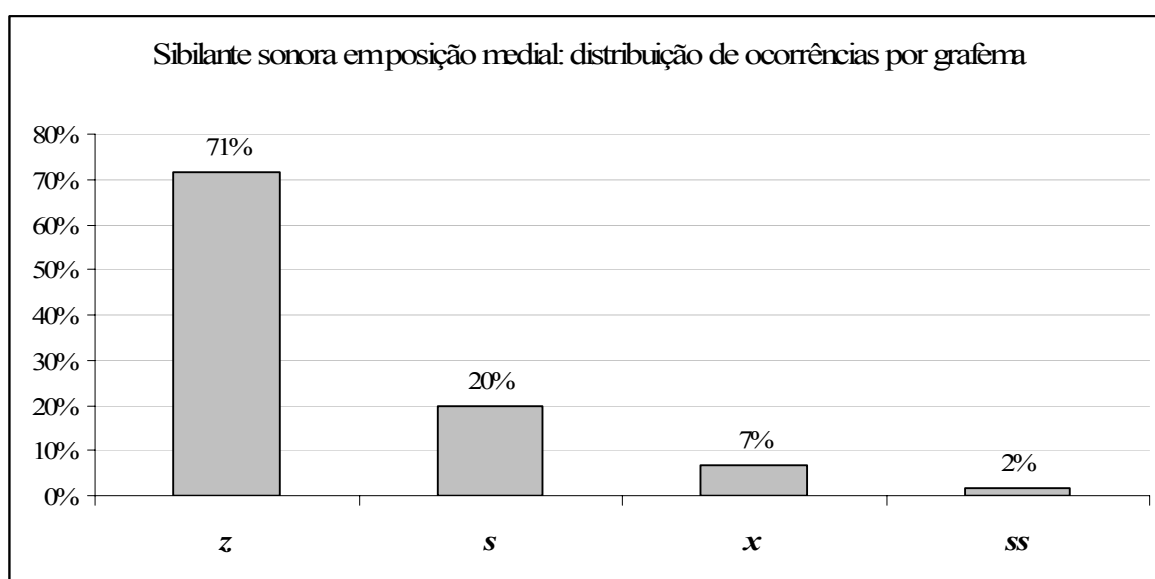


Gráfico 5 – Sibilante sonora em posição medial: distribuição de ocorrências por grafema.

Nos documentos do grupo 1, verifica-se a maciça opção pelo uso do grafema *z* para representar a sibilante sonora em posição medial intervocálica, utilizado em 71% dos vocábulos (115 ocorrências). O segundo grafema mais utilizado foi o *s*, em 20% das palavras (43 ocorrências), seguido pelo *x* e pelo *ss*.

O único documento que destoa no grupo 1, apresentando índices semelhantes de uso dos grafemas *s* e *z*, é a Armada Inimiga, cujas preferências dividiram-se em 49% para *z* e 46% para *s*. Os demais documentos apresentaram índices de uso do grafema *z* superiores a 66%. Em dois dos documentos, Índios Guaranis no Rio Grande do Sul e Narrativa Parto Anormal – Xifopagia, o grafema é usado, respectivamente, em 83% e 82% das ocorrências de sonora em posição medial.

Nos documentos do grupo 2, observa-se a mesma preferência pelo uso de *z* para representar a sibilante sonora em posição medial intervocálica. No documento Hospedagem do Conde de Banchi, por exemplo, há uso de *s* para representar a sonora medial apenas no antropônimo *Iosé*. Nos demais vocábulos, as sibilantes sonoras são representadas com *z*. No documento Processo dos Religiosos, que possui 2.505 palavras, há apenas três ocorrências com o grafema *s*: *desordens* (l. 69 e l. 141) e *desordem* (l. 145). Nas demais palavras, utilizam-se os grafema *z* e *x*, sendo este último verificado em apenas dois vocábulos: *exami | nar* (l. 107/108) e *oexeCutou* (l. 463). No documento Melhoramento do Quinto, o mais extenso, com 11.281 palavras, foram encontradas apenas oito ocorrências de uso do grafema *s* para representar a sibilante sonora: *suasoria* (l. 24), *subsistencia* (l. 603 e l. 911/912), *inclusive* (l. 1041), *generosidade* (l. 1308), *desordem* (l. 1317), *indamnisção* (l. 1354) e *crusados* (l. 1333). Há poucos casos de uso do grafema *x*, como observado nos demais documentos do *corpus*.

Uma observação interessante a respeito do documento Melhoramento do Quinto, é o uso do grafema *ss* para representar a sibilante sonora em posição medial em três ocorrências:

centessima (l. 115, 116 e 118) e *issolados* (l. 154). Tal uso coincide com as três ocorrências de *incessivos* (l. 59, 186 e l. 192), observadas no documento *Narrativa Parto Anormal – Xifopagia*, do grupo 1.

Com o alto índice do grafema *z* utilizado para representar a sibilante sonora em posição medial, resta verificar a quantidade de desvios observados em relação à etimologia. Do total de 217 ocorrências do primeiro grupo, observou-se desvio etimológico em 94 vocábulos, o que representa 43% do total. Desse total, o uso inadequado do grafema *z* (segundo a etimologia) responde por 40%, ou 93% do total de desvios. O gráfico 6 ilustra os dados apresentados.

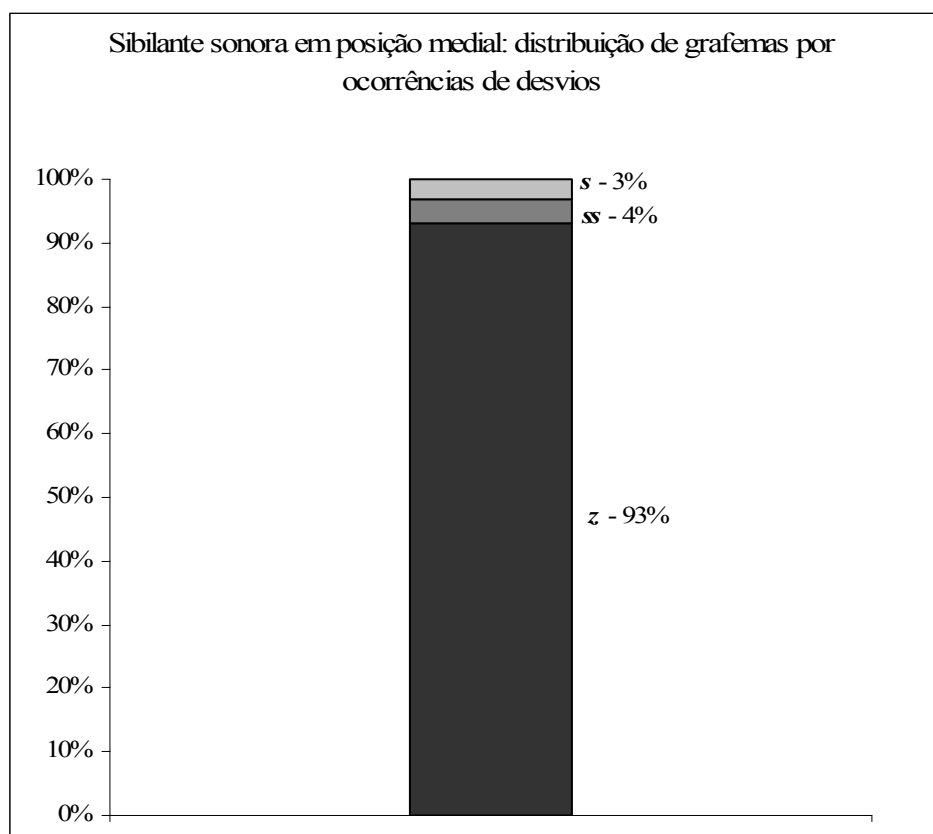


Gráfico 6 – Sibilante sonora em posição medial: distribuição de grafemas por ocorrências de desvios.

Nos documentos que constituem o grupo 2, observa-se índice semelhante de desvios, sendo sua quase totalidade provocada pelo grafema *z*.

O documento *Armada Inimiga*, único no *corpus* a destoar em relação à preferência pelo grafema *z* para representar a sonora, apresentou um índice menor de desvio, de 29%, em relação à média de desvios, de 43%. Tal fato deve-se à opção acertada de grafar muitos vocábulos com *s* intervocálico, que se justificava etimologicamente: *visao* (l. 82), *perigosa* (l. 76), *obsequioso* (l. 188). Ao usar o grafema *z*, porém, verifica-se que o autor fugiu à etimologia em oito casos, quase 50% do total dos vocábulos grafados com *z*.

O documento *Estabelecimento de uma Tesouraria Geral*, que não apresentou nenhum desvio etimológico em relação ao uso de grafema para representar a sibilante surda em posição inicial e apenas um desvio no caso da surda em posição medial, confirmou o baixo índice de desvios também em relação à sonora: 26%. Se comparado aos outros documentos, que tiveram índices de cerca de 50%, este número é baixo. Todos os casos de desvios, neste documento, no entanto, relacionam-se ao uso do grafema *z*.

Pesquisando-se a lista de variantes gráficas elaborada por Rita Marquilhas (1991), a partir dos originais de imprensa de quatro autores, verificam-se as correções efetuadas nos originais de imprensa relacionadas às sibilantes. Do total de correções realizadas, a maioria recaí sobre os grafemas utilizados para representar a sonora. Os originais de imprensa de Bluteau, que só apresentaram três casos de correção das sibilantes, são uma exceção, já que o autor alterou somente uma sibilante sonora nos três casos de correção das sibilantes, como pode ser observado a seguir.

- Tomás Caetano – 78,6%
- Manuel dos Santos – 70,6%
- Manuel da Rocha – 58,6%
- Bluteau – 33,3% (somente 3 ocorrências)

Esse fato confirma a tendência de a maior variação ocorrer na representação da sibilante sonora, que ora era corrigida etimologicamente, ora alterada de forma inadequada, conforme os exemplos abaixo:

Bluteau:¹¹⁹

felice > feliz

cançou > cansou

asas > azas

Manuel dos Santos:

diser > dizer > dizer

conuerçam > conversão > conversãõ

casava > cazava > cazava

numeroso > numerozo

presente > prezente > presente (mas também presentes)

Manuel da Rocha: o autor era corrigido cerca de dez vezes por página; o corretor reprova a baixa freqüência de **z**, mas opta por colocá-lo em palavras cuja etimologia não justificaria tal uso: preso > prezo.

Tomás Caetano de Bem:

maravilhozas > maravilhosas

dezejo > desejo

empresa > empreza

¹¹⁹ À esquerda encontra-se a forma adotada pelo autor, e à direita, a forma corrigida pelo revisor na tipografia. No caso de Manuel de Santos, houve dois revisores, por isso há três etapas de correção em alguns casos.

O que se pode observar nos exemplos dos originais de imprensa, portanto, é que o grafema utilizado para representar as sibilantes sonoras sofria grande variação, assim como se observa na análise das ocorrências do *corpus* utilizado nesta pesquisa.

Conclusões

Após a edição de cerca de 80 fólios da segunda metade do século XVIII e do estudo lingüístico realizado sobre os dados levantados, a primeira conclusão a que se chega relaciona-se justamente à comprovação da necessidade de um estudo filológico rigoroso, que contemple as análises codicológica e paleográfica, para a obtenção de resultados consistentes no estudo lingüístico.

A análise codicológica, que levou à observação do modo de organização da Coleção de Memórias, aliada à análise paleográfica, que permitiu estabelecer com clareza os grafemas a serem estudados na segunda parte, mostraram-se essenciais para a elaboração de uma edição fidedigna e confiável para estudo lingüístico.

A observância da alta frequência de grafemas *z* durante o levantamento paleográfico já fornecia indícios para o que se verificaria posteriormente em relação ao tratamento das sibilantes. A justificativa para o estabelecimento de determinado grafema como *s*, essencial para o estudo da segunda parte do trabalho, precisava, portanto, estar clara e ser coerente em todas as ocorrências de mesmo punho.

Em relação à análise paleográfica, o que se verificou foi que a determinação de um grafema não depende somente da morfologia da letra, que, comparada a outras ocorrências dentro do mesmo punho, revela a melhor leitura, mas depende também do estudo das ocorrências em contextos específicos de posicionamento silábico. Assim, um grafema que, à primeira vista, parecia *z*, por comparação à morfologia de outros dentro do mesmo manuscrito, pode se tornar um *s*, quando as suas ocorrências são analisadas em relação ao contexto posicional e percebem-se detalhes de seu traçado, que o diferenciam. Os dois

critérios, da análise morfológica e do contexto posicional, devem caminhar sempre juntos, o que resulta em uma análise paleográfica coerente.

Apesar de não constituir foco principal deste trabalho, a importância histórica dos documentos editados é indiscutível, já que são fontes extremamente ricas para a descrição do panorama social da época e constituem as origens da formação atual do quadro histórico-social do Brasil. Dessa forma, a preservação do conteúdo desses documentos, que já possuem cerca de 250 anos, em uma edição fidedigna é importante para a conservação das fontes de nossa história.

Em relação ao tratamento das sibilantes, a verificação da grande confusão que havia no uso dos grafemas utilizados para representá-las em posição medial, em um período em que não existia uma norma ortográfica oficial, é justificada pela redução do quadro de quatro fonemas sibilantes a apenas dois no português padrão. Com isso, perde-se a monovalência, e a um fonema passam a corresponder dois ou mais grafemas.

Dessa forma, podem ser observadas duas tendências distintas nos documentos, uma relacionada ao fonema surdo, outra ao sonoro.

A análise dos dados indica que, no caso da sibilante surda, havia uma tendência para o uso dos grafemas ligados à raiz etimológica dos vocábulos, já que esses apresentaram um índice baixo de desvio, 23%. Em relação à sibilante sonora, nota-se uma clara tendência para o uso do grafema *z* como representante do fonema sonoro.

A análise dos dados aponta que o grafema utilizado para representar a sibilante surda em posição medial não apresentou tanto desvio etimológico em relação aos grafemas usados na representação da sonora. Enquanto os grafemas utilizados para registrar a sibilante surda tiveram um índice de 23% de desvio, o grafema *z* foi utilizado indevidamente em 40% dos casos.

Em comparação ao desvio verificado na representação do fonema sonoro e levando-se em conta a maior quantidade de grafemas que concorriam para representar a sibilante surda em posição medial, o desvio dos grafemas que a representam pode ser considerado baixo. Tal fato parece estar em concordância com o que descrevia Madureira Feijó (1734, p. 44) a respeito das formas diferentes de se pronunciar o *c* e o *s*: “pois se esta he a rigorosa, e propria pronunciaõ do *S*, como se equivoca com a do *C*, que he taõ diversa? Se os sons são diversos, como pode ser a consonancia a mesma?”. Se em algumas regiões de Portugal ainda havia dois fonemas sibilantes surdos, então, ou o grafema escolhido representaria a escolha fônica do escriba ou representaria o uso consagrado de determinado grafema para escrever dado vocábulo, ainda que a pronúncia não mais coincidissem com o grafema utilizado.

Tendo em vista que os ortógrafos não tinham como objetivo realizar um retrato fiel da língua portuguesa de suas épocas, mas que redigiam obras com caráter moralizador — procurando criar regras para conter a evolução natural da língua e criticando usos que se afastavam da estrutura latina — é provável que Madureira Feijó, ao tratar dos dois fonemas sibilantes surdos, descrevesse não o que ocorria no português padrão, mas um fenômeno específico de um dialeto do território português. Em virtude disso, não se pode justificar a baixa ocorrência de desvio da sibilante surda com base no ortógrafo citado.

A forma mais adequada de se observar os dados seria talvez considerar alto o índice de desvio apresentado no registro da sibilante sonora, já que só se considerou baixo o desvio da surda, quando comparado ao da sonora. Se os valores forem tratados de forma absoluta, e não comparativa, a afirmação pertinente é a de que o índice de 40% de desvio pode ser considerado alto.

Sobre as sibilantes sonoras, é interessante notar que nenhum dos ortógrafos pesquisados aludiu a alguma diferença de pronúncia entre a sonora ápico-alveolar e a

sonora pré-dorsodental, o que confirma a manutenção de apenas um fonema no português padrão, no caso, o pré-dorsodental.

A confusão observada nos documentos com relação à escolha do grafema para representar a sibilante sonora está de acordo com a dificuldade para ditar regras sobre o uso correto desses grafemas verificada nas ortografias de meados do século XVIII. Assim, não existia, nesse caso, uma distância abissal entre o conteúdo das ortografias e o uso que se fazia da língua nos documentos.

Além de comprovar a dificuldade em estabelecer as diferenças entre o uso de *s* e *z* para representar a sonora verificada nos ortógrafos setecentistas — que até se contradiziam, como nos casos dos sufixos *-osa* e *-oso*, em que Feijó indicava o uso de *s* e Lima o uso de *z* —, a preferência maciça pelo uso de *z* revela concordância com a preferência pelo *c* e *ç*, que foram empregados em 72% dos casos cuja etimologia justificaria o uso de *s* ou *ss*. Os dois grafemas eram usados justamente para representar o par de sibilantes pré-dorsais, utilizado no português padrão. Uma hipótese provável, portanto, é a de que seria a opção natural do escriba optar pelos grafemas que não causassem confusão de pronúncia. Assim, o uso de *z* claramente indicaria a pronúncia do grafema como sibilante sonora, por não haver outra possível.

Portanto, em relação à sibilante sonora, talvez os escribas tentassem restabelecer o ideal da escrita alfabética, a monovalência, buscando eleger apenas um grafema para representar o fonema sonoro. Em relação à surda, no entanto, não se pode afirmar uma tentativa de restabelecer a monovalência, visto que os desvios de *c/ç* representam 48% do total, mas os desvios de *s/ss* representam 42% do total. Neste caso, verifica-se somente uma confusão, provavelmente devida à maior quantidade de grafemas para representar as surdas em posição medial, apesar de se notar uma clara preferência pelos grafemas *c* e *ç* para representá-las: 63% das ocorrências.

As opções dos escribas, portanto, parecem confirmar o período pseudo-etimológico da ortografia, aproximando-o, no entanto, da escrita fonética. Tal fato indica uma tendência à simplificação do código, pela qual os escribas buscavam escrever da forma, como acreditavam, seriam corretamente compreendidos.

Revela-se, no século XVIII, porém, a tendência natural das línguas com escrita alfabética: o controle por normas, que buscavam principalmente a homogeneização, a uniformidade e a simplificação na grafia, fundamentadas nem sempre em critérios científicos. Dessa forma, o que se verifica muitas vezes é a tentativa de conter a evolução natural das línguas, que se dá por meio de mudanças iniciadas nas camadas sociais menos cultas. Usava-se do conhecimento lingüístico e do acesso restrito à cultura para se tentar impor uma única norma para conjuntos de falantes com hábitos diversos entre si.

É possível concluir, portanto, que a observação do confronto entre as normas preconizadas em Setecentos e os textos escritos no mesmo período possam fornecer subsídios para a tomada de decisões mais acertadas sobre as normas ortográficas da língua portuguesa nos dias de hoje.

Referências

- ACIOLI, Vera Lucia Costa. *A Escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: Editora Universitária UFPE / Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 1994.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1725. Disponível em: <<http://purl.pt/10>>. Último acesso em: 12 de setembro de 2006.
- ATAS da Câmara de Salvador (1700-1718). Coleção Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1984.
- BASES para a unificação da Ortografia que deve ser adoptada nas Escolas e Publicações Oficiais. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 19-20.
- BERLINCK, Rosane Andrade e GUEDES, Marymarcia (org.). *E os preços eram commodos...Anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2000. (Série Diachronica, 2)
- BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras municipais no império português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.18, n.36, 1998.
- BLECUA, Alberto. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia, 1987.
- BOXER, Charles Ralph. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CAETANO DE LIMA, Luís. *Orthographia da Lingua Portugueza*. Lisboa Occidental: Antonio Isodoro da Fonseca, 1736. Disponível em: <<http://purl.pt/8>>. Último acesso em: 12 de julho de 2006.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. São Paulo: Padrão, 1979.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAMINHA, Pero Vaz. *A Carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear de Antonio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia, Heitor Megale*. 2 ed. São Paulo: Humanitas, 2001 (Série Diachronica, 1).
- CARMELO, Frei Luis do Monte. *Compendio de Orthographia, com sufficientes Catalogos, e novas Regras, para que em todas as Provincia, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologã, e a Prosodia, isto he, a recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portugueza*. Lisboa: Officina de António Rodrigues Galhardo, 1767.

- CASTRO, Ivo. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991, 2 vols.
- CATACH, Nina (Org.). *Para uma teoria da língua escrita*. Trad. Fúlvia M. L. Moreno e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- CÓDICE 807 – NP – SDE – *Coleção de Memórias e outros documentos*. Conservados na Seção Histórica. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1928. Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 17 e 19.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997, *apud* HOUAISS, 2001.
- _____. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos, 1978, *apud* HOUAISS, 2001.
- _____. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. Prefácio-estudo de Antônio Houaiss. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998, *apud* HOUAISS, 2001.
- FERREIRA, José de Azevedo. *Afonso X Foro Real*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.
- GOMES, Flávio dos Santos & SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Dizem as quitadeiras...” – ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.3-16, jul./dez. 2002.
- GONÇALVES, Maria Filomena. *As ideias ortográficas em Portugal – de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Braga: Calouste Gulbekian, 2003.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- LEAO, Duarte Nunes de. *Orthographia da ligoa portuguesa: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a ligoa Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem*. Lisboa: João de Barreira, 1576. Disponível em: <<http://purl.pt/15>>. Último acesso em: 12 de julho de 2006.
- LIMA, Yêdda Dias. *Leitura e transcrição de documentos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: AAB, 1998. (Projeto Como Fazer – Oficinas 98)
- LOBO, Tânia (org.). *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanitas, 2001 (Serie Diachronica, 3).
- MADUREIRA FEIJÓ, João de Moraes. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Ligoa Portguezua*. Lisboa Occidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734. Disponível em: <<http://purl.pt/13>>. Último acesso em: 12 de julho de 2006.

- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- MARQUILHAS, Rita. *Norma Gráfica Setecentista – Do Autógrafo ao Impresso*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1991.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas Trecentistas – Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Maia: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- _____. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo/Bahia: Contexto/Editora Universidade Federal da Bahia, 1991.
- MEGALE, Heitor. Língua portuguesa: fenômenos históricos e variedade atual. In: SILVA, Luiz Antônio da Silva (org.). *A língua que falamos – Português: história, variação e discurso*. São Paulo: Globo, 2005. pp. 269-291.
- _____ e TOLEDO NETO, Silvio (org.). *Por Minha Letra e Sinal — Documentos do Ouro do Século XVII*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005. (Série Diachronica, 4)
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Cantar de Mío Cid*. Madrid: Espasa-Calpe, 1964, *apud* SPINA, 1994.
- NASCIMENTO, Aires A. *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*. Coleção Obras Clássicas da Literatura Portuguesa – Literatura Medieval. Lisboa: Colibri, 1998.
- NORMAS de transcripcion y edicion de textos y documentos. Madrid, 1944, *apud* SILVA NETO, 1957.
- PIEL, Joseph M. *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela que fez El-Rey Dom Duarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Creuta*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.
- SILVA NETO, Serafim da. *Manual de Filologia Portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977, *apud* MEGALE, 2005.
- _____. *Introdução à edótica*. 2. ed. São Paulo: Ars Poética/ EDUSP, 1994.
- SPAGGIARI, Barbara & PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da Crítica Textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- TAVANI, Giuseppe. Antecedentes históricos: a ortografia da língua portuguesa. In: CASTRO, Ivo *et al.* (orgs.). *A demanda da ortografia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1987, p. 201-203.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: Martins Fontes, s/d.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. *Ortografia Nacional – Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Viuva Tavares Cardoso, 1904.

VIEIRA, Pe. Antonio. *Sermões: problemas sociais e políticos do Brasil*. São Paulo: Editora Cultrix, 1981.

WILLIS, Raymond S. *El libro de Alexandre*. Princeton University Press, 1932, *apud* BLECUA, 1987.

Bibliografia consultada

AFM – Revista da Academia Fluminense de Medicina. Disponível em: <<http://www.afm.org.br/cadeira60.htm>>. Último acesso em: 28 de agosto de 2005.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Rio de Janeiro: Dinfo/UERJ, 2000. 1 CD-ROM.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CASTRO, Ivo. *Editar Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1973.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas – Manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado/UNESP, 1991.

MEGALE, Heitor (org.). *Filologia bandeirante*. São Paulo: Humanitas, 2000.

_____. Pesquisa filológica: os trabalhos da tradição e os novos trabalhos em língua portuguesa. In: *Estudos Lingüísticos – GEL*, nº 27, São José do Rio Preto: IBILCE/Unesp, 1998, pp. 3-28.

MENDES, Ubirajara Dolácio. *Noções de Paleografia*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, 1953.

PIWNIK, Marie-Hélène. Sir Galahad. In: _____. *Edição crítica das obras de Eça de Queirós – Contos II*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003.

SOLVERAL, Manuel Abranches de. História e Genealogia. Disponível em: <<http://pwp.netcabo.pt/0437301501/mas/pinto%20e%20moura%20coutinho.htm>>. Último acesso em: 9 de julho de 2005.

- TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Variação gráfica de algumas consoantes sibilantes do livro de José de Arimatéia (Cod. ANTT 643). In: *Estudos Lingüísticos. Anais de Seminário do GEL, XXVII*, São José do Rio Preto: 1998, pp. 876-881.
- TORRES, João Romano. Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. Edição em Papel – 1904-1915, Volume II, pág. 869. Edição electrónica 2000-2003, por Manuel Amaral. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/>>. Último acesso em: 9 de julho de 2005.
- WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)